

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE  
DEPARTAMENTO DE NUTRIÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO HUMANA

EXPERIÊNCIAS FEMININAS EM AMBIENTES  
ALIMENTARES DOMÉSTICOS: DESENVOLVIMENTO DE  
MODELO TEÓRICO DE ANÁLISE INTERSECCIONAL

Brasília/DF

2026

EXPERIÊNCIAS FEMININAS EM AMBIENTES ALIMENTARES DOMÉSTICOS:  
DESENVOLVIMENTO DE MODELO TEÓRICO DE ANÁLISE  
INTERSECCIONAL

Gabriela Brito de Lima Silva

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em  
Nutrição Humana da Faculdade de Ciências da Saúde  
da Universidade de Brasília, como requisito parcial  
para obtenção do título de Doutora em Nutrição  
Humana. Orientadora: Profa. Dra. Elisabetta  
Gioconda Iole Giovanna Recine.

Linha de Pesquisa: Nutrição e saúde – dos indivíduos  
às coletividades

Brasília/DF

2026

GABRIELA BRITO DE LIMA SILVA

EXPERIÊNCIAS FEMININAS EM AMBIENTES ALIMENTARES DOMÉSTICOS:  
DESENVOLVIMENTO DE MODELO TEÓRICO DE ANÁLISE INTERSECCIONAL

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Nutrição Humana da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Nutrição Humana.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

---

Professora Doutora Elisabetta Gioconda Iole Giovanna Recine  
(Presidente-Universidade de Brasília)

---

Professora Doutora Anelise Rizzolo de Oliveira  
(Membra Interna - Universidade de Brasília)

---

Professora Doutora Daniela Silva Canella  
(Membra Externa –Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

---

Professora Doutora Fernanda Souza de Bairros  
(Membra Externa – Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

---

Professora Doutora Virgínia Campos Machado  
(Membra Externa – Universidade Federal da Bahia)

## AGRADECIMENTOS

Inicialmente, gostaria de agradecer a Deus por todas as bênçãos que proporcionou na minha vida e por ter me dado forças para superar tantos desafios no decorrer do processo de construção desta tese. Enfrentar esse processo em meio à pandemia e durante situações graves de saúde vivenciadas por familiares não foi nada fácil e sei que sem a mão Dele sob mim, eu não conseguiria. Nesse sentido, também agradeço a mim por não ter desistido, ter persistido, as vezes com paciência, muitas vezes com choros e crises de ansiedade, mas sempre com esperança e força de vontade.

Quero agradecer imensamente a meus pais, pessoas que eu amo demais. Rita de Cássia (mãe), que a todo momento investiu nos meus estudos e compreendeu meus sonhos profissionais, sendo meu suporte e inspiração, me amando do jeitinho dela. À Lourival (pai), que sempre se orgulhou de mim e me apoiou em inúmeros momentos durante toda a minha vida.

Agradeço imensamente a meu esposo Túlio que sem pestanejar esteve ao meu lado, segurando a minha mão e sendo o meu refúgio. Com muita paciência, carinho e dedicação enfrentou esse processo comigo e todos os outros que me atravessaram durante a construção desta tese. Sei o quanto você se orgulha de mim e de onde eu cheguei. Sem seu amor acho que não conseguiria enfrentar as dores físicas e emocionais que enfrentei. Eu te amo muito!

Agradeço a Filipe que além de irmão se tornou um verdadeiro amigo. Seu auxílio no desenvolvimento da tese em alguns momentos foi muito importante. Da mesma forma, gostaria de agradecer a minha sogra e amiga Doralice por me apoiar e me receber na sua casa durante esse período de construção deste trabalho.

Sou grata também a minha orientadora Elisabetta Recine que foi uma excelente orientadora. Uma pessoa maravilhosa, sagaz e compreensiva. Alguém que se preocupa com o ser humano para além dos seus deveres como orientadora. Muito obrigada Betta! Ao PPGNH e à UnB que também me deu a oportunidade de ingresso no programa e me proporcionou todo o suporte acadêmico para tal.

Às nutricionistas Karla Patrícia e Larissa Grudka, que à época de desenvolvimento do estudo ainda eram estudantes. O suporte técnico de vocês foi crucial na fase de coleta dos dados e construção dos instrumentos de pesquisa. Gratidão!

À Paula Dayanne, minha psicóloga que foi uma enorme assistência para mim desde antes de adentrar ao doutorado. Durante todo esse tempo estive disponível para uma escuta acolhedora e profissional.

Por fim, agradeço as participantes dos grupos focais e as especialistas que fizeram parte do estudo. Sou grata pelos compartilhamentos de ideias, conhecimentos e histórias.

## RESUMO

A tese apresentada teve como objetivo desenvolver um modelo teórico para análise de experiências femininas em ambientes alimentares domésticos, sob a ótica interseccional. Compreende-se o ambiente alimentar doméstico (AAD) como o contexto físico, econômico e sociocultural que oportuniza e oferece condições para a tomada de decisões sobre a alimentação dos indivíduos no espaço doméstico. Nesse sentido, ressalta-se a importância do papel das mulheres e as articulações entre gênero, raça e classe social nesse cenário. A pesquisa adotou a Interseccionalidade com referencial teórico-metodológico e a Elaboração Significativa do Modelo Teórico como método. Desenvolveu-se o estudo em três etapas: elaboração inicial do modelo, realização de grupos focais com mulheres e reestruturação do modelo e validação do modelo por meio de um painel de especialistas a partir das técnicas Delphi e de Validação de Conteúdo. O modelo apresentou o valor 1,0 no Índice de Validação de Conteúdo, obtendo boa aceitação pelos especialistas. O constructo validado apresenta dimensões estruturais da sociedade (como o racismo, sexismo, patriarcado e capitalismo), os determinantes socioeconômicos da população feminina e negra, o território, o ambiente alimentar comunitário, o trabalho doméstico e de cuidados, os elementos-chaves do AAD, as características do grupo familiar e os desafios femininos, como elementos centrais para análises das experiências femininas no AAD. Além disto, os resultados destacam que estas experiências são atravessadas por diferentes opressões e desafios que impactam no acesso físico e econômico aos alimentos, no uso do tempo, na carga de trabalho realizada, sobretudo para mulheres negras, da classe trabalhadora e com menores rendimentos. Estes se mostraram-se enraizados no cotidiano do trabalho doméstico e de cuidados e tendem a comprometer uma alimentação adequada e saudável. Conclui-se que a perspectiva interseccional é fundamental para a análises em AAD que sejam mais condizentes com a realidade social, bem como para a formulação de políticas públicas de equidade de gênero, raça e classe no campo da alimentação e nutrição.

Palavras-chave: Ambiente Alimentar. Espaço Doméstico. Mulheres. Modelo Teórico. Teoria Interseccional.

## ABSTRACT

The present thesis aimed to develop a theoretical model for the analysis of women's experiences in domestic food environments from an intersectional perspective. The domestic food environment (DFE) is understood as the physical, economic, and sociocultural context that enables and provides conditions for individuals' food-related decision-making within the domestic space. In this regard, the study emphasizes the importance of women's roles and the articulations between gender, race, and social class in this setting. The research adopted Intersectionality as its theoretical–methodological framework and Meaningful Theoretical Model Development as its methodological approach. The study was conducted in three stages: initial development of the model; focus group discussions with women; and model restructuring and validation through an expert panel using the Delphi technique and Content Validation. The model achieved a Content Validity Index of 1.0, indicating strong acceptance among experts. The validated instrument comprises structural dimensions of society (such as racism, sexism, patriarchy, and capitalism), the socioeconomic determinants of women and Black populations, territory, the community food environment, domestic and care work, key elements of the DFE, family group characteristics, and women's challenges as central elements for analyzing women's experiences in the domestic food environment. Furthermore, the results highlight that these experiences are shaped by multiple forms of oppression and challenges that affect physical and economic access to food, time use, and workload, particularly among Black women, working-class women, and those with lower incomes. These challenges are deeply embedded in everyday domestic and care work and tend to compromise adequate and healthy eating. It is concluded that an intersectional perspective is essential for analyses of domestic food environments that are more aligned with social realities, as well as for the formulation of public policies aimed at gender, racial, and class equity in the field of food and nutrition.

Keywords: Food Environment. Domestic Space. Women. Theoretical Model. Intersectional Theory.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Síntese das etapas do estudo	46
Figura 1 - Modelo Teórico Inicial (Artigo II)	79
Figura 2 - Modelo Teórico Final (Artigo II)	85
Figura 1 - Modelo encaminhado na primeira rodada (Artigo IV)	125
Figura 2 - Modelo reestruturado após a primeira rodada (Artigo IV)	130
Figura 3 - Quadro do modelo criado após a primeira rodada (Artigo IV)	130
Figura 4 - Modelo final (Artigo IV)	133

## LISTA DE TABELAS E QUADROS

### Quadros

Quadro 1 - Componentes do Ambiente Alimentar Doméstico segundo Rosenkranz e Dziewaltowski (2008)	28
Quadro 2 - Categorias de análise	44
Quadro 3 - Documentos de instituições oficiais utilizados na revisão narrativa	49
Quadro 1 - Domínios externos e internos do ambiente alimentar doméstico e seus conceitos (Artigo II)	90
Quadro 1 - Questões abordadas nos grupos focais (Artigo III)	104
Quadro 2 - Síntese dos temas e subtemas dos grupos focais (Artigo III)	106

### Tabelas

Tabela 1 - Resultados da primeira e segunda rodada de avaliação geral modelo (Artigo IV)	27
Tabela 2 - Tabela 2. Resultados da terceira rodada do painel de especialistas (Artigo IV)	134

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AA	Ambiente Alimentar
AAC	Ambiente Alimentar Comunitário
AAD	Ambiente(s) Alimentar(es)
Doméstico(s) AT	Análise Temática
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
FAO	Food and Agriculture Organization
GF	Grupo Focal
HLPE	High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition
IA	Insegurança Alimentar
IVC	Índice de Validação de Conteúdo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ODS	Objetivo para o Desenvolvimento Sustentável
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
RASEAM	Relatório Anual Socioeconômico da Mulher
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SM	Salário Mínimo
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TUVI	Termo de Uso de Voz e Imagem

## Sumário

1.	11	
2.	13	
3.	18	
3.1	OBJETIVO GERAL	18
3.2	OBJETIVO ESPECÍFICO	18
4.	18	
4.1	MODELOS TEÓRICOS	18
4.2	AMBIENTES ALIMENTARES: O QUE SÃO?	21
4.4	MULHERES, SISTEMAS ALIMENTARES E AMBIENTE ALIMENTAR DOMÉSTICO	32
4.5	MULHERES, SOCIEDADE E ESPAÇO DOMÉSTICO	37
5.	42	
5.1	A INTERSECCIONALIDADE COMO APORTE TEÓRICO METODOLÓGICO	42
5.2	ETAPAS DO ESTUDO	46
5.2.1	Etapa 1: construção do modelo teórico preliminar	47
5.2.2	Etapa 2: Submissão do modelo teórico a especialistas e modelo final	54
5.3	GARANTIAS ÉTICAS	58
6.	59	
6.1	ARTIGO I:	60
6.2	ARTIGO II:	76
6.3	ARTIGO III:	102
6.4	ARTIGO IV	121
7.	146	
8.	150	
9.	157	
9.1	APÊNDICE 1 - VERSÃO 1 DO MODELO	157
9.2	APÊNDICE 2 – CONVITE PARA OS GRUPOS FOCAIS	159
9.3	APÊNDICE 3 – ROTEIRO DOS GRUPOS FOCAIS	160
9.4	APÊNDICE 4 – MATERIAIS NORTEADORES DOS GRUPOS FOCAIS	162
9.5	APÊNDICE 5 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DO GRUPO FOCAL	163
9.6	APÊNDICE 6 – TERMO DE CONSENTIMENTO DE USO DA VOZ E IMAGEM DO GRUPO FOCAL	165

9.7 APÊNDICE 7 –SÍNTESE DOS TEMAS E SUBTEMAS DO GRUPO FOCAL	167
9.8 APÊNDICE 8 – VERSÃO 2 DO MODELO	169
9.9 APÊNDICE 9 – CONVITE PARA OS ESPECIALISTAS	170
9.10 APÊNDICE 10 – QUESTIONÁRIO 1	171
9.11 APÊNDICE 11 – MATERIAL NORTEADOR DO PAINEL	176
9.12 APÊNDICE 12 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DO PAINEL DE ESPECIALISTAS	177
9.13 APÊNDICE 13 – VERSÃO DO MODELO REESTRUTURADA APÓS PRIMEIRARODADA DO PAINEL DE ESPECIALISTAS	180
9.14 APÊNDICE 14 – QUESTIONÁRIO 2	181
9.15 APÊNDICE 15 – VERSÃO 3 DO MODELO	186
9.16 APÊNDICE 16 – QUESTIONÁRIO 3	187
9.17 APÊNDICE 17 – MODELO FINAL	190
9.18 APÊNDICE 18 – MATERIAL EXPLICATIVO DO MODELO	191

## 1. APRESENTAÇÃO

A proposta de estudar as relações entre gênero e alimentação surgiu a partir de reflexões construídas ao longo da minha trajetória acadêmica e profissional. Formada em Gastronomia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), percebi ainda na graduação as assimetrias existentes entre homens e mulheres no campo da alimentação, bem como os papéis, símbolos e expectativas associados às identidades de gênero.

Durante minhas experiências em cozinhas profissionais, observei a existência de um processo de masculinização atribuído à área, o que me impôs condições desfavoráveis de inserção na profissão. As normas de gênero limitavam as possibilidades de circulação feminina em determinados setores da Gastronomia e da cozinha profissional, embora não incidissem da mesma forma sobre outras esferas do trabalho culinário. A partir dessas inquietações, desenvolvi inicialmente meu Trabalho de Conclusão de Curso sobre a divisão sexual do trabalho em cozinhas profissionais, buscando identificar os pontos de articulação entre as construções de gênero e a alimentação nesse contexto.

Instigada a aprofundar essa temática, ingressei no mestrado em Alimentos, Nutrição e Saúde na UFBA. Na literatura científica, observei que as atividades cotidianas relacionadas à alimentação, majoritariamente desempenhadas por mulheres, eram pouco abordadas. Apesar de sua centralidade para a vida social e para a saúde, tais atividades tendem a ser invisibilizadas e naturalizadas. Nesse sentido, emergiu a necessidade de investigar profissionais que lidam diariamente com o preparo de alimentos, mas que permanecem pouco reconhecidas em diferentes instâncias sociais, como é o caso das merendeiras. Busquei, assim, compreender o contexto no qual essas mulheres estavam inseridas, os desdobramentos das relações de gênero em suas trajetórias, sua relação com o trabalho culinário, suas histórias e sua importância para a alimentação escolar.

A partir dessas experiências, tanto no campo empírico quanto no teórico, tornou-se evidente a forma como as mulheres são historicamente associadas ao cuidado e à reprodução social. Signos e relações vinculados à maternidade, à família, à saúde, à responsabilidade e à dedicação emergiam de maneira recorrente, independentemente do espaço de atuação dessas mulheres. Percebi, então, a necessidade de compreender a relação feminina com a alimentação no âmbito doméstico e familiar, considerando esse espaço fundamental para a apreensão de questões estruturais que reverberam na vida material e na efetivação da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Com esse propósito, ingressei no doutorado em Nutrição Humana da Universidade de Brasília, com a proposta de estudar as experiências femininas em ambientes alimentares domésticos. A adoção da interseccionalidade como referencial teórico-metodológico decorreu de um interesse construído ao longo da minha trajetória e do entendimento de que as relações de gênero se constituem de forma indissociável das relações raciais e de classe. Além disso, o trabalho feminino no ambiente doméstico é central para a garantia e a promoção de uma alimentação adequada e saudável, sendo necessário, para esse fim, desnaturalizar processos, enfrentar desigualdades e promover melhores condições de vida para as mulheres.

Dessa forma, esta tese resulta de um processo de estudos e reflexões desenvolvido ao longo de aproximadamente dez anos, o qual provocou uma profunda transformação na maneira como compreendo as relações sociais, culturais, políticas e econômicas que conformam os campos da Gastronomia, da Alimentação e da Nutrição. Como mulher, nordestina, negra e periférica, tive a oportunidade não apenas de aprender e produzir conhecimento científico, mas também de ampliar minha compreensão sobre meu lugar na sociedade e sobre o potencial transformador da ciência quando articulada aos estudos de gênero e ao feminismo negro.

Espera-se que esta tese contribua como ponto de partida para novos estudos e debates que reconheçam — sem naturalizar — o papel das mulheres, especialmente das mulheres negras e trabalhadoras, na sustentabilidade da vida e, em particular, na garantia da alimentação para toda a sociedade. Almeja-se, ainda, que os achados aqui apresentados subsidiem a formulação de políticas públicas antirracistas, antissexistas e anticlassistas, orientadas pela realidade concreta das pessoas, por suas experiências de vida e por suas relações com a garantia de uma alimentação adequada e saudável.

## 2. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o debate sobre ambientes alimentares (AA) vem ganhando força na comunidade científica, sobretudo no campo da alimentação, nutrição e saúde pública. Compreende-se que este promove a interação entre os indivíduos e os sistemas alimentares de maneira mais ampla, fornecendo subsídios e condicionando as decisões alimentares (HLPE, 2017; Espinoza et al., 2017; Turner et al., 2018). Longe de ser apenas um local, o AA é o contexto físico, social, econômico, político e cultural que media as escolhas alimentares e fornece condições e oportunidades para que as pessoas escolham, adquiram (acessem), armazenem, preparem, consumam e descartem os alimentos de diferentes maneiras (HLPE, 2017; Espinoza et al., 2017).

Promover AA que proporcionem uma alimentação adequada e saudável é um grande desafio diante das complexas relações que envolvem a sociedade atual e seus dilemas. A estrutura política, econômica e física dos sistemas alimentares, o modelo ideológico e econômico atual, o mercado de trabalho e o consumo são considerados alguns dos determinantes sociais do AA que afetam as condições de vida e contribuem com as desigualdades alimentares. Portanto, as escolhas alimentares não advêm simplesmente de deliberações pessoais, mas de fatores sociais e sistêmicos mais abstrusos (Espinoza et al., 2017; Micha et al., 2020).

Os AA se expressam nos mais diferentes cenários: trabalho, escolas, vias públicas, transporte coletivo, hospitais, universidades, domicílios, etc. Dentre estes, o ambiente alimentar doméstico (AAD) é apontado por alguns autores como o mais complexo e crítico, devido à variedade de arranjos domésticos e familiares e a sua capacidade de formar e reproduzir hábitos alimentares (Glanz et al., 2005; Espinoza et al., 2017; Micha et al., 2020). No Brasil, cerca de 67,2% dos alimentos adquiridos pelas pessoas é consumido no ambiente doméstico (IBGE, 2020), fato que reforça a importância desse cenário no cotidiano alimentar.

O AAD é o contexto no qual os alimentos são adquiridos, preparados, consumidos e compartilhados em casa e inclui aspectos da socialização alimentar. A forma como a alimentação é organizada, assim como a composição dos alimentos disponíveis em casa interferem na qualidade da alimentação e conseqüentemente na Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) das pessoas. Como reflexo da sociedade, o AAD é moldado também pela organização social o que impacta na escolha, no acesso e no consumo dos alimentos e conseqüentemente nos resultados em nutrição.

As relações de gênero são centrais na conformação do AAD, uma vez que as mulheres são, majoritariamente, as cuidadoras, tomadoras de decisão e produtoras das refeições (HLPE, 2017; Twyman et al., 2020). O sexismo e o patriarcado sustentam mecanismos socioculturais que limitam a atuação das mulheres ao âmbito doméstico e dos cuidados. No Brasil, essa condição é também atravessada pelo racismo estrutural, que concentra nas mãos das mulheres negras a maior parte dessas tarefas, tanto em contextos remunerados quanto não remunerados (Goes; Costa; Ribeiro; Pereira, 2023). O capitalismo, por sua vez, se apropria e explora o trabalho feminino e negro no mercado e no espaço doméstico, além de gerar desigualdades de renda entre as classes (Saffioti, 2013; Federici, 2019; González, 2020).

Compreendido como um conjunto de atividades necessárias para a sustentabilidade da vida e para a reprodução social, o trabalho doméstico e de cuidados é reconhecido socioculturalmente como um trabalho feminino, realizado no âmbito do lar, naturalizado e desprovido de reconhecimento econômico, por ser associado ao amor e à dedicação (Federici, 2019; Hirata; Kergoat, 2020). O cuidado envolve demandas materiais e emocionais que sustentam a vida em sociedade e, no Brasil, sua organização social o coloca como obrigação que deve ser atendida pela família e pelas mulheres (Goes; Costa; Ribeiro; Pereira, 2023).

Dentre as atividades domésticas mais desempenhadas pelas mulheres comprar, preparar e servir os alimentos estão em primeiro lugar. As negras e as com menores rendimentos realizam mais horas de tarefas domésticas e de cuidado que os homens, que as mulheres brancas e as com maiores rendimentos. Segundo estudo de Picanço, Araújo e Covre-Sussai (2021) as mulheres negras têm maior hábito de comprar alimentos e cozinhar nos domicílios que as brancas, por exemplo (82,1% e 43,6% das negras e 80,2% e 29,2% das brancas). Tais dados, demonstram que as desigualdades de raça e classe agravam a carga de trabalho com o cuidado alimentar sob os corpos de mulheres negras e pobres.

As assimetrias vivenciadas no mundo do trabalho, da política e da economia reverberam no modo com que estas mulheres lidam com a sua alimentação e a da família. A feminização e racialização da pobreza<sup>1</sup> associada à distribuição desigual do trabalho doméstico e de cuidado diário, a dupla jornada, a precária inserção no mercado de trabalho, a pobreza de tempo e a falta de recursos financeiros dificultam o bem-estar feminino e negro e a sua capacidade de prover

---

<sup>1</sup> A feminização e a racialização da pobreza trata-se de um processo de crescimento (absoluto ou relativo) da pobreza no universo feminino e negro. Por ser considerada um processo e não um estado ou conjuntura particular ambas apresentam fatores expansivos, como aumento da proporção de mulheres e pessoas negras entre os pobres e o aumento da proporção de famílias chefiadas por mulheres, sobretudo negras. Tal fenômeno é considerado complexo por articular três fatores: gênero, raça e classe no Brasil (Souza; Penteado; Nascimento; Raiher, 2020; Santos; Diotto, 2024).

uma alimentação saudável. Via de regra, estes fatores impactam nas decisões das mulheres, negras, pobres e trabalhadoras sobre o que comer, como comer e quando comer no AAD. (HLPE, 2017; Petrics; Stomoulis, 2020; Twyman et al., 2020; Souza; Pentead; Nascimento; Raiher, 2020; Santos; Diotto, 2024).

Segundo dados do IBGE (2025) 59,9% dos domicílios em situação de Insegurança Alimentar (IA) têm como principal responsável a mulher. Isto é mais grave quando se observa o fator racial no qual 69,9% dos domicílios em IA (somando grave, moderada e leve) chefiados por mulheres tinham como principal responsável uma mulher negra (Rede Penssan, 2023). As decisões relacionadas às estratégias alimentares no espaço doméstico são pressionadas pelas condições materiais de existência (Angstein, 2020). A baixa capacidade financeira para adquirir alimentos saudáveis, bem como ausência de comércio de alimentos em territórios vulnerabilizados, as grandes distâncias percorridas, a difícil gestão do tempo, os desafios da mobilidade e as responsabilidades de cuidado interferem na agência feminina no AAD (Petric; Stomoulis, 2020; Twyman et al., 2020).

Por isto, o Objetivo para o Desenvolvimento Sustentável 5 (ODS 5) destaca a necessidade de valorização e reconhecimento do trabalho doméstico e de cuidado como estratégia para a promoção da igualdade de gênero e a Política Nacional de Cuidados (Brasil, 2024) visa garantir o direito ao cuidado, reconhecendo-o como fundamental para a manutenção da sociedade. A garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), por sua vez, depende também das formas de cuidado voltadas às pessoas e à natureza. Portanto, o cuidado alimentar, realizado pelas mulheres, precisa ser reconhecido como central para a reprodução e a sustentabilidade da vida, para a efetivação do DHAA ao mesmo tempo que precisa ser redistribuído socialmente (FIAN Colômbia, 2025).

Como raça e classe são potencializadores de desigualdades femininas e a posição social se produz no cruzamento de diferentes opressões, é necessário analisar as relações entre as mulheres e o AAD por meio de uma ótica integrada, tendo na interseccionalidade<sup>2</sup> uma referência para analisar a correlação de diferentes eixos de subordinação da vida das mulheres (Creshaw, 2002; Collins, 2017). Compreender que as experiências femininas com a alimentação no ambiente doméstico são atravessadas pela interseção de diferentes

---

<sup>2</sup> A interseccionalidade é considerada uma ferramenta teórica, metodológica e política construída no âmbito do feminismo negro com o objetivo de compreender e evidenciar as diferentes opressões vividas pelas mulheres negras, principalmente no que tange a convergência das identidades de gênero, racial e de classe (COLLINS, 2017).

desigualdades, é essencial para se tecer análises mais próximas da realidade e entender os desafios em se promover AAD mais saudáveis e socialmente justos.

Reduzir todas as formas de má nutrição é uma responsabilidade coletiva e para que isso ocorra são imprescindíveis políticas públicas que possam intervir de modo eficaz e que compreendam como as mulheres se relacionam com o AAD. Assim, análises que adotem o referencial da interseccionalidade podem contribuir para a formulação de políticas de promoção e garantia de uma alimentação adequada e saudável que se articulem com à equidade racial, de gênero e de classe (Micha et al., 2020; Petrics; Stomoulis, 2020; Neve et al, 2021).

Os estudos sobre AAD têm se concentrado principalmente na sua relação com a obesidade infantil, abordando sobretudo as dimensões de acessibilidade e disponibilidade de alimentos no domicílio, por meio de inventários e questionários de frequência alimentar (Parajára et al., 2022). No entanto, esse enfoque revela a necessidade de investigações que contemplem outras dimensões, especialmente aquelas relacionadas à tomada de decisões e às experiências vividas. Ademais, a maioria das pesquisas é realizada em países de alta renda e baseia-se em métodos quantitativos que priorizam a disponibilidade e o preço dos alimentos (Turner et al., 2017; Turner et al., 2018; Micha et al., 2020; Neve et al., 2021; Turner et al., 2020).

Os modelos teóricos, enquanto sistemas hipotético-dedutivos, são instrumentos científicos utilizados para compreender a realidade, por meio da articulação de conceitos, relações e teorias que representam diferentes fenômenos. A transformação de objetos concretos em imagens conceituais e sua organização em modelos cada vez mais complexos constitui uma forma rigorosa de apreensão da realidade pelo conhecimento científico (Bunge, 2020). Nesse sentido, os modelos teóricos contribuem para a análise das experiências das mulheres no AAD ao articular, de modo sistemático, teoria e universo empírico.

A partir do cenário apresentado, questiona-se: como as desigualdades de gênero, raça e classe se expressam nas experiências das mulheres no AAD e como estas experiências podem ser analisadas interseccionalmente? Para responder a estas perguntas, este estudo teve como objetivo desenvolver um modelo teórico para analisar experiências de mulheres em AAD, sob a ótica interseccional. Para tanto, os objetivos específicos giraram em torno de: 1) identificar como os elementos do AAD se articulam com as desigualdades de gênero, raça e classe; 2) propor um modelo teórico, com foco na interseccionalidade, para análise de experiências femininas em ambientes alimentares domésticos; 3) validar o modelo proposto por meio de um painel de especialistas.

Pontua-se que o eixo principal do trabalho foi a construção de um modelo que possua elementos teóricos que subsidiem a análise das experiências e nesse sentido investigações mais

profundas a cerca das subjetividades e percepções das mulheres negras em suas relações com a alimentação no âmbito doméstico, requerem estudos específicos. A maioria dos estudos e dos modelos de AAD, tendem a tratar seus componentes de forma isolada e dificilmente abordam as relações entre os sujeitos, a sociedade e o ambiente. Por isto, este estudo define o AAD como um contexto socialmente construído e dinâmico, cujos componentes interagem de forma sistêmica. Ao articular as dimensões físicas, políticas e socioculturais do AAD com os sujeitos e com a sociedade, possível notar as interações não apenas balizam a tomada de decisão alimentar, mas também moldam os comportamentos, preferências e resultados de saúde dos indivíduos.

Portanto, acredita-se que o desenvolvimento de um modelo de AAD com foco nas relações entre gênero, raça e classe apresenta relevância social ao proporcionar olhares e gerar conhecimentos sobre problemas estruturais que afetam diferentes searas da vida das mulheres, negras e trabalhadoras e que interagem no AAD. Tal trabalho toma como base a realidade de mulheres negras e da classe trabalhadora no contexto brasileiro, considerando suas condições materiais de sobrevivência, arranjos familiares, relações com o território e inserção no trabalho, o que permite uma análise mais situada das experiências.

O modelo desenvolvido pode contribuir para o fomento de estudos que priorizem a ótica interseccional no campo da Alimentação e Nutrição. Os dados e informações geradas podem possibilitar também, o desenvolvimento de ações que mitiguem iniquidades sociais e promovam saúde, bem-estar social e equidade de gênero e raça.

Esta tese está organizada em cinco tópicos. O primeiro apresenta os objetivos gerais e específicos o estudo. O segundo, o referencial teórico utilizado, trazendo discussões sobre modelos teóricos, ambientes alimentares, ambientes alimentares domésticos, mulheres, sociedade e espaço doméstico. Em seguida, apresenta-se os passos utilizados para realização da pesquisa, seus referenciais teóricos-metodológicos e métodos e instrumentos utilizados.

No quarto tópico, são apresentados os resultados em formato de quatro artigos científicos: 1) Implicações das relações de gênero nos ambientes alimentares domésticos saudáveis; 2) Mulheres, cuidado alimentar e desigualdades: construção de um modelo teórico interseccional para análise de experiências femininas em ambiente alimentar doméstico; 3) Desafios e desigualdades no cuidado alimentar em ambientes domésticos: experiências de mulheres negras; 4) Mulheres negras e ambiente alimentar doméstico: um modelo interseccional validado. Por fim, apresentam-se as considerações finais.

### **3. OBJETIVOS**

#### **3.1 OBJETIVO GERAL**

Desenvolver um modelo teórico para analisar experiências de mulheres em AAD, sob a ótica interseccional.

#### **3.2 OBJETIVO ESPECÍFICO**

- 1) identificar como os elementos do AAD se articulam com as desigualdades de gênero, raça e classe;
- 2) propor um modelo teórico, com foco na interseccionalidade, para análise de experiências femininas em ambientes alimentares domésticos;
- 3) validar o modelo proposto por meio de um painel de especialistas.

### **4. REFERENCIAL TEÓRICO**

#### **4.1 MODELOS TEÓRICOS**

Após a Segunda Guerra Mundial ocorreu uma subversão do modo tradicional de desenvolver pesquisas nas ciências não-físicas através do reconhecimento do valor das teorias. Para além da observação, da classificação e da especulação, acrescentou-se a construção de sistemas hipotéticos-dedutivos e a busca por pô-los a prova experimental. Assim, começa-se a entender que o objetivo da pesquisa não é a acumulação de fatos, mas a sua compreensão e que esta só é possível a partir da exploração e desenvolvimento de hipóteses. Este processo não se propõe tornar todas as ciências “hards”, mas criar outras formas de estudar em diferentes áreas os processos com profundidade (Bunge, 2020).

Bunge (2020) observa que a construção dessa ótica na pesquisa se dá a partir da criação de duas categorias: o objeto-modelo e o modelo teórico. Para o autor o alcance conceitual da realidade inicia pelos processos de idealização que são transportadas da realidade para o plano das representações. Nesse sentido, o objeto-modelo não seria o objeto real estudado, mas sim a construção teórica que o representa, com o intuito de descrevê-lo e explicá-lo. Ou seja, tal objeto funciona como uma imagem simplificada e científica do objeto real que busca organizar os elementos observados e demonstrar como estes interagem (Bunge, 2020).

Para apreender o real, Bunge (2020) salienta que é necessário afastar-se da mera informação e adicionar elementos imaginários com intenções realistas de modo a desenvolver esquemas, matrizes, diagramas, etc. Isto torna possível identificar e organizar categorias,

variáveis e elementos implícitos naquela realidade a ser estudada. Porém, o desenvolvimento do objeto-modelo requer sua descrição e interpretação a partir do que se intitula **modelo teórico**. Este é considerado pelo autor um sistema hipotético-dedutivo que busca explicar e interpretar um fato, sendo assim considerado uma teoria sobre o objeto-modelo (Bunge, 2020). Seguindo os passos de Bunge (2020) Souza Filho e Struchiner (2021) pontuam que o modelo teórico é uma representação hipotético-dedutiva da realidade ou de parte dela e que tem como finalidade conhecer, explicar, presumir relações sob um objeto ou fato, sendo uma ponte entre teoria e realidade. Estes devem expor as relações inferidas no plano teórico e suas conexões com o plano empírico. Green (2014) define modelo teórico como uma representação diagramática de uma estrutura teórica, no qual são utilizados conceitos para se construir uma teoria.

Como observado, a teoria é considerada elemento fundamental para a idealização e desenvolvimento de modelos teóricos, bem como para a construção do conhecimento científico. De modo simples, esta é considerada um conjunto de conceitos, relações e proposições interrelacionadas que buscam não só explicar, mas interpretar a realidade, tornando-se um conhecimento organizado sobre esta. Tais proposições contribuem para a construção de hipóteses, generalizações e leis. Assim, problemas específicos podem ser compreendidos somente dentro de teorias específicas, por isso existe a necessidade de enriquecimento das teorias gerais (Bunge, 2020; Souza Filho e Struchiner; 2021).

Ainda são poucos os trabalhos que discutem a importância do uso de modelos teóricos nas pesquisas científicas (Souza Filho; Struchiner, 2021). Souza Filho, Triany, Arana e Struchiner (2023) destacam três categorias de modelo teórico: 1) modelo teórico conceitual; 2) modelo teórico de análise; 3) modelo teórico observado.

O primeiro é compreendido a partir do plano teórico, sendo formado por um conjunto de proposições que apresenta termos de ligação para expressar a relação entre conceitos. Já o segundo, é apreendido no plano empírico, sendo composto por uma rede de hipóteses que expõem duas ou mais variáveis conectadas por um termo de ligação que aponta a relação entre elas. O último é resultante de uma interpretação crítico-reflexiva frente aos resultados dos outros dois modelos, ou seja, ele é uma conexão entre o plano teórico e empírico (Souza Filho; Triany; Arana; Struchiner, 2023).

Segundo Bunge (2020) converter fatos concretos em imagens conceituais de forma enriquecedora e expandí-las para modelos teóricos de forma progressiva, complexa e cada vez mais próxima do real, é um método efetivo para se apreender a realidade por meio do pensamento. Quanto mais fiel a realidade mais minucioso será o modelo teórico (Bunge, 2020).

A falta de reflexão sobre o uso de modelos teóricos pode gerar resultados confusos sobre

um determinado tema/objeto e pode levar a conclusões equivocadas, a falta de confiabilidade e reprodutibilidade das pesquisas. Deste modo, é importante que as pessoas que pesquisam reflitam criticamente sobre o modo de uso e construção de modelos teóricos nos estudos (Souza Filho; Triany; Arana; Struchiner, 2023).

Souza Filho e Struchiner (2021) pontuam que todo modelo deve determinar e demonstrar os mecanismos que amparam as suas relações gerais, inclusive quando se utiliza de inferências teóricas passíveis de confirmações empíricas. Observa-se por meio disto, que os modelos teóricos são susceptíveis a refutabilidade e devido a isto podem passar por constantes transformações e adaptações (Souza Filho; Struchiner, 2021).

O modelo teórico de um objeto concreto não atende à complexidade de seu respectivo, porém este se torna muito mais rico que o objeto-modelo por si só, tendo em vista que este último é apenas uma lista representativa das características do fato estudado. Todo modelo teórico é parcial pois apreende apenas uma parcela das particularidades do objeto representado, de modo aproximativo (Bunge, 2020).

Segundo Bunge (2020) a construção de objetos-modelos e modelos teóricos é uma atividade de criação que arrisca os conhecimentos, preferências e interesses do pesquisador. Para o autor é preciso aperfeiçoar frequentemente as ideias, pois assim como a realidade está em transformação as teorias também estão. Ressalta-se que mesmo que a reprodutibilidade e uma possível objetividade nos estudos, é crucial entender que toda pesquisa científica expressa marcas de subjetividade e o pensamento e caminho teórico-metodológico desenvolvido pelo pesquisador é indispensável na ampliação do conhecimento (Bunge, 2020; Souza Filho; Triany; Arana; Struchiner, 2023).

Para compreender um modelo científico é importante entender como os conceitos foram elaborados (Souza Filho e Struchiner; 2021). O processo de construção e composição das variáveis é um desafio importante, o que carece de reflexão e compreensão teórico-metodológica da pesquisa e o plano teórico e empírico para a interpretação dos dados. Deste modo, o pesquisador deve definir como ocorrerá a construção e utilização do modelo teórico e como será o seu impacto interno (na qualidade, validade e potencial de generalização) e externo (na aplicação do instrumento) (Souza Filho; Triany; Arana; Struchiner, 2023).

A apresentação dos modelos teóricos deve ser realizada a partir de uma estrutura teórica e conceitual que pode ser representada e explicitada graficamente, sendo a sua estrutura teórica apresentada de maneira textual e a conceitual na forma visual (Bunge, 2020; Souza Filho; Triany; Arana; Struchiner, 2023). A partir disto, Souza Filho e Struchiner (2021), pontuam que atualmente existem duas formas de construção de modelos teóricos: a *Elaboração Mecanicista*

*do Modelo Teórico e a Elaboração Significativa do Modelo Teórico.*

Na forma mecanicista de elaboração, o pesquisador adota um modelo já pré-existente, sem realizar críticas ou reflexões acerca deste, suas estruturas e conceitos, com o objetivo de apresentá-lo ainda que de maneira limitada e parcial o objeto/tema em questão. Tal processo gera pouca interatividade com os conhecimentos prévios do pesquisador ou novos conhecimentos, o que torna o desenvolvimento do modelo sem significado ou com pouco aprofundamento do tema (Souza Filho; Struchiner, 2021).

Já na elaboração significativa pode haver processos de desenvolvimento, adaptação e/ou adoção de um modelo pré-existente, mas há reflexão sobre sua estrutura e conceitos a partir das experiências e conhecimentos prévios do estudioso em questão. O pesquisador cria, adapta e atualiza-o regularmente com o intuito de compreender profundamente a questão abordada. Considera-se esta abordagem a mais adequada para a criação de modelos teóricos, especialmente para pesquisas no âmbito da Saúde Pública (Souza Filho; Struchiner, 2021).

A partir do exposto, considera-se modelos teóricos como instrumentos importantes no desenvolvimento do conhecimento científico. Estes possibilitam a criação de conceitos, articulações e relações que de modo sistemático auxiliam o pesquisador na explicação e interpretação da realidade, do objeto ou tema estudado. Quando um determinado tema emerge na realidade, como os ambientes alimentares, os modelos teóricos possibilitam o exercício do fazer científico, a partir do aprofundamento do tema de modo a entender como este se comporta na realidade. Assim, no próximo tópico propõe-se conhecer o que são os ambientes alimentares e os modelos teóricos desenvolvidos até então.

#### 4.2 AMBIENTES ALIMENTARES: O QUE SÃO?

A pesquisa sobre ambientes alimentares iniciou-se nos anos 90, baseada na teoria socioecológica a partir da compreensão de que o ambiente tem papel importante nos comportamentos alimentares e desfechos de saúde. Ao analisar a perspectiva histórica dos ambientes alimentares, Glanz (2009) afirma que embora os estudos sejam recentes, há muito tempo, dados que dialogam com o ambiente alimentar vêm sendo coletados indiretamente por pesquisadores para uma pluralidade de propósitos. Para a autora, o ambiente alimentar (anteriormente chamado de “ambiente de nutrição”) apresenta complexidades e multiníveis, contendo determinantes potenciais das escolhas alimentares.

Segundo o HLPE (2017) o ambiente alimentar é o contexto físico, econômico, político e sociocultural que delimita a relação entre o consumidor e o sistema alimentar em sua tomada

de decisão sobre processos que vão desde a aquisição ao consumo dos alimentos. Aspectos como oportunidades e condições físicas, econômicas, políticas e socioculturais criam opções cotidianas e definem preferências e escolhas alimentares, conforme o HLPE (2017).

Para Espinoza et al. (2017) os ambientes alimentares são ambientes que as pessoas e grupos utilizam para produzir, comprar, armazenar, preparar, comer e descartar alimentos em diferentes formas e que são indiretamente influenciados por fatores estruturais multiníveis. Turner et al. (2018) ao focar nas interações, concluem que os ambientes alimentares são a interface de ligação entre os sistemas alimentares de forma mais ampla e abrange aspectos como disponibilidade, a acessibilidade, conveniência, desejabilidade.

Downs et al. (2020) ampliaram o conceito de ambiente alimentar de Turner et al. (2018) e define este como a interface entre o indivíduo com o sistema alimentar, que engloba a disponibilidade, a acessibilidade, a conveniência, a promoção, a qualidade e a sustentabilidade em espaços silvestres, cultivados e construídos e são influenciados pelo ambiente sociocultural, político e pelos ecossistemas nos quais se inserem.

É importante destacar que diversos autores pontuam diferentes tipos, dimensões e fatores que compõem e afetam os ambientes alimentares em níveis macro e microestruturais. Para Downs et al. (2020) a criação e aplicação de tipologias de ambiente alimentar permitem compreender de maneira mais abrangente os determinantes socioecológicos da alimentação, bem como realizar análises comparativas entre locais em diferentes momentos. Assim, os modelos teóricos auxiliam na compreensão da complexidade dos ambientes alimentares, na ampliação de repertórios e agregam novos olhares sem anular reflexões anteriores.

No que tange estes modelos, Swinburn et al. (1999), desenvolveram no fim dos anos 90 uma proposta que relacionava a soma de influências que os ambientes, as oportunidades e as condições de vida tinham na promoção da obesidade. Os autores definiram dois níveis de ambientes: 1. **microambiente** (ambientes os quais grupos de pessoas estão reunidas para fins específicos, em locais geograficamente distintos e que são influenciados potencialmente pelos indivíduos, tais como escolas, casas, trabalho, bairros, etc.); 2. **macroambiente** (setores comuns à população em geral e que promovem serviços e infraestrutura de apoio à alimentação, tais como sistema de educação e saúde, instituições, etc.).

Swinburn et al. (1999) criam um modelo que apresenta quatro tipos de ambientes<sup>3</sup>: 1. **físico** (relacionado ao que está disponível, de modo tangível e intangível); 2. **econômico** (custos relacionados a alimentação); 3. **político** (regras relacionadas à alimentação, como leis, regulamentos, políticas, etc.); 4. **sociocultural** (normas, crenças e valores de uma sociedade ou comunidade, ligados à alimentação).

Glanz et al (2005), se basearem em um modelo ecológico de saúde, definindo quatro tipos de ambientes: 1. **ambiente da comunidade** (contexto de distribuição dos alimentos e de acessibilidade, ex: lojas, restaurantes, mercados, etc.); 2. **ambiente organizacional**(relacionado à disponibilidade em grupos específicos como casas, refeitórios, escolas, etc); 3. **ambiente do consumidor** (aspectos relacionados diretamente ao consumidor, como preço, promoção, informação nutricional, etc.); 4. **ambiente da informação** (relacionado a publicidade e a sua relação com políticas governamentais e industriais).

Turner et al (2020) afirmam que o trabalho de Glanz e colaboradores no início dos anos 2000 foi pioneiro ao descrever o ambiente alimentar em uma escala local – o ambiente comunitário – e em uma escala ligada a relação entre o consumidor e compra – ambiente do consumidor. Tal conceituação serviu de orientação para grande parte das pesquisas desenvolvidas até então, que buscaram quantificar a dimensão externa dos ambientes alimentares por meio de fontes de aquisição e consumo de alimentos. Apesar disto, os autores apontam a necessidade de continuidade nas construções conceituais para melhor definir os ambientes alimentares, seus tipos e modelos (Turner et al., 2017).

No modelo de Espinoza et al (2017) os ambientes alimentares são classificados em cinco tipos: 1. **ambiente doméstico** (espaço de socialização primária e desenvolvimento de preferências alimentares); 2. **ambiente alimentar em vias públicas** (espaços de comércio de comida de rua); 3. **ambiente alimentar institucional** (pautado no fornecimento de alimentos a indivíduos que fazem parte de uma instituição); 4. **ambientes alimentares de restauração** (centrado no consumo alimentar moderno, proporcionando a compra de uma variedade de opções de alimentos); 5. **ambiente alimentar de abastecimento** (considerado um ambiente independente e que modula outros ambientes por meio do acesso aos alimentos).

Os autores destacam que esta proposta permite problematizar ações ou monitoramentos em ambientes que permeiam o cotidiano de uma comunidade. Além da definição dos tipos de ambientes alimentares, Espinoza et al (2017) pontuam a influência de condicionantes dos

---

<sup>3</sup> Em trabalho de 2013 os autores deslocam essa classificação e reconhecem que os aspectos físico, econômico, político e sociocultural podem ser considerados dimensões do ambiente alimentar e que cada uma destas tem impacto significativo nas escolhas alimentares. Além disto destacam que atores como a indústria de alimentos, o governo e a sociedade estão em constante interação com os ambientes alimentares (SWINBURN et al., 2013). ambientes alimentares do ponto de vista estrutural, tais como o sistema e a cultura alimentar, a indústria alimentar, as políticas de alimentação e nutrição, os indivíduos e a coesão social e os determinantes sociais de saúde. Este último é apontado como um elemento que contribui para desigualdades na alimentação, a partir de fatores como classe socioeconômica, escolaridade,

gênero, etnia, estágio geracional, etc.

Downs et al. (2020) ao definir uma tipologia de ambiente alimentar, traz a importância de relacioná-lo com a cadeia de abastecimento e a dimensão da sustentabilidade. Os autores definiram como tipos de ambiente alimentar: 1. **ambiente alimentar natural** (associado a fontes alimentares da própria natureza, podendo ser selvagem ou cultivado); 2. **ambiente alimentar construído** (ligado ao nível de atuação humana, tais como os mercados formais e informais). Para Downs et al (2020), os indivíduos podem interagir com vários tipos de ambientes alimentares em um determinado momento, podendo mudar com o tempo.

Sobre os diferentes domínios que configuram os ambientes alimentares observamos também uma multiplicidade de discussões. Turner et al (2018) apontam dois domínios: o **externo** e o **pessoal**. O primeiro associa-se ao mundo de oportunidades e restrições ligadas ao que está disponível, os preços, as propriedades do vendedor e do produto e o mercado e a regulação. O segundo apresenta elementos de cunho pessoal, como a acessibilidade, o poder de compra, a conveniência e a desejabilidade (Turner et al., 2018).

Story et al. (2008), destacam também influências que moldam os ambientes alimentares, como os **fatores individuais**, o **ambiente social**, o **ambiente físico** e o **ambiente macronível**. O primeiro diz respeito as escolhas e comportamentos relacionados a alimentação de modo particular e cognitivo. O ambiente social está associado as relações estabelecidas entre os grupos, tais como família, amigos, comunidade, etc. e as suas influências nas escolhas e consumo alimentar. O ambiente físico, se relaciona as diferentes configurações de locais nos quais os indivíduos adquirem e consomem seus alimentos. E por fim, o nível macroestrutural opera de maneira mais ampla e inclui a comercialização, normas, sistemas de distribuição e produção de alimentos.

Glanz (2009) observa que as forças de mercado são proeminentes na compreensão dos ambientes alimentares, pois os alimentos são considerados mercadorias estando associados a indústria de alimentos. Por estes motivos, Micha et al. (2020) afirmam que diversas desigualdades impactam os ambientes alimentares, a alimentação e saúde dos indivíduos. Para os autores as desigualdades restringem o acesso a dietas saudáveis para algumas pessoas, produzindo resultados distintos de desnutrição e nutrição.

Conforme Turner et al. (2018) o termo “acesso a alimentos” é usado com frequência como um elemento multifacetado da aquisição de alimentos. Caspi et al. (2012) observa que o acesso pode ser observado a partir de cinco dimensões: 1. **disponibilidade** (adequação da oferta de alimentos saudáveis); 2. **acessibilidade** (localização da oferta e facilidade de locomoção); 3. **acesso econômico** (preço dos alimentos e percepções de valor em relação ao

custo); 4. **aceitabilidade** (se o fornecimento de produtos atende ou não padrões pessoais); e 5. **acomodação** (se as fontes de alimentos se adaptam as necessidades locais) (Caspi et al., 2012).

Destes elementos do acesso, a disponibilidade e a acessibilidade são os mais analisados nos ambientes alimentares. O primeiro refere-se a presença ou ausência de uma fonte de alimentos, enquanto o segundo tem relação com a distância, tempo e oportunidades de transporte para a obtenção destes. A disponibilidade antecede a acessibilidade pois, um alimento não pode ser acessível se não se encontra disponível (Turner et al., 2018).

Micha et al. (2020) ressalta que há um desequilíbrio relativo à disponibilidade, a partir da diversidade e/ou monotonia dos alimentos que são oferecidos e que este é afetado pelos sistemas de produção e fontes alimentares disponíveis. A priorização de determinados gêneros alimentícios, a falta de uma infraestrutura básica e a má distribuição limitam o acesso à alimentos saudáveis pelas pessoas (Micha et al., 2020).

A acessibilidade e a disponibilidade são desafios no contexto dos ambientes alimentares, pois são fatores fundamentais para decisões de compra (Pitt et al., 2017). No ambiente comunitário, por exemplo, a rede de abastecimento tem papel fundamental nas escolhas alimentares e na saúde dos sujeitos. Morar próximo a espaços em que existem feiras e mercados interfere no consumo de alimentos frescos e saudáveis, assim como viver perto de estabelecimentos que comercializam alimentos ultraprocessados favorece o seu uso (Borges, Cabral-Miranda, Jaime, 2018).

Tais aspectos se relacionam com os chamados desertos e pântanos alimentares, pois regulam quais alimentos estão disponíveis para adquirir e consumir, frente a uma situação de escassez ou abundância (HLPE, 2017). Em áreas de baixa renda (geralmente de maioria de população negra), por exemplo, observa-se uma disponibilidade desproporcional de alimentos ultraprocessados e alimentos calóricos e detrimento de alimentos saudáveis (Jilcott et al., 2009; Borges; Cabral-Miranda; Jaime, 2018; Pitt et al., 2017; Cunha et al., 2022). Nesse sentido, Pitt et al. (2017) pontuam que ambientes alimentares comunitários espelham a classe social a qual pertencem as pessoas que fazem parte desse contexto.

A falta de estabelecimentos que ofertam produtos saudáveis na localidade dos indivíduos, contribui para que as pessoas tenham que se locomover para lugares mais distantes, gerando dependência de meios de transportes, particulares ou públicos, para adquirir alimentos. Portanto, a escolha dos estabelecimentos na compra dos alimentos condiz com as rotinas dos sujeitos, seu grau de mobilidade, as características da vizinhança e questões como segurança (Pitt et al., 2017).

Fatores econômicos também tem implicações importantes nos ambientes alimentares (Story et al., 2008; Pitt et al., 2017). Para Swinburn et al (1999) os custos de produção, fabricação, distribuição e varejo dos alimentos interferem no custo dos alimentos que são normalmente determinados pelas forças de mercado. Para que haja aquisição de alimentos saudáveis é necessário que estes sejam acessíveis financeiramente e por isto, o custo é um fator define as prioridades de compra, sendo por vezes mais importante que qualidade nutricional (Pitt et al., 2017; Micha et al., 2020).

Alimentos in natura, como frutas, hortaliças, vegetais e produtos de origem animal, por exemplo, não estão à disposição para muitas pessoas em vulnerabilidade socioeconômica. Por estes motivos, alimentos ricos em açúcares e gorduras, especialmente os ultraprocessados, tendem a oferecer calorias a menor custo (Story et al., 2008; Pitt et al., 2017; Micha et al., 2020). Pitt et al (2017) observam que grupos socioeconomicamente mais baixos criam estratégias para contornar desafios em contextos de restrição financeira, à exemplo compras a granel e compra de cortes de carnes mais baratos.

A qualidade, a segurança e o apelo, assim como o tipo de fornecedor, a localização e o ponto de venda influenciam como as pessoas acessam, preparam e consomem os alimentos disponíveis (Micha et al. 2020). A rápida disseminação de supermercados, cadeias de fast-food, restaurantes e a crescente mudança no varejo impactaram na presença de alimentos processados e de conveniência, tornando-os mais baratos e comercializados intensamente. Além disso, o aumento das refeições fora de casa, ampliou o consumo de alimentos mais densos e de pior qualidade (Story et al., 2008; Micha et al. 2020).

O marketing e a regulação também são elementos relacionados os ambientes alimentares. As informações fornecidas influenciam nas decisões, na construção de preferências e nos comportamentos (Turner et al., 2018). Inúmeras são as técnicas de publicidade utilizadas para se alcançar crianças e promover a fidelidade às marcas e influencias nos comportamentos de compra (Story et al., 2008). Além disto, o cunho apelativo da indústria de alimentos sob países de baixa e média renda é intenso e considera-se a necessidade de regular a publicidade de alimentos e bebidas ultraprocessadas no setor privado (Micha et. al, 2020).

Diante do exposto, este estudo parte da noção de ambiente alimentar como o contexto físico, político, econômico e sociocultural que oportuniza condições para a tomada de decisões cotidianas sobre a aquisição, preparação e o consumo dos alimentos, frente a um sistema alimentar mais amplo (HLPE, 2017; Espinoza et al., 2017; Turner et al., 2018). Nesta noção, o ambiente alimentar é influenciado por fatores estruturais, como a política<sup>4</sup>, mercado, cultura alimentar e determinantes sociais (Espinoza et al., 2017) e também, se relaciona diretamente

com agentes como o governo, sociedade e indústria de alimentos (Swinburn et al., 2013).

Além disto, considera-se neste estudo que os ambientes alimentares são compostos pelas dimensões sociocultural, física, política e econômica como destacam Swinburn et al (1999) e Swinburn et al (2013) e estas interagem de forma sistêmica entre si. Múltiplos são os elementos que compõem cada uma destas, indo desde aspectos do domínio interno pessoal até os externos, segundo definição de Turner et al. (2018).

A pesquisa sobre ambientes alimentares está em constante desenvolvimento conforme os estudos abordam lacunas no conhecimento existente. Um melhor conhecimento e compreensão sobre as interações entre os diferentes domínios e dimensões dos ambientes alimentares é importante para prevenir e controlar todas as formas de má nutrição (Turner et al, 2018).

Por estes motivos, compreender contextos cotidianos os quais os indivíduos interagem com a alimentação é crucial para o desenvolvimento de intervenções em ambientes alimentares, conforme sinalizado o modelo teórico de Espinoza et al. (2017). Assim, o ambiente alimentar doméstico é um espaço crítico para tomada de decisões sobre a aquisição, a preparação e o consumo dos alimentos (Micha et al., 2020) pois ele sedia múltiplas experiências cotidianas com a alimentação, como veremos a seguir.

Para Vélez (2013) o domicílio é um território que engloba entidades físicas, simbólicas e sociais que interagem sistematicamente e condicionam a relação entre os indivíduos e o local que habitam, sendo espaço de socialização primária no qual conhecimento sobre o mundo nasce (Vélez, 2013). Assim, os ambientes domésticos são considerados espaços cruciais nos processos de alimentação, no desenvolvimento de saberes, preferências e comportamentos alimentares (STORY et al., 2008; Rosenkranz; Dzewaltowski, 2008; Espinoza et al. 2017; Micha et al., 2020).

Rosenkranz e Dzewaltowski (2008), na tentativa de caracterizar o AAD, construíram um modelo, a partir da sua associação com a obesidade em crianças. Na proposta, os autores sugerem que o AAD é composto por outros três ambientes<sup>5</sup>: **políticos e econômicos; socioculturais; construídos e naturais**. Eles também destacam que componentes dos níveis micro e macro interagem com cada um dos ambientes citados. Para Rosenkranz e Dzewaltowski (2008), cada tipo e nível influencia em um mosaico de determinantes que representam o AAD

---

<sup>4</sup> Trata-se do ambiente político de modo geral.

e sua importância no comportamento alimentar infantil. No quadro abaixo, é possível observar uma síntese das características de cada ambiente a partir dos autores:

Quadro 1. Componentes do Ambiente Alimentar Doméstico segundo Rosenkranz e Dziewaltowski (2008)

<b>Ambientes</b>	<b>Nível Micro</b>	<b>Nível Macro</b>
Políticos e Econômicos	status econômico, insegurança alimentar, participação em programas de alimentação, etc.	preços dos alimentos, regulações do mercado, programas de alimentação, condições econômicas nacionais ou comunitárias, etc.
Socioculturais	composição familiar, situação de estresse familiar, estilos parentais, saberes alimentares, habilidades culinárias, costumes e tradições, etc.	raça e etnia da população, marketing, tendências de consumo, estruturas familiares, etc.
Construídos e Naturais	disponibilidade domiciliar, acessibilidade domiciliar, tipos de equipamentos de mídia, equipamentos culinários, design do domicílio, etc.	tipos de canais e fontes alimentares, disponibilidade no entorno, distância, infraestrutura da informação, etc.

Elaboração: Autora (2022)

É possível perceber a partir dos apontamentos de Rosenkranz e Dziewaltowski (2008), que o AAD engloba elementos complexos e sistêmicos, assim como o ambiente alimentar de modo geral. O acesso físico e econômico, questões políticas e governamentais, marketing e publicidade, determinantes culturais, condições sociais e físicas, conhecimentos e habilidades individuais, dentre outros, influenciam nos processos de escolha e consumo dos alimentos no âmbito doméstico.

A economia global, o mercado e os modelos de governança por exemplo, afetam o AAD de diversas maneiras. A oferta de empregos, perfil dos salários, seguridade social, situação de saúde da população, abastecimento e varejo de alimentos, programas de distribuição de renda<sup>6</sup> etc. interferem nas condições de vida das pessoas. (Rosenkranz; Dziewaltowski, 2008)

A disponibilidade, a acessibilidade e a frequência das refeições, são fatores determinantes no AAD, e alimentos saudáveis e não saudáveis podem coexistir no mesmo domicílio, revelando que a complexidade das questões alimentares deve ser analisada a partir do contexto (Story et al., 2008; Soares, França, Gonçalves, 2014; Parajára et al., 2022).

Em estudo de Cunha et al., 2022 por exemplo, as autoras identificaram que domicílios onde residiam pessoas pretas ou pardas, com menor escolaridade, com maior número de residentes e moradores de áreas de menor renda tinham menos acesso econômico a frutas e verduras.

<sup>5</sup> Podemos considerar tais ambientes também como dimensões.

A disponibilidade de alimentos saudáveis e frescos (como frutas, verduras, hortaliças, grãos, etc.) em casa, favorece o consumo pelos moradores e moradoras, assim como a presença de alimentos com alto teor de gordura ou açúcares, desencoraja o consumo de outros com maior teor de fibras e micronutrientes (Rosenkranz; Dzewaltowski, 2008; Story et al., 2008; Soares, França, Gonçalves, 2014). A presença de alimentos em casa também é afetada pela sua oferta em outros espaços (Glanz et al., 2005), especialmente no entorno do domicílio em sua relação com o ambiente alimentar comunitário. A relação entre interior e exterior do domicílio proporciona a ideia de continuidade, pois as práticas domésticas se engendram em um movimento de fora para dentro e de dentro para fora. A localização da casa e sua ligação com o seu entorno forma um sistema de espaço doméstico ampliado (Valez, 2012).

Assim, os alimentos são ofertados a partir de uma ampla variedade de canais, que incluem mercearias, lojas de conveniência, hortas comunitárias, restaurantes, mercados, supermercados, etc. O que está disponível nas proximidades da casa influencia no que se pode adquirir (Rosenkranz; Dzewaltowski, 2008; Carnahan et al., 2016). No caso de famílias de baixa renda, que habitam em periferias das cidades, o tempo despendido para deslocamentos pode ser bem maior e alimentar-se adequadamente nesse contexto pode ser um grande desafio (Sawaya et al., 2019)

Kegler et al. (2008) sobre AAD com pessoas da zona rural da Geórgia/EUA, observaram que alguns alimentos frescos poderiam ser acessados localmente, todavia uma maior gama de alimentos estavam presentes em supermercados e mercearias mais distantes e por este motivo o deslocamento, o tempo e a distância se tornavam barreiras. Jilcott et al. (2009) perceberam em estudo que a localização distante e ambiente estressante nos locais de comercialização de alimentos são barreiras que limitam também a frequência das compras. Além disto, os autores observaram que pessoas residentes de áreas urbanas relatavam pouco acesso a produtos agrícolas.

A instabilidade econômica e o nível educacional da família afetam as condições de acesso e manutenção de uma alimentação adequada e saudável. Deste modo, seu status financeiro irá incidir na aquisição e gerenciamento a alimentação, em níveis de quantidade, qualidade e variedade (Rosenkranz; Dzewaltowski, 2008; Peliano; Sawaya et al., 2019; Micha et al., 2020).

---

<sup>6</sup> No Brasil, o programa “Bolsa Família” (agora intitulada “Auxílio Brasil”) foi uma política implementada por muitos anos que amenizou situações de extrema pobreza no país, proporcionando maior gasto com a alimentação pelas famílias, ampliação do repertório alimentar e promoção de um maior número de refeições diárias (FERREIRA; MAGALHÃES, 2017).

De acordo com Cunha et al. (2022) indivíduos de melhor condição socioeconômica têm a possibilidade de optar entre padrões alimentares saudáveis ou não saudáveis, já pessoas de menor posição socioeconômica ficam limitadas a alimentos mais baratos, monótonos e frequentemente de baixa qualidade.

O grau de compras interfere nas escolhas realizadas no espaço doméstico. Assim, a principal pessoa responsável pela aquisição dos alimentos intervém nos padrões alimentares do grupo familiar (Glanz et al., 2005). Raskind et al. (2017), por exemplo, ao realizar um estudo com mulheres estadunidenses, de maioria afro-americana, sobre decisões de compra de alimentos, perceberam que o custo é um elemento determinante na escolha sobre o que comprar para casa e que estratégias são utilizadas por quem tem orçamentos limitados. Escolher itens de marcas genéricas, usar cupons, variar lojas, comprar alimentos de baixa qualidade, são exemplos de técnicas utilizadas por famílias de baixa renda (Kolopaking; Bardosono, 2011; Raskind et al., 2017)

Além dos aspectos ressaltados acima, é importante frisar que a presença de alimentos no âmbito doméstico está associada também às preferências alimentares do grupo familiar e as tradições culturais (Evans et al., 2011). Sendo assim, elementos como etnia impactam os AAD pois se ligam aos costumes e tradições que atravessam o âmbito doméstico (Rosenkranz; Dzewaltowski, 2008). Em estudo realizado por Evans et al. (2011) com imigrantes mexicanas, os autores notaram a maior presença de alimentos tradicionais da cultura mexicana nos domicílios. Além disto, a percepção sobre a dificuldade de inserir novos alimentos no repertório familiar era observada na ênfase as preferências alimentares dos familiares.

A conveniência também é um fator que permeia o AAD, tendo em vista que alimentos mais fáceis de preparar e consumir tornam-se mais convenientes em um ritmo de vida mais acelerado. Em diversos estudos é possível observar que alimentos de ultraprocessados e fast-food estão presentes no ambiente doméstico a partir da justificativa de que são mais fáceis e acessíveis para o uso doméstico, ainda que estes não sejam nutricionalmente adequados (Evans et al., 2011; Wang et al., 2014; Raskind et al., 2017).

Uma vez presentes em casa, os alimentos tornam-se parte da sua composição física e tal composição atua sobre o que, quanto e quando será consumido. Características como a visibilidade e acessibilidade dos alimentos, a estrutura e o desenho da casa e da cozinha os tipos de serviços da alimentação, acesso a equipamentos e utensílios colaboram com decisões sobre o que adquirir, o que preparar e o que comer nos domicílios. A informação, o marketing e a publicidade também direcionam padrões alimentares domésticos (Rosenkranz; Dzewaltowski, 2008).

Sawaya et al. (2019) destacam que a família e o espaço doméstico são importantes na transmissão de práticas culinárias e tradições culturais. Habilidades e conhecimento culinário são elementos que limitam ou facilitam as decisões alimentares (Rosenkranz; Dzewaltowski, 2008; Wijayaratne et al., 2020). Assim, a autonomia culinária pode ser considerada como a capacidade de pensar, decidir e agir diante do preparo das refeições no espaço doméstico, utilizando sobretudo alimentos in natura ou minimamente processados (Oliveira; Castro, 2022). O maior domínio das técnicas culinárias, do planejamento do cardápio e das compras e da organização da despensa doméstica reduzem o tempo de preparo das refeições e amplia o leque de refeições saudáveis (Brasil, 2014; Wijayaratne et al, 2020).

Como já apontado, o AAD é um espaço no qual as crianças são socializadas desde o nascimento e pais e cuidadores fornecem maior parte da influência. Além disto, os indivíduos quando socializados são multiplicadores de hábitos alimentares, pois ao crescerem influenciam outros ambientes. Nesse sentido, práticas, regras e estilos parentais também moldam a forma como a família se alimenta e situações de estresse familiar tendem a diminuir a qualidade e a frequência das refeições (Rosenkranz; Dzewaltowski, 2008; Evans et al., 2011).

Rosenkranz e Dzewaltowski (2008) pontuam que a estrutura familiar, o tamanho da família e a divisão das atividades domésticas são fatores que influenciam no comer em casa. Famílias monoparentais ou onde não dá divisão do trabalho doméstico, por exemplo, estão mais expostas a situações de má nutrição. A presença das mulheres no mercado de trabalho, as longas jornadas de cuidado e a falta de divisão das tarefas domésticas, resultam em menos tempo para o preparo das refeições, na terceirização da alimentação, no maior uso de alimentos ultraprocessados e na perda de tradições culinárias (Rosenkranz; Dzewaltowski, 2008; Espinoza et al., 2017).

Deste modo, o Guia Alimentar (2014) também salienta a importância de compartilhar as atividades que vão desde o planejamento do que irá se comer até a preparação da comida. A partilha das responsabilidades no processo que envolve o preparo da alimentação é tarefa de todos, independente do gênero e idade, e tal ação é essencial para que a carga de trabalho não seja desproporcional na família (BRASIL, 2014).

A comensalidade também, é vista como um fator importante no AAD e as refeições em família são fundamentais para a promoção de hábitos alimentares saudáveis (Hammons, Robart, 2021). Comer em companhia é uma recomendação do Guia Alimentar para a População Brasileira (2014) e este, destaca que as refeições compartilhadas regularmente no ambiente doméstico fortalecem laços, desenvolve hábitos saudáveis e promove prazer pois comer é parte da vida social.

É importante pontuar que efeitos concomitantes da pandemia de Covid-19 afetaram positivamente e negativamente o AAD em diferentes níveis. Mudanças na frequência e regularidade das refeições, ausência da alimentação escolar, aumento das práticas culinárias, maior acessibilidade aos alimentos na dispensa, maior uso de aplicativos, maior exposição às mídias, maior tempo de compartilhamento das refeições, etc., são alguns dos aspectos que permearam e que modificaram o AAD (Hammons, Robart, 2021).

A partir do exposto, é possível observar que o AAD constitui um contexto complexo, formado por múltiplos elementos que interagem entre si. Entretanto, grande parte dos estudos que abordam esse ambiente, bem como algumas propostas de modelos teóricos, tendem a apresentar seus componentes e interações de forma estanque e isolada. Todavia, ao considerarmos que as pessoas que constroem e vivenciam esse cenário são sujeitos sociais, compreende-se que os elementos do AAD são relacionais e refletem as ações dos indivíduos e da própria sociedade.

Nesse sentido, ao articular contribuições da literatura como HLPE (2017), Espinoza et al. (2017) e Rosenkranz e Dzewaltowski (2008), este estudo considera o AAD como o contexto físico, político, econômico e sociocultural que, ao interagir com os indivíduos, cria condições para a tomada de decisões relacionadas à alimentação no espaço doméstico. Trata-se de um ambiente marcado por constantes interações entre seus componentes, que influenciam as escolhas alimentares e repercutem nos conhecimentos, preferências, comportamentos alimentares e resultados em saúde.

Ao aproximar a noção de AAD da concepção de “casa” proposta por Vélez (2012), entende-se neste estudo que esse ambiente não se limita às estruturas e condições materiais do domicílio, mas constitui um território socialmente construído, no qual interagem práticas cotidianas, relações sociais, tradições culturais, saberes culinários, condições socioeconômicas e fatores externos, como o mercado e o contexto comunitário.

Por estes motivos, no próximo tópico iremos discutir um aspecto também pouco analisado nos estudos sobre AAD, as relações sociais de gênero e a atuação das mulheres na alimentação doméstica e suas interfaces com os sistemas alimentares e o AAD.

#### 4.4 MULHERES, SISTEMAS ALIMENTARES E AMBIENTE ALIMENTAR DOMÉSTICO

Segundo Twyman et al. (2020), quando se trata de sistemas alimentares, é comum observarmos estudos que abordam o papel das mulheres nas cadeias de abastecimento e no

comportamento do consumidor. Porém, sua relação com os ambientes alimentares carece de maiores pesquisas e aprofundamento, sendo um campo de estudos ainda em desenvolvimento (Twyman et al., 2020).

Como já destacado, o AAD é um contexto complexo e formado por elementos que ao interagirem promovem ou não uma alimentação saudável. É nesta lógica que ressaltamos o papel histórico e cultural associado às mulheres como principais responsáveis pelas decisões alimentares, aquisição de alimentos, gerenciamento de recursos, preparo e serviço da comida, frente a um quadro de condições e possibilidades (EVANS et al., 2011; CONTRERAS; GRACIA, 2015; RASKIND et al., 2017; WIJAYARATNE et al., 2020).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em pesquisa realizada no ano de 2019, as mulheres sem ocupação formal realizaram cerca de 24 horas semanais em média, afazeres domésticos e de cuidados. Os homens na mesma condição, realizaram quase metade deste tempo de atividades, em média 12,1 horas. Cozinhar foi a atividade que apresentou a maior discrepância entre ambos, sendo realizada por 95,5% das mulheres e 62,0% dos homens (IBGE, 2020).

Contreras e Gracia (2015) ressaltam que na divisão das tarefas domésticas as mulheres são responsáveis diariamente por satisfazer as necessidades fisiológicas por meio da culinária, ao tornar os alimentos passíveis de serem consumidos. Para os autores tal tarefa comporta não só satisfação biológica do corpo, mas também relações subjetivas que são desenvolvidas e mediadas pela comida.

Apesar disto, as atividades que envolvem alimentação, realizadas pelas mulheres são invisibilizadas socialmente, ainda que estas se situem no âmbito mais elementar da vida cotidiana (Certeau; Giard; Mayol, 2019). De acordo com Certeau, Giard e Mayol (2019) tais tarefas requerem programação, conhecimentos singulares, memória, criatividade, disciplina, dentre outras qualidades. Para os autores, entrar na cozinha e manejar objetos cotidianos é pensar, refletir, racionar, descobrir, e considerar o trabalho feminino nessa esfera como algo natural, é invisibilizar todo o conhecimento, esforço e tempo utilizados.

Nesse sentido, diversas estratégias são desenvolvidas para planejar, gerir e preparar as refeições. Em estudo de Raskind et al. (2017) os autores identificaram que as mulheres projetam os cardápios e quais itens irão adquirir antes da realização das compras, por exemplo. Wijayarathne et al (2020) observa que múltiplas soluções são encontradas para superar barreiras no preparo dos alimentos, tais como fragmentar as tarefas maiores em menores, preparar alimentos que podem ser armazenados, identificar receitas fáceis, substituir ingredientes, camuflar alimentos indesejáveis nas preparações e flexibilidade para negociar as refeições.

Como já sinalizado, as habilidades e o conhecimento culinário da pessoa responsável pela alimentação, são fundamentais para o tipo de alimentação que será consumida nos espaços domésticos (Brasil, 2014; Wijayarathne et al., 2020). Nota-se em estudos também que a formação e transmissão de saberes alimentares, bem como o uso de alimentos tradicionais estão presentes no espaço doméstico e tem a mulher como principal agente sociocultural destes processos (Evans et al., 2011; Ferreira; Magalhães, 2017).

Raskind et al. (2017) reforçam a necessidade de compreender os processos de tomada de decisão das mulheres no AAD, a partir de duas questões: como estas escolhem quais alimentos comprar para casa e porque optam por fazer usos de estabelecimentos que comercializam refeições prontas. O custo e a conveniência foram os principais fatores presentes nas duas questões, tanto do ponto de vista do comer em casa quanto o comer na rua. Além disto, diversos estudos apontam que as preferências alimentares dos demais membros da família também é um fator definidor (Jilcott et al., 2008; Evans et al., 2011; Wang et al., 2014; Raskind et al., 2017; Wijayarathne et al., 2020)

A situação socioeconômica feminina e o poder de compra dificultam ou facilitam o acesso aos alimentos. A má remuneração ou a falta de independência financeira são obstáculos para a aquisição de alimentos saudáveis, principalmente nos domicílios que têm mulheres como referência (Petrics; Stomoulis, 2020). O trabalho informal e a falta de oportunidades de educação e trabalho, se refletem em uma renda menor e produzem contextos irregulares que afetam a possibilidade de comprarem alimentos. Portanto, mulheres com maior autonomia financeira acessam alimentos mais nutritivos e de qualidade (Petrics; Stomoulis, 2020; Twyman et al., 2020).

Em estudo realizado na Indonésia com famílias em situação de vulnerabilidade social, Kalopaking e Bardosono (2011) identificaram que alimentos de baixa qualidade e a comida de rua feita com alimentos processados e comercializada na vizinhança, eram os mais baratos e mais acessíveis para as mulheres e assim, eram os mais consumidos. Os autores verificaram que em situações de insegurança alimentar elas eram atendidas por redes de apoio e proteção social, a partir do contato com amigos, vizinhos, familiares, principalmente outras mulheres. (Kalopaking; Bardosono, 2011).

As mulheres utilizam diversas estratégias quando os recursos são escassos, dentre estas priorizar itens considerados essenciais, mais baratos e sazonais, comprar “fiado”, comprar a granel, priorizar alimentos calóricos ou de menor qualidade, escolher marcas genéricas, etc., chegando até a redução da frequência das refeições (Evans et al., 2011; Ferreira; Magalhães, 2017; Raskind et al., 2017). É importante destacar que estas atitudes condizem com o exercício

de uma economia doméstica que cabe tradicionalmente às mulheres, como forma de garantir alimentação à família (Oliveira et al., 2017).

Quando há certa autonomia financeira, as mulheres costumam gastar mais com alimentos do que os homens, tendo em vista o seu compromisso com alimentação (Twyman et al., 2020). Estudos sobre o Programa Bolsa Família que adotava o critério de ter a mulher como referência para a transferência de renda constataram o destino preferencial do recurso para a compra de alimentos (Ferreira; Magalhães, 2017).

A compreensão da dimensão do acesso físico em uma perspectiva de gênero, considera as adversidades ligadas à mobilidade feminina. Assim, Twyman et al., (2020) afirmam que as mulheres enfrentam desafios cotidianos de mobilidade, que podem limitar seu acesso aos estabelecimentos de comércio de alimentos.

Em estudo realizado por Carnahan, Zimmermann e Peacock (2015) com mulheres da zona rural de Illinois/EUA, verificou-se que elas enfrentavam barreiras físicas que dificultavam a aquisição de alimentos. Observou-se o número insuficiente de mercearias no entorno dos domicílios, o tempo excessivo de deslocamento para lojas que vendiam alimentos baratos e de qualidade, o custo alto de viagens para locais distantes e limitação de tempo e energia para se locomover e realizar compras. As autoras também observaram que a criação de hortas, pessoais ou comunitárias, era uma das estratégias utilizadas para superar tais desafios (Carnahan; Zimmermann; Peacock, 2015).

Em estudo de Jilcott et al., (2008) com mulheres na maioria afro-americanas, os autores observaram que no trajeto de deslocamento do trabalho para casa havia uma intensa exposição de fontes alimentares, tanto mercearias e supermercados, quanto redes de fast food. Deste modo, os autores perceberam que era conveniente utilizar o trajeto para realizar a aquisição de alimentos e incorporá-los ao ambiente doméstico.

A combinação de tarefas domésticas com deslocamentos para o trabalho e aquisição de alimentos, as mulheres tendem a adotar “malabarismos” para realizarem diferentes tarefas. Assim, há uma necessidade de sistemas de transportes eficientes que possam reduzir o tempo despendido na dupla jornada de trabalho feminina. Além disto, o planejamento estratégico de pontos de venda de alimentos nutritivos e diversificados nas rotas cotidianas, são fundamentais para ganhar tempo na compra e preparo das refeições dia a dia (Petrics; Stomoulis, 2020).

A conveniência, ligada ao tempo e esforço referentes ao preparo e consumo dos alimentos é influenciada diretamente pelas consequências da dupla jornada feminina e pelo volume das demandas de cuidado (Wang et al., 2014; Raskind, 2017; Petrics; Stomoulis, 2020; Wijayarathne et al., 2020). Contreras e Gracia (2015) salientam que esse processo proporcionou um avanço

da tecnologia doméstica, mas também no aumento do uso de alimentos processados e menos saudáveis. Assim, a restrição de tempo impacta diretamente nas práticas culinárias (Raskind et al., 2017; Olivera et al., 2017; Twyman et al., 2020; Wijayarathne et al., 2020).

Dentro deste cenário é possível notar uma maior demanda de uso de alimentos processados e refeições prontas e fáceis de preparar, que segundo Petrics e Stomoulis (2020) suprem a falta de tempo, diante do acúmulo de tarefas. Além disso, comer a partir de restaurantes, redes de fast-food, delivery, etc. são umas opções práticas diante da recusa à cozinha em um cenário de desgaste (Wang et al., 2014). Refeições mais rápidas e acessíveis do ponto de vista físico e econômico, tendem a facilitar a rotina das mulheres (Wang et al., 2014; Raskind et al., 2017; Oliveira et al., 2017), ainda que estes mecanismos gerem consequências para a saúde.

Apesar de comer fora ser uma válvula de escape para algumas mulheres, para outras, fazer isto não é comum. Raskind et al., (2017) observa que adquirir refeições fora dos domicílios implica em estar com uma situação econômica regular e dependendo das condições, cozinhar cotidianamente deverá ser uma prática diária, ainda que se tenha um ônus físico e psicológico. Reduzir isto a um simples problema feminino, naturaliza papéis, oprime as mulheres e impede mudanças estruturais na alimentação. Políticas de SAN devem refletir sobre a divisão sexual do trabalho, possibilitando intervenções que promovam a partilha equitativa do trabalho e cuidados domésticos (HLPE, 2017; Petrics; Stomoulis, 2020; Twyman et al., 2020).

A maternidade é uma questão que atravessa constantemente as relações desenvolvidas entre as mulheres e o ambiente alimentar doméstico. Sabemos que o papel de “boa mãe” está associado à sua agência alimentar no domicílio e a sua capacidade de garantir o alimento. Além disto, alguns conflitos podem ser observados durante o processo de conciliar uma alimentação saudável com os desejos de familiares. Nas decisões alimentares, a nutrição é um componente que costuma ser mais considerado por mulheres que têm filhos e mudar os comportamentos de compra é uma maneira de manter as crianças saudáveis (Jilcott et al., 2008; Raskind et al., 2017).

A desejabilidade está vinculada às preferências individuais, a aceitabilidade, os comportamentos e ao conhecimento, aspectos estes que são permeados pela cultura. As identidades e papéis de gênero, como construções culturais, definem normas sobre a alimentação bem como modulam o conhecimento sobre o que adquirir, como preparar e como comer (Turner et al., 2017; Petrics; Stomoulis, 2020).

Frequentemente a comida preparada pelas mulheres vincula-se ao que os outros desejam comer, sejam filhos ou companheiros, no sentido de satisfazer seus desejos. Atender tais

exigências gera sensações de esgotamento (Raskind et al., 2017; Twyman et al., 2020; Wijayarathne et al., 2020). Além disto, a experiência de privação alimentar, em quantidade e qualidade, em prol destes indivíduos resulta em uma maior exposição feminina à insegurança alimentar, especialmente em famílias monoparentais e chefiadas por mulheres (Ferreira; Magalhães, 2017; Twyman et al., 2020; Sawaya et al., 2019). Como observado, diversas são as relações e desafios enfrentados pelas mulheres no ambiente doméstico.

Como observado também, as experiências femininas, os desafios enfrentados e as relações estabelecidas com o AAD são resultados de outros elementos que não só o gênero. A promoção da igualdade de gênero e a melhoria das condições de vida das mulheres, são essenciais para se promover contextos mais saudáveis (HLPE, 2017; Petrics; Stomoulis, 2020). Mas, como alcançar isto? Para entendermos esta questão, acreditamos importante compreender algumas das principais questões enfrentadas pelas mulheres na sociedade. Como veremos a seguir.

#### 4.5 MULHERES, SOCIEDADE E ESPAÇO DOMÉSTICO

Sabe-se que historicamente as mulheres encontram-se em condições de vulnerabilidade em diversos setores da sociedade. Na educação, por exemplo, houve um aumento gradual do nível educacional feminino, porém com dificuldade de acesso a oportunidades de emprego e progressão ainda é perceptível. Em 2019 a taxa de participação feminina no mercado de trabalho foi de 54,5%, enquanto a dos homens foi de 73,7%. Além disto, no mesmo ano elas receberam 77,7% do rendimento salarial dos homens e ocupavam somente 37,4% dos cargos gerenciais em instituições públicas e privadas (IBGE, 2021).

No nível político, há uma sub-representação feminina. No ano de 2018 apenas 32,2% das candidaturas para deputado federal foram de mulheres. Em 2019 havia somente 16% de vereadoras em cargos locais. No que tange à saúde, as mulheres são maioria em problemas como a obesidade, que atingiu 30,2% em relação a 22, % dos homens em 2019. Tais dados servem para ilustrar alguns dos desafios de ser mulher na sociedade brasileira (IBGE, 2021).

Um importante fator que limita a autonomia e bem-estar feminino, é a sua relação com a esfera doméstica, especialmente atribuições e valores criados em torno deste espaço. Ela é considerada uma seara de manutenção da vida e de atendimento às necessidades cotidianas e têm as mulheres como responsáveis principais (Miguel; Biroli, 2014; Federici, 2019; Passos; Souza, 2021). O papel e a identidade feminina ligam-se a este cenário por meio de uma construção sociocultural que concebe qualidades e obrigações à estas por meio das noções de

feminilidade, cuidado e maternidade como características inatas (Passos; Souza, 2021).

Lavar, passar, limpar, cozinhar, cuidar de crianças, doentes e idosos, por exemplo, têm sido tarefas exclusivamente femininas. No Brasil, no ano de 2019, as mulheres dedicaram aos cuidados de pessoas ou atividades domésticas em média 21,4 horas semanais contra 11,0 horas dedicadas pelos homens (IBGE, 2021). A partir disto, a divisão sexual do trabalho é basilar na criação e sustentação dos espaços sociais femininos e masculinos (Passos; Souza, 2021).

Como uma forma de divisão social do trabalho decorrente das relações sociais entre os sexos, tal divisão se forma e se molda socio-historicamente. Esta forma de organização social tem dois princípios norteadores: o da **separação**, no qual considera-se que existem trabalhos “de homem” e “de mulher” e o da **hierarquização**, ou seja, um trabalho de homem tem mais valor que um trabalho de mulher. Como um de seus resultados, esta organização tende a indicar prioritariamente os homens à esfera produtiva e conseqüentemente às funções de maior valor social, e as mulheres à esfera reprodutiva (Hirata; Kergoat, 2007).

A divisão sexual do trabalho age mediante um processo de legitimação da ideologia naturalista, que reduz as práticas sociais a papéis “sexuados” vistos como o destino natural dos indivíduos (Hirata; Kergoat, 2007). Ou seja, do ponto de vista biológico não há uma explicação para a existência de divisões. Federici (2019) afirma, por exemplo, que ser dona de casa não é uma condição natural das mulheres, pois tal papel necessita de inúmeros anos de socialização e treinamentos diários com outras mulheres para ser posto em prática.

Davis (2016) destaca que há uma invisibilidade das atividades domésticas, por serem vistas como repetitivas, exaustivas e improdutivas. Contudo, para Federici (2019) o trabalho doméstico é muito mais que “somente” limpar a casa, as mulheres produzem o produto mais precioso do sistema capitalista que é a força de trabalho, pois elas servem física e emocionalmente os indivíduos para que estes possam cumprir suas atividades dia após dia. Isto significa que por trás de toda fábrica, escola, escritório, etc. há o trabalho oculto de milhões de mulheres (trabalhando dentro e fora de casa) (Federici, 2019).

Os papéis femininos, como a dedicação exclusiva à vida doméstica e aos familiares, corroboraram para que a domesticidade seja vista como uma característica natural (Miguel; Biroli, 2014). Nesse sentido, a crítica às desigualdades relacionadas ao trabalho doméstico, reprodutivo e de cuidados vem ganhando força na pauta feminista, principalmente na tomada de consciência pelo movimento de que uma enorme massa do trabalho realizado é efetuada gratuitamente pelas mulheres em nome do amor (Hirata; Kergoat, 2007).

Passos e Souza (2021) observam que do ponto de vista das sociabilidades as mulheres enfrentam limitações que podem ser analisadas a partir de três pontos: as responsabilidades

familiares, a dupla jornada e a discriminação no mercado de trabalho, elementos que repercutem em ambas as esferas (privada e pública). Para Miguel e Biroli (2014) a conexão entre as relações de poder no âmbito doméstico e familiar e as relações de poder em outros espaços da vida social, permanece negligenciada. É certo que diversos pontos evidenciam o estreito vínculo entre ambas as esferas e não podem ser analisadas de modo independentes.

A dupla jornada de trabalho ou a conciliação vida familiar/profissional atinge diretamente a vida das mulheres, especialmente as da classe trabalhadora. O movimento de maior inserção feminina no mercado de trabalho, gerou um acúmulo de tarefas e sobrecarga, além de múltiplos outros desdobramentos. A continuidade feminina em grande parte das ocupações é influenciada pelas suas atribuições domésticas e de cuidado, pois as responsabilidades no âmbito privado dificultam o seu trânsito no âmbito público (Hirata; Kergoat, 2007; Miguel; Biroli, 2014).

Segundo o IBGE (2021) entre as mulheres que possuem crianças de até 3 anos em casa, a taxa de participação no mercado de trabalho é de 54,6% em comparação aquelas que não possuem (67,2%). As barreiras para o exercício do trabalho remunerado fora de casa, estão relacionadas ao tempo despendido para as atividades não remuneradas feitas em casa. É esse trabalho que oportuniza ao homem sua liberação para atender as exigências profissionais que lhe possibilitam maior remuneração e desenvolvimento de uma carreira (Miguel; Biroli, 2014).

Existem um conjunto de desvantagens sociais ligadas ao fato de as mulheres assumirem as responsabilidades nos domicílios. A evasão escolar, a interrupção da carreira, a opção por empregos de menor carga horária com má remuneração, a falta de mobilidade social e as menores oportunidades e acesso a recursos previdenciários são aspectos relacionados a maior vulnerabilidade feminina. Deste modo, há um risco crescente de exposição à pobreza e à outras condições que decorrem da sua dependência financeira do companheiro ou de outros homens (Miguel; Biroli, 2014).

De acordo com Saffioti (2013) as mulheres das classes trabalhadoras nunca foram alheias ao trabalho, pois em todas as épocas e lugares elas têm contribuído para a subsistência de sua família e para a criação da riqueza social. Os modos de organização da esfera doméstica e seu sentido, variam não apenas segundo o gênero, mas também com a posição de classe e a estrutura material disponível. Nesse sentido, as mulheres em situação de vulnerabilidade econômica se esforçam para assumir o seu papel diante das condições e recursos disponíveis (Miguel; Biroli, 2014).

Gonzalez (2020) ao discutir sobre a condição social da mulher afrolatinoamericana,

sinaliza a existência de diferenças nas experiências de vida e trajetórias das mulheres negras na América Latina. Segundo González (2020) o racismo como uma construção ideológica, no qual suas práticas se concretizam em diferentes processos de discriminação racial, formou uma massa socioeconomicamente marginalizada no Brasil.

Atributos culturalmente construídos (como raça), reproduzem também lugares de classe, pois a população negra vivenciou um desenvolvimento econômico desigual. Desta maneira, a baixa renda e baixa escolaridade da população negra, são também indicadores de desigualdade racial. Frente a esta condição a mulher negra sofre uma tríplice discriminação, por estar vulnerável aos produtos das desigualdades de gênero, raça e classe (González, 2020).

Em pesquisa de Passos e Souza (2021) ao cruzarem e analisarem dados da PNAD – 2018, as autoras observaram que a taxa de participação das mulheres negras e pobres no mercado de trabalho é menor que a das mulheres brancas. Além disto, as mulheres negras apresentam maior taxa de desocupação (17%) em relação as brancas (12%). No que tange a formalidade de emprego, as mulheres negras e pobres são as que tem menor taxa de carteira assinada (25%) em comparação com as brancas de maior renda (78%).

Outro dado apontado por Passos e Souza (2021) diz respeito à média salarial, no qual as mulheres negras ganham aproximadamente 1,5 SM (salário mínimo) e as brancas 3 SM. Ao se cruzar a cor e a classe, os dados demonstram que mulheres negras pobres ganham cerca de 0,5 SM em comparação a média de salário das brancas de maior renda com aproximadamente 4 SM. Além disso, mulheres negras estão mais presentes em famílias monoparentais que mulheres brancas, no qual 23% das negras compõem famílias com apenas mães e filhos, contra e 18% das brancas (Picanço; Araújo; Covre-Sussai, 2021).

Picanço, Araújo e Covre-Sussai (2021) observam que a inserção ocupacional de mulheres negras é um exemplo de desigualdades, pois mais do que as brancas, elas estão inseridas em ocupações como serviço doméstico e atividades rurais. As autoras salientam que tais categorias ocupacionais são pouco protegidas em relação a acesso a direitos. Nesse sentido, González (2020) destaca que a discriminação no mercado de trabalho é algo sistemático. Como um resquício da racialização do trabalho no período colonial, a mulher negra tende a voltar-se boa parte das vezes para prestação de serviços nas famílias de classe média e alta, como trabalhadora doméstica (González, 2020).

Podemos observar a existência de discrepâncias nas formas de lidar com aspectos da vida familiar entre negras e brancas. Hirata e Kergoat (2007) observam que há uma nova divisão sexual do trabalho doméstico e a criação de novos modelos, além do modelo tradicional (mulher cuidadora e homem provedor). Um destes modelos é o e o modelo de delegação que direciona

o trabalho doméstico a mulheres negras, pobres e imigrantes (Hirata; Kergoat, 2007).

Davis (2016) destaca que a ideia de “dona de casa” tem suas raízes nas condições sociais da burguesia e da classe média, e a ideologia do século XIX determinou modelos universais para dona de casa e mãe com dedicação exclusiva à família. Para a autora essa idealização não pôde ser alcançada por mulheres negras. Muitas assumiram a responsabilidade como provedoras da família, através do duplo fardo de trabalho entre a necessidade de sobreviver e servir em casa. Além disto, dificilmente elas despenderam de tempo e energia para se especializar nas atividades domésticas em suas próprias casas (Davis, 2016).

Com isto, observamos que as desigualdades nas atividades domésticas afetam as mulheres de modos distintos. Picanço, Araújo e Covre-Sussai (2021) destacam que entre as mulheres, 91,6% das negras e 88,3% das brancas realizam afazeres domésticos. As autoras também pontuam que em uma jornada de trabalho remunerado de 25 horas semanais, as mulheres negras dedicam em média 26 horas aos afazeres domésticos e as brancas 24 horas, por exemplo.

Picanço, Araújo e Covre-Sussai (2021) também identificaram que tarefas como comprar comida, lavar a louça e cozinhar (atividades relacionadas com ao ambiente alimentar doméstico) são mais desempenhadas por mulheres negras que brancas. Ainda no mesmo estudo, as autoras verificaram que as negras são de longe aquelas que mais se sentem sobrecarregadas na tentativa de conciliar trabalho e família, relatando mais vezes o cansaço e a dificuldade de cumprir as responsabilidades (Picanço; Araújo; Covre-Sussai, 2021).

A responsabilidade pública e compartilhada pelo cuidado é importante para a redução das desigualdades de gênero, raça e classe. O acesso desigual aos provedores de cuidado essenciais para à família (tais como creches, casas de apoio, etc.) pune mais as mulheres que os homens além de auxiliar na perpetuação da pobreza. Tal situação limita a participação das mulheres pertencentes aos estratos mais pobres no mercado de trabalho, uma vez que não conseguem ter acesso aos mecanismos de contratação de serviços. (Sorj; Fontes, 2012; Miguel; Biroli, 2014).

A subjugação social das mulheres as tornou pessoas frágeis do ponto de vista de reivindicações sociais e de direitos. Relações mais justas da vida doméstica concedem a ampliação dos horizontes de oportunidades para as mulheres, tendo repercussão nas suas trajetórias pessoais e suas formas de participação da sociedade. Deste modo, acredita-se que não existe sociedade justa em que as relações na família sejam estruturalmente injustas, pois a democracia demanda relações igualitárias em todos âmbitos da vida, inclusive a familiar (Saffiotti, 2013; Miguel; Biroli, 2014).

## 5. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de natureza metodológica. Os estudos metodológicos tem por finalidade desenvolver ferramentas que subsidiem diferentes ações de pesquisa e intervenção, sendo muito utilizados no campo da educação em saúde. Tais estudos englobam os processos de desenvolvimento e validação de instrumentos produzidos (Galvão et al., 2022).

Neve et al (2021) destacam que são poucos os estudos qualitativos em comparação com os quantitativos nas pesquisas sobre ambientes alimentares e que a aplicação de diferentes métodos é necessária para uma ampliação da análise. Para Turner et al (2018) é importante reconhecer os diferentes domínios dos ambientes alimentares e a noção de que fatores estruturais e individuais moldam as pessoas e seus comportamentos alimentares.

### 5.1 A INTERSECCIONALIDADE COMO APORTE TEÓRICO METODOLÓGICO

Segundo Minayo, Deslandes e Gomes (2016) a teoria e o método devem caminhar juntas durante todo o processo de construção da pesquisa. A primeira tem o propósito de compreender fenômenos e processos a partir de explicações sobre recortes da realidade. A segunda, parte de um conjunto de técnicas que possibilitam a investigação destes fenômenos e processos. Considera-se então que a metodologia deve incluir as concepções teóricas da abordagem do estudo proposto e, portanto, é imprescindível a definição clara dos pressupostos teóricos, das categorias e conceitos que serão utilizados (Minayo; Deslandes; Gomes, 2016).

A partir disto, entende-se a importância de esclarecer o aporte teórico-metodológico que forneceu subsídios para este estudo já que este direcionou o desenvolvimento e validação do constructo proposto. Como já sinalizado, as mulheres vivenciam suas relações com AAD de diferentes formas em meio a distintas realidades sociais, raciais e de classe. É neste cenário que se evoca a Interseccionalidade como um referencial teórico-metodológico e sua importância para análise e compreensão das experiências femininas, sobretudo negras, em AAD.

Nas décadas de 70 e 80 feministas negras norte-americanas<sup>7</sup> iniciaram intensamente um processo de indagação sob as relações entre sexismo e racismo (Collins, 2017). Apesar deste histórico, apenas nos anos 90 a partir da publicação do “*Documento para encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*” de Kimberlé Crenshaw, o termo Interseccionalidade é cunhado. Este documento buscou evidenciar a correlação entre diferentes componentes identitários na criação das desigualdades e na violação dos direitos

(Crenshaw, 2002; Collins, 2017). Para Crenshaw (2002) a Interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca captar as consequências estruturais de um ou mais eixos de subordinação.

Este conceito se propõe a orientar a análise sobre como o racismo, as discriminações de gênero, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam subalternidades, violam direitos e impedem processos de emancipação (Crenshaw, 2002). Crenshaw (2004) compara este processo a um movimento de intersecção, meio no qual avenidas de diferentes eixos se cruzam e tendem a criar colisões. Como uma ferramenta teórico-metodológica vem sendo atualmente empregado em campos interdisciplinares, ganhando espaço no campo da saúde (Collins, 2017; Abrams et al., 2020).

Na saúde, a Interseccionalidade envolve questões metodológicas de reflexividade e interpretação, que se ligam diretamente aos contextos de equidade em saúde. A aplicação da lente interseccional na pesquisa qualitativa em saúde proporciona novos conhecimentos e representações mais integrais de experiências marginalizadas e dos motores que criam essas experiências, gerando possibilidades de propostas mais abrangentes (Abrams et al., 2020).

Deste modo, Collins (2015) destaca que raça, classe e gênero são categorias fundamentais para se entender as bases estruturais de dominação. Portanto, é necessário esclarecer ainda que brevemente, tais categorias de análise pois foram consideradas fundamentais no desenvolvimento e validação do modelo.

---

<sup>7</sup> Embora os textos sobre Interseccionalidade façam referência à essa discussão somente no contexto estadunidense, no Brasil no mesmo período o movimento feminista negro também se mostrou incluso no debate. Acadêmicas como Lélia González já discutiam as problemáticas do cruzamento do sexismo, racismo e exploração de classe no país.

Quadro 2. Categorias de análise

Categoria de análise	Definição
Gênero	<p>A categoria analítica “gênero” emergiu na academia para se referir às dimensões da experiência humana que permeiam construções e classificações sociais do que é ser homem e mulher em diferentes sociedades (Scott, 2019). Para Scott (2019) o gênero transita por quatro aspectos: símbolos culturalmente disponíveis; conceitos normativos; noção de fixidez e identidade subjetiva. Tais construções causam efeito no ordenamento social, criando-se papéis que devem ser seguidos e incidem diretamente em critérios de poder (Scott, 2019; Küchemann; Bandeira; Almeida, 2015).</p> <p>Os comportamentos associados à masculinidade e a feminilidade na sociedade condizem com o intenso aprendizado sociocultural que ensinam as pessoas a agirem de acordo com as normas de gênero, criando subjetividades e percepção de inalterabilidade de papéis. Ao se analisar tais relações, o horizonte da natureza não pode ser considerado determinante para construção de características femininas e masculinas. As expectativas relativas aos papéis desempenhados não estão presas a um plano biológico, e sim nas interações culturais, na socialização e nos desejos individuais (Küchemann; Bandeira; Almeida, 2015).</p>
Raça	<p>Como a maioria dos conceitos, o de raça tem seu significado forjado historicamente. Na história das ciências naturais tal concepção foi utilizada para classificar diferentes espécies animais e vegetais. Durante o século XV, os processos de “descobrimto” colocaram em dúvida a noção de humanidade conhecida pelo Ocidente. As discussões sobre povos não europeus, utilizaram da noção de raça já existente para nomear os outros que se integrariam ao contexto de humanidade ocidental. Já nos séculos XVIII e XIX surgiram inúmeros discursos que se esforçaram para classificar indivíduos, tentando comprovar graus de humanidade e de inferioridade a partir de características físicas e hereditárias (Munanga, 2003).</p> <p>Desde então, o racismo é uma crença na existência de raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. Tal hierarquia estabelece uma superioridade branca-ocidental à inferioridade negra-africana (González, 2020). O conceito de raça procede de uma construção sociocultural, carregada de ideologia, relações de poder e de dominação. Por este motivo, tal noção é utilizada analiticamente para compreender discursos e relações sociais pautadas no racismo (Munanga, 2003).</p>
Classe	<p>Wright (2015) compreende a classe a partir da formação de atores coletivos organizados em torno de interesses em comum. Para o autor, na Sociologia o conceito de classe tem como principais vertentes a marxista e a weberiana. Ambas trazem pontos importantes para se compreender o conceito de classe, dentre estes: o caráter relacional da classe, ou seja, uma posição de classe é definida a partir das relações sociais que a ligam a outras posições de classe; o controle de recursos econômicos; e o nexos causal na forma com a qual a classe opera (Wright, 2015).</p> <p>Para Wright (2015) o referencial teórico que mais aperfeiçoou e sistematizou a discussão de classes foi a tradição marxista, pois considerou que a análise de classes proporcionaria as explicações fundamentais para se compreender a história humana. A ênfase nas relações de trabalho no sistema capitalista, frente a um processo de exploração da força de trabalho e da acumulação de recursos econômicos, criou: a classe trabalhadora<sup>8</sup>, a classe capitalista e a pequena burguesia. Neste sentido, para além do controle dos recursos econômicos, estariam também em cheque o controle sobre a renda e sobre a exploração da classe trabalhadora (Wright, 2015).</p> <p>Reconhece-se na lógica de classe que o tipo e a quantidade de recursos que as pessoas têm afeta as oportunidades para se obter renda e o acesso a esta também afeta uma multiplicidade de experiências e oportunidades de vida para si (Wright, 2015). Todavia, observa-se a partir dos apontamentos de Wright (2015) que não se trata apenas dos recursos materiais, pois a discussão sobre exploração, trazida pelo marxismo, direciona a atenção para o fato de que as relações de classe são relações de poder, refletindo em interesses opostos.</p>

Elaboração: Autora (2022)

<sup>8</sup> Wright (2015) destaca que apesar desta definição, é importante observarmos a existência de heterogeneidades na classe trabalhadora. Outras categorias como a classe média, estariam ligadas a esta por venderem sua força de trabalho e não deterem os meios de produção. A única diferença da classe média seria a existência de autoridade e qualificação/especialização dentro do jogo do mercado, lhe dando maiores oportunidades de acesso a recursos.

A proposta que apresentamos considera as interações das categorias elucidadas e não um somatório ou predominância de uma pela outra (Collins, 2015; Pereira, 2021). Análises somatórias de opressão partem da premissa que esta pode ser quantificada e não dão conta da experiência multidimensional dos indivíduos que experimentam formas simultâneas de opressão. Ou seja, ao invés da soma de identidades a investigação sob a ótica da Interseccionalidade parte da compreensão de quais condições estruturais atravessam corpos e quais significados subjetivos são produzidos (Collins, 2015; Abrams et al., 2020; Pereira, 2021).

A adoção da Interseccionalidade do seu ponto de vista metodológico ainda é um desafio para as práticas de pesquisa (Pereira, 2021). Choo e Ferree (2010) afirmam que a Interseccionalidade como método de análise, deve atender às expectativas e experiências daqueles que dificilmente têm o poder de fazer ouvir suas “vozes”. É necessário também, o cuidado com comparações que limitam a visibilidade das intersecções. Além disso, a abordagem interseccional é complexa e deve buscar sistemas multiníveis que os situem em relações locais de poder para auxiliar na exposição de processos que criam e transformam as desigualdades ao longo do tempo (Choo; Ferree, 2010).

Alguns pontos podem ser apreendidos a partir do trabalho de autoras que identificam a importância de trazer para a metodologia os seus pressupostos. Crenshaw (2002), por exemplo, afirma que análises interseccionais devem propor modelos provisórios, que reconheçam os contextos e valorizem a produção de conhecimento de baixo para cima, além de dar à luz a grupos em vulnerabilidade.

Choo e Ferree (2010) destacam alguns pontos metodológicos da análise interseccional. De forma geral, deve-se prezar pela inclusão (incluir as experiências de grupos marginalizados); interações analíticas (a interatividade como transformadora dos efeitos das experiências); primazia institucional (dar ênfase a um ou mais locais de produção de desigualdades).

Pereira (2021) propõe como possibilidade para as análises interseccionais, uma retomada histórica e compreensiva das questões contextuais dos sistemas de opressão a partir da identificação de fatores que atuam como articuladores no domínio do objeto investigado. Ou seja, compreender quais elementos discursivos, simbólicos, imagéticos e morais existem nas interações e discursos que pertencem simultaneamente as categorias de análise (Pereira, 2021). A partir dos apontamentos acima buscou-se atender aos princípios teórico-metodológicos da interseccionalidade no desenvolvimento deste estudo e como sinalizado por Abrams et al. (2020), aplicar a lente interseccional durante o seu decorrer. Para isto, foram realizados processos de escuta de mulheres negras e da classe trabalhadora; análises de

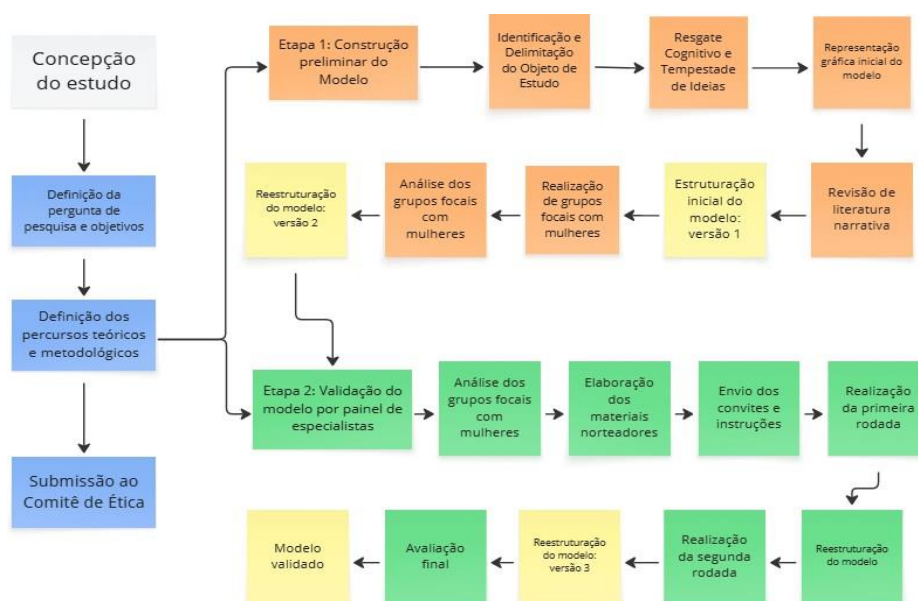
diferentes cenários os quais dialogam com as experiências femininas e negra; ênfase nas interações entre contextos culturais, sociais, políticos e econômicos e articulações entre discursos morais e simbólicos que permeiam as mulheres, negras e trabalhadoras no âmbito doméstico.

Por fim, o modelo desenvolvido buscou abordar elementos que interagem simultaneamente com as categorias gênero, raça e classe e suas repercussões nas experiências das mulheres em AAD. A seguir, segue-se com as etapas do estudo.

## 5.2 ETAPAS DO ESTUDO

O estudo foi realizado em duas etapas. A primeira consistiu na elaboração de um modelo teórico para “*Análises de Experiências Femininas em Ambientes Alimentares Domésticos sob a ótica interseccional*” baseado na Elaboração Significativa do Modelo Teórico (Filho; Struchiner, 2021) e na realização de grupos focais com mulheres. No segundo momento, o modelo foi avaliado e validado por um painel de especialistas, com base em elementos da técnica Delphi e de Validação de Conteúdo. Uma síntese das etapas do estudo pode ser observada na figura 1.

Figura 1. Síntese das etapas do estudo



Elaboração: Autora (2025)

### 5.2.1 Etapa 1: construção do modelo teórico preliminar

Filho e Struchiner (2021) destacam que a Elaboração Significativa do Modelo Teórico tem como base reflexões sobre estruturas e formas conceituais, experiências e conhecimentos prévios do/a pesquisador/a. Deste modo, adotou-se esta perspectiva de construção pela consideração das especificidades do estudo proposto e a carência de discussões que articulem a temática ambientes AAD com a Interseccionalidade.

Para construção do modelo teórico “*Análise de Experiências Femininas em Ambientes Alimentares Domésticos na ótica interseccional*” seguiu-se os sete passos propostos por Filho e Struchiner (2021), porém algumas adaptações e inserções de processos.

Para além dos passos propostos pelos autores, foram incluídas duas outras fases (uma de realização de um estudo empírico e outra etapa de reestruturação do modelo logo em seguida). No total contou-se com nove passos: 1. Identificação e definição do objeto de estudo; 2. Resgate cognitivo e tempestade de ideias; 3. Representação do modelo; 4. Revisão de literatura sobre o tema; 5. Estruturação do modelo teórico; 6. Estudo empírico para coleta de dados; 7. Reestruturação do modelo teórico; 8. Submissão do modelo teórico a especialistas; 9. Reestruturação e finalização do modelo teórico. Tais passos, serão descritos a seguir.

#### Identificação e definição do objeto de estudo – fase 1

Para Filho e Struchiner (2021) é necessário questionar-se sobre o que se pretende estudar e definir uma pergunta de pesquisa que deva atender os critérios relativos ao campo de estudo. Por isso, com base em reflexões e discussões de orientação, estabeleceu-se como pergunta de pesquisa “quais os elementos necessários para se analisar as experiências femininas em ambientes alimentares domésticos?”. A partir disto, adotou-se como objeto de estudo “Experiências Femininas em Ambientes Alimentares Domésticos”. Nesse momento, também foi necessário determinar quais ferramentas teórico metodológicas iriam ser utilizadas no decorrer da pesquisa e assim, a Interseccionalidade foi definida como tal.

#### Resgate cognitivo e tempestade de ideias – fase 2

Nesta fase destaca-se a importância dos conhecimentos prévios do pesquisador como uma variável importante que deve ser explorada na construção do modelo (Filho; Struchiner, 2021).

Portanto, nessa fase foram registrados conceitos e relações sobre o tema considerando os conhecimentos prévios e leituras anteriores realizadas pela pesquisadora sobre os temas gênero, trabalho feminino, alimentação, segurança alimentar e nutricional e Interseccionalidade.

Utilizou-se também as informações e conhecimentos apreendidos nas disciplinas “Ambiente Alimentar e Saúde” e “Conceitos das Ciências Humanas e Sociais em Alimentação” ambas do Programa de Pós-Graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde da Universidade Estadual do Rio de Janeiro; “Identidade e Diferença na Sociedade Contemporânea” do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília; e “Aspectos Socioeconômicos da Alimentação e Nutrição” do Programa de Pós-Graduação em Nutrição Humana da Universidade de Brasília.

As ideias e informações foram anotadas, realizando-se esquemas gráficos, desenhos e mapas mentais que foram utilizados na etapa seguinte.

### Representação do modelo – fase 3

Para Souza Filho e Struchiner (2021) o modelo teórico pode ser representado de múltiplas formas, desde a textual até a gráfica. Todavia, as representações gráficas do modelo com base em recursos visuais favorecem a compreensão do conjunto geral da obra (Bunge, 2020; Souza Filho; Struchiner, 2021). Assim, foram desenvolvidos mapas conceituais que são estruturas esquemáticas utilizadas para representar um conjunto de conceitos frente a uma rede verbal de modo a fortalecer o conhecimento adquirido e ampliar as conexões (Souza Filho; Struchiner, 2021). Os mapas foram feitos com auxílio de um caderno de registros, construídos e reconstruídos conforme novos conceitos foram sendo incluídos. Utilizou-se também o programa Microsoft PowerPoint (Office Professional Plus 2019), para auxiliar nesse processo.

### Revisão de literatura sobre o tema – fase 4

Após isto, realizou-se uma revisão de literatura narrativa sobre temas que poderiam estar relacionados às experiências das mulheres em AAD. A revisão narrativa teve como objetivo imergir no estado da arte dos temas alinhados ao objeto de estudo de modo a descrever de maneira ampla e não sistemática os assuntos observados nas etapas anteriores (Cavalcante; Oliveira, 2020).

Para isso, utilizou-se as bases de dados PubMed, SciELO e Google Acadêmico. Foram usadas as palavras-chave em português, inglês e espanhol: **ambiente alimentar** (food environment/entorno alimentario); **ambiente alimentar doméstico** (home food environment/entorno alimentario domestico); **gênero** (gender/género); **mulheres** (women/mujeres); **acesso à alimentos** (access to food/ acceso a los alimentos); **mulheres negras** (black women/mujeres negras); **mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica** (women in situations of socioeconomic vulnerability/mujeres en situación de vulnerabilidad socioeconómica). Em alguns momentos os termos foram combinados para um enfoque maior do tema e foram incluídos materiais de 2005 à 2022.

Foram consultados também documentos oficiais do Ministério da Saúde, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. Estes podem ser observados no quadro abaixo:

Quadro 3. Documentos de instituições oficiais utilizados na revisão narrativa

<b>Documento</b>	<b>Instituição</b>	<b>Ano de Publicação</b>
O Guia Alimentar para a População Brasileira	Ministério da Saúde	2014
La nutrición y los sistemas alimentarios: Un informe del Grupo de alto nivel de expertos en seguridad alimentaria y nutrición del Comité de Seguridad Alimentaria Mundial	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)	2017
Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	2019
Seguridad alimentaria y nutrición: elaborar una descripción global de cara a 2030	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)	2020
Outras Formas de Trabalho 2019: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	2020
Directrices voluntarias del CSA sobre los sistemas alimentarios y la nutrición	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)	2021
Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	2021

Elaboração: autoras (2023)

Todos os materiais foram lidos e fichados. As informações foram organizadas em três categorias: (1) ambiente alimentar doméstico; (2) mulheres e condições socioeconômicas; (3) desafios femininos em AAD. Na categoria 1 destacaram-se os elementos identificados como essenciais para o estudo dos AAD. A categoria 2 abrigou aspectos relacionados às condições socioeconômicas das mulheres e suas articulações com as desigualdades de raça, gênero e classe. Na categoria 3 foram elencadas informações associadas às barreiras enfrentadas pelas mulheres, sobretudo negras e de baixa renda, em AAD.

#### Estruturação do modelo teórico – fase 5

A partir disso, realizou-se o processo de estruturação de fato do modelo. Segundo Souza Filho e Struchiner (2021) este é o momento de confrontar os conhecimentos prévios com os novos conhecimentos adquiridos, com o objetivo de adequar as variáveis, inserir, excluir ou adaptá-las. Com o auxílio do programa Microsoft PowerPoint (Office Professional Plus 2019), realizou-se a versão gráfica do modelo, construindo hierarquias conceituais, indo de características mais gerais para as mais específicas, como destacam os autores. Foram realizadas incorporações sistemáticas dos conceitos e das relações identificadas, criando dimensões principais e secundárias, findando na versão 1 do modelo. Esta versão pode ser observada no apêndice 1.

#### Estudo empírico para coleta de dados – fase 6

Essa etapa da elaboração do constructo, teve como objetivo realizar um estudo empírico com mulheres para captar aspectos da realidade social que envolvem as experiências delas em AAD e relacioná-los ao modelo construído e refiná-lo. De acordo com Abrams et al. (2020) a abordagem interseccional nas pesquisas deve incluir os grupos que vivem a realidade estudada, buscando apreender diferentes olhares e validar os dados observados na literatura. Portanto, a proposta desta etapa se deu diante do interesse em dar voz as mulheres, de forma participativa, escutando sobre suas percepções sobre a alimentação em casa e o seu papel.

Deste modo, foram realizados grupos focais (GF) em formato remoto com mulheres participantes de organizações da sociedade civil. Tal técnica foi escolhida por ser um

instrumento de levantamento de dados que preza pela interação grupal, tendo as pessoas participantes alguma característica em comum. O interesse nesta técnica está ligado não só em se apreender o que as pessoas pensam e como se expressam, mas também como elas pensam, permitindo ao pesquisador compreender os processos que envolvem a construção da realidade por determinados grupos sociais, práticas cotidianas, ações, comportamentos, atitudes, etc (Gatti, 2012).

Inicialmente foi realizado o contato com diferentes organizações da sociedade civil e movimentos sociais que tinham como agenda questões como feminismo, feminismo negro e alimentação. Esta categoria de organização foi escolhida por seu possível interesse no tema e participação. Os grupos foram localizados via redes sociais (Instagram e Facebook) e Google. Foram coletados os contatos via e-mail e telefone das organizações. Um convite inicial foi realizado, por e-mail e telefonema, apresentando o objetivo do estudo e solicitando a indicação de uma ou mais integrantes para participação.

Destaca-se que o convite se estendeu as diversas mulheres pertencentes as organizações, porém um perfil específico – mulheres negras – foram as pessoas mais interessadas em contribuir com o estudo e se colocaram disponíveis para participar. Após a indicação, foram encaminhadas as interessadas o convite mais detalhado sobre a atividade (apêndice 2).

Em paralelo a esse momento, foram desenvolvidos o roteiro (apêndice 3) e materiais norteadores (apêndice 4) dos grupos focais e o treinamento da equipe. A equipe foi formada por uma moderadora (doutoranda em Nutrição Humana com experiência em pesquisa qualitativa) e duas observadoras/relatoras (graduandas em Nutrição). A primeira teve o papel de conduzir o grupo com segurança e flexibilidade, lançando as questões e fazendo intervenções quando necessário. Às observadoras/relatoras cabiam os registros da dinâmica, apoio na condução das discussões, colaboração no controle do tempo e gravação (Trad, 2009; Gatti, 2012).

O roteiro teve como objetivo nortear e estimular a discussão nos grupos e conteve questões abertas e flexíveis, considerando que ajustes poderiam ser realizados no decorrer na discussão em função do processo interativo (Trad, 2009; Gatti, 2012). O roteiro foi elaborado com o objetivo de realizar duas sessões de grupos focais, portanto organizado em dois grandes tópicos. O primeiro abordou questões relativas às “*Vivências no ambiente alimentar doméstico*” e o segunda “*Acesso e disponibilidade: ambiente alimentar doméstico em geral*”. Ambos os tópicos contavam com três momentos: abertura, desenvolvimento e encerramento do GF.

Os materiais norteadores foram: a programação dos grupos focais e um folder com os

conceitos que seriam trabalhados na discussão (apêndice 4). Tais materiais foram desenvolvidos na plataforma online Canva. Após isto, foram encaminhados por e-mail às participantes junto com os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e Termo de Uso de Voz e Imagem (TUVI) (apêndices 5 e 6).

Os GF foram realizados em dois dias seguidos, nos dias 12 e 13 de junho de 2023 na plataforma Zoom Meet. Cada encontro durou cerca de 1h30min, como sugere Trad (2009). As sessões foram gravadas mediante consentimento das mulheres. Participaram ao todo oito mulheres com idade maior que 18 anos, oriundas dos estados do Amazonas, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Bahia. Quatro se identificaram como pretas e quatro como pardas; seis trabalhavam, uma era aposentada e uma estava desempregada; seis tinham filhos e morava com ao menos um deles. O primeiro dia contou com sete das oito participantes e o segundo dia com cinco das oito.

Na primeira sessão de GF, foi realizada uma abertura no qual a moderadora e as relatoras/observadoras fizeram uma breve auto apresentação, solicitando que as demais participantes fizessem o mesmo, por meio de uma dinâmica grupal.<sup>9</sup> O objetivo do encontro, a programação e acordos éticos foram estabelecidos nesse momento também, reforçando a anuência das participantes e a garantia de sigilo como sugere Gatti (2012). No desenvolvimento, a moderadora lançou as questões de modo introdutório, garantindo que todas as participantes respondessem e não se afastassem do tema, também como sugere (Gatti, 2012). Por fim, recolheu-se o feedback da atividade pelas participantes, agradecimentos e lembrete para a sessão do dia seguinte. Anotações foram realizadas pelas relatoras/observadoras e ao final da sessão a equipe discutiu sobre as percepções acerca da sessão e alinhamentos para o segundo GF.

A segunda sessão, iniciou com a recepção das participantes na sala virtual do *Zoom Meet*, a moderadora lembrou os temas abordados na sessão anterior e lembrou os acordos éticos. O desenvolvimento contou com um tempo maior de discussão, seguindo o mesmo padrão de interação do primeiro GF. Por fim, houve o encerramento recolhendo-se os feedbacks sobre a atividade, agradecimentos, encerramento da pesquisa e informações sobre a divulgação dos resultados. Anotações foram novamente realizadas e ao fim do GF a equipe discutiu sobre

---

<sup>9</sup> Foi lançada a questão “se você pudesse se definir por um alimento/comida qual seria?” para descontrair e conhecer inicialmente a relação das participantes com a alimentação.

aspectos da segunda sessão e os próximos passos da pesquisa.

Após isto, as gravações foram transcritas e analisadas por meio da Análise Temática (AT), proposta por Braun e Clarke (2006). A AT é um método utilizado para identificar, analisar e relatar padrões de temas presentes em dados, sendo útil em pesquisas que envolvem interações por resumir de forma eficiente as principais características de um grande corpus de dados (Braun; Clarke, 2006). Assim, nesse momento seguiu-se os passos da AT: 1. Familiarização dos dados; 2. Geração de códigos iniciais; 3. Procura por temas; 4. Revisão dos temas; 5. Definição e nomeação dos temas; 6. Análise final e redação de relatório (Braun; Clarke, 2006; Garcia; Ferreira, 2022).

O processo se iniciou com a procura de padrões de significados e questões de interesse potencial nos dados. Deste modo, realizaram-se leituras repetidas do material transcrito buscando a familiarização dos dados, marcando-se ideias e identificando possíveis elementos para codificação (etapa 1). Em seguida realizou-se uma codificação (listagem) de temas/padrões potenciais, mantendo extratos circundantes para não perder o contexto do tema, o que gerou códigos iniciais (etapa 2). Buscou-se um aprofundamento dos temas, classificando diferentes códigos, temas abrangentes e subtemas dentro desses (etapa 3). Após isto, os temas foram refinados, verificando a sua coerência e distinções claras e identificáveis entre eles e estabeleceu-se um mapa temático inicial (etapa 4).

Elaborado o mapa inicial, realizou-se uma revisão dos temas, determinando quais os aspectos dos dados cada tema captura e nomeou-se os temas (etapa 5). Por fim, realizou-se uma análise detalhada dos temas, buscando ir para além da descrição dos dados, considerando significados, pressupostos e implicações dos temas. Tal processo foi acompanhado pela escrita de um relatório da análise (etapa 6), que gerou os artigos II e III desta tese. O processo de análise foi realizado com auxílio de um caderno de registros e do software Microsoft Excel 2019, cujo foram organizados em quadros. Uma síntese dos temas e subtemas obtidos pode ser observado no apêndice 7.

Os temas gerados nas análises estavam ligados a duas grandes categorias: “domínios” do AAD e desafios enfrentados pelas mulheres. Dentre os domínios, os temas identificados foram: **tradições culturais, desejobilidade, publicidade e informação, habilidades culinárias, estrutura familiar, ambiente social, infraestrutura, estratégias alimentares, capacidade de compra, acesso econômico, acessibilidade, disponibilidade e publicidade e informação.** Sobre os desafios, foram identificados sete temas: **maternidade, uso do tempo,**

**responsabilização, sobrecarga, dificuldade de acesso físico, renda baixa, custo dos alimentos.** Os dados gerados nessa etapa, serviram de subsídio para a etapa seguinte.

#### Reestruturação do modelo teórico – fase 7

Após a análise dos GF, o modelo foi atualizado e reestruturado, sendo incorporados novos elementos, conforme os temas emergidos no estudo empírico. Assim como no processo de estruturação, sua atualização gráfica foi desenvolvida mantendo-se a ideia de hierarquias e de abrangência entre os conceitos e relações presentes no modelo. O programa Microsoft PowerPoint (Office Professional Plus 2019), continuou sendo utilizado nessa etapa. Este processo gerou a versão 2 do modelo, que pode ser observada no apêndice 8. Além disto, foi criado um material explicativo, contendo os principais conceitos e temas presentes no constructo e informações necessárias para se compreendê-lo. O material e a versão 2 do modelo foram utilizados nas etapas seguintes.

#### *5.2.2 Etapa 2: Submissão do modelo teórico a especialistas e modelo final*

A submissão do modelo à um painel de especialistas teve como objetivo revisar e debater possíveis alterações na versão 2. Este processo buscou avaliar sua estrutura, conceitos, dimensões e relações, possibilitando novos arranjos mediante contribuições de pessoas imersas na temática trabalhada, como destacam Souza Filho e Struchiner (2021). Após este processo, o constructo foi finalizado e passou por um processo de validação pelos mesmos especialistas, gerando sua versão final. Tais etapas serão discutidas a seguir.

#### Submissão do modelo teórico a especialistas – fase 8

A versão 2 do modelo foi submetida a um painel de especialistas. Para Shang (2023) a coletividade é um aspecto importante na avaliação de constructos porque as opiniões de um grupo são relevantes por possibilitarem diferentes olhares e o compartilhamento de decisões. A submissão deste modelo a especialistas teve como objetivo avaliar e validar seus elementos, buscando alcançar o maior nível de coerência possível acerca dos itens necessários para análise

e compreensão das experiências femininas em AAD, considerando as intersecções entre gênero, raça e classe. Tal etapa durou de março à julho de 2026.

Para avaliar se cada elemento da versão 2 do modelo representa tais experiências, bem como se a sua construção teórica representa todas as facetas deste fenômeno, como destaca Alexandre e Coluci (2011) foi necessário que os especialistas julgassem o modelo como um todo. Portanto, avaliou-se se cada domínio ou conceito abrangeu adequadamente o conjunto de itens, observando se todas as dimensões foram incluídas ou se seria necessário eliminar itens (Alexandre; Coluci, 2011).

A escolha dos especialistas seguiu alguns critérios: 1) ter publicações sobre os temas ambiente alimentar, interseccionalidade e relações de gênero no campo da alimentação e nutrição; 2) ter formação superior em Nutrição; 3) ter pós-graduação em nível de doutorado<sup>10</sup>; 4) ter disposição para participar das rodadas. Foi realizado um levantamento dos possíveis especialistas, por meio da *Plataforma Lattes* buscando os currículos pelo assunto, bem como identificou-se alguns especialistas por publicações já conhecidas nas áreas. Foram coletados os nomes, currículo, formação e e-mail e organizados em um quadro.

No total foram identificados 17 especialistas, cujo foram encaminhados e-mails com o convite (apêndice 9). Dos 17 especialistas convidados, 14 aceitaram participar. Sobre o perfil dos especialistas que participaram destaca-se que todas eram mulheres; 28,6% se autodeclararam pretas, 42,9% pardas e 28,6% brancas; 14,3% residiam no Centro-Oeste, 35,7% do Nordeste e 50% do Sudeste.

O processo de submissão seguiu as recomendações de duas técnicas: a Técnica Delphi e a Validação de Conteúdo. A técnica Delphi tem por objetivo consultar especialistas sobre um determinado tema/instrumento e alcançar o consenso a partir de rodadas sucessivas de questionários. Destaca-se que em cada rodada há uma reestruturação do que está sendo construído e envio de uma síntese das respostas da rodada anterior para ponderação dos especialistas (Jaam et al., 2022; Shang, 2023).

Já a validação de conteúdo também ouve a opinião de especialistas, porém com o objetivo de avaliar se um instrumento representa de fato o que ele quer medir. A análise considera critérios como clareza, representatividade, relevância e abrangência. Após receberem o instrumento avaliado, os especialistas julgam cada item utilizando escalas (geralmente *Likert*) e os resultados são calculados através de índices como o Índice de Validação de Conteúdo (IVC) (Alexandre; Coluci, 2011; Almanasreh; Moles; Chen, 2019).

Portanto, utilizou-se de componentes de ambas as técnicas para avaliação e validação do modelo. Tais elementos foram: a participação de especialistas no tema; a consulta em rodadas

consecutivas; o envio da síntese dos resultados entre as rodadas; reestruturações do instrumento conforme as respostas; análise de critérios de clareza, relevância, representatividade e abrangência; uso de escala de julgamento e o cálculo do IVC.

Foram realizadas três rodadas para avaliar e validar o modelo desenvolvido. O primeiro questionário foi construído por meio do *Google Forms* (apêndice 10) e encaminhado para as participantes no mês de março, junto com a versão 2 do modelo, seu material explicativo e um material norteador (apêndice 11) e o TCLE (apêndice 12). Tal questionário contou com 21 questões cujas respostas deveriam ser dadas por escala *Likert* e quatro pontos, conforme observações de Alexandre e Coluci (2011) e de Almanasreh, Moles e Chen (2019), que destacam a sua importância no cálculo do Índice de Validade de Conteúdo (IVC).

As questões avaliavam cada dimensão do modelo, bem como o modelo no geral. As respostas da escala alternaram entre as categorias ‘não claro’, ‘pouco claro’, ‘claro com necessidade de ajustes’ e ‘bastante claro’; ‘não relevante’, ‘pouco relevante’, ‘relevante com necessidade de ajustes’ e ‘bastante relevante’; ‘não representativo’, ‘pouco representativo’, ‘representativo, mas alguns ajustes são necessários’ e ‘bastante representativo’; ‘não abrangente’, ‘pouco abrangente’, ‘abrangente, mas alguns ajustes são necessários’ e ‘bastante abrangente’. O questionário também contou com espaços para realização de comentários dos especialistas. Foi dado um prazo inicial de três semanas para respostas e este foi posteriormente prorrogado para mais uma semana.

Após as respostas os dados foram analisados, o modelo reestruturado e seguiu-se para a segunda rodada. Foram encaminhados uma nova versão do modelo (apêndice 13) e a síntese dos resultados da primeira rodada (apêndice 14) e um novo questionário (apêndice 15). Este seguiu o mesmo padrão do anterior, avaliando o modelo no geral e seus itens, contou com 21 questões com resposta em escala *Likert* de quatro pontos e teve o mesmo padrão de respostas. Foi dado um prazo de três semanas para resposta, sendo prorrogado por mais uma semana.

A terceira rodada seguiu após a análise dos dados da segunda rodada e nova reestruturação do modelo. Encaminhou-se para os especialistas uma nova versão do modelo (apêndice 16), seu material explicativo atualizado (apêndice 17), uma síntese dos resultados da segunda rodada e o questionário de avaliação final (apêndice 18). Tal questionário buscou avaliar o modelo no geral e teve dez perguntas que, também em escala *Likert* de quatro pontos,

---

<sup>10</sup> Tal formação poderia ser em qualquer área que dialoga-se com o campo da Saúde Pública ou Ciências Humanas em Saúde.

deveriam ser respondidas pelas alternativas ‘1) discordo totalmente; ‘2) discordo parcialmente’, ‘3) concordo parcialmente’ e ‘4) concordo totalmente’. Foi dado um prazo de três semanas, com prorrogação de mais 10 dias para resposta.

O processo de análise dos dados quantitativos de todas as rodadas seguiu o mesmo padrão. As respostas das questões fechadas foram tabuladas e analisadas estatisticamente. Foram realizados os cálculos de frequência absoluta, porcentagem e IVC (Shang; 2023; Alexandre; Coluci; 2011; Almanasreh; Moles, Chen; 2019). Calculou-se o IVC por meio da soma das respostas positivas representes as alternativas 3 e 4 das questões, dividido pelo número total de respostas. O valor mínimo adotado para se considerar o grau de consenso foi de 0,8 e o máximo 1,0 (Alexandre; Coluci; 2011; Almanasreh; Moles, Chen; 2019).

Os comentários realizados nas rodadas um e dois, foram organizados no Microsoft Excel (Office Professional Plus 2019) e agrupados em categorias. Estas foram: **comentários sobre uso das terminologias; comentários sobre as relações entre elementos do modelo, comentários sobre a presença das intersecções de raça, gênero e classe; comentários sobre a necessidade maiores reflexões; comentários sobre a inclusão de novos elementos e comentários sobre os ajustes visuais**. Os dados foram lidos e avaliados conforme sua coerência com o estudo proposto, sendo considerados também as sugestões de referências e ideias dos especialistas. Os comentários contribuíram para as reestruturações realizadas na primeira e segunda etapa.

#### Reestruturação e finalização – fase 9

A reestruturação do modelo ocorreu durante as duas primeiras rodadas de avaliação pelos especialistas. Durante esse processo, realizou-se leituras das bibliografias indicadas e de outras consideradas necessárias para contribuir com as novas reflexões realizadas e inserção e exclusão de elementos no modelo. Após a terceira rodada o modelo não passou mais por alterações conceituais e nem na estrutura gráfica. Tal versão passou apenas por um processo de aperfeiçoamento visual realizado com auxílio do programa *Adobe Photoshop 2024* por um profissional designer gráfico. Esta versão pode ser observada no apêndice 19.

Pontua-se que a partir da escuta das mulheres negras, participantes dos grupos focais, e das contribuições do painel de especialistas, o título final do modelo também foi readequado. Ao modelo final foi dado o título “*Modelo para Análise de experiências femininas em ambientes alimentares domésticos, sob a ótica interseccional*”.

### 5.3 GARANTIAS ÉTICAS

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa, da Faculdade de Ciências da Saúde, da Universidade de Brasília, em concordância com a Resolução 466/96 do Ministério da Saúde e a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, sob o número do CAAE 59327622.6.0000.0030. Todas as etapas do estudo foram aprovadas, bem como todas as pessoas participantes assinaram TCLE. No caso dos grupos focais, estes contaram também com TUVI devido a sua gravação. O estudo garantiu o anonimato dos participantes em todas as etapas e, quando utilizado trechos de falas, não se utilizou os nomes reais.

Para as mulheres participantes dos grupos focais, foi encaminhado um relatório com os resultados parciais do estudo com os dados obtidos através das sessões. Será encaminhada a tese final e convite para a defesa de tese, tanto para as participantes dos grupos focais quanto para os especialistas, com o objetivo de compartilhar todos os resultados.

## 6. RESULTADOS

O estudo realizado gerou um total de quatro artigos: I) Implicações das relações de gênero nos ambientes alimentares domésticos saudáveis; II) Mulheres, cuidado alimentar e desigualdades: construção de um modelo teórico interseccional para análise de experiências femininas em ambiente alimentar doméstico; III) Desafios e desigualdades no cuidado alimentar em ambientes domésticos: experiências de mulheres negras; IV) Mulheres negras e ambiente alimentar doméstico: um modelo interseccional validado.

O artigo I foi publicado na revista “Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde” no ano de 2023. O artigo II foi publicado na revista “Sustinere: Revista de Saúde e Educação”, no ano de 2026.<sup>11</sup> O artigo III foi submetido à revista “Saúde em Debate” e está em processo de avaliação. O artigo IV até o momento de finalização da tese, não foi submetido à nenhuma revista. Todos os artigos estão apresentados a seguir.<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> Destaca-se que o modelo final, apresentado no artigo II, foi adaptado graficamente para a publicação, conforme solicitação da revista.

<sup>12</sup> Importante ressaltar que os artigos foram formatados conforme as normas das revistas as quais foram submetidos.

## 6.1 ARTIGO I:

Implicações das relações de gênero nos ambientes alimentares domésticos saudáveis<sup>13</sup>

**Resumo:** Ambientes alimentares domésticos condicionam oportunidades e práticas que se relacionam à nutrição e à promoção da alimentação saudável. Devido as construções de gênero, as mulheres têm um papel fundamental nesses contextos estando associadas histórica e culturalmente ao cuidado alimentar nos domicílios. Considera-se que fatores como raça e classe social proporcionam diferentes experiências e níveis de agência feminina em ambientes alimentares domésticos, reverberando sobretudo na alimentação e na saúde. A partir disto, este ensaio propõe uma reflexão sobre as repercussões das relações entre gênero e ambientes alimentares domésticos. Discute-se também como os desdobramentos das interações entre as desigualdades de gênero, raciais e econômicas incidem na organização e no cuidado com a alimentação, a partir de aspectos que vão desde a aquisição e preparo de alimentos saudáveis, à padrões de consumo criados. Conclui-se que a falta de compartilhamento do trabalho doméstico, a dupla jornada, a sobrecarga, a dificuldade de acesso a recursos e alimentos e a vulnerabilidade socioeconômica são alguns dos fatores que desafiam a constituição de ambientes alimentares domésticos justos e saudáveis.

**Palavras-chave:** Ambiente Alimentar. Alimentação Saudável. Trabalho Feminino. Desigualdade de Gênero. Interseccionalidade.

### **Introdução**

Os sistemas alimentares atuais tornaram-se agenda em diversas áreas e estudos, que apontam para a necessidade de uma transformação completa das dinâmicas que causam impactos ambientais, socioeconômicos, culturais e na saúde pública<sup>1,2</sup>. Segundo o HLPE<sup>1</sup> as principais dimensões dos sistemas alimentares são: as cadeias de produção-abastecimento alimentar; os ambientes alimentares e o comportamento dos consumidores. Tais dimensões, quando concebidas de maneira saudável e sustentável promovem uma alimentação saudável e adequada<sup>2</sup>.

A pauta sobre os ambientes alimentares tem ganhado força nas discussões em torno dos sistemas alimentares, tendo em vista a influência de fatores macroestruturais nas escolhas alimentares, nos domínios externos e pessoais<sup>3,4</sup>. Entende-se por ambiente alimentar o contexto físico, econômico, político e sociocultural que delimita a interação das pessoas com o sistema alimentar na tomada de decisão sobre os processos de aquisição, preparo e consumo dos alimentos<sup>1</sup>.

Espinoza *et al*<sup>3</sup> definem cinco modelos de ambientes: o doméstico, o em vias públicas, o institucional, o de restauração e o de abastecimento dos alimentos. Dentre estes, o ambiente

---

<sup>13</sup> <https://doi.org/10.12957/demetra.2023.65199>

doméstico é considerado um dos mais complexos devido à diversidade de domicílios, à sua condição de espaço de socialização primária, de definição de preferências e de tradições culturais<sup>3</sup>.

As mulheres historicamente, culturalmente e socialmente têm um papel fundamental nos ambientes alimentares domésticos por estarem associadas diretamente às práticas de cuidado com a alimentação familiar<sup>5,6</sup>. Estas, se traduzem cotidianamente em aspectos como a tomada de decisão sobre as escolhas alimentares, os processos de aquisição dos alimentos, o preparo por meio da culinária, a partilha e a diversificação das refeições<sup>5,6,7</sup>.

Observa-se que tais dinâmicas são consideradas desdobramentos das relações de gênero e do trabalho doméstico e tendem a se intensificar no contexto da pandemia de Covid-19 e de isolamento social<sup>8</sup>. Logo, a refeição pode ser considerada uma dimensão privilegiada do cuidado, do ponto de vista da continuidade da oferta, da qualidade da alimentação proporcionada diariamente e das questões socioculturais que giram em torno do comer<sup>9</sup>.

Nota-se que nem todas as mulheres vivenciam tal responsabilidade do mesmo modo. As práticas de saúde e de cuidado com a alimentação são atravessadas por questões estruturais que revelam inúmeras realidades, principalmente no cenário brasileiro cujas desigualdades raciais, de gênero e socioeconômicas são historicamente construídas e consideradas determinantes sociais de saúde<sup>10</sup>.

Canuto, Fanton e Lira<sup>10</sup> afirmam que a avaliação de iniquidades sociais e econômicas no acesso e consumo de alimentos no país torna-se fundamental para qualificar políticas públicas de saúde, alimentação e nutrição. Nesse sentido, é importante compreender que as escolhas e o consumo alimentar dos indivíduos no contexto dos ambientes alimentares domésticos perpassam aspectos complexos e requerem uma abordagem integralizada, que proporcione a proteção e promoção de uma alimentação saudável e adequada a partir de contextos reais.

Deste modo, este ensaio propõe uma reflexão sobre as repercussões das relações de gênero nos ambientes alimentares domésticos, destacando em paralelo como as desigualdades de raça e classe interagem nesse contexto. Inicialmente, faremos breves considerações sobre os ambientes alimentares com o objetivo de apreender melhor esse componente do sistema alimentar. Em seguida, abordaremos sobre o ambiente alimentar doméstico e sua conexão com o trabalho feminino, evidenciando alguns debates do campo dos estudos feministas sobre o cuidado. Por fim, discutiremos aspectos das relações entre gênero, raça e classe e ambientes alimentares domésticos, por meio de estudos empíricos.

## **Aspectos sobre os ambientes alimentares**

Como apontado, os ambientes alimentares referem-se ao contexto físico, econômico, político e sociocultural que se relaciona com a interação entre as pessoas e o sistema alimentar de maneira mais ampla<sup>1</sup>. Por tratar-se de um conceito abrangente, os ambientes alimentares envolvem múltiplos aspectos que conformam uma dinâmica complexa que se estabelece entre os processos de escolha, aquisição e consumo dos alimentos pelos indivíduos<sup>4</sup>.

A escolha alimentar não é uma decisão simplesmente pessoal considerando que a alimentação é moldada pelo cenário e impulsionada por fatores sistêmicos mais profundos<sup>2</sup>. Assim, os preços dos alimentos, padrões de compra, marketing e rotulagem, políticas alimentares e agrícolas, diretrizes alimentares, qualidade sanitária, mobilidade, condições geográficas, tipos de comercialização, propriedades dos alimentos, o tempo e estrutura disponível para cozinhar, conhecimentos e habilidades sobre o preparo dos alimentos, as preferências, as normas culturais e múltiplos outros elementos, interferirão na configuração dos ambientes alimentares<sup>1,3,4</sup>.

As mudanças causadas pela globalização, pela industrialização, pelo ultraprocessoamento dos alimentos e pelas mudanças nos sistemas agrícolas, fazem com que os sistemas alimentares atuais não permitam escolhas saudáveis<sup>2,4</sup>. Tais circunstâncias têm impacto direto na forma como os indivíduos realizam suas escolhas e consumo alimentar, bem como organizam a sua alimentação.

Semelhante a isto, o modo no qual as pessoas acessam os alimentos, a qualidade e os tipos de alimentos adquiridos, as formas de preparação e consumo e os significados socioculturais associados ao ato de comer são fatores que podem contribuir para a manutenção ou transformação das características dos sistemas alimentares<sup>2</sup>. Observa-se então que a articulação entre os ambientes alimentares e os sistemas alimentares reverberam de modo sistêmico no estado nutricional das populações<sup>2,4</sup>.

O estudo sobre as influências do ambiente na alimentação ainda é um campo em crescimento e vem sendo alinhado às discussões sobre as iniquidades e os desequilíbrios dos sistemas alimentares hegemônicos<sup>2</sup>. Destaca-se que as pesquisas sobre ambiente alimentar realizadas até o momento têm se debruçado sobre o aumento da obesidade e das Doenças Crônicas Não Transmissíveis em grande medida em países desenvolvidos<sup>4</sup>.

A existência das desigualdades sociais proporciona desafios na coleta e análise de dados em outros contextos. Além disto, a diversidade de conceitos sobre ambiente alimentar, métodos e ferramentas impõem alguns desafios<sup>2,4</sup>. Acredita-se que o refinamento crítico e a adequações

teóricas metodológicas nesse campo de pesquisas tem o potencial de proporcionar uma abordagem integrada que favoreça análises sobre a alimentação também em países em desenvolvimento<sup>4</sup>.

Razões sociais, políticas, culturais e econômicas são determinantes dos ambientes alimentares pois afetam modos de vida, dificultam o acesso a alimentos e contribuem para desigualdades alimentares<sup>3</sup>. Ao se estabelecerem de forma assimétrica, tais motores restringem o acesso de alguns grupos a alimentos saudáveis e proporcionam resultados desiguais em alimentação e nutrição<sup>2</sup>. Sendo assim, ambientes alimentares saudáveis, regulados e justos equivalem à uma disponibilidade e acessibilidade mais equitativa de alimentos, permitindo que as pessoas façam escolhas alimentares com o potencial de melhoria da alimentação e promoção da saúde<sup>1</sup>.

Nota-se uma intensidade de estudos sobre ambientes alimentares utilizando-se análises quantitativas acerca da acessibilidade, disponibilidade e preços dos alimentos, o que revela que abordagens qualitativas e sobre experiências permanecem pouco estudadas<sup>4, 11, 12</sup>. Destaca-se a necessidade de melhor conhecer e compreender os ambientes alimentares, incluindo quem, o quê, quando, onde, porque e como ocorre a aquisição e consumo dos alimentos<sup>4</sup>. Desta maneira, dispor de mais e melhores informações, entender o que os indivíduos estão comendo e como fazem suas escolhas alimentares tende a contribuir para o enfrentamento da má-nutrição em todas as suas formas<sup>2,4</sup>.

Um aspecto que permanece pouco estudado são os ambientes alimentares domésticos. No Brasil, por exemplo, a comida preparada em casa, ainda representa boa parte do consumo alimentar de nossa população. A Pesquisa de Orçamentos Familiares (2017-2018) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aponta que da renda destinada a alimentação, em média 67,2% é utilizada para a aquisição de alimentos que serão consumidos nos domicílios<sup>13</sup>. Portanto, os ambientes alimentares domésticos são espaços críticos para as decisões sobre compra, preparo e consumo de alimentos, além do desenvolvimento de conhecimentos e preferências alimentares<sup>2,3</sup>.

Salienta-se que o ambiente alimentar doméstico engloba elementos complexos e sistêmicos que ao interagirem influenciam nos processos de escolha, preparação e consumo dos alimentos nos domicílios<sup>14</sup>. Por exemplo, a oferta de empregos, perfil dos salários, seguridade social, programas de distribuição de renda etc. interferem nas condições de vida das pessoas, impactando no acesso aos alimentos tendo em vista a instabilidade econômica. Desta maneira, o status financeiro incide na aquisição e gerenciamento da alimentação, em níveis de quantidade, qualidade e variedade<sup>14,2</sup>.

Além disto, o ambiente alimentar doméstico pode ser considerado um ambiente complexo e dinâmico pois a comida em casa também é afetada pela disponibilidade de alimentos em outros espaços<sup>15</sup>. Os alimentos são ofertados a partir de uma ampla variedade de canais, que incluem mercearias, lojas de conveniência, hortas comunitárias, restaurantes, mercados, supermercados, etc<sup>14</sup>.

O ambiente doméstico se interrelaciona com o ambiente comunitário, na medida em que a proximidade, a infraestrutura e a mobilidade impactam diretamente na relação entre alimentação em casa e seu entorno<sup>7</sup>. Uma vez presentes em casa, os alimentos tornam-se parte da dinâmica dos seus integrantes sua composição física. Características como a visibilidade dos alimentos, a estrutura e o desenho da casa e da cozinha e a presença de equipamentos e utensílios colaboram com decisões sobre o que adquirir, o que preparar e o que comer no espaço doméstico<sup>14</sup>.

É importante frisarmos que a presença de alimentos no âmbito doméstico está associada também às preferências alimentares do grupo familiar e as tradições culturais dos indivíduos. Ademais, regras e práticas parentais, a estrutura familiar, o tamanho da família e a organização das tarefas também são fatores que influenciam o comer em casa<sup>14</sup>.

Deste modo a mulher enquanto responsável pela gestão da alimentação em casa, do ponto de vista da compra e preparo dos alimentos, tem uma influência particular sobre os hábitos alimentares das famílias e nas decisões alimentares<sup>15</sup>. Logo, considera-se crucial refletir sobre as relações entre os ambientes alimentares domésticos, o trabalho feminino e o cuidado, como faremos a seguir.

### **Trabalho feminino, cuidado e ambientes alimentares domésticos**

Ao longo do tempo, as Ciências Sociais vêm discutindo sobre o rompimento da noção de indivíduo determinado pela biologia, reconhecendo a noção de ser humano construído sob bases da cultura e da história. O conceito de gênero surge uma categoria utilizada para abordar as dimensões das vivências de homens e mulheres do ponto de vista sociocultural. Deste modo considera-se que há uma expectativa da sociedade em relação às maneiras como homens e mulheres devem atuar e se comportar que não se enquadra no plano biológico, mas sociocultural<sup>16</sup>.

Nesse sentido, cuidar é considerada uma tarefa associada historicamente as mulheres sobretudo em relação à maternidade. O cuidado é compreendido como uma prática social, um conjunto de atividades materiais e de relações ligadas ao papel sociocultural feminino, que visam atender às necessidades subjetivas e concretas dos indivíduos. Tal movimento, requer

disposição emocional e implica em um sentido de responsabilidade em relação à vida e o bem-estar do outro<sup>8</sup>. Cuidar é uma atividade regida pelo gênero e longe de ser um atributo natural feminino, se constrói nas relações cotidianas, por meio das observações das atividades diárias

17.

Satisfazer as necessidades referentes a alimentação no espaço doméstico, por meio de tarefas e ações direcionadas pode ser considerada uma atividade feminina e relacionada ao cuidado. A naturalização desta relação pode ser observada, por exemplo, ao analisarmos dados do IBGE. Dentre sete atividades domésticas e de cuidados realizadas pelas pessoas no ano de 2018, cozinhar foi a tarefa que apresentou a maior diferença entre mulheres e homens, com a ocorrência de 95,5% e 60,8% respectivamente<sup>18</sup>.

Destaca-se também que cozinhar é um terreno fértil para construção de afetos, memórias e saberes ancestrais que são transmitidos geracionalmente nas experiências cotidianas<sup>5,19</sup>. Nesse contexto, ter a capacidade de pensar, decidir e agir para preparar refeições utilizando em maior parte alimentos in natura, frescos e diversificados revelam a presença de uma autonomia culinária, que amplia a possibilidade de promoção saúde no âmbito doméstico<sup>20</sup>. Portanto, cozinhar é uma atividade que promove benefícios associados à saúde das pessoas pois contribui para o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis e estímulo à manutenção de conhecimentos e práticas culturais<sup>21</sup>.

A partir destes apontamentos, podemos refletir que o cuidado com a alimentação como uma prática feminina naturalizada, implica na construção de ambientes alimentares domésticos saudáveis, considerando a atuação das mulheres no planejamento, gerenciamento e execução das ações que envolvem a escolha e o consumo alimentar. Nesse sentido, Petrics e Stamoulis<sup>7</sup> pontuam que dimensões do ambiente, como a acessibilidade, a viabilidade econômica, a conveniência e a desejabilidade são diretamente atravessadas pelas desigualdades de gênero que permeia a vida das mulheres.

Um exemplo que podemos destacar diz respeito a acessibilidade e a mobilidade feminina. A distância das unidades de varejo para aquisição de alimentos e o uso do tempo, por exemplo são fatores que interferem no planejamento e consumo dos alimentos<sup>7,3</sup>. Observa-se que a presença de varejistas e a concentração de estabelecimentos de comercialização de alimentos tem papel fundamental nas escolhas alimentares e na saúde dos indivíduos. Viver próximo a feiras e mercados que disponibilizam alimentos in natura, tem influência nas ações relacionadas a uma alimentação saudável<sup>22</sup>.

Na combinação das atividades domésticas e de cuidados com os deslocamentos para o trabalho por exemplo, as mulheres criam estratégias para dar conta de diferentes atividades de

acordo com o tempo e a estrutura espacial disponível. Dessarte, a compra e o preparo da alimentação são atividades as quais o esforço e dedicação naturalizam-se e incorporados à uma rotina de conciliação entre casa e trabalho<sup>7</sup>.

O poder de compra, a renda, a empregabilidade e a dependência econômica estão estreitamente ligadas à viabilidade econômica e ao acesso aos alimentos. Esses fatores reverberam na possibilidade de obtenção de uma alimentação saudável<sup>1,2,4</sup>. Destacamos que estes, representam um intenso debate no campo dos estudos feministas quando se analisa a participação feminina no mercado de trabalho e os níveis de renda<sup>23</sup>.

Segundo dados do IBGE<sup>24</sup> a taxa feminina no mercado de trabalho, é menor que a masculina, sendo 54,5% e 73,7% respectivamente. Além disto, as mulheres receberam 77,7% do total de rendimento dos homens no ano de 2019<sup>24</sup>. Em relação a ocupação dos cargos, observa-se que as mulheres negras estão inseridas nas atividades mais precárias e menos remuneradas. Dados do IBGE<sup>25</sup> também apontam que a força de trabalho feminina negra recebeu cerca de 44% do total do salário médio total dos homens brancos, por exemplo.

A má remuneração feminina e o alto índice de envolvimento com o emprego informal, expressivo de um cenário de irregularidades<sup>23</sup>, dificultam não só o acesso feminino a alimentos em quantidade e qualidade suficientes, mas também influência no planejamento das refeições que serão consumidas por elas e pelos demais membros da família<sup>7</sup>. Tal fato torna-se ainda mais complexo quando se observa as famílias monoparentais com chefia feminina, no qual a renda da mulher é a única disponível para a compra de alimentos<sup>7,14</sup>.

Outro ponto que podemos destacar, segundo Petrics e Stamoulis<sup>7</sup>, refere-se a dimensão da conveniência. Esta, diz respeito ao contexto de atendimento das necessidades alimentares de acordo com as condições materiais e imateriais estabelecidas. Portanto, questões como tempo e esforço para cozinhar e consumir os alimentos, estrutura física, habilidades culinárias e conhecimento dos alimentos são alguns dos elementos que influenciam no consumo de alimentos saudáveis<sup>1,9</sup>.

A dupla jornada de trabalho feminina repercute não só na sobrecarga de trabalho e exaustão, mas principalmente na configuração de ambientes alimentares domésticos por estarem associados frequentemente a restrição do tempo disponível para o preparo das refeições. Assim, uso de alimentos ultraprocessados e consumo de *fast foods*, por exemplo, são utilizados como recursos de superação à falta de tempo<sup>7,26</sup>.

Ao realizarmos uma análise mais complexa destas relações, nota-se que o modo como a alimentação é organizada no domicílio e a falta de compartilhamento das atividades, são um

dos principais fatores que pressionam para que as práticas alimentares domésticas sejam mais “convenientes” e não necessariamente a inserção feminina no mundo mercado de trabalho.

Nesse sentido, destacamos que o debate sobre a organização social do cuidado<sup>27</sup> deve englobar a discussão de como a sociedade organiza o cuidado com a alimentação e como as mulheres estão inseridas nessenexo. Portanto, acabar com o fardo de todas as formas de má-nutrição e promover uma alimentação saudável deve ser uma responsabilidade coletiva<sup>2</sup> e a pauta sobre trabalho feminino um ponto-chave para se pensar os ambientes alimentares domésticos saudáveis.

Destacamos que as condições socioeconômicas influenciam na intensidade das transformações e problemas alimentares<sup>10</sup>. Somado a isto, as diferentes identidades femininas e suas relações com a discriminação racial e a opressão de classe por exemplo, influenciam nas relações entre as mulheres e a alimentação no ambiente alimentar doméstico. A partir deste ponto, consideramos importante refletir sobre estas questões, como faremos a seguir.

### **Ambientes alimentares domésticos: relações entre gênero, raça e classe**

Como já sinalizado, as mulheres vivenciam diferentes situações sociais que interferem na construção de suas experiências com os ambientes alimentares domésticos. Desta forma, observamos a importância de analisar tais relações por meio de um olhar que integra gênero, raça e classe social como categorias que interagem entre si<sup>28</sup>. Os estudos sob essa ótica vêm se intensificando conforme a Interseccionalidade apresenta-se como uma ferramenta teórica e metodológica utilizada para se analisar a correlação entre diferentes eixos de subordinação da vida das mulheres<sup>28,29</sup>.

Destaca-se que a Interseccionalidade busca compreender as formas pelas quais as estruturas sociais e econômicas, que se manifestam por meio do racismo, do patriarcado, da opressão de classe e de outros sistemas discriminatórios, criam desigualdades e violam direitos<sup>29</sup>. Por isto, dar luz as interações entre problemas estruturais no contexto dos ambientes alimentares domésticos, possibilita reconhecer a existência das diferentes realidades sociais e seus impactos na agência feminina e no contexto nutricional.

O racismo como uma construção ideológica, no qual suas práticas se concretizam em diferentes processos de discriminação, formou uma massa socioeconomicamente marginalizada no Brasil. Atributos culturalmente construídos (como raça), reproduzem também lugares de classe, pois a população negra vivenciou um desenvolvimento econômico desigual. Frente a isto, as articulações entre as desigualdades de gênero, raça e classe promovem um processo de tríplice discriminação vivenciada por mulheres negras e de baixa renda<sup>30</sup>.

Conforme Soares e Santos<sup>6</sup> o trabalho alimentar a vida doméstica do Brasil envolveu predominantemente a força de trabalho feminina, principalmente de mulheres escravizadas, negras e pobres. Mesmo após o fim oficial da escravidão, a divisão racial do trabalho se manteve, fazendo com que estas continuassem relacionadas diretamente ao trabalho doméstico e à histórica precarização da atividade. Para refletir sobre tal questão, basta observar que do total de pessoas empregadas do serviço doméstico, 63% destas eram mulheres negras<sup>31</sup>.

As mulheres com renda mais alta tem mais chances de se manter no mercado, principalmente por utilizarem dos serviços de trabalhadoras domésticas, tendo maiores recursos e opções para dar conta da alimentação <sup>27</sup>. Situação inversa pode ser observada quando analisamos experiências de mulheres negras e em contextos de vulnerabilidade socioeconômica. Dados do IBGE por meio de recortes de cor e raça indicam que as mulheres pretas e pardas são as que mais dedicam tempo aos cuidados com pessoas e como os afazeres domésticos, registrando 18,6 horas semanais contra 17,7 horas das mulheres brancas<sup>32</sup>.

A inserção feminina no mercado de trabalho e sua relação com as mudanças alimentares, por exemplo, é reveladora de desigualdades. Em estudo de Lelis, Teixeira e Silva<sup>33</sup> com servidoras públicas de uma universidade, observaram que as docentes foram o grupo que menos relataram mudanças nos hábitos alimentares da família. Tal fator estava relacionado ao maior poder aquisitivo que reverberava na presença de empregadas domésticas nas casas e a existência de tempo para preparo de refeições. Condições estas que não estavam disponíveis para as técnicas administrativas <sup>33</sup>.

Ainda em estudo de Lelis, Teixeira e Silva<sup>33</sup> observa-se a garantia de refeições regulares e cotidianas concedidas pelo melhor poder de compra. As mulheres de maior poder aquisitivo teriam mais oportunidade de manter constância nas refeições e de escolher quais alimentos podem adquirir. Mesmo que haja alimentos industrializados e de conveniência a presença de alimentos in natura torna-se uma opção para estas<sup>10</sup>. Isto se relaciona com dados do estudo de Canuto, Fanton e Lira<sup>10</sup> no qual o consumo regular de frutas e verduras e uma alimentação mais diversificada é mais frequente em pessoas brancas e de maior renda que em pessoas pretas, pardas e de baixa renda.

No que tange o preparo das refeições cotidianas, observa-se a maior possibilidade de abdicação da atividade culinária por mulheres de classe média e alta. Cozinhar pode ser reconhecido como uma atividade de lazer ou cansativa que pode ser burlada com a ida a restaurantes, com a entrega domiciliar de refeições ou a contratação de empregadas e cozinheiras domésticas. Sendo assim, a opção por alimentos de conveniência ou a frequente

alimentação fora de casa, muitas vezes aos finais de semana, são características desse nicho social<sup>33,34</sup>.

Cozinhar para mulheres de baixa renda, quase sempre, se caracteriza como uma atividade cansativa e desvalorizada, mas que precisa ser realizada. Planejar, preparar e servir alimentos diariamente, mesmo após o trabalho quando se prepara a marmita dos filhos e cônjuges para o dia seguinte, são ações femininas comuns às mulheres de camadas populares<sup>26</sup>. Estudo realizado por Abonizio e Jimenez-Jimenez<sup>34</sup> com mulheres da cidade de Cuiabá/MT, em ascensão social e inseridas especialmente nas classes média e alta, identificou-se que a mobilidade social favoreceu a construção de novos hábitos alimentares e o consumo de novos alimentos, alterando modos de preparar e comer os alimentos. Observou-se que estas tinham recursos e oportunidades financeiras para se preocupar com a sua própria alimentação e saúde, focando no maior consumo de frutas, hortaliças e grãos por exemplo<sup>34</sup>.

Quando se trata de mulheres negras e de camadas populares tal cenário se apresenta de maneira distinta. Dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional<sup>35</sup>, de 2020, revelam que mulheres, pessoas negras e de baixa escolaridade, são os grupos que apresentam menor condição de alcançar a Segurança Alimentar e maior exposição a Insegurança Alimentar Grave. Tal aspecto está ligado não só as desigualdades raciais e socioeconômicas, mas também a aspectos culturais como a possibilidade de privação alimentar de mulheres em situação de vulnerabilidade, em prol da alimentação dos demais familiares<sup>36</sup>.

Swan<sup>37</sup> afirma que mulheres em situação de pobreza tendem a desenvolver conhecimentos complexos, detalhados e extensos sobre os orçamentos familiares, associando as preferências, as necessidades e à oferta de alimentos. Para a autora, pensar no que todos vão comer é difícil, especialmente quando se tem poucos recursos financeiros.

Em estudos realizados por Lopes, Jorge e Machado<sup>28</sup>, Rotenberg e De Vargas<sup>19</sup> e Ferreira e Magalhães<sup>36</sup> com mulheres em situação de vulnerabilidade social, observou-se que seus hábitos alimentares revelaram conhecimentos sobre os nutrientes e alimentos necessários para se ter uma alimentação saudável. A realização de substituições de alimentos, por exemplo, era desenvolvida a partir de analogias. Além disto reconheciam a importância do maior consumo de alimentos in natura, tais como frutos, hortaliças, verduras, cereais e leguminosas. Apesar disto, a escassez de recursos financeiros não permitia a aquisição dos alimentos que elas julgavam saudáveis.

A maneira na qual o cuidado alimentar é realizado, sustenta as ideias de boa mãe<sup>37</sup>. Oferecer a comida adequada para cada idade, a preocupação com a aquisição dos gêneros, a

atenção com o horário das refeições, a qualidade e quantidade dos alimentos, o consumo de

arroz, feijão, carne e verduras nas principais refeições e frutas e leite nas refeições menores, por exemplo, fazem parte de normas circunscritas que devem ser seguidas e sustentam o ideal de mãe<sup>9,36,38</sup>.

Observa-se no estudo de Lopes, Jorge e Machado<sup>38</sup> e Soares e Coelho <sup>9</sup> a preocupação das mulheres em situação de vulnerabilidade com a regularidade das refeições, especialmente no que tange às crianças. Quando há dificuldade de atingir o objetivo esperado em relação à provisão alimentar, a ideia de descuido permeia as relações, pondo em conflito a identidade materna. Tais sentimentos, geram sensações que são objetivadas de modo particular, resultando sensações de inoperância por parte das mulheres<sup>9</sup>.

Swan<sup>37</sup> afirma que adquirir alimentos para família, por exemplo, exige das mulheres planejamento, organização e conhecimentos. Aspectos que se tornaram problemáticos no contexto da Covid-19. A autora aponta que em um quadro de pandemia as mulheres brancas de classe média e alta tem a possibilidade e optar por serviços de delivery e entrega de alimentos em casa sem a necessidade de exposição à espaços de aglomeração. Diferentes destas, para a autora, mulheres pobres têm que enfrentar ambientes de comercialização de alimentos aventurando-se e se arriscando em maior grau ao Covid-19.

As desigualdades relacionadas a disponibilidade, ao acesso e preparo de alimentos se exacerbam em meio a pandemia pois a vulnerabilidade socioeconômica e o confinamento causado pela necessidade de isolamento social, dificultam a relação entre as mulheres e o trabalho do cuidado com a alimentação, agravando as desigualdades sociais e econômicas<sup>37</sup>.

### **Considerações finais**

Os ambientes alimentares são contextos cruciais para promoção da alimentação saudável por oportunizarem condições relacionadas aos processos que envolvem a aquisição, escolha e consumo dos alimentos, frente a um sistema alimentar mais amplo. Desta maneira, o ambiente alimentar doméstico merece destaque por ser o espaço de socialização primária, de construção de experiências cotidianas com a alimentação e da regularidade das refeições diárias e tem como principal agente promotora de saúde, a mulher.

Observamos que as interações entre as desigualdades raciais, de gênero e econômicas têm uma importante ênfase na organização do cuidado com a alimentação doméstica, na aquisição e preparo de alimentos saudáveis e nos padrões de consumo criados, o que revela a importância de uma análise interseccional. Nesse ponto, é necessário reconhecer como as construções de gênero, o racismo e as disparidades entre as classes sociais circunscrevem a agência das mulheres nos ambientes alimentares domésticos.

A falta de compartilhamento das atividades domésticas, a dupla jornada, a sobrecarga, a cobrança, a dificuldade de acesso aos recursos, a mobilidade, a vulnerabilidade socioeconômica, dentre outros são alguns dos aspectos que interferem na construção de ambientes alimentares domésticos justos e saudáveis e emergem em intensidades distintas, de acordo com as diferentes realidades femininas.

Portanto, pontuamos a urgência do fortalecimento de políticas de combate ao racismo e de melhoria das condições sociais e econômicas das mulheres, principalmente negras e pobres, garantindo seus direitos. Consideramos que isto possibilita uma maior eficácia e sustentabilidade de medidas que promovem ambientes alimentares saudáveis. Ações como ampliação de vagas em creches, implantação de cozinhas comunitárias, a educação culinária nas escolas, a valorização à divisão do trabalho doméstico e de cuidado alimentar e melhores oportunidades de emprego por exemplo, são medidas que devem ser destacadas no debate público.

Não obstante outras ações podem ser proporcionadas com o intuito de transformar princípios e práticas socioculturais. Analisar como a comunicação e a informação sobre a alimentação adequada e saudável vêm sendo realizada; quais as orientações e valores são promovidos pelos diferentes canais de comunicação e profissionais, inclusive os de saúde e como estas mensagens chegam e impactam nas mulheres e no restante da sociedade, podem contribuir com processos de desnaturalização e transformações.

## **Referências**

1. Hlpe. **High Level Panel of Experts. Nutrition and food systems: A report by the High-Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition.** Committee on World Food Security. Rome, 2017. [citado 2021 setembro 10]. Disponível em: <http://www.fao.org/3/i7846e/i7846e.pdf>
2. **Global Nutrition Report: Action on Equity to end Malnutrition.** Bristol, UK: Development Initiatives, 2020. [citado 2021 setembro 10]. Disponível em: <https://globalnutritionreport.org/reports/2020-global-nutrition-report/>
3. Espinoza PG, Egadã D, Masferrer D, Cerda R. Propuesta de un modelo conceptual para el estudio de los ambientes alimentarios en Chile. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 41, p. e169, 2017. doi: 10.26633/RPSP.2017.169

4. Turner C, Aggarwal A, Walls H, Herforth A, Drewnowski A, Coates J, *et al.* Concepts and critical perspectives for food environment research: A global framework with implications for action in low- and middle-income countries. **Global Food Security**, 18: 93–101, 2018. <https://doi.org/10.1016/j.gfs.2018.08.003>
5. Certeau M, Giard L, Mayol P. **A invenção do cotidiano, Vol 2: Morar, Cozinhar.** Petrópolis: Editora Vozes, 12º Ed., 2019.
6. Soares MD, Santos LA. Gênero, cuidado alimentar e saúde no âmbito doméstico: algumas reflexões. In: Strey MN, Verza F, Romani PF, organizadoras. **Gênero, Cultura e Família.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.
7. Petrics H, Stamoulis K. Aspectos de gênero na segurança alimentar e nutricional urbana: o papel crítico dos ambientes alimentares nas cidades. **Revista de Agricultura Urbana**, nº 37, p. 20-24, jul. 2020. [citado 2021 setembro 10]. Disponível em: [https://www.agriculturaurbana.org.br/rau/rau\\_37/rau37\\_total.pdf](https://www.agriculturaurbana.org.br/rau/rau_37/rau37_total.pdf)
8. HIRATA, H. Comparando relações de cuidado: Brasil, França, Japão. **Estudos Avançados**, v. 34, p. 25-40, 2020. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.003>
9. Soares MD, Coelho TCB. O cotidiano do cuidado infantil em comunidades rurais do Estado da Bahia: uma abordagem qualitativa. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 8, n. 4, p. 463-472, 2008. <https://doi.org/10.1590/S1519-38292008000400012>
10. Canuto R, Fanton M, Lira PIC. Iniquidades sociais no consumo alimentar no Brasil: uma revisão crítica dos inquéritos nacionais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 3193-3212, 2019. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018249.26202017>
11. TURNER C, Kalamatianou S, Drownowski A, Kulkarni B, Kinra S, Kadiyala S. Food environment research in low-and middle-income countries: a systematic scoping review. **Advances in Nutrition**, v. 11, n. 2, p. 387-397, 2020. <https://doi.org/doi:10.1093/advances/nmz031>
12. Neve Kimberley; Hawkes C; Brock J; Spires M; Isaacs A; Squires CG et al. Understanding lived experience of food environments to inform policy: an overview of research methods. London: **Centre for Food Policy**, City, University of London, 2021, 18 p.

13. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa de Orçamentos Domiciliares: 2017-2018: Avaliação Nutricional da Disponibilidade Domiciliar de Alimentos no Brasil**. IBGE: Rio de Janeiro, 2020. [citado 2021 setembro 10]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101704.pdf>
14. Rosenkranz, RR.; Dzewaltowski, DA. Model of the home food environment pertaining to childhood obesity. **Nutrition Reviews**, v. 66, n. 3, p. 123-140, 2008. <https://doi.org/10.1111/j.1753-4887.2008.00017.x>
15. Glanz K, Sallis JF, Saelens BE, Frank LD. Healthy nutrition environments: concepts and measures. **American journal of health promotion**, v. 19, n. 5, p. 330-333, 2005. <https://doi.org/10.4278/0890-1171-19.5.330>
16. Küchemann B, Bandeira LM, Almeida TMC. A categoria gênero nas ciências sociais e sua interdisciplinaridade. **Revista do CEAM**, v. 3, n. 1, p. 63-81, 2015.
17. Tronto, JC. Mulheres e cuidados: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso. In: JAGGAR, AM.; BORD, SR. (Orgs.). **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, p. 186-203, 1997.
18. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Outras Formas de Trabalho 2019. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. IBGE: Rio de Janeiro, 2020. [citado 2021 setembro 10]. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101722\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101722_informativo.pdf)
19. Rotenberg S, De Vargas S. Práticas alimentares e o cuidado da saúde: da alimentação da criança à alimentação da família. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 4, n. 1, p. 85-94, 2004. <https://doi.org/10.1590/S1519-38292004000100008>.
20. Oliveira, MFB; Castro, IRR. Autonomia culinária: um modelo conceitual multinível de culinária doméstica saudável. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, 2022. <https://doi.org/10.1590/0102-311XPT178221>
21. Mills SDH, Wolfson JA, Wrieden WL, Brown H, White M, Adams J. Perceptions of ‘home cooking’: a qualitative analysis from the United Kingdom and United States. **Nutrients**, v. 12, n. 1, p. 198, 2020. <https://doi.org/10.3390/nu12010198>

22. Borges CA, Cabral-Miranda W, Jaime PC. Urban food sources and the challenges of food availability according to the Brazilian dietary guidelines recommendations. **Sustainability**, v. 10, n. 12, p. 4643, 2018. <https://doi.org/10.3390/su10124643>
23. Bruschini, MCA. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, p. 537-572, 2007. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300003>
24. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE). **Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, n.38, 2021. [citado 2021 setembro 10]. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf)
25. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 41, 2019. [citado 2021 setembro 10]. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf)
26. Oliveira, TC, Czeresnia D, Vargas EP, Barros DC. Concepções sobre práticas alimentares em mulheres de camadas populares no Rio de Janeiro, RJ, Brasil: transformações e ressignificações. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 22, p. 435-446, 2018. <https://doi.org/10.1590/1807-57622016.0807>
27. Hirata H. O trabalho de cuidado. **Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 13, n.24, p. 53-64, 2016.
28. Collins, PH. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. **Reflexões e práticas de transformação feminista**. São Paulo: SOF, p. 13-42, 2015.
29. Crenshaw, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, p. 171-188, 2002. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>
30. González, L. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: RIOS, F.; LIMA, M. (Org.). **Por um feminismo afro-latino-americano: Lélia González**. São Paulo: Zahar, 1ª Ed., 2020.

31. Pinheiro L, Lira F, Rezende M, Fontoura N. **Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD contínua**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). 2019. [citado 2021 setembro 10]. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9538/1/td\\_2528.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9538/1/td_2528.pdf)
32. Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística (IBGE). **Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 38, 2018. [citado 2021 setembro 10]. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf)
33. Lelis CT, Teixeira KMD, Silva NM. A inserção feminina no mercado de trabalho e suas implicações para os hábitos alimentares da mulher e de sua família. **Saúde em debate**, v. 36, p. 523-532, 2012.
34. Abonizio J, Jimenez-Jimenez ML. Isso sim é comida de madame: um estudo sobre a relação entre práticas alimentares e mobilidade social ascendente. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 15, n. 29, p. 209-232, 2018. <http://dx.doi.org/10.18764/2236-9473.v14n27p209-232>
35. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDE PENSSAN). **VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021. [citado 2021 setembro 10]. Disponível em: [http://olheparaafome.com.br/VIGISAN\\_AF\\_National\\_Survey\\_of\\_Food\\_Insecurity.pdf](http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_AF_National_Survey_of_Food_Insecurity.pdf)
36. Ferreira VA, Magalhães R. Práticas alimentares de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na perspectiva da promoção da saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 26, p. 987-998, 2017. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902017170302>
37. Swan E. COVID-19 foodwork, race, gender, class and food justice: an intersectional feminist analysis. **Gender in Management: An International Journal**, v. 25, p. 693-703, 2020. <https://doi.org/10.1108/GM-08-2020-0257>
38. Lopes CHAF, Jorge MSB, Machado ALG. A mulher e o cotidiano alimentar na família: significados e crenças. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**, v. 8, n. 1, p. 9-17, 2007.

## 6.2 ARTIGO II:

### **Mulheres, cuidado alimentar e desigualdades: construção de um modelo teórico interseccional para análise de experiências femininas em ambiente alimentar doméstico<sup>14</sup>**

**Resumo:** Experiências femininas nos ambientes alimentares domésticos são afetadas por condições materiais e relações sociais. Expandir o conhecimento sobre estes contextos pode proporcionar melhores intervenções no ambiente, na saúde e na vida das mulheres. Este estudo objetivou desenvolver um modelo teórico para analisar experiências femininas em ambientes alimentares domésticos, considerando as intersecções entre raça, classe e gênero. Realizou-se um estudo qualitativo, utilizando a Interseccionalidade como referencial teórico e metodológico. Desenvolveu-se o modelo baseado nos princípios da Elaboração Significativa do Modelo Teórico. Grupos focais foram realizados com oito mulheres para explorar suas experiências e auxiliar na construção do modelo. Um modelo inicial foi desenvolvido com o intuito de organizar os principais elementos e relações que influenciam esse contexto, interferindo nas condições de vida das mulheres, na sua atuação e conseqüentemente na adoção de uma alimentação adequada e saudável. A partir dos grupos focais identificou-se desafios enfrentados pelas mulheres, como a responsabilização, sobrecarga, maternidade, uso do tempo, dificuldade de acesso, baixa renda e custo dos alimentos. O modelo foi reelaborado dando ênfase às intersecções entre as desigualdades de gênero, raça e classe, e seus fatores socioeconômicos, ao trabalho doméstico e ao cuidado alimentar. Os desafios identificados foram inseridos no modelo e considerados limitantes na adoção de uma alimentação saudável e adequada. Por fim, o instrumento proposto chama atenção para as realidades sociais e as desigualdades que circunscrevem as experiências femininas no ambiente doméstico e para importância de políticas públicas.

**Palavras-chave:** Alimentação saudável, ambiente alimentar, gênero, Teoria Interseccional.

#### **Introdução**

Escolhas alimentares são delineadas por fatores micro e macroestruturais que influenciam na saúde e nutrição das pessoas. O contexto físico, econômico, político e sociocultural que oportuniza e cria condições de decisões sobre aquisição, preparo e consumo dos alimentos é denominado ambiente alimentar (HLPE, 2017; Turner *et al.*, 2018). A alimentação é parte do cotidiano, e o ambiente alimentar doméstico (AAD) é um cenário complexo de construção de (im)possibilidades, preferências e hábitos alimentares e de reprodução de tradições culturais (Rosenkranz; Dzewaltowski, 2008)

---

<sup>14</sup> <https://doi.org/10.12957/sustinere.2025.88066>

O AAD é predominantemente gerenciado pelas mulheres a partir do trabalho doméstico e de cuidados. O cuidado é uma prática social, repleta de atividades que tem por objetivo promover saúde e bem-estar das pessoas, sendo essencial para a sustentabilidade da vida (Renk, Buziquia; Bordini, 2022). O cuidado alimentar envolve a escolha, planejamento, compra e preparo dos alimentos no domicílio. As experiências femininas em AAD são afetadas por condições materiais e relações sociais, que são produzidas em meio a intersecções entre relações de gênero, raça e classe (Silva; Recine, 2023; Anigstein, 2020; Braga; Costa, 2022).

O cuidado nos AAD é distribuído de forma desigual, afetando as mulheres, principalmente as negras, pobres e trabalhadoras. Elas enfrentam vulnerabilidades históricas, frutos do racismo e da desigualdade econômica, assumindo grande carga de tarefas domésticas e de cuidado (Davis, 2016; Renk, Buziquia; Bordini, 2022). Lares chefiados por mulheres negras, com baixa escolaridade e com menores recursos econômicos apresentam maior insegurança alimentar (Santos et al., 2022; Braga; Costa, 2022). Garantir alimentação saudável e adequada para as pessoas que elas cuidam, com amplo acesso aos alimentos, dignidade e distribuição justa do trabalho doméstico, é um desafio para as mulheres.

Por isso, expandir o conhecimento sobre os AAD pode contribuir para intervenções mais eficazes no ambiente, na saúde e na vida das mulheres. Modelos teóricos são instrumentos científicos que representam a realidade e são elaborados para tornar visíveis as relações entre a teoria e o universo empírico. A construção desses modelos tem como objetivo conceituar a realidade, aprofundar a compreensão dos fenômenos estudados e suas inter-relações (Bunge, 2020; Filho; Struchiner, 2021).

Assim, este estudo objetivou desenvolver um modelo teórico para analisar experiências femininas em ambientes alimentares domésticos, considerando as intersecções entre raça, classe e gênero.

## **Metodologia**

Realizou-se um estudo qualitativo sobre experiências femininas em ambientes alimentares domésticos, considerando-as, fenômeno social. A interseccionalidade, fundamentada no Feminismo Negro e nos Estudos de Gênero, foi adotada para analisar opressões de raça, classe e gênero (Pereira, 2021). Essa abordagem explora a complexidade das condições estruturais que moldam experiências individuais (Pereira, 2021; Abrams et al., 2020) e,

metodologicamente, trata de sistemas multiníveis, destaca grupos marginalizados, contextos de desigualdade e propõe modelos com cautela nas comparações (Choo; Ferree, 2010; Abrams et al., 2020).

O modelo seguiu os princípios da Elaboração Significativa do Modelo Teórico, de Filho e Struchiner (2021), que ressaltam a importância de refletir sobre estruturas e conceitos, bem como sobre as experiências e conhecimentos prévios do/a pesquisador/a. Prevê-se a atualização contínua do modelo, aprofundando o tema de forma interativa, sendo a abordagem considerada mais adequada para construir modelos teóricos em pesquisas de Saúde Pública. A elaboração do in também se baseou nesses fundamentos, incluindo uma pesquisa empírica em uma das fases. O processo envolveu sete etapas: (I) definição do objeto de estudo; (II) resgate de ideias; (III) representação inicial; (IV) revisão de literatura; (V) nova versão do modelo; (VI) estudo empírico para coleta de dados; e (VII) versão final.

Na etapa I, definiu-se o objeto de estudo — “Experiências Femininas em Ambientes Alimentares Domésticos” — tendo a interseccionalidade como base teórica e metodológica. Na etapa II, registraram-se conceitos e relações sobre o tema, elaborando esquemas gráficos a partir de conhecimentos e leituras anteriores sobre gênero, trabalho feminino, alimentação, nutrição e interseccionalidade. Na etapa III, iniciaram-se as representações gráficas do modelo, conforme Bunge (2020) e Filho e Struchiner (2021), que defendem o uso de recursos visuais para explicar e facilitar a compreensão do modelo. As representações foram elaboradas no Microsoft PowerPoint (Office Professional Plus 2019).

Na etapa IV, realizou-se revisão narrativa nas bases PubMed, SciELO e Google Acadêmico, com palavras-chave em português, inglês e espanhol: ambiente alimentar, ambiente alimentar doméstico, gênero, mulheres, acesso a alimentos, mulheres negras e mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Consultaram-se também documentos do Ministério da Saúde, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. Incluíram-se materiais publicados entre 2005 e 2022, sendo lidos, fichados e organizados em três categorias: (1) ambiente alimentar doméstico; (2) mulheres e condições socioeconômicas; (3) desafios femininos em AAD.

Os achados da categoria 1 destacaram os elementos-chave do AAD. A categoria 2 elencou aspectos referentes às condições socioeconômicas das mulheres e suas relações com as desigualdades de gênero, raça e classe social. A categoria 3 destacou as barreiras enfrentadas pelas mulheres, sobretudo negras e de baixa renda. A partir disso, a etapa V consistiu na

incorporação sistemática dos conceitos e das relações identificadas em cada categoria nas dimensões principais do modelo inicial (figura 1). A validação dessa representação inicial do foi realizada pela equipe de forma conceitual, considerando a revisão narrativa realizada e alinhamento com os referenciais teóricos-metodológicos da interseccionalidade.

Na perspectiva interseccional, a pesquisa deve envolver grupos que vivenciam a realidade estudada para captar diferentes perspectivas e validar dados (ABRAMS et al., 2020). Assim, na etapa VI, realizaram-se grupos focais (GF) com oito mulheres de organizações da sociedade civil para explorar experiências sobre alimentação e AAD, refinando o modelo e confrontando-o com a realidade social. Foi realizado contato com diferentes movimentos sociais que mediarão o diálogo com as participantes. Os convites foram enviados por e-mail para as mulheres que se demonstraram interessadas. Todas eram maiores de 18 anos e oriundas do Amazonas, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Bahia. Quatro se identificaram como pretas e quatro como pardas; seis trabalhavam, uma era aposentada e uma, desempregada.

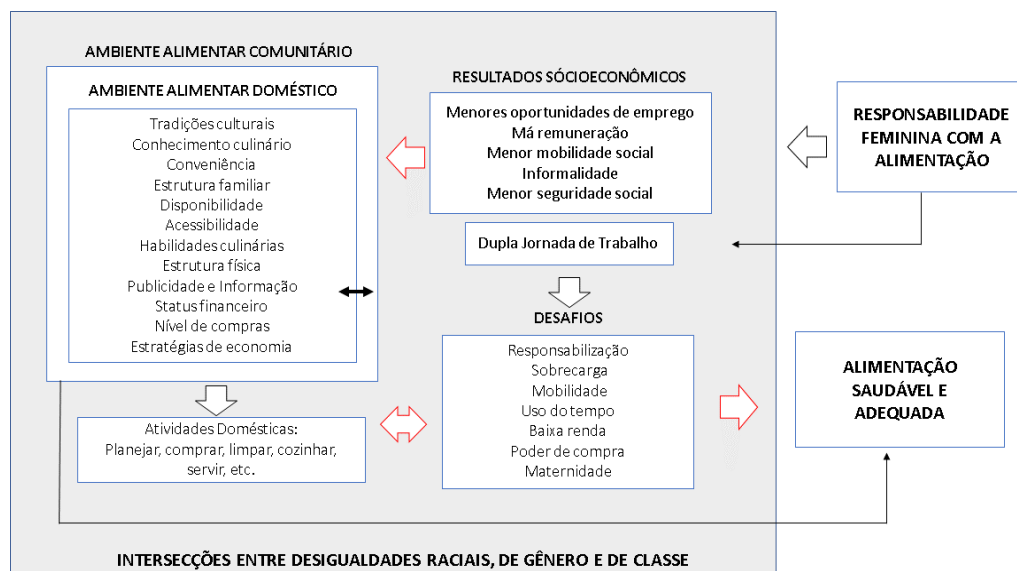
Realizaram-se duas sessões remotas de GF, com cerca de 1h30 cada, via Zoom Meet, seguindo roteiro baseado no modelo teórico e na literatura. A primeira abordou “Vivências no ambiente alimentar doméstico” e a segunda, “Acesso e disponibilidade: ambiente alimentar doméstico em geral”. Houve apresentação e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e do Termo de Uso de Voz e Imagem. As sessões foram gravadas, transcritas e analisadas por Análise Temática (Garcia; Ferreira, 2022). A etapa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília (CAAE 59327622.6.0000.0030).

Após o estudo empírico, atualizou-se e reestruturou-se o modelo (etapa VII), incorporando novos elementos. Em relação aos domínios do AAD, foram criados quadros conceituais com componentes dos domínios externo e interno, além de mapas conceituais que identificam os principais desafios enfrentados por mulheres, conforme seus relatos. Esses elementos foram interpretados com o apoio da literatura e integrados ao modelo teórico final (figura 2), que será discutido detalhadamente a seguir.

## Resultados e discussão Modelo Teórico Inicial

Na figura 1 observa-se o modelo analítico inicial que foi proposto com o intuito de organizar os principais elementos e relações referentes ao contexto estudado.

**Figura 1.** Modelo Teórico Inicial



\*As setas vermelhas representam pontos críticos das relações

**Legenda:** Modelo Teórico Inicial de Análise de Experiências Femininas em Ambientes Alimentares Domésticos na ótica interseccional

**Fonte:** Elaboração das Autoras (2022)

O Modelo Teórico para “*Análise de Experiências Femininas em Ambientes Alimentares Domésticos na ótica interseccional*” é composto pelo elemento **responsabilidade feminina com a alimentação**, como ponto de partida das relações; uma grande dimensão que engloba as **interseções entre as desigualdades raciais, de gênero e de classe**; e um desfecho a **alimentação saudável e adequada**.

O primeiro elemento, a **responsabilidade feminina com a alimentação**, é considerado um ponto inicial e crucial para se compreender as experiências femininas nos ambientes alimentares domésticos. Portanto, a construção de gênero em torno deste aspecto define as mulheres como as principais responsáveis pelo cuidado com a alimentação, com a família e com o contexto

doméstico de modo naturalizado e reproduzido socialmente (Renk, Buziquia; Bordini, 2022; Venegas; Cardoso; Santos 2024).

No domínio das **intersecções entre as desigualdades raciais, de gênero e de classe**, observa-se relações que estão em constante interação. No primeiro componente desta dimensão, a responsabilidade feminina com a alimentação se associa diretamente aos **resultados socioeconômicos** gerados tanto pela articulação das três categorias (gênero, raça e classe). Ou seja, são itens que se ligam simultaneamente a estes eixos de opressão e ajudam a moldar as experiências a partir de aspectos do âmbito material (Braga; Costa, 2022; Sgambato *et al.*, 2022; Santos *et al.*, 2022; Silva; Recine, 2023)

A **dupla jornada de trabalho** é destacada como um elemento “a parte”, tendo em vista sua centralidade na vida das mulheres<sup>7,8</sup>. Dar-se ênfase a este item por ser compreendido, junto aos resultados socioeconômicos, como um motor fundamental na geração dos desafios enfrentados na garantia de uma alimentação adequada e saudável (Twyman *et al.*, 2020; Braga; Costa, 2022; Santos *et al.*, 2022)

Os resultados socioeconômicos e a dupla jornada, incidem diretamente no **ambiente alimentar doméstico**. Para que o AAD se estabeleça, é necessário a existência do ambiente comunitário situado em seu entorno (Glanz *et al.*, 2005). O **ambiente alimentar comunitário** (AAC) se interliga às experiências femininas, ainda que indiretamente, pela sua relação de dependência com o ambiente doméstico e por seus fluxos.

O AAD é complexo e abrange diversos elementos que influenciam nos processos de decisão e consumo de alimentos (Story *et al.*, 2008; Rosenkranz; Dzewaltowski, 2008) Alguns destes, podem ser observados no modelo teórico proposto: tradições culturais, conhecimento culinário, habilidades culinárias, conveniência, estrutura familiar, disponibilidade, acessibilidade, estrutura física, publicidade e informação, status financeiro, nível de compras e estratégias de economia (Rosenkranz; Dzewaltowski, 2008; Turner et al. 2018; Twyman *et al.*, 2020).

No AAD é necessário a realização de atividades que compõem a dinâmica interna dos domicílios e são importantes para a reprodução social. As **atividades domésticas**, tais como planejamento, compra, limpeza, preparo de alimentos, serviço, dentre outros, possibilitam que o AAD se materialize e expresse os elementos acima citados (Silva; Recine, 2023; Franch *et al.*, 2023).

Tais atividades se interrelacionam também com os **desafios** os quais as mulheres vivenciam cotidianamente. Os desafios, associados simultaneamente aos resultados socioeconômicos e a realização das atividades domésticas implicam na atuação feminina no AAD. A responsabilização, a sobrecarga, a mobilidade, o uso do tempo, baixa renda, poder de compra e maternidade são fatores que desafiam a atuação feminina bem como a adoção de uma **alimentação adequada e saudável** nesse cenário (Anigstein, 2020; Braga; Costa, 2022; Twyman *et al.*, 2020).

Após essa breve descrição do modelo teórico inicial, serão apresentados os resultados dos GF que tiveram como objetivo escutar as experiências femininas em AAD. Com isso, alterações no modelo foram realizadas, cujo modelo final será discutindo mais detalhadamente a frente.

### **Conversas sobre ambiente alimentar doméstico**

Durante os GF, foram observados elementos que dialogavam entre si de modo sistêmico no contexto do AAD, bem como experiências femininas convergentes.

As participantes cozinhavam diariamente, sentindo-se cansadas sobretudo ao conciliar as tarefas domésticas com o trabalho fora do lar. Aprender a cozinhar na infância com a mãe ou desenvolver **habilidades culinárias** (Santos et. al, 2025) após formar uma família foi comum entre elas podendo ser observado em relatos como “eu me lembro da minha mãe ensinar a gente a fazer”, “foi a minha mãe a principal referência, “depois eu me casei, fazia comida tudo bonitinho”. Cozinhar alimentos considerados “básicos”, como arroz, feijão, carnes e vegetais para a alimentação dos filhos foi essencial na aprendizagem. Além disso, o aprendizado culinário foi enriquecido pela consulta a livros de receitas e pelo compartilhamento entre mulheres.

Sobre a **estrutura familiar** (Rosenkranz e Dzewaltowski, 2008) das participantes, seis eram mães e residiam com ao menos um dos filhos, três eram avós e quatro residiam com companheiro. Observou-se preocupação com a alimentação dos filhos e netos e por este motivo, uma dedicação maior à alimentação das crianças e tal atenção estava associada as responsabilidades da maternidade vivenciadas por elas, o que foi observado em um dos relatos “meu filho nasceu eu comecei a me dedicar e pesquisar mais sobre alimentação”. Apesar de afirmarem haver divisão das tarefas em casa, foi nítido que eram elas as responsáveis pelo controle, planejamento, organização principal de todas as refeições.

O **ambiente social** é um aspecto que também influencia o AAD, pois as pessoas estão em constante convívio social (Story *et al.*, 2008). No caso das participantes, refeições em casa aos finais de semana reuniam amigos e familiares, sendo observado em relatos “A gente faz para churrasco, para receber os amigos” e “quando final de semana, quando o pessoal vem, que aí a gente já faz uma comida especial”. Conversas sobre alimentação e saúde com amigas, vizinhas, mães, filhas, sobrinhas e visitas a parentes em outros estados também marcaram a influência do ambiente social nas suas experiências, algo representado em uma das falas “uma vizinha minha chamada Meire que era do Rio de Janeiro, ela me ensinou a fazer um feijão diferente”.

A influência das **tradições culturais** (Rosenkranz e Dzewaltowski, 2008) nas práticas alimentares foi perceptível. Quando questionadas sobre quais eram as comidas tradicionais da família, algumas responderam “nossa alimentação básica, era o peixe pescado, fresquinho”, “lá na Paraíba a gente só comia feijão, farinha, algumas coisas tipo cuscuz, algumas comidas nordestina”, “o jeito carioca, a famosa comida de domingo, né, o feijão nas travessas”. Comidas regionais, ligadas aos estados e regiões de origem são parte do repertório alimentar preparado e consumido por elas e familiares. Culturas alimentares tais como a capixaba, a carioca, a nordestina, do centro-oeste e do norte do estado, demonstraram como a tradição alimentar está presente no AAD a partir de relações entre cultura e regionalidade.

As preferências pessoais e coletivas são observadas sob o aspecto da **desejabilidade** (Turner *et al.*, 2018). Não gostar de determinados alimentos, mas cozinhar para agradar os filhos ou por questões de saúde foram aspectos observados em narrativas como “igual bife de fígado, eu não como bife de fígado, mas eu fazia”, “eu sei que vai melhorar a saúde dele já que a comida que a gente come é uma porcaria”. Alguns alimentos regionais, tais como quiabo, galinha caipira, mocotó, farinha de mandioca, peixe, feijão e rabada estão presentes nos seus universos domésticos, por estarem ligados às preferências das participantes. Alimentos agroecológicos ou sem agrotóxicos eram prediletos pelas que tinham acesso a estes.

Para otimizar o tempo, as mulheres adotavam práticas de **conveniência** (Turner *et al.*, 2018), como o uso de alimentos processados e ultraprocessados, que são rápidos e fáceis de preparar na rotina agitada. Essa busca por praticidade fica clara na fala: “era muito rápido, era muito prático, eu podia estar sozinha em casa e fazer”. Outras estratégias incluíam cozinhar grandes quantidades para consumo posterior e reaproveitar sobras para refeições rápidas. Algumas relataram: “eu sempre deixo algumas marmitinhas” e “minha filha se preocupa em ‘fazer as marmitinhas’ com o básico para facilitar o tempo”. Assim, o preparo de marmitas e o

congelamento de refeições semanais foram identificados também como formas importantes de gerenciamento do tempo.

O espaço físico influencia o AAD e as práticas de aquisição, armazenamento e preparo das refeições. A **infraestrutura** da casa, especialmente da cozinha (Rosenkranz e Dzewaltowski, 2008), foi destacada nos grupos focais. O uso de utensílios tradicionais da cozinha brasileira, como panelas de barro e fogão a lenha, era comum entre algumas participantes, como ilustram os relatos: “aqui no estado a tradição é com panela de barro” e “faço começando no fogão a lenha, venho de uma tradição de cozinhar assim”. Por outro lado, a falta de equipamentos e móveis, como geladeira e mesa, limitava a aquisição de alimentos in natura e perecíveis e dificultava a preparação de refeições equilibradas, evidente na fala: “agora no momento deu problema na minha geladeira, então a gente tá comprando o que é possível não estragar, né?”.

As mulheres realizavam a maioria das compras, gerenciando a **capacidade de compra** (Pitt et al., 2017) conforme as condições físicas e financeiras. Relatos como “eu vou comprando assim aos poucos”, “quando vejo que vai faltar, já reponho” e “não compro mais o ‘rancho mensal’, mas conforme a necessidade, até semanalmente ou no dia a dia, para evitar desperdício” evidenciam essa dinâmica. A compra de alimentos frescos e in natura ocorria semanalmente, geralmente nas feiras livres, enquanto os alimentos não perecíveis eram adquiridos mensalmente. A reposição de alguns itens era feita conforme a necessidade, e o valor disponível influenciava a quantidade adquirida.

Algumas **estratégias de economia** (Pitt et al., 2017) eram utilizadas pelas participantes no controle da alimentação preparada e consumida em casa, refletindo nas escolhas alimentares. A substituição ou subtração de alguns alimentos e o uso de recursos culinários para fazer a comida “render” foram exemplos de estratégias abordadas. Falas como “eu tô substituindo as coisas, estou começando a substituir”, “a gente teve que se reinventar, por exemplo, eu comprei muito pé de galinha e pescoço” e “eu cozinhava 1 kg de feijão para uma semana, duas semanas, e hoje eu cozinho meio”, demonstraram tais práticas. Realizar um planejamento mensal, elaborar de listas de compras e comprar em frações menores, bem como a priorização de alimentos sazonais e mais baratos foram outros pontos abordados.

A **publicidade e a informação** (Turner et al., 2018; Glanz et al., 2005) influenciam as decisões alimentares das mulheres. Meios como TV e internet fazem parte do cotidiano delas, oferecendo acesso a informações sobre alimentação e nutrição. A internet é usada para buscar receitas, participar de grupos culinários e ler notícias sobre alimentação saudável. As participantes

relatarem: “eu tava vendo na internet, tá na internet as piores comidas para se comer”, “sempre participo dos grupos para ver o que posso reciclar” e “fico olhando os programas de TV”. Além disso, o contato com profissionais de saúde também influencia suas escolhas alimentares por meio de conversas e troca de conhecimentos.

A **disponibilidade** (Caspi *et al.*, 2012; Turner *et al.*, 2018) foi discutida pelas participantes, que destacaram que o acesso a alimentos in natura e minimamente processados é mediado por feiras e supermercados. A consciência de onde adquirir alimentos de qualidade e aproveitar a sazonalidade de certas frutas é fundamental para garantir a disponibilidade de alimentos saudáveis em seus lares, observado em uma das falas “eu já sei da onde eu posso conseguir alimentos de melhor qualidade”. Contudo, outras mulheres destacaram a falta de alimentos essenciais em casa como carnes, frango e peixe como um fator problemático, diante dos altos preços e da falta de recursos financeiros.

Sobre **acessibilidade** (Caspi *et al.*, 2012; Turner *et al.*, 2018), algumas mulheres destacaram a presença de feiras livres e orgânicas próximas, enquanto outras relataram dificuldade em acessar alimentos saudáveis por falta desses estabelecimentos perto de casa. Ir às compras a pé era uma opção para algumas, mas bicicleta, carro próprio ou carona também eram usadas para chegar aos locais de venda. Relatos como “quando dá para ir de bicicleta, eu vou” e “quem fez o pedido às vezes pega carona, dá carona” ilustram essas alternativas. Nem todas tinham carro próprio, o que dificultava o acesso físico, como relatado: “também tem a questão do peso, carregar, eu não tenho um carro”.

A renda foi destacada como fator central no **acesso econômico** aos alimentos (Caspi *et al.*, 2012; Turner *et al.*, 2018). As participantes reconheceram que a baixa renda dificulta a compra de alimentos em quantidade e qualidade adequadas devido aos altos preços. A prioridade era adquirir alimentos acessíveis, equilibrando a alimentação com outras despesas familiares, como água, luz e telefone. Isso fica claro em relatos como: “eu não gostava de abobrinha, passei a gostar e comprar mais barato”, “tive que substituir com margarina [...] não tem outra opção” e “tenho que me virar com o que ganho porque não é só uma conta, é água, luz, telefone”. Para ajudar no planejamento financeiro, usavam cartões de alimentação, crédito e cheques especiais, mesmo correndo risco de endividamento.

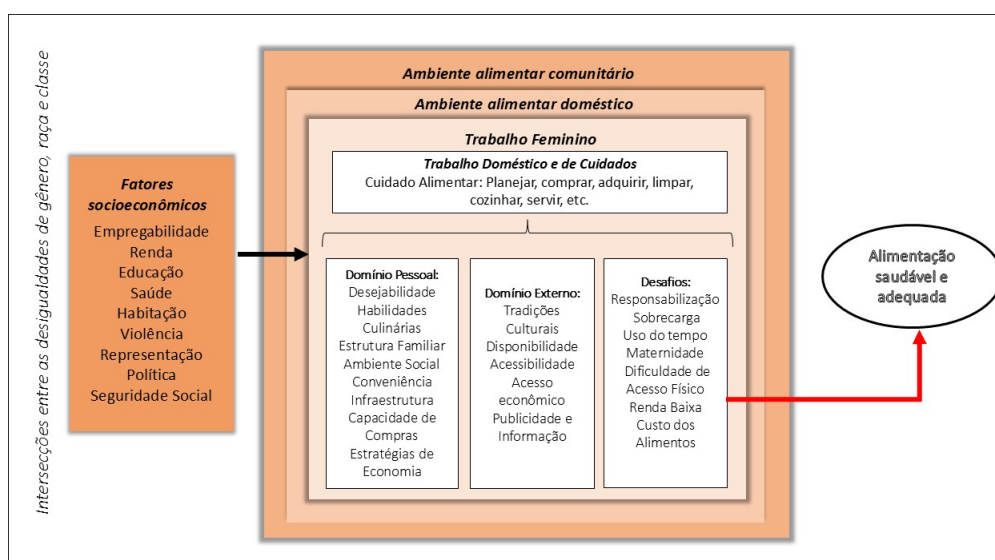
As participantes enfrentam desafios no AAD como responsabilização, sobrecarga, maternidade, tempo, acesso, baixa renda e custo dos alimentos, refletindo seu contexto social, cultural e econômico. Essas questões, permeadas por desigualdades de gênero, raça e classe, impactam

suas experiências alimentares domésticas (González, 2020; Silva; Recine, 2023). Mulheres negras e trabalhadoras lidam com restrições materiais que dificultam garantir alimentação saudável sem sobrecarga, incluindo limitações de renda, trabalho, saúde, mobilidade e moradia, reforçando a necessidade de análise interseccional sobre cuidado, trabalho doméstico e ambiente alimentar (Picanço; Araújo; Covre-Sussai, 2021; Passos; Souza, 2021; Silva; Recine, 2023). A partir resultados dos GF, sobretudo da escuta atenta aos relatos femininos, o modelo teórico foi reestruturado e será discutido a seguir.

## Modelo Teórico Final

Após os GF, realizou-se uma reestruturação do modelo teórico que pode ser observada na figura 2. Nesse processo, observou-se que aspectos da vida social das participantes se relacionavam com elementos do AAD de maneira sistêmica. Ou seja, as relações com a família, a sociedade, o trabalho, a saúde, a cultura, o espaço e o tempo, eram interdependentes no contexto das decisões alimentares e interferiam de modo positivo ou negativo na qualidade da alimentação nos ambientes domésticos.

**Figura 2.** Modelo Teórico Final



**Legenda:** Modelo Teórico para Análise de Experiências Femininas em Ambientes Alimentares Domésticos

**Fonte:** Elaboração das autoras (2024)

As **interseções entre desigualdades de gênero, raça e classe** revelam a complexidade das experiências femininas relacionadas aos aspectos sociais da alimentação e nutrição (Silva; Recine, 2023). Essas desigualdades geram níveis variados de injustiça, colocando grupos em desvantagem biopsicossocial. No modelo teórico revisado, as interseções raciais, de gênero e classe permanecem como cenário social das experiências femininas no AAD. Contudo, diferente do modelo inicial, percebe-se que a responsabilidade feminina pela alimentação e a capacidade de garantir uma alimentação saudável e adequada se moldam nesse contexto (Silva; Recine, 2023). Por isso, esses dois elementos foram incorporados ao domínio das interseções.

No modelo final, **fatores socioeconômicos** são resultados das interseções e implicam diretamente no AAD e no trabalho feminino. Estes fatores são estruturais e estruturantes e têm influência nas condições materiais das escolhas alimentares. Pessoas que convivem com menores posições socioeconômicas enfrentam diferentes tipos de restrições, ficando expostas a padrões alimentares menos saudáveis, a monótonos e de baixa qualidade (Cunha *et al.*, 2022).

No caso das mulheres, das mulheres negras, mulheres de baixa renda e trabalhadoras, há uma série de adversidades que acontecem no campo sociocultural e político (González, 2020). Por isso, os fatores socioeconômicos tais como a **empregabilidade, renda, educação, saúde, violência, representação política e seguridade social** trazem resultados particulares para as experiências femininas com os AAD, como pode ser visto a seguir.

**Empregabilidade.** A empregabilidade das mulheres é impactada por desigualdades de gênero, raça e classe, com a participação no mercado de trabalho sendo prejudicada por responsabilidades domésticas, pobreza e racismo. Em 2023, apenas 53% das mulheres com 15 anos ou mais eram empregadas (IBGE, 2024). Além disso, é mais comum que mulheres, especialmente pretas e pardas, estejam em empregos informais e em regimes de trabalho parcial, sem garantias sociais (IBGE, 2024; Garcia; Marcondes, 2024). Conseguir e manter um emprego justo possibilita maior autonomia financeira e social, facilitando a gestão das escolhas alimentares (Twyman *et al.*, 2020).

**Renda.** O trabalho é uma fonte essencial de renda para as pessoas e famílias (IBGE, 2021). No entanto há uma desigualdade de rendimentos entre gêneros, afetando as condições de vida das mulheres e tal desigualdade é influenciada por fatores como racismo, divisão sexual do trabalho, estereótipos e a naturalização do cuidado. Em 2022, o rendimento das mulheres foi de 78% do rendimento dos homens (IBGE, 2024), estando as mulheres negras nos menores estratos de rendimento (Passos e Souza, 2021). Superar essa disparidade é essencial para a garantia de uma

alimentação saudável, maior aquisição de alimentos de qualidade, acesso a serviços de cuidados e saúde e melhoria de qualidade de vida (Twyman *et al.*, 2020)

**Educação.** No Brasil, o fator escolaridade oportuniza uma maior inserção no mercado de trabalho, melhor status de ocupação, ganho salarial e mobilidade social (IBGE, 2021). Apesar de no país, as mulheres serem mais instruídas que os homens, no quesito racial, a taxa de mulheres negras sem instrução ainda é maior que homens brancos e mulheres brancas (IBGE, 2024). A relação entre educação, empregabilidade e renda implica na oportunidade de adquirir alimentos saudáveis. Por este motivo a educação influencia na configuração dos ambientes alimentares domésticos não só por possibilitar mais conhecimentos sobre a alimentação, mas por interferir diretamente no aspecto financeiro das escolhas alimentares (Rosenkranz; Dzewaltowski, 2008; Sgambato *et al.*, 2022).

**Saúde.** Para se compreender a relação entre mulheres e saúde, é importante considerar a sua transversalidade com aspectos como desigualdade, pobreza, violência, racismo e sexismo. É certo que, as condições de vida afetam a saúde das mulheres e as iniquidades sociais contribuem para que as mulheres negras e pobres sejam as mais afetadas pelo racismo institucional que limita seu acesso à serviços de saúde. Por isso, as mulheres negras estão mais suscetíveis a doenças crônicas não transmissíveis, a mortalidade materna, ao aborto inseguro, a obesidade, a insegurança alimentar, a violência obstétrica, a doenças sexualmente transmissíveis, etc. (Brasil, 2022; Santos *et al.*, 2022).

**Habitação.** Para as mulheres, a moradia é muito mais que um abrigo, é um espaço de proteção de si e cuidado com os familiares. As negras e pobres são as pessoas que mais sofrem com desvantagens acerca da habitação, que atingem a garantia do direito à moradia e a qualidade de vida nos territórios (Helene, 2019) A configuração da cidade, do bairro, a localização, o transporte público, os serviços de água, luz, saneamento e a infraestrutura da casa influenciam na habitabilidade e na garantia de acesso e consumo dos alimentos. Isto é evidente sobretudo em áreas vulneráveis que apresentam menor disponibilidade e acessibilidade a alimentos saudáveis (Helene, 2019; Cunha *et al.*, 2022; Duarte; Rodrigues; Alves; Oliveira, 2024).

**Violência.** A violência de gênero é considerada um problema de saúde pública, pois atinge a saúde física, mental, psicológica e as relações sociais da vítima. A violência contra mulher é uma situação frequente e o nível de agressão por parceiro íntimo é ainda maior entre mulheres pretas e pardas no Brasil (Aguiar, Corrêa, 2022; IBGE, 2024). Associado ao abuso patrimonial

e a restrições financeiras, um contexto violento torna as mulheres mais vulneráveis a Insegurança Alimentar (Aguiar, Corrêa, 2022). Além disso, questões que envolvem a violência nos espaços públicos, também atingem o cotidiano das mulheres no ambiente e áreas periféricas e expostas a violência dificultam o trânsito de comercialização e compra de alimentos saudáveis (Pitt et al., 2017).

**Representação política.** A instância política é um espaço de disputas por ser cenário de tomada de decisões e construção de leis e políticas públicas. As desigualdades de entre gênero, raça e classe limitam a participação feminina, especialmente negra e da classe trabalhadora, tornando esta classe subrepresentada no campo político e decisório. No ano de 2023, somente 17% dos deputados federais, 16,1% dos vereadores e 12,1% dos prefeitos eram mulheres (IBGE, 2024). Em 2020, de 5.502 pessoas eleitas para prefeito, apenas 10 era mulheres pretas e 201 pardas (IBGE, 2021). No âmbito dos ambientes alimentares o contexto político é crucial na construção de estratégias de garantias de direitos e condições de vida, acesso e consumo dos alimentos (HLPE, 2017).

**Seguridade Social.** A seguridade social trata-se de um conjunto de ações, políticas, programas e serviços sociais que possibilita as pessoas adquirirem seus direitos no âmbito do trabalho, da saúde, da previdência social, da habitação, etc. Para as mulheres, negras, pobres e da classe trabalhadora, ter proteção social é um desafio diante das vulnerabilidades enfrentadas por elas em uma sociedade machista, capitalista e racista (Barreto, 2020). Programas e políticas alimentares, ao estarem alinhados as políticas de seguridade social, podem ser mais eficazes na garantia de alimentação saudável e na equidade de gênero em ambientes alimentares domésticos, por alinhar demandas, e promover soluções efetivas.

É possível observar que esses aspectos da vida social, econômica e política possuem graus de interferência na vida das mulheres e conseqüentemente nas suas experiências com os AAD. É importante destacar que as condições geradas pelas desigualdades e suas intersecções afeta também a relação feminina com os AAC, os trânsitos relacionados a garantia da alimentação ligam ambos os espaços.

A disponibilidade de alimentos em um território influencia diretamente as escolhas alimentares, e uma maior oferta de alimentos in natura favorece uma dieta mais saudável e equilibrada (Amâncio et al., 2024). Os limites entre o AAD e o AAC são contínuos, pois o que há no domicílio é influenciado pelo ambiente externo (Glanz et al., 2005). Ambos coexistem como espaços cotidianos de circulação de pessoas, alimentos, objetos e serviços que interagem com

as práticas alimentares. As mulheres vivenciam o espaço doméstico e seu entorno de forma particular, já que sua rotina é marcada pelas tarefas de cuidado — trajeto dos filhos à escola, consultas médicas, compra e preparo de alimentos, limpeza e organização da casa (Helene, 2019). Dessa forma, o trabalho feminino nas sociedades ocidentais está geralmente ligado ao trabalho doméstico, reprodutivo e de cuidados.

As atividades domésticas são um resultado dinâmico da história da humanidade, estruturadas como se conhece hoje, a partir da divisão sexual do trabalho e do sistema capitalista (González, 2020; Garcia; Marcondes, 2024). Como o trabalho doméstico não gera lucro é naturalizado e considerado inferior e monótono, ainda que necessário para a manutenção da vida das pessoas por prover alimentação, saúde, higiene e educação. Por este motivo, a alimentação da família parte fundamental da reprodução social (González, 2020; Anigstein, 2020; Passos, Souza, 2021).

O trabalho feminino é central no AAD, pois por meio do trabalho doméstico e de cuidados das mulheres o cuidado alimentar se concretiza. **Planejamento, compra, aquisição, limpeza, preparo e serviço** dos alimentos são atribuições socioculturais femininas. As mulheres articulam as condições materiais da alimentação, aos aspectos estruturais do contexto familiar. Além disso, o cuidado alimentar assegura nutrição, saúde, práticas alimentares e manutenção de tradições (Anigstein, 2020; Silva; Recine, 2023; Venegas; Cardoso; Santos, 2024).

As tarefas domésticas refletem também questões raciais e de classe. No Brasil, o trabalho doméstico foi e ainda é majoritariamente realizado por mulheres negras e trabalhadoras. Pessoas com maior escolaridade e renda frequentemente contratam essas profissionais para auxiliar nas tarefas domésticas, incluindo as relacionadas ao ambiente alimentar. Atividades como comprar comida, lavar louça e cozinhar são mais frequentemente desempenhadas por mulheres negras e pobres (Picanço; Araújo; Covre-Sussai, 2021).

No quadro 1 alguns elementos que considerados indispensáveis na análise sobre os AAD, foram elencados a partir da literatura (Turner et al., 2018; Santos et. al, 2025; Story *et al.*, 2008; Rosenkranz; Dzewaltowski, 2008; Caspi *et al.*, 2012; Glanz *et al.*, 2005; Pitt *et al.*, 2017). Tais componentes foram classificados segundo a concepção de Turner *et al.* (2018), onde os autores sinalizam dois domínios do ambiente alimentar: o **domínio externo** e o **domínio pessoal**.

O primeiro diz respeito ao mundo de oportunidades e restrições e que não se relaciona de maneira direta com o indivíduo (Turner *et al.*, 2018), tais como **tradições culturais, disponibilidade, acessibilidade, acesso econômico, publicidade e informação**. O segundo,

são aspectos de ordem “particular”, dimensões a nível individual que se relacionam diretamente com as pessoas (Turner *et al.*, 2018), tais como **desejabilidade, habilidades culinárias, estrutura familiar, ambiente social, infraestrutura, conveniência, capacidade de compras, estratégias de economia.**

**Quadro 1.** Domínios externos e internos do ambiente alimentar doméstico e seus conceitos

<b>Domínios Externos e Pessoal do AAD</b>	<b>Conceituação</b>
Tradições Culturais	As tradições culturais são costumes e práticas que se relacionam com a etnia da família, a identidade, a regionalidade, etc. e que influenciam tanto na presença de alimentos tradicionais no lar, uso de técnicas culinárias e formas de consumo (Rosenkranz; Dzewaltowski, 2008).
Desejabilidade	A desejabilidade refere-se a preferências individuais, aceitabilidade, atitudes, cultura e conhecimentos, que influenciam nas escolhas e comportamentos alimentares (Turner <i>et al.</i> , 2018).
Habilidades Culinárias	Habilidades culinárias podem ser entendidas de forma ampla, pois engloba práticas que vão além do ato de cozinhar e que requerem conhecimentos técnicos culinários, nutricionais e de gestão. Para além das técnicas de preparo dos alimentos, como seleção, pré-preparo, condimentação, cozimento, combinação de alimentos e apresentação, envolve também o planejamento do cardápio e das compras, a organização e controle da despensa, etc (Santos et. al, 2025)
Infraestrutura	A infraestrutura diz respeito aos elementos físicos do domicílio que influenciam nas escolhas alimentares, desde o preparo ao consumo tais como: presença de móveis e equipamentos de cozinha, aparelhos eletrônicos, design do ambiente e objetos, hortas domésticas, etc. (Rosenkranz; Dzewaltowski, 2008).
Estrutura Familiar	A estrutura familiar diz respeito a aspectos como a composição e o tamanho da família, a forma de organização familiar, às práticas, estilos e regras familiares e aos costumes e tradições presentes no contexto familiar (Rosenkranz; Dzewaltowski, 2008).
Ambiente Social	O ambiente social se relaciona com as interações com amigos, colegas, familiares e demais indivíduos da comunidade e tem o poder de influenciar nas escolhas alimentares por meio de determinados dispositivos como hábitos, apoio social e normas sociais (Story <i>et al.</i> , 2008).
Conveniência	A conveniência está relacionada ao tempo e esforço utilizado na preparação e consumo dos alimentos, bem como adequação em determinada situação (Turner <i>et al.</i> , 2018).
Disponibilidade	A disponibilidade diz respeito a adequação da oferta de alimentos saudáveis em um ambiente, referindo-se a presença ou ausência de um produto ou fornecedor em um determinado contexto (CASPI <i>et al.</i> , 2012; Turner <i>et al.</i> , 2018).
Acessibilidade	A acessibilidade está relacionada a localização da oferta de alimentos e facilidade de chegada ao local, relacionando-se com a distância física, tempo, espaço, meios de transporte, mobilidade diária, etc. aspectos que interferem nos trânsitos de acesso aos alimentos (Caspi <i>et al.</i> , 2012; Turner <i>et al.</i> , 2018).
Acesso econômico	O acesso econômico diz respeito aos preços dos alimentos e percepções de valor em relação ao custo. Estes interagem diretamente com o poder de compra dos indivíduos,

	estando sensíveis a flutuações na disponibilidade e acessibilidade dos alimentos (Caspi <i>et al.</i> , 2012; Turner <i>et al.</i> , 2018).
Publicidade e Informação	A publicidade no contexto dos ambientes alimentares diz respeito a ações de comunicação que visam promover determinado alimento do ponto de vista comercial, influenciando as escolhas do consumidor. As informações, transitam em diferentes aspectos e contextos que não só de comercial e envolvem contextos como mídia, políticas governamentais, rotulagem, etc. (Glanz <i>et al.</i> , 2005; Turner <i>et al.</i> , 2018).
Capacidade de Compras	A capacidade de compra diz respeito tanto a frequência de realização das compras, quanto à quantidade de alimentos adquiridos. Este pode ser influenciado por questões como distância, tempo, renda, etc. (Pitt <i>et al.</i> , 2017).
Estratégias de Economia	As estratégias de economia estão relacionadas a estratégias de sobrevivência realizadas à nível comunitário e pessoal, as quais os indivíduos utilizam nos processos de compra e consumo dos alimentos a fim de manter um maior controle orçamentário, sobretudo em um contexto de restrições financeiras (Pitt <i>et al.</i> , 2017).

**Fonte:** Elaboração das autoras (2024)

Entre os domínios existem interações contínuas e complexas (Turner *et al.*, 2018), onde estas são correlatas. A partir do papel feminino com a alimentação no espaço doméstico destaca-se que os elementos presentes em cada domínio se materializam sob o olhar e da ação feminina nos ambientes e acontecem mediante as intersecções entre as desigualdades de gênero, raça e classe e seus desfechos socioeconômicos.

Na tentativa de prover o cuidado alimentar, as mulheres enfrentam desafios que afetam a possibilidade de promover uma alimentação adequada e saudável nos AAD (Twyman *et al.*, 2020; Silva; Recine, 2023). Estes desafios foram identificados a partir da literatura e dos resultados dos GF. Tais desafios são: responsabilização, sobrecarga, dificuldade de acesso físico, uso do tempo, renda baixa, custo dos alimentos e maternidade.

O modelo teórico anterior incluía os desafios “Poder de Compra” e “Mobilidade”, substituídos por “Custo dos Alimentos” e “Dificuldade de Acesso Físico” após análise das falas nos GF. O custo dos alimentos foi identificado como um fator externo que se sobrepõe ao poder de compra, relacionado a aspectos financeiros pessoais. A mobilidade foi incorporada em “Dificuldade de Acesso Físico”, abrangendo questões como distância, presença de estabelecimentos e transporte.

A **responsabilização** pela alimentação cotidiana da família, penaliza as mulheres ao conduzi-las a obrigações excessivas, exaustivas, contínuas e naturalizadas cujo frequentemente resulta na abdicação da sua vida pessoal e lazer pelo outro. A logística do cuidado alimentar é considerada um compromisso feminino, legitimado pela ética do cuidado que as mulheres

internalizam como parte de seus papéis familiares. Com o objetivo de garantir o bem-estar, a saúde e a nutrição dos familiares, não há questionamentos da sociedade sobre quais as condições psicológicas, físicas e emocionais são necessárias para que isso ocorra (Franch *et al.*, 2024; Venegas; Cardoso; Santos 2024; Renk, Buziquia; Bordini, 2022).

O cuidado e o trabalho doméstico consomem grande parte do tempo feminino, impactando no **uso do tempo** e no AAD (Anigstein, 2020). Mulheres negras dedicam quase o dobro do tempo aos afazeres domésticos em comparação às brancas. Domicílios chefiados por mulheres, especialmente negras, enfrentam maior risco de insegurança alimentar devido à restrição de tempo e carga de trabalho, afetando renda e empregabilidade (Braga; Costa, 2022). Além disso, a praticidade e o acúmulo de tarefas levam ao uso de alimentos ultraprocessados e de conveniência (Turner et al., 2017; Twyman et al., 2020).

Toda essa responsabilidade gera uma **sobrecarga** física e mental (Renk, Buziquia; Bordini, 2022). Na tentativa de conciliar a dupla jornada de trabalho há um desgaste, sobretudo para mulheres negras que são as que mais se sentem sobrecarregadas no processo de conciliação entre o trabalho fora do lar e a família (Picanço; Araújo; Covre-sussai, 2021). Para as mulheres a alimentação é considerada mais uma das tarefas domésticas que devem ser realizadas todos os dias e trabalho doméstico é visto por algumas como mais exigentes e desgastantes do que trabalho remunerado (Anigstein, 2020).

A **maternidade** se relaciona aos desafios mencionados, pois as mulheres são as principais responsáveis pelo cuidado dos filhos. O período reprodutivo concentra a maior carga de tarefas associadas à alimentação infantil, cuidados pessoais e educação (Garcia; Marcondes, 2024). As escolhas alimentares no AAD refletem as preferências e necessidades nutricionais das crianças, acompanhando suas fases de vida (Ampansirirat et al., 2022). O cuidado alimentar familiar é visto como um imperativo da boa mãe, expressão de amor e responsabilidade individual feminina (Anigstein, 2020).

A **dificuldade de acesso físico** afeta especialmente as mulheres negras e da classe trabalhadora, que vivem em zonas periféricas e que dependem de serviços públicos e de transporte para acessar os alimentos. Bairros negros e vulnerabilizados socioeconomicamente, por exemplo, possuem menor disponibilidade de alimentos saudáveis (Pitt et al., 2017; Duarte; Rodrigues; Alves; Oliveira, 2024; Amâncio *et al.*, 2024). A escassez de alimentos saudáveis nas proximidades limita o acesso das mulheres e as sobrecarrega por propiciar maiores deslocamentos. A mobilidade feminina também costuma ser interpelada por questões raciais e

de classe, considerando que a falta de acesso a serviços de transporte ou veículos particulares condiciona as mulheres negras e pobres a escolhas alimentares menos saudáveis (Twyman *et al.*, 2020).

A **renda baixa** influencia diretamente nas escolhas alimentares, pois o rendimento interfere no poder de compra, na mobilidade, na composição da família e na estrutura do AAD. A renda feminina é menor que a masculina e quando se analisa sob a ótica racial, as mulheres negras estão em maior situação de vulnerabilidade econômica no país. Famílias com maior renda per capita, exibem maior aquisição de alimentos saudáveis (Sgambato *et al.*, 2022; Santos *et al.*, 2022). A feminização e racialização da pobreza dialoga com a Insegurança Alimentar e as demais fragilidades sociais, influenciando na qualidade de vida das mulheres e suas famílias (Santos *et al.*, 2022; Braga e Costa, 2022).

O alimento é uma mercadoria controlada pela indústria e pelos governos (Turner *et al.*, 2018). Por isso **o custo dos alimentos** é um problema econômico e social que influencia as escolhas alimentares de grande parte da população brasileira (Sgambato *et al.*, 2022), especialmente mulheres negras e pobres. O preço molda padrões de consumo nos AAD (Rosenkranz; Dzewaltowski, 2008), levando mulheres a criar estratégias para equilibrar renda e custo, mesmo com redução na quantidade e qualidade dos alimentos disponíveis.

Os desafios apresentados refletem contextos socioculturais e econômicos, afetando a promoção de uma alimentação saudável no ambiente doméstico. Esses obstáculos dificultam bons resultados em alimentação e nutrição, ao incluir exclusivamente às mulheres a responsabilidade por essa tarefa, especialmente em uma sociedade capitalista marcada por desigualdades.

### **Considerações finais**

O modelo proposto chama atenção para as realidades sociais e as desigualdades que circunscrevem as experiências femininas no ambiente doméstico. Contribui também, com a desnaturalização da relação mulher – alimentação por dar luz à aspectos do cotidiano feminino e aos contextos socioeconômicos o qual as mulheres estão inseridas, tendo em vista as interseccionalidades entre gênero, raça e classe.

As dinâmicas do AAD são mediadas pelas mulheres que, a partir das condições de vida e buscam fazer escolhas e gerenciar a alimentação em casa da forma que é possível. O modelo destaca que análises sobre experiências femininas em AAD devem dar ênfase a desafios como

maternidade, sobrecarga, uso do tempo, poder de compra, custo dos alimentos e acesso físico aos alimentos, como elementos que dificultam a promoção de AAD mais justos e saudáveis, bem como garantia de equidade de gênero, raça e classe.

Propõe-se repensar acerca do cuidado, sobretudo do cuidado alimentar, que se circunscreve no AAD. Compartilhar essa responsabilidade com a família, Estado e sociedade possibilita maior autonomia feminina em âmbitos como educação, mercado de trabalho e na vida pública. É importante o investimento em políticas públicas que aumentem a disponibilidade de serviços relacionados ao cuidado, a alimentação e a nutrição em busca da promoção de AAD saudáveis e equitativos.

### Referências bibliográficas

ABRAMS, J.A.; TABAAC, A.; JUNG, S.; ELSE-QUEST, N.M. Considerations for employing intersectionality in qualitative health research. **Social Science & Medicine**, [S.L.], v. 258, p. 113138, ago. 2020. Elsevier BV. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0277953620303579>>. Acesso em: 10 de agosto de 2022.

AGUIAR, A.P; CORRÊA, R.S. Violência por parceiro íntimo contra a mulher e insegurança alimentar: uma revisão narrativa da literatura. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, [S.L.], v. 26, p. e210488, 2022. Disponível em: <

<https://www.scielo.br/j/icse/a/x7XkDSf4588GDtYPpX5mV9v/>>. Acesso em 17 de setembro de 2024.

AMANCIO, L.S.; SCHEMIKO, L.B.; RETONDARIO, A. Ambiente alimentar em um território de vulnerabilidade social em Piraquara-PR. **Saúde em Debate**, [S.L.], v. 48, n. 141, p. e8575, 2024. Disponível em: <

<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/K7sxzg9RdCqQq4JKLvxygNb/>>. Acesso em: 30 de outubro de 2024.

AMPANSIRIRAT, A; CHUKUMNIRD, S; SINGHASEM, P; SUWANRAJ, M; PHROMJUANG, K. Mothers' cooking: perspectives of givers and takers. **Trends in Sciences**. 2022;19(6):2998. Disponível em: <

<https://tis.wu.ac.th/index.php/tis/article/view/2998>>. Acesso em: 26 de maio de 2025.

ANIGSTEIN, M.S. Trabajo femenino y doble presencia como condicionante de las estrategias alimentarias familiares y los estilos de vida en hogares de Santiago de Chile. **Cadernos de saúde pública**, v. 36, n. 9, p. e00199819, 2020. Disponível em: <

<https://www.scielo.br/j/csp/a/nk9Rdv5BZ68X9PvS9vzXMt/>>. Acesso em: 03 de janeiro de 2023.

BARRETO, L. Direitos e seguridade social em tempos neoliberais: contradições e desafios feministas. **Revista Katálysis**, [S.L.], v. 23, n. 02, p. 309-316, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rk/a/wq56wB5XDJjcy5qfVnR76LL/>>. Acesso em: 06 de outubro de 2024.

BRAGA, C.; COSTA, L. Time use and food insecurity in female-headed households in Brazil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [S.L.], v. 39, p. 1-23, 6 abr. 2022.

Disponível em: <

<https://www.scielo.br/j/rbepop/a/PBqD6RXp6HFzs5nGkRvQ7Rq/?format=pdf&lang=en>>.

Acesso em: 01 de outubro de 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. População negra: situação de saúde e condições de vida – Boletim temático do Ministério da Saúde. Brasília: **Ministério da Saúde**, v. 02, n. 11, nov. 2022. Disponível em:

<[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/boletim\\_tematico/populacao\\_negra\\_novembro\\_2022.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/boletim_tematico/populacao_negra_novembro_2022.pdf)>.

Acesso em: 09 ago. 2023.

BUNGE, M. Teoria e Realidade. São Paulo: Editora Perspectiva 1ª Edição, 2020.

CASPI, CE.; SORENSEN, G.; SUBRAMANIAN, SV.; KAWACHI, I. The local food environment and diet: a systematic review. **Health & Place**, [S.L.], v. 18, n. 5, p. 1172-1187, set. 2012. Elsevier BV. Disponível em: <

<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1353829212001037>>. Acesso em: 05 de junho de 2022.

CHOO, H.Y.; FERREE, M.M. Practicing Intersectionality in Sociological Research: a critical analysis of inclusions, interactions, and institutions in the study of inequalities. **Sociological Theory**, [S.L.], v. 28, n. 2, p. 129-149, jun. 2010. SAGE Publications. Disponível em:

[https://users.ssc.wisc.edu/~mferree/documents/choo\\_ferree\\_intersectionality\\_final0909.pdf](https://users.ssc.wisc.edu/~mferree/documents/choo_ferree_intersectionality_final0909.pdf)>.

Acesso em: 10 de agosto de 2022.

CUNHA, C.M.L.; CANUTO, R.; ROSA, P.B.Z.; LONGARAI, L.S.; SCHUCH, I. Associação entre padrões alimentares com fatores socioeconômicos e ambiente alimentar em uma cidade do Sul do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 27, n. 2, p. 687-700, fev. 2022.

FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <

<https://www.scielo.br/j/csc/a/nZLyH4MXbjKhtwjZcwHy5KK/>>. Acesso em: 22 de julho de 2022.

DUARTE, ALCM; RODRIGUES, VP; ALVES, RCF; OLIVEIRA, GM. Acesso a alimentos frescos em áreas urbanas vulneráveis: um estudo classificatório das favelas e dos estabelecimentos formais de São Paulo. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 1, 2024. Disponível em:<

<https://www.scielo.br/j/rap/a/FNXWPdyCWjD667LSCLX39Gg/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 30 de maio de 2025.

FILHO, B.A.B.S.; STRUCHINER, C.J. Uma proposta teórico-metodológica para elaboração de modelos teóricos. **Cadernos Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 29, n. 1, p. 86-97, mar. 2021.

FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <

<https://www.scielo.br/j/cadsc/a/KkY6fJdDcLrM5yhLmPQqPpg/>>. Acesso em: 21 de março de 2023.

FRANCH, C.M; OSIAC, L.R.; HIRSCH, P.H; CONTRERAS, I.P. Roles dentro de los entornos domésticos en Chile: la “portera alimentaria”. **Nutrición Hospitalaria**, Madri, v. 41, n. 4, p. 873-878, set. 2024. Disponível em:<

[https://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0212-16112024000500019](https://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0212-16112024000500019)>.

Acesso em: 01 de outubro de 2024.

GARCIA, AS; FERREIRA, JL. Análise de conceito e análise temática na pesquisa qualitativa em educação. **Debates em Educação**, Maceió, v. 10, n. 2, p. 45–62, jul./dez. 2022.

Disponível em:

<<https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/13678/10273>>. Acesso em: 9 ago. 2025.

GARCIA, B.C; MARCONDES, G.S. As desigualdades da reprodução: homens e mulheres no trabalho doméstico não remunerado. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [S.L.], v. 39, p. 1-23, 13 maio 2022. Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Disponível em: <

<https://www.scielo.br/j/rbepop/a/YFcF3Nd3WfXGvmwhsByQqBH/abstract/?lang=pt> >.

Acesso em: 05 de agosto de 2024.

GLANZ, K.; SALLIS, J.F.; SAELENS, B.E.; FRANK, L.D. Healthy Nutrition Environments: concepts and measures. **American Journal Of Health Promotion**, [S.L.], v. 19, n. 5, p. 330-333, maio 2005. SAGE Publications. Disponível em:<

<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/15895534/>>. Acesso em: 13 de maio de 2022.

González L. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: Rios F, Lima M, orgs. Por um feminismo afro-latinoamericano: Lélia González. 1ª ed. São Paulo: Zahar; 2020. p. 79-94.

HELENE, D. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. **Cadernos Metrôpole**, [S.L.], v. 21, n. 46, p. 951-974, dez. 2019. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em:< <https://www.scielo.br/j/cm/a/VwmjkbMZB7PYMvxTwZrXf9t/>>.

Acesso em: 28 de outubro de 2024.

HLPE. High Level Panel of Experts. **Nutrition and food systems: A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition**. Committee on World Food Security. Rome, 2017. Disponível em: <<https://www.fao.org/policy-support/tools-and-publications/resources-details/en/c/1155796/>>. Acesso em: 10 de abril de 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. **Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, 2024. (38). Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102066\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102066_informativo.pdf)>. Acesso em: 08 de outubro de 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. **Desigualdades por Cor ou Raça no Brasil**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, 2021(48). Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf)>. Acesso em: 08 de dezembro de 2022.

PASSOS, L.; SOUZA, L. Vulnerabilidades cruzadas: as mulheres e suas experiências diversificadas. **Revista Katálisis**, [S.L.], v. 24, p. 198-209, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/RHprbDRJTmdxg8Pqjmbxnpg/>>. Acesso em: 30 de janeiro de 2023.

PEREIRA, BCJ. Sobre usos e possibilidades da interseccionalidade. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**. 2021 Sep-Dec;21(3):445-454. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/civitas/a/h7rvGvv5gNPpkm7MjMG6D5c>>. Acesso em: 30 de setembro de 2022.

PICANÇO, F.; ARAÚO, C.M.O.; SUSSAI, M.C. Papéis de gênero e divisão das tarefas domésticas segundo gênero e cor no Brasil: outros olhares sobre as desigualdades. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [S.L.], v. 38, p. 1-31, 5 nov. 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbepop/a/7v3spxmtbzt7qfxfk6hntsm/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2023.

PITT, E.; GALLEGOS, D.; COMANS, T.; CAMERON, C.; THORNTON, L. Exploring the influence of local food environments on food behaviours: a systematic review of qualitative literature. **Public Health Nutrition**, [S.L.], v. 20, n. 13, p. 2393-2405, 7 jun. 2017.

Cambridge University Press (CUP). Disponível em:

<https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC10261492/>>. Acesso em: 21 de junho de 2022.

RENK, V.E.; BUZQUIA, S.P.; BORDINI, A.S.J. Mulheres cuidadoras em ambiente familiar: a internalização da ética do cuidado. **Cadernos Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 30, n. 3, p. 416-423, set. 2022. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <

<https://www.scielo.br/j/cadsc/a/Rj7CcQFNbJHCTFpwWGrnppp/>>. Acesso em: 02 de novembro de 2024.

ROSENKRANZ, R.R.; DZEWALTOWSKI, D.A. Model of the home food environment pertaining to childhood obesity. **Nutrition Reviews**, [S.L.], v. 66, n. 3, p. 123-140, 13 fev. 2008. Oxford University Press (OUP). Disponível em: <

<https://academic.oup.com/nutritionreviews/article-abstract/66/3/123/1858048?redirectedFrom=fulltext&login=false> >. Acesso em: 04 de abril de 2022.

SANTOS, L; SLATER, B; SILVA, CC; RUSSO, GC; TEXEIRA, AR. Habilidades culinárias nas políticas públicas brasileiras de alimentação e nutrição: uma análise documental. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, e05342023, fev. 2025. Disponível em: <

<https://www.scielo.br/j/csc/a/ng53yPfqBZqdVMqftFw9TbR/>>. Acesso em: 08 de agosto de 2025.

SANTOS, L.A.; FERREIRA, A.A.; PÉREZ-ESCAMILLA, R.; SABINO, L.L.; OLIVEIRA, L.G.; SALLES-COSTA, R. Interseções de gênero e raça/cor em insegurança alimentar nos domicílios das diferentes regiões do Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.L.],

38(11):e00130422, 2022. Disponível em: <  
<https://www.scielo.br/j/csp/a/8n98GjtF49CJzYqhyQRCjyk/>>. Acesso em: 18 de julho de 2024.

SGAMBATO, M.R.; LIGNANI, J.B.; PIRES, C.A.; RIBEIRO, E.C.S.; DOMINGOS, T.B.; FERREIRA, A.A.; SICHIERI, R.; OLIVEIRA, L.G; SALLES-COSTA, R. Inequalities in food acquisition according to the social profiles of the head of households in Brazil. *Ciência & Saúde Coletiva*, [S.L.], v. 27, n. 11, p. 4303-4314, nov. 2022. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em:<

<https://www.scielo.br/j/csc/a/353vLfkpbsbvMcJmfHDqHyG/abstract/?lang=en>>. Acesso em: 20 de julho de 2024.

STORY, M.K.; KAPHINGST, K.M.; O'BRIEN, R.R.; GLANZ, K. Creating Healthy Food and Eating Environments: policy and environmental approaches. **Annual Review Of Public Health**, [S.L.], v. 29, n. 1, p. 253-272, 1 abr. 2008. Annual Reviews. Disponível em:<  
<https://www.annualreviews.org/docserver/fulltext/pu/29/1/annurev.publhealth.29.020907.090926.pdf?expires=1754880878&id=id&accname=guest&checksum=34868E0F505BB233E026298AE05DCC25>>. Acesso em: 18 de maio de 2022.

SILVA, GBL.; RECINE, E. Implicações das relações de gênero nos ambientes alimentares domésticos saudáveis. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, v. 18, e65199, 2023. Disponível em:< <https://www.e-publicacoes.uerj.br/demetra/article/view/65199>>. Acesso em: 22 de setembro de 2024.

TURNER, C.; AGGARWAL, A.; WALLS, H.; HERFORTH, A.; DREWNOWSKI, A.; COATES, J.; KALAMATIANOU, S.; KADIYALA, S. Concepts and critical perspectives for food environment research: a global framework with implications for action in low- and middle-income countries. **Global Food Security**, [S.L.], v. 18, p. 93-101, set. 2018. Disponível em:< <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2211912418300154>>. Acesso em: 01 de junho de 2022.

TWYMAN, J.; ELISE, T.; TOGKA, C.; FERRABOSCHI, C.; BROUWER, I.D. Gender equity considerations in food environments of low and middle income countries: A scoping review. **IFPRI Discussion Paper**, 2020. Disponível em:<  
<https://cgspace.cgiar.org/items/18ca7244-6816-478c-a737-255078115b37>>. Acesso em: 30 de Janeiro de 2023.

VENEGAS, M.R.C.; OLIVEIRA-CARDOSO, E.A.; SANTOS, M.A. Insegurança alimentar, saúde e produção da vida: uma aproximação às práticas alimentares de mulheres de camadas populares à luz da antropologia da alimentação. **Saúde e Sociedade**, [S.L.], v. 33, p. e220547pt, 2024. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902024220547pt>. Disponível em:< <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/VXvTm83W99WZ8NBnmqCqX8f/abstract/?lang=pt>>.

Acesso em: 01 de novembro de 2024.

### 6.3 ARTIGO III:

#### **Desafios e desigualdades no cuidado alimentar em ambientes domésticos: experiências de mulheres negras<sup>15</sup>**

**Resumo:** O estudo investigou experiências de mulheres negras em ambientes alimentares domésticos, identificando desafios para uma alimentação adequada e suas conexões com a responsabilidade do cuidado. Foram realizados grupos focais online com oito mulheres negras de diferentes regiões do Brasil, entre 20 e 65 anos. A análise temática identificou sete desafios principais: alta responsabilização, maternidade, sobrecarga, pobreza de tempo, baixo acesso físico a alimentos, baixa renda e alto custo dos alimentos. O cuidado alimentar é historicamente delegado às mulheres, especialmente negras e trabalhadoras de baixa renda, reflexo da divisão sexual e racial do trabalho doméstico no Brasil. Essa responsabilidade envolve estratégias constantes e comprometimento com o bem-estar familiar, gerando sobrecarga e escassez de tempo. Barreiras econômicas e de acesso a alimentos saudáveis aumentam o risco de insegurança alimentar e evidenciam desigualdades estruturais que impactam a saúde e a qualidade de vida dessas mulheres e de suas famílias. Os resultados indicam que garantir alimentação adequada demanda políticas públicas intersetoriais, antirracistas e antissexistas, que redistribuam o trabalho de cuidado e ampliem o acesso a serviços públicos, promovendo melhores condições de vida para mulheres negras.

**Palavras-chave:** Ambiente alimentar doméstico. Alimentação saudável. Interseccionalidade. Mulheres negras. Trabalho doméstico.

#### **Introdução**

O ambiente alimentar doméstico (AAD) pode ser considerado o contexto sociocultural, político, físico e econômico que influencia decisões sobre aquisição, preparo e consumo de alimentos no domicílio. É moldado por fatores interligados como disponibilidade, acessibilidade, acesso econômico, tradições alimentares, conveniência, estrutura familiar, habilidades culinárias, publicidade, informação, infraestrutura, políticas públicas etc.<sup>1</sup>

As mulheres, por meio do trabalho doméstico e de cuidado, são as principais responsáveis pela gestão da alimentação no lar, mediando as interações do AAD através do cuidado alimentar<sup>2,3,4,5</sup>. Em 2022, 91,3% das mulheres brasileiras realizavam afazeres domésticos, frente a 79,2% dos homens; o preparo de alimentos foi realizado por 95,7% das mulheres contra apenas 66% dos homens<sup>6</sup>. Em 2024, mulheres dedicaram quase o dobro de horas semanais em tarefas domésticas e de cuidado<sup>7</sup>.

Questões de raça e classe acentuam as vulnerabilidades. Mulheres negras e de menor renda são as que mais realizam tarefas domésticas e enfrentam maior sobrecarga<sup>8, 9,10,11</sup>. A histórica estratificação racial e sexista da sociedade brasileira gerou desvantagens

---

<sup>15</sup> Artigo submetido à revista “Saúde em Debate” e está em processo de avaliação.

socioeconômicas que reduziram as oportunidades de vida e mobilidade social dessas mulheres<sup>12</sup>, resultando em menos recursos materiais e financeiros para lidar com a alimentação no domicílio. Isso é um dos principais fatores que torna as mulheres negras e suas famílias mais vulneráveis à Insegurança Alimentar (IA)<sup>13</sup>.

A insuficiente divisão do trabalho doméstico e de cuidado, associada a carência de políticas e serviços públicos de cuidado e à falta de recursos materiais, cria desafios que afetam diretamente as mulheres negras, suas experiências com o AAD e a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)<sup>14,5</sup>. A ODS 5 destaca a valorização e reconhecimento do trabalho doméstico e de cuidado como estratégias para promover igualdade de gênero e empoderamento de todas as mulheres. No Brasil, a Política Nacional de Cuidado, criada em 2024, busca garantir o direito ao cuidado, através da corresponsabilização social, destacando que todas as pessoas têm direito de serem cuidadas, além de adotar o antirracismo como um de seus princípios<sup>15</sup>.

A partir disto, este estudo teve como objetivo investigar as experiências de mulheres negras em AAD, identificando os desafios para a prática da alimentação adequada e saudável e suas conexões com a responsabilidade do cuidado.

## **Metodologia**

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e o aporte teórico metodológico dos Estudos de Gênero e da Interseccionalidade. O gênero foi compreendido como uma categoria social ligada às relações, normas e comportamentos sobre os corpos de homens e mulheres na sociedade<sup>16</sup>. Já a abordagem interseccional, buscou analisar os envoltórios simultâneos das opressões de gênero, raça e classe, destacando racismo como uma ideologia e uma prática que influencia nas experiências das mulheres negras<sup>17,18</sup>.

Foram realizados grupos focais remotamente via Zoom, visando alcançar perfis diversos de participantes de diferentes regiões do Brasil. O formato online reduziu custos, otimizou o tempo e evitou deslocamentos. A pesquisa foi conduzida por uma doutoranda, com experiência em pesquisa qualitativa, que mediu os grupos e duas graduandas, responsáveis pelo suporte técnico. Reuniões prévias da equipe foram dedicadas ao planejamento e treinamento. O estudo completo foi realizado entre abril e agosto de 2023.

## **Participantes**

Participaram oito mulheres vinculadas a organizações da sociedade civil, sobretudo feministas. Esse perfil foi escolhido por seu potencial interesse no tema, dada sua atuação em questões de gênero e raça. O convite foi divulgado por redes sociais e e-mails institucionais, solicitando indicações. A partir da indicação dos movimentos sociais, coletaram-se contatos para o envio de convites individuais, esclarecimentos e alinhamento do cronograma.

As participantes tinham idades entre 20 e 65 anos, residentes nos estados do Amazonas, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Distrito Federal e Bahia. Sobre o perfil étnico-racial, quatro se autoidentificavam como pretas e quatro como pardas. Seis das participantes tinham ocupação e trabalhavam fora de casa, uma estava desocupada e uma aposentada. Além disto, das oito participantes, seis tinham filhos e moravam com ao menos um deles.

As mulheres tiveram acesso e registraram online o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o Termo de Uso de Voz e Imagem. Elas foram informadas sobre a garantia de anonimato e a possibilidade de se retirar do estudo de acordo com o seu interesse. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, da Faculdade de Ciências da Saúde, da Universidade de Brasília, sob o número do CAAE 59327622.6.0000.0030.

## **Grupos Focais**

Utilizou-se a técnica de grupo focal para produzir os dados, por promover diálogo e troca de experiências entre participantes. A interação nesse caso, é essencial para gerar debates e construir conhecimentos contextualizados e validados entre os componentes dos grupos<sup>19</sup>. Foram realizadas duas sessões, a primeira com sete e a segunda com cinco mulheres, com duração média de 1h30 em dois dias consecutivos de junho de 2023.

O roteiro norteador (quadro 1) foi construído com apoio na literatura sobre o tema e contou com poucos itens, permitindo a flexibilidade<sup>20</sup>, proporcionando discussões que progrediam ao longo das duas sessões. O roteiro foi organizado para duas sessões de grupos focais, a primeira explorou o tema “*Vivências no ambiente alimentar doméstico*” e a segunda “*Acesso e disponibilidade: ambiente alimentar doméstico em geral*”.

Quadro 1. Questões abordadas nos grupos focais

<b>Sessão de grupo focal</b>	<b>Questões</b>
<i>Vivências no ambiente alimentar doméstico</i>	<p>Você cozinha?                      Com quem e como você aprendeu a cozinhar?                      Quem mora com você? Como as tarefas ligadas à comida são compartilhadas entre vocês?                      Como são feitas as decisões sobre as refeições na sua casa?                      A alimentação é um tema conversado na sua casa? As pessoas contribuem com as decisões?                      Você assiste conteúdos - na TV, internet, rádio etc. - sobre alimentação e nutrição?                      De que maneira eles influenciam na escolha dos alimentos em sua casa?</p>
<i>Acesso e disponibilidade: ambiente alimentar doméstico em geral</i>	<p>O que você acha dos alimentos que você encontra no seu armário e geladeira hoje?                      Me conta onde e como são feitas as compras na sua casa?                      Com que frequência você costuma fazer compras?                      Como você chega aos locais que você compra os alimentos?                      Há locais com alimentos frescos próximos de sua casa?                      Você diria que o total de dinheiro que a família tem para a alimentação durante o mês em geral é suficiente?</p>

Fonte: Elaboração das autoras (2023)

Na primeira sessão, a moderadora e a equipe se apresentaram, explicando os aspectos éticos da pesquisa e a gravação. As participantes também se apresentaram, promovendo o reconhecimento mútuo. Em seguida, introduziram-se as questões para estimular o debate e, ao final, coletou-se feedbacks das participantes<sup>20</sup>. A segunda sessão retomou com uma síntese da anterior, novo debate, avaliação da atividade e agradecimentos. Após essa etapa, os dados foram transcritos integralmente e analisados.

### **Análise dos Dados**

Adotou-se a Análise Temática (AT) com intuito conhecer os temas expressados pelas participantes. De acordo com Braun e Clarke<sup>21</sup> a AT é considerada um método para identificar, analisar e relatar padrões de temas presentes em dados. Tal método é útil para se trabalhar com pesquisas participativas, pois pode resumir de forma eficiente as principais características de um corpus de dados, permitindo flexibilidade na análise<sup>21</sup>.

Um tema apreende algo significativo sobre os dados em relação ao estudo e representa em algum nível uma resposta padronizada ou significado em um conjunto de dados. Para identifica-lo é preciso realizar as seis fases propostas pela AT: 1. Familiarização dos dados; 2. Geração de códigos iniciais; 3. Procura por temas; 4. Revisão dos temas; 5. Definição e nomeação dos temas; 6. Análise final e redação de relatório<sup>21,22</sup>.

Após a transcrição dos dados, foram feitas leituras e anotações para identificar possíveis elementos para codificação. Em seguida, codificaram-se o máximo de temas e padrões

potenciais, posteriormente agrupados em temas abrangentes. Esses temas foram refinados com base na combinação de padrões, resultando em um mapa temático inicial. Após novo refinamento, definiram-se e nomearam-se os temas. Por fim, elaborou-se o mapa temático final, além da descrição e interpretação dos dados à luz da literatura<sup>21,22</sup>. Para organização do conteúdo foi utilizado o software *Microsoft Excel 2019*.

## **Resultados e Discussão**

A análise dos grupos focais revelou sete temas (quadro 2) que refletem os principais desafios das participantes em AAD e suas relações com o trabalho de cuidado: alta responsabilização, maternidade, sobrecarga, pobreza de tempo, baixo acesso físico à alimentos, renda baixa e alto custo dos alimentos. Estes serão discutidos a seguir.

Quadro 2. Síntese dos temas e subtemas dos grupos focais

<i>Síntese dos temas e subtemas</i>	
<i>Tema</i>	<i>Subtemas</i>
<i>Alta responsabilização</i>	Ter que cuidar
	Abdicar de si
	Ser a dona de casa
	Assumir as compras
	Cozinhar para os outros
	Cozinhar por necessidade
	Cozinhar para agradar
<i>Maternidade</i>	Pensar na alimentação após a maternidade
	Crianças estão em primeiro lugar
	Cuidados com os filhos pequenos
	Priorizar comida saudável
	Adaptar a alimentação
	Agradar aos filhos
<i>Sobrecarga</i>	Assumir o papel principal
	Planejar o que fazer
	Cozinhar
	Fazer as compras
	Trabalhar muito
	Rotina puxada
	Carregar tudo sozinha
<i>Pobreza de Tempo</i>	Não dá conta
	Não ter tempo
	Tentar organizar o tempo
	Trabalhar fora de casa
	Trabalho de dona de casa toma tempo
	Ficar o dia todo na cozinha
<i>Baixo Acesso Físico á Alimentos</i>	Falta de tempo para as compras
	Ser refém do que está disponível
	Falta de alimentos de qualidade
	Falta de alimentos orgânicos
	Falta de frutas e verduras
	Falta de variedades de alimentos regionais
	Falta de alimentos em casa
	Recorrer aos grandes supermercados
	Não ter veículo de transporte próprio
<i>Renda Baixa</i>	Não ter dinheiro
	Salário baixo
	Necessidade de aumento de salário
	Falta de oportunidade de emprego
	Dinheiro restrito no fim do mês
	Usar o cartão de crédito
	Usar o cheque especial
<i>Alto custo dos Alimentos</i>	O mercado está caro
	Comida de qualidade é cara
	Comprar produtos de qualidade inferior
	Carnes estão caras
	Frutas e verduras estão caras
	Alimentos orgânicos são caros
	Itens básicos estão caros
	Comprar alimentos mais baratos
Reduzir itens nas compras	

Fonte: Elaboração das autoras (2023)

### **Alta responsabilização e maternidade**

No Brasil, o cuidado é socialmente organizado por um Estado que delega à família, especialmente às mulheres, a responsabilidade de suprir lacunas dos serviços públicos<sup>23</sup>. Essa organização é atravessada por gênero, raça e classe, reflexo da estratificação racial e sexual que coloca o trabalho doméstico e de cuidados como um trabalho servil majoritariamente realizado por mulheres negras e trabalhadoras<sup>9,10,11</sup>.

Os julgamentos morais sobre a responsabilidade sob o cuidado estão alicerçados na perspectiva capitalista, patriarcal e racista. Ao se entrelaçarem na estrutura social, tais fatores trás às mulheres, negras e trabalhadoras, a ideia de cuidar como uma obrigação que deve ser realizada independente das condições materiais e de outras demandas. Assumir esta obrigação é uma imposição social cuja responsabilidade moral gera um compromisso ético para as mulheres<sup>10,24,25</sup>.

Sob a temática alta responsabilização, os depoimentos indicam que “*ter que cuidar*” é uma imposição social e prática cotidiana, que inclui o cuidado alimentar. A ética do cuidado, baseada em laços familiares, gera senso de responsabilidade, evidenciado em expressões como “*não se negar a fazer*” e “*pensar no outro*”. Isso mostra a ligação entre cuidado alimentar e compromisso ético feminino, que as mulheres assumem e internalizam independentemente do contexto<sup>3,25</sup>.

Destaca-se que o cuidado alimentar e o DHAA devem ser vistos como dimensões inseparáveis pois ambos são fundamentais para a sustentabilidade da vida<sup>5</sup>. Desvincular o cuidado com a alimentação da esfera privada, sexista e racializada e encará-lo como uma questão pública é necessário para garantia de justiça social, sobretudo para as mulheres, negras e trabalhadoras que são as pessoas que mais realizam o trabalho de cuidado<sup>5</sup>.

A responsabilidade individual pela alimentação no domicílio envolve tanto a criação de estratégias para garanti-la quanto o comprometimento do bem-estar das mulheres<sup>2</sup>. A ideia de “*abdicar de si*”, identificada nas falas, traduz a obrigação de priorizar o outro, abrindo mão dos próprios desejos e saúde<sup>25</sup>. Frequentemente, as mulheres não têm um espaço próprio na rotina, ajustando-se às demandas da família. Culturalmente, por exemplo, elas tendem a pular refeições, alimentando-se mal e comprometendo sua própria saúde em favor dos outros familiares<sup>2,4</sup>.

“*Ser a dona de casa*” envolve administrar e executar tarefas domésticas e de cuidado com a família, seja como atividade principal ou entre tantas outras do cotidiano. Esse papel inclui ações ligadas à alimentação. Quando as participantes sinalizam “*assumir as compras*” e

“*cozinhar para os outros*” observa-se que essas tarefas são lidas como obrigações do cuidado alimentar que exigem esforço e tempo no cenário da administração do lar<sup>4</sup>.

Nesse sentido, as mulheres planejam, organizam e preparam a comida em ações cotidianas que são naturalizadas<sup>3,4</sup>. No Brasil, a divisão do trabalho doméstico e do cuidado alimentar segue critérios de gênero e raça, com mulheres negras mais responsáveis pela compra e preparo dos alimentos. Dados mostram que 82,1% das negras cozinham (contra 80,2% das brancas) e 43,6% compram alimentos (contra 29,2% das brancas). Isso evidencia que as desigualdades de raça ampliam a carga de trabalho feminina e negra sob o cuidado alimentar no país<sup>9</sup>.

As participantes destacaram “*cozinhar por necessidade*” como parte da responsabilidade diária. Embora seja uma tarefa cotidiana, cozinhar gera sentimentos contraditórios ao mesmo tempo para as mulheres, como satisfação, obrigação e desgaste<sup>26</sup>, conforme observado nos grupos focais. Para mulheres negras e com baixa renda, cozinhar não é opção, mas necessidade diante da falta de recursos, redes e políticas de apoio, sendo essencial para a manutenção da família<sup>27</sup>.

“*Cozinhar para agradar*” família e amigos está também ligada às subjetividades das participantes, que veem esse ato como uma demonstração de afeto. Elas relataram questões como cozinhar para receber pessoas, preparar os pratos preferidos das crianças e diversificar os preparos para satisfazer a família. Mulheres, mães e esposas raramente cozinham apenas para si; mesmo ao escolher os alimentos, priorizam os desejos e preferências dos outros em prol do afeto estabelecido<sup>3</sup>.

A maternidade faz parte da vida das mulheres e pode ocorrer por gestação, adoção ou pela escolha de não ter filhos, e é moldada por um imaginário social que cria expectativas sobre o papel materno. Embora a gestação seja uma tendência biológica, a maternidade é idealizada historicamente como tarefa exclusivamente feminina. Além disto, as maternidades não são homogêneas; diferenças étnico-raciais e de classe definem oportunidades e limites, proporcionando dificuldades no compartilhamento do cuidado e insuficiência no acesso à serviços de apoio para determinadas mulheres<sup>24</sup>.

“*Pensar na alimentação após a maternidade*”, como destacaram as participantes, é comum, dado o papel social atribuído e as novas responsabilidades que surgem. Sem filhos, elas podem adotar práticas alimentares mais flexíveis, mas após a maternidade, hábitos, rotina e relações mudam, priorizando-se a alimentação dos filhos<sup>26</sup>. Além disto, os conhecimentos alimentares das mães se constroem no dia a dia e evoluem conforme as fases de crescimento das crianças<sup>28,26</sup>, o que pôde ser observado nas discussões nos GF.

Para as participantes, as “*crianças estão em primeiro lugar*” em todas as etapas da alimentação no AAD, e “*os cuidados com os filhos pequenos*” refletem na atenção dada a alimentação nos primeiros anos de vida. As cuidadoras influenciam os hábitos infantis, determinando o que, onde, quando e como as crianças comem<sup>1,28</sup>. “*Priorizar comida saudável*” foi uma questão recorrente nos grupos focais, quando se tratou sobre cuidado alimentar infantil. A boa nutrição, segundo os parâmetros disponíveis, é um fator que tende a guiar as decisões das mães<sup>3,28,26</sup>.

“*Adaptar a alimentação*” foi um subtema recorrente, especialmente diante de restrições alimentares dos filhos. Uma participante relatou mudanças na rotina após o diagnóstico de diabetes do filho, recaindo sobre ela o cuidado e a responsabilidade. A saúde das crianças em muitos casos é atribuída exclusivamente às mães, gerando sobrecarga<sup>28</sup>. Além disso, “*agradar aos filhos*” (outro aspecto identificado no estudo) influencia as escolhas alimentares, ligando a alimentação ao ideal da “boa mãe” e à expressão de afeto, socialmente atribuídos às mulheres<sup>2,3,26</sup>.

### **Sobrecarga e pobreza de tempo**

A atribuição unilateral dos cuidados e das tarefas domésticas às mulheres/mães, como o gerenciamento da alimentação, gera uma sobrecarga de trabalho — tema nos grupos focais. Em uma análise interseccional, as mulheres negras e trabalhadoras ocupam a base do trabalho de cuidado no Brasil, resultado das articulações entre as divisões racial, sexual e social do trabalho no sistema capitalista. Em empregos precários, exaustivos e sem apoio ao cuidado, enfrentam uma dupla jornada ao conciliar trabalho (mal) remunerado com tarefas domésticas, gerando consequentemente maior sobrecarga<sup>12</sup>.

Identificou-se que “*assumir o papel principal*” na alimentação doméstica sobrecarrega as participantes, devido à falta de compartilhamento do cuidado alimentar. Essas tarefas recaem majoritariamente sobre as mulheres em seu período reprodutivo, já que, a formação da família, amplia a responsabilidade no gerenciamento e preparo da alimentação<sup>11</sup>. No Brasil, o compartilhamento das tarefas domésticas entre os gêneros ainda é incipiente, baseado em um modelo assimétrico e tradicional de complementação de papéis<sup>9,11</sup>.

Por isso, a sensação de “*carregar tudo sozinha*” surgiu no tratamento sobre as demandas alimentares da família e da falta de apoio. Os relatos indicam que a alimentação no AAD envolve etapas como “*planejar o que fazer*”, “*cozinhar*” e “*fazer as compras*” — atividades que exigem esforço físico e mental. Nesse contexto, a alimentação é percebida como mais uma tarefa doméstica, tão exigente e desgastante quanto o trabalho remunerado, e a

responsabilização individual leva ao sacrifício, comprometendo a qualidade de vida de quem a faz sozinha<sup>2</sup>.

Esse cenário se agrava na maternidade solo e na chefia monoparental, que intensificam a sobrecarga feminina. Em 2023, 51,7% dos domicílios brasileiros eram chefiados por mulheres, sendo 57,2% destes com uma mulher negra como referência<sup>29</sup>. A ausência de apoio nos cuidados, a dupla jornada, a baixa renda, o baixo acesso a alimentos e condições materiais impactam negativamente a qualidade de vida dessas mulheres e de suas famílias, aumentando o risco de IA nos domicílios chefiados por elas<sup>30</sup>.

A sobrecarga gera para as participantes uma “*rotina puxada*” e a sensação de “*trabalhar muito*”, causando desgaste físico e mental e comprometendo outras atividades essenciais ao bem-estar feminino. O sentimento de “*não dar conta*” também foi relatado, revelando exaustão diante da multiplicidade de papéis. Esse quadro merece atenção, pois há relação entre sobrecarga doméstica e transtornos mentais. A falta de apoio e a repetição diária dessas tarefas intensificam seus efeitos sobre a saúde mental das mulheres<sup>31,32</sup>.

Mulheres com alta sobrecarga doméstica apresentam maior prevalência de transtornos mentais, como fadiga, insônia, irritabilidade, dificuldades de concentração e dores de cabeça. O trabalho doméstico e de cuidados também está ligado a sintomas depressivos e ansiosos. Fatores como condições de moradia, baixa renda, escolaridade, presença de filhos e cônjuges, estão associados à sobrecarga sendo mais intensa entre mulheres negras devido às vulnerabilidades<sup>32</sup>.

A “**pobreza de tempo**” influencia o bem-estar socioeconômico e é reflexo de relações de poder entre os gêneros<sup>23</sup>. As mulheres precisam conciliar trabalho remunerado, cuidados familiares e tarefas domésticas, e quem não tem recursos para contratar serviços domésticos vê seu tempo ainda mais reduzido<sup>23</sup>. Além disto, as diferenças no uso do tempo revelam desigualdades de raça, gênero e classe. Em 2022, mulheres dedicaram 21,3 horas semanais a essas tarefas, contra 11,7 dos homens. Mulheres pretas e pardas gastaram 1,6 horas a mais que brancas, e as mais pobres, 7,3 horas a mais que as com maiores rendimentos<sup>7</sup>.

Relatos como “*não ter tempo*” foram comuns ao abordar a dificuldade de preparar alimentos, independente da condição de trabalho. “*Trabalhar fora de casa*”, como narrado nos grupos focais, é uma atividade necessária para sobrevivência das participantes e de suas famílias. A conciliação entre trabalho e cuidado familiar gera tensões e limita o tempo disponível<sup>23</sup>. Mulheres negras enfrentam desvantagens no mercado de trabalho que afetam essa conciliação, tais como baixa qualificação, empregos precários, má remuneração e acesso restrito a serviços, o que eleva o risco de pobreza e dependência financeira<sup>8</sup>.

“*Tentar organizar o tempo*”, como destacado nas falas, é difícil diante de muitas responsabilidades e prioridades. Planejar, comprar, higienizar, armazenar, preparar e servir alimentos, além de limpar e atender restrições alimentares, compõem uma lista extensa de tarefas<sup>2,27</sup>. Esses arranjos também dependem dos horários de serviços essenciais, como creches, escolas e supermercados. Por isso, organizar o tempo exige sacrifícios e agenciamentos<sup>23</sup>.

Cozinhar demanda tempo e “*ficar o dia todo na cozinha*” é considerado algo negativo para as participantes. São horas em pé, planejando, executando e adaptando tarefas<sup>27</sup>. Além disso, a “*falta de tempo para as compras*” limita o acesso a alimentos em casa diante do tempo necessário para percorrer longas distâncias. Nos grupos focais, foi observado que as participantes consideram que o “*trabalho de dona de casa toma tempo*”, exigindo muitas horas e impactando o tempo disponível para tratar de demandas alimentares.

Em alguns casos o uso de alimentos industrializados é uma estratégia de otimização do tempo de preparo e consumo, ainda que estes impactem na saúde. Assim, destaca-se que o consumo de alimentos industrializados e de conveniência em detrimento de alimentos in natura e preparações culinárias, é impulsionado pela falta de compartilhamento do trabalho doméstico, que sobrecarrega as mulheres e reduz o tempo dedicado à alimentação<sup>33</sup>.

Observa-se que as desvantagens relativas a alta carga de trabalho e falta de tempo, nos domicílios chefiados por mulheres, negras e em extratos mais baixos de renda, contribuem para a IA<sup>13,14</sup>. Portanto, quando há uma distribuição de tempo equitativa entre os conjugues e condições financeiras e materiais a situação de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) do domicílio é maior<sup>14</sup>.

### **Baixo acesso físico à alimentos, renda baixa e alto custo dos alimentos**

O acesso físico e econômico aos alimentos é um dos principais fatores que definem níveis de SAN, ou seja, a capacidade de obter alimentos em quantidade e qualidade adequadas<sup>34</sup>. O acesso físico envolve disponibilidade e acessibilidade (tempo, distância e mobilidade), influenciando as decisões de compra<sup>35</sup>. A ação combinada de fatores estruturais, alguns já descritos, limita o acesso aos alimentos e afeta proeminentemente as mulheres negras que enfrentam maiores incidências de IA no país<sup>13</sup>.

O baixo acesso físico à alimentos foi apontado pelas participantes como um desafio, refletindo na oferta de alimentos disponível no AAD. O relato “*ser refém do que está disponível*” evidencia a dependência dos comércios locais e dos tipos de alimentos oferecidos no ambiente alimentar comunitário. Portanto, as fontes alimentares urbanas dependem do

mercado, das políticas sociais e econômicas e da infraestrutura, fatores que influenciam o ambiente<sup>25</sup>.

No Brasil, regiões com maior proporção de domicílios de pessoas negras, com menor escolaridade e menor renda apresentam menor disponibilidade de frutas e verduras. Quando disponíveis, os alimentos in natura costumam ser de baixa qualidade<sup>36,37</sup>. Isso afeta as mulheres que vivem em territórios vulnerabilizados e enfrentam dificuldades de acesso a alimentos saudáveis devido à falta de serviços públicos, infraestrutura urbana e estabelecimentos adequados<sup>37</sup>.

Entre os problemas de disponibilidade de alimentos, destacaram-se nas falas “*a falta de alimentos de qualidade*”, a “*falta de alimentos orgânicos*” e a “*falta de variedades de alimentos regionais*”. Apenas duas participantes relataram comprar orgânicos; as demais mencionaram dificuldade de acesso por não terem feiras próximas. As feiras livres são importantes para aquisição de alimentos frescos e orgânicos, incentivando o consumo de produtos in natura e sem agrotóxicos<sup>38,39</sup>. No caso dos alimentos regionais, comuns nas feiras e parte da cultura brasileira, a sua disponibilidade para a população também é impactada pelas políticas de mercado que desestimulam a produção por pequenos agricultores<sup>40</sup>.

A “*falta de alimentos*” em casa também foi destacada nos grupos, seja por situações de pobreza vivenciadas em momentos da vida ou a falta de tempo para realização das compras. A presença de alimentos frescos em casa é crucial para a saudabilidade do AAD, pois favorece o consumo<sup>1</sup>. Contudo, a ausência de alimentos pode indicar situações de IA, muitas vezes grave, enfrentada por muitas mulheres negras devido a restrições econômicas e vulnerabilidades associadas ao racismo e sexismo<sup>30</sup>.

Distâncias entre casa, comércio, redes de abastecimento e oferta influenciam as escolhas alimentares<sup>38,36</sup>. As participantes relataram “*recorrer a grandes supermercados*” pois feiras e sacolões não eram próximos dos domicílios. No Brasil urbano, as compras ocorrem principalmente em supermercados e pequenos mercados, que vendem alimentos ultraprocessados, facilitando seu consumo<sup>36,42</sup>. Morar perto de feiras favorece o acesso a alimentos in natura, ao contrário dos desertos e pântanos alimentares, áreas com pouca oferta de alimentos frescos e muitos ultraprocessados<sup>1,36,38</sup>.

Na ausência de estabelecimentos que vendam alimentos saudáveis, as pessoas percorrem longas distâncias, condicionadas à rotina e grau de mobilidade<sup>38,37</sup>. Algumas participantes relataram “*não ter veículo próprio*”, dependendo de transporte público, carona ou caminhada para fazer as compras de alimentos. No Brasil as mulheres negras são as que mais utilizam o

transporte público e enfrentam dificuldades para acessar à cidade devido à baixa qualidade desse serviço, o que as prejudica ainda mais<sup>37,41</sup>.

A renda baixa é um dos principais fatores que comprometem o acesso aos alimentos, pois limita o que pode ser adquirido e consumido no domicílio. Pessoas em melhores condições econômicas têm mais chances de adotar padrões alimentares saudáveis, enquanto a vulnerabilidade econômica restringe o poder de compra, levando ao consumo de alimentos mais baratos, menos nutritivos e mais monótonos<sup>36</sup>.

A disposição de recursos na sociedade é profundamente influenciada por questões raciais e de gênero. A marginalização das mulheres negras no sistema capitalista aprofunda suas vulnerabilidades e comprometem sua renda e qualidade de vida<sup>8,12</sup>. Embora a renda não seja o único fator da SAN, no capitalismo ela é essencial para garantir o acesso à alimentação no domicílio, em um sistema que trata o alimento como mercadoria<sup>30,36,43</sup>.

“*Não ter dinheiro*” foi apontado nos grupos focais como um obstáculo à compra de alimentos. Questões como “*salário baixo*” e “*necessidade de aumento de salário*” revelam que a renda atual é insuficiente para garantir a sobrevivência das mulheres negras. Em abril de 2025, por exemplo, o salário-mínimo ideal para sustentar uma família de quatro pessoas seria R\$ 6.912<sup>44</sup>. No ano de 2024, as mulheres negras receberam em média R\$ 2.079 — 38,9% a menos que mulheres não negras e 53,7% menos que homens não negros<sup>45</sup>.

A “*falta de oportunidade de emprego*” também foi citada como um aspecto que limita o acesso a alimentos em quantidade e qualidade. O mercado de trabalho brasileiro é atravessado por discriminações de gênero e raça<sup>8</sup>. Apesar de apresentarem maior taxa de ocupação do que mulheres não negras, 45,6% das mulheres negras atuam na informalidade, sem carteira assinada ou contribuição previdenciária. Além disto, a taxa de desocupação delas é das maiores entre os grupos de raça e sexo no Brasil, sendo de 10,1%<sup>45</sup>.

O salário-mínimo atual não atende à realidade das famílias brasileiras, especialmente as mononucleares e/ou chefiadas por mulheres negras. Com o “*dinheiro restrito no fim do mês*”, como destacado nos grupos, muitas não conseguem suprir suas necessidades básicas, já que despesas como água, luz, transporte, aluguel e gás também pesam no orçamento. Em abril de 2025, 53,52% do salário-mínimo da população foi comprometido apenas com itens da cesta básica, por exemplo<sup>44</sup>.

Diante de salários baixos, estratégias como “*usar o cartão de crédito*” ou “*usar o cheque especial*” são adotadas para garantir a alimentação, mesmo com risco de endividamento. Em 2024, famílias endividadadas que tinham como referência pessoas negras foram as que mais sofreram com a falta de alimentos<sup>13</sup>. Para as mulheres negras o endividamento é um recurso

para sobreviver e se alimentar, sendo estas as que mais enfrentam dificuldades para sair da inadimplência no Brasil<sup>46</sup>.

Desde o século passado, o alimento passou a ser tratado como mercadoria, com produção e distribuição dominadas por transnacionais focadas no lucro. Isso reduziu a diversidade alimentar, padronizando dietas com produtos baratos e pouco nutritivos<sup>43</sup>. A produção de alimentos in natura, regionais, orgânicos e saudáveis depende de modelos econômicos diferentes e é afetada por mudanças climáticas, tributos e inflações, o que eleva os preços e dificulta o acesso de populações de baixa renda<sup>44,47</sup>.

O alto custo dos alimentos foi relatado como um dos maiores desafios que as participantes enfrentam nos AAD. Os alimentos podem estar disponíveis nos territórios, porém se não estiverem com preços justos e alinhados à renda, dificilmente são adquiridos. A percepção de que “*o mercado está caro*” reflete o aumento dos preços dos alimentos no país, impulsionado pelo mercado global<sup>47</sup>. Isso reduz o poder de compra das famílias e compromete a qualidade e quantidade dos alimentos adquiridos. Para as participantes, “*comida de qualidade é cara*”, e a alternativa é “*comprar produtos de qualidade inferior*”, o que revela que o acesso a alimentos de qualidade tornou-se um privilégio de classe<sup>36</sup>.

As mulheres relataram que “*carnes estão caras*” e “*frutas e verduras estão caras*”. Esses alimentos, ricos em nutrientes essenciais, vêm se tornando inacessíveis para grande parte da população, especialmente para pessoas com menor renda. O Guia Alimentar para a População Brasileira recomenda o consumo desses alimentos por seu valor nutricional e cultural<sup>48</sup>. No entanto, carnes, leites, frutas e hortaliças vêm ficando mais caros que alimentos ultraprocessados, que têm menor qualidade nutricional e estão sendo consumidos pela população mais vulnerável<sup>49</sup>.

No contexto da alimentação saudável, os alimentos orgânicos se destacam, mas para as participantes “*alimentos orgânicos estão caros*”. Produzidos com foco na sustentabilidade e pouco apoiados por políticas públicas, geralmente custam mais que os convencionais. Além do difícil acesso, o preço elevado é a principal barreira para seu baixo consumo no Brasil<sup>39,37</sup>.

A percepção de que os “*itens básicos estão caros*” também foi destacada. A cesta básica inclui carnes, arroz, feijão, leite, farinha de mandioca, batata, tomate, açúcar, café, banana, óleo e manteiga. Como exemplo, no ano de 2025 o preço desses alimentos aumentou em 15 das 17 capitais brasileiras. O valor da cesta básica subiu em todas essas regiões, com variações entre 10,94% em Recife e 4,39% em Brasília. São Paulo registra o maior custo, com R\$ 909,25<sup>44</sup>.

As participantes relatam estratégias como “*comprar alimentos mais baratos*” e “*reduzir itens*” para enfrentar limitações financeiras, priorizando o básico. O baixo consumo de

alimentos in natura, especialmente frutas e verduras, está ligado a doenças crônicas, aumentando o risco para mulheres negras e de baixa renda, além da IA. A mercantilização dos alimentos no capitalismo global prejudica a saúde e aprofunda desigualdades. Por isso, aumentar a renda e reduzir preços via políticas públicas pode ser essencial para estimular o consumo desses alimentos pelas mulheres negras<sup>43,49</sup>.

## Considerações Finais

O estudo mostrou que as desigualdades de gênero, raça e classe — alimentadas pelo racismo e sexismo — criam desafios significativos para as mulheres negras e trabalhadoras nos AAD e no cuidado alimentar. Entre obstáculos identificados estão alta responsabilização, maternidade, sobrecarga, pobreza de tempo, baixo acesso físico à alimentos, renda baixa e alto custo dos alimentos. Esses desafios, enraizados no cotidiano e no trabalho doméstico e de cuidados, comprometem a alimentação adequada e saudável, aprofundam as desigualdades e afetam a qualidade de vida, a saúde e o bem-estar dessas mulheres.

Destaca-se que ter trabalho formal, qualificação profissional, remuneração justa, jornadas de trabalho equilibradas, divisão das tarefas domésticas, acesso a serviços de cuidado e tempo para lazer contribui não apenas para a SAN, mas também para a autonomia e dignidade das mulheres negras. Para isso, são essenciais políticas públicas antirracistas, antissexistas e intersetoriais que atendam às necessidades dessa população. A articulação entre a Política Nacional de Cuidados e a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, por exemplo, pode viabilizar estratégias eficazes que promovam a saúde sem aumentar a sobrecarga das mulheres.

## Referências

- i. Rosenkranz RR, Dzewaltowski DA. Model of the home food environment pertaining to childhood obesity. *Nutr Rev.* 2008;66(3):123-140.
- ii. Anigstein MS. Trabajo femenino y doble presencia como condicionante de las estrategias alimentarias familiares y los estilos de vida en hogares de Santiago de Chile. *Cad Saude Publica.* 2020;36(9):e00199819.
- iii. Ampansirirat A, Chukumnird S, Singhasem P, Suwanraj M, Phromjuang K. Mothers' cooking: perspectives of givers and takers. *Trends Sci.* 2022;19(6):2998.
- iv. Franch CM, Osiac LR, Hirsch PH, Contreras IP. Roles dentro de los entornos domésticos en Chile: la “portera alimentaria”. *Nutr Hosp.* 2024;41(4):873-878.
- v. FIAN Colômbia. Cuaderno de Trabajo °1 Sin derecho al cuidado, no hay processo alimentario, 2024.

- vi. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Informativo sobre Outras Formas de Trabalho:2022*. Rio de Janeiro: IBGE; 2023.
- vii. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Informativo Estatísticas de gênero :indicadores sociais das mulheres no Brasil. 3.ed*. Rio de Janeiro: IBGE; 2024.
- viii. Silva TD. Mulheres negras, pobreza e desigualdade de renda. In: Marcondes MM, Pinheiro L, Queiroz C, orgs. *Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Brasília: Ipea; 2013. p. 109–131.
- ix. Picanço F, Araújo CMO, Sussai MC. Papéis de gênero e divisão das tarefas domésticas segundo gênero e cor no Brasil: outros olhares sobre as desigualdades. *Rev Bras Estud Popul*. 2021;38:1-31.
- x. Goes FL, Costa FM, Ribeiro TS, Pereira CF. Equidade racial e a agenda de cuidados no Brasil. In: Camarano AA, Pinheiro L, orgs. *Cuidar, verbo transitivo: caminhos para a provisão de cuidados no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea; 2023. p. 79-136.
- xi. Garcia BC, Marcondes GS. As desigualdades da reprodução: homens e mulheres no trabalho doméstico não remunerado. *Rev Bras Estud Popul*. 2022;39:1-23.
- xii. González L. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: Rios F, Lima M, orgs. *Por um feminismo afro-latinoamericano: Lélia González*. 1ª ed. São Paulo: Zahar; 2020. p. 79-94.
- xiii. Rede Penssan. *II VIGISAN Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil – Suplemento II: Insegurança Alimentar e Desigualdades de raça/cor/pele e gênero*. 1. ed. – São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2023.
- xiv. Braga C, Costa L. Time use and food insecurity in female-headed households in Brazil. *Rev Bras Estud Popul*. 2022;39:1-23.
- xv. Brasil. Lei nº 15 069, de 23 de dezembro de 2024. Institui a Política Nacional de Cuidados. Diário Oficial da União [Internet]. 24 dez 2024; Seção 1:Art. 1-14.
- xvi. Küchemann BA, Bandeira LM, Almeida TMC. A categoria gênero nas ciências sociais e sua interdisciplinaridade. *Rev CEAM*. 2015;3(1):63-81.
- xvii. Pereira BCJ. Sobre usos e possibilidades da interseccionalidade. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*. 2021 Sep-Dec;21(3):445-454
- xviii. Crenshaw K. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. *Estudos Feministas*. 2002;10(1):171–188.
- xix. Prates LA, Ceccon FG, Alves CN, Wilhelm LA, Demori CC, Silva SC, et al. A utilização da técnica de grupo focal: um estudo com mulheres quilombolas. *Cad Saude Publica*. 2015;31(12):2483-2492.

- xx. Trad LAB. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. *Physis (RJ)*. 2009;19(3):777-796.
- xxi. Braun V, Clarke V. Using thematic analysis in psychology. *Qual Res Psychol*. 2006;3(2):77-101.
- xxii. Garcia SA, Ferreira JL. Análise de conceito e análise temática na pesquisa qualitativa em educação. *Deb Educ*. 2022;14(36):358-378.
- xxiii. Moreira TA, Moser L. Família, trabalho do cuidado e uso do tempo: desafios para mulheres de baixa renda. *O Social em Questão*. 2019;22(43):67–94
- xxiv. Pletiskaitz, K; Salva, S. Maternidade e interseccionalidade: As implicações de gênero, raça e classe na sociedade contemporânea. In: Salva S, Mattos, RS, Martinez LS, orgs. *Memórias, arte e (re) existências: infâncias em tempos de pandemia de Covid-19 e em outros tempos*. 1ª ed. Foz do Iguaçu: Claec Editora; 2022. p. 64-76.
- xxv. Renk VE, Buziquia SP, Bordini ASJ. Mulheres cuidadoras em ambiente familiar: a internalização da ética do cuidado. *Cad Saude Coletiva*. 2022;30(3):416-423.
- xxvi. Oliveira MS, Unsain RAF, Sato PM, Uliana MD, Scagliusi FB. Mulheres Comem, Mães Cozinham: uma aproximação da construção da maternidade e das práticas culinárias domésticas na Amazônia Ocidental Brasileira. *Saúde Soc*. 2022;31(3):e211025.
- xxvii. Oleschuk M. Expanding the joys of cooking: How class shapes the emotional experience of family foodwork. *Gender Work Organ*. 2024;31(3):885-902.
- xxviii. Silva GAP, Costa KAO, Giugliani ERJ. Infant feeding: beyond the nutritional aspects. *J Pediatr (Rio J)*. 2016;92(3 Suppl 1):S2–S7.
- xxix. Brasil. Ministério das Mulheres. Relatório Anual Socioeconômico da Mulher – RASEAM 2025 Ano VIII. Brasília, 2025.
- xxx. Santos LA, Ferreira AA, Pérez-Escamilla R, Sabino LL, Oliveira LG, Salles-Costa R. Interseções de gênero e raça/cor em insegurança alimentar nos domicílios das diferentes regiões do Brasil. *Cad Saude Publica*. 2022;38(11):e00130422.
- xxxi. Pinho PS, Araújo TM. Association between housework overload and common mental disorders in women. *Rev Bras Epidemiol*. 2012;15(3):560–572.
- xxxii. Silva MSL, Dantas MCS, Araújo JPS, Andrade LDF, Lima GBM, Santos NCCB, et al. Um olhar além da beleza da maternidade: Burnout materno. *Saude Coletiva (Barueri)*. 2022;12(83):12116–12127
- xxxiii. Raj S, Suvadarsini A, Mishra BB. Role, relevance and significance of convenience food: a literature review approach. *Global Media J India Ed*. 2021;19(41):253.

- xxxiv. Brasil. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União; 18 set 2006.
- xxxv. Turner C, Aggarwal A, Walls H, Herforth A, Drewnowski A, Coates J, et al. Concepts and critical perspectives for food environment research: a global framework with implications for action in low- and middle-income countries. *Glob Food Sec.* 2018;18:93-101.
- xxxvi. Cunha CML, Canuto R, Rosa PBZ, Longarai LS, Schuch I. Associação entre padrões alimentares com fatores socioeconômicos e ambiente alimentar em uma cidade do Sul do Brasil. *Cien Saude Colet.* 2022;27(2):687-700.
- xxxvii. Antrum C, Atoloye A, Ajayi O, Holter D, Singerman D, Cooksey Stowers K. Black and Latina women’s lived experiences with navigating neighborhood food swamps to find healthy food: a photovoice approach. *J Hum Behav Soc Environ.* 2024;1–19.
- xxxviii. Rocha LL, Bulhões FM, Jardim MZ, Melo GBV, Honório OS, Friche AAL, et al. Acesso físico às feiras de orgânicos municipais em favelas de Belo Horizonte, Minas Gerais. *Demetra: Aliment Nutr Saúde.* 2024;19:e71469.
- xxxix. Garcia AR, Campos PRLA, Amichi KR, Paixão MPCP, Nogueira LRP, Soprani MA, et al. Barreiras e fatores determinantes ao consumo de alimentos orgânicos: uma análise de perfil e preferências em feiras livres de uma capital. *Nutr Bras.* 2024;23(4):1119-1133
- xl. Silva L, Louzada M, Levy RB. Disponibilidade domiciliar de alimentos regionais no Brasil: distribuição e evolução 2002–2018. *Segur Aliment Nutr.* 2022;29:1-14.
- xli. Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (IPTD). Transporte para Todas: gênero e raça na mobilidade urbana — Resumo Executivo. São Paulo: ITDP Brasil; 2022.
- xlii. Vasconcelos TM, Pereira KSF, Tahim JC, Sichieri R, Bezerra IN. Locais de aquisição de alimentos nas áreas urbanas e rurais do Brasil. *Rev Bras Epidemiol.* 2024;27:e240047.
- xliii. Teixeira LSC. A fome na reprodução do capital: uma análise do alimento-mercadoria. *Katálysis.* 2022;25(3):449–62.
- xliv. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Custo da cesta básica tem alta em 13 capitais e redução em 14 [Internet]. São Paulo: DIEESE; 2025 abr 8.

- xliv. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). *Apesar dos avanços, desigualdade racial de rendimentos persiste* [Internet]. Boletim Especial 20 de novembro de 2024.
- xlvi. Batista WM. Endividamento ou fome: a escolha que muitas mulheres precisam fazer no Brasil. *FADISP*. 2023 dez 11.
- xlvii. Baccarin JG, Oliveira, JÁ. Inflação de alimentos no Brasil em período da pandemia da Covid-19, continuidade e mudanças. *Segur Aliment Nutr*. 2021;28:1-14.
- xlviii. Brasil. Ministério da Saúde; Secretaria de Atenção à Saúde; Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2014. 156 p.
- xlix. Claro RM, Maia EG, Costa BVL, Diniz DP. Preço dos alimentos no Brasil: prefira preparações culinárias a alimentos ultraprocessados. *Cad Saúde Pública*. 2016 Aug;32(8):e00104715.

## 6.4 ARTIGO IV

### **Mulheres e ambiente alimentar doméstico: um modelo interseccional validado<sup>16</sup>**

**Resumo:** Este estudo objetivou validar um modelo teórico de análise das experiências femininas em ambientes alimentares domésticos sob uma ótica Interseccional. O modelo foi elaborado com base na técnica de Elaboração Significativa do Modelo Teórico e contou com a Interseccionalidade como referencial teórico-metodológico. O processo incluiu nove etapas, entre elas a realização de grupos focais com mulheres negras de diferentes regiões do país e a validação do modelo por painel de especialistas a partir da técnica Delphi e de Validação de Conteúdo. O modelo passou por três rodadas de avaliação, alcançando Índice de Validade de Conteúdo igual a 1,0, o que indica consenso quanto à clareza, relevância, representatividade e abrangência do constructo. O modelo validado destaca que as dinâmicas do ambiente alimentar doméstico resultam de interseções entre gênero, raça e classe e que as mulheres lidam com a alimentação conforme sua realidade material e condições impostas por uma sociedade racista, sexista, patriarcal e capitalista. O modelo proposto contribui metodologicamente ao oferecer uma ferramenta analítica para compreender as experiências de mulheres negras e subsidiar políticas públicas de alimentação e nutrição pautadas na equidade racial e de gênero e que reconheçam a essencialidade do trabalho de cuidado.

**Palavras-chave:** Mulheres; Interseccionalidade; Ambiente Alimentar; Modelo Teórico; Alimentação e Nutrição

#### **Introdução:**

O ambiente alimentar doméstico (AAD) é central nas práticas alimentares cotidianas e na relação mais direta entre as pessoas e o sistema alimentar. Ele reflete dinâmicas socioculturais, econômicas e políticas que influenciam as decisões alimentares no domicílio. Composto por elementos da vida doméstica e familiar, o AAD se articula com fatores do ambiente alimentar comunitário (AAC) — como disponibilidade, acessibilidade, acesso econômico e marketing — (Rosenkranz; Dzewaltowski, 2008). Assim, desempenha papel essencial nos hábitos alimentares e na relação entre indivíduos, família e comunidade.

A gestão e o preparo dos alimentos no domicílio foram historicamente naturalizados como trabalho feminino, integrado às atividades domésticas e de cuidado. Esse trabalho é central na reprodução social, pois supre necessidades básicas não apenas orgânicas, mas também emocionais, exigindo planejamento, criação de estratégias, dedicação de tempo, esforço físico e mental. As mulheres são as principais mediadoras das condições materiais e imateriais que envolvem a alimentação doméstica — da escolha à aquisição, preparo e consumo (Anigstein, 2020; Silva; Recine, 2023).

---

<sup>16</sup> Artigo ainda não submetido.

Apesar de essencial, esse trabalho é subvalorizado e reforçado por estruturas racistas, sexistas e patriarcais que mantêm a invisibilidade e a divisão racial e sexual do trabalho doméstico (Goes; Costa; Ribeiro; Pereira, 2023). Dados do IBGE (2024) evidenciam que as mulheres dedicam mais tempo ao trabalho doméstico e de cuidados que os homens (21,3 horas contra 11,7 horas), sendo as negras as mais sobrecarregadas, inclusive nas tarefas alimentares (Picanço; Araújo; Covre-Sussai, 2021). Além disto, o processo de feminização e racialização da pobreza (Santos; Diotto, 2024) impacta as condições de vida das mulheres negras e suas relações com o AAD, tornando-as mais vulneráveis à Insegurança Alimentar e (IBGE, 2025)

Compreender as experiências femininas no AAD e suas interseções com raça e classe é fundamental para analisar as barreiras no fomento a ambientes alimentares saudáveis. Nesse sentido, instrumentos teóricos analíticos contribuem para a articulação de conceitos e relações que permitam examinar essa realidade complexa. Os modelos teóricos, enquanto sistemas hipotético-dedutivos, possibilitam representar determinados fenômenos e analisá-los (Bunge, 2020). A Interseccionalidade também, pode atuar como um referencial necessário para compreensão dos efeitos combinados do racismo, sexismo, patriarcado e classe social na realidade social (Crenshaw, 2002).

A articulação entre ambos possibilita identificar as vulnerabilidades presentes nas experiências femininas, subsidiando políticas públicas mais assertivas que reconheçam o AAD e o cuidado como elementos centrais para os sistemas alimentares e a saúde pública. Assim, este estudo teve como objetivo validar, por meio de um painel de especialistas, um modelo teórico analítico das experiências femininas em ambientes alimentares domésticos sob uma ótica interseccional.

### **Metodologia:**

Foi realizado um estudo metodológico (Galvão et al., 2022), desenvolvido a partir da técnica “Elaboração Significativa do Modelo Teórico”, proposta por Souza Filho e Struchiner (2021). Esta abordagem enfatiza a ação participativa do pesquisador, a importância de reflexões constantes sobre os elementos do modelo, suas atualizações e aprofundamentos (Souza Filho; Struchiner, 2021). O estudo adotou a Interseccionalidade como referencial teórico-metodológico, como uma lente de análise das consequências estruturais das articulações entre diferentes eixos de opressão social, tais como raça, gênero e classe (Crenshaw, 2002).

O estudo seguiu os sete passos de Souza Filho e Struchiner (2021), incluindo mais dois<sup>17</sup>, totalizando nove. Estes foram: 1) Identificação e delimitação do estudo; 2) Resgate cognitivo e tempestade de ideias; 3) Representação inicial do modelo teórico; 4) Revisão de literatura sobre

o tema; 5) Estruturação do modelo teórico; 6) Estudo empírico para coleta de dados; 7) Reestruturação do modelo teórico; 8) Submissão do modelo teórico a especialistas; 9) Reestruturação e finalização.

Houve aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília (CAAE 59327622.6.0000.0030), e todas as pessoas participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e Termo de Uso de Voz e Imagem, quando necessário.

### Desenvolvimento do modelo

Inicialmente, definiu-se o objeto de estudo (experiências femininas em ambiente alimentares domésticos), adotando a Interseccionalidade como pilar teórico metodológico (etapa 1). Elaboraram-se esquemas gráficos registrando conceitos e relações sobre o tema a partir de conhecimentos e leituras prévias sobre relações de gênero, trabalho feminino, alimentação, nutrição e interseccionalidade (etapa 2). Em seguida, criaram-se representações gráficas do modelo (etapa 3) a partir de recursos visuais para favorecer a sua compreensão, conforme sugerem Bunge (2020) e Souza Filho e Struchiner (2021).

Em seguida, realizou-se uma revisão de literatura narrativa (Cavalcante; Oliveira, 2020) (etapa 4) no *PubMed*, *SciELO* e *Google Acadêmico*. Utilizou-se os descritores em português, inglês e espanhol: ambiente alimentar doméstico, gênero, mulheres, acesso a alimentos, mulheres negras e mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Consultou-se também documentos do Ministério da Saúde, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. Foram utilizados materiais publicados entre 2005 e 2022, os quais foram lidos, fichados e organizados. Os achados da revisão de literatura foram comparados à representação, possibilitando uma estruturação mais sólida (etapa 5) e resultando em um modelo inicial.

Na etapa 6, realizaram-se duas sessões de grupos focais online com o total de oito mulheres de organizações da sociedade civil, para explorar as experiências em AAD. Após contato via e-mail, telefonema e redes sociais com movimentos feministas e de ativismo alimentar (total de 18 organizações), cinco organizações indicaram representantes para participação nos grupos focais. É importante pontuar que o perfil das participantes tratou-se de mulheres negras. Estas foram as mais interessadas em participar e contribuir com o estudo.

---

<sup>17</sup> Etapa 6 e 7 foram incluídas pelos pesquisadores.

Participaram mulheres maiores de 18 anos, residentes nos estados do Amazonas, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Bahia. As participantes eram quatro mulheres pretas e quatro pardas; seis trabalhavam fora de casa, uma estava aposentada e outra sem ocupação.

As duas sessões de grupo focal duraram cerca de 1h30h cada e ocorreram via *Zoom Meet*. A primeira, contou com a participação de sete mulheres das oito mulheres e abordou o tema “vivências no ambiente alimentar doméstico”. Na segunda estiveram presentes cinco das oito participantes e discutiu-se o tema “acesso e disponibilidade: o ambiente alimentar doméstico em geral”. As falas foram analisadas conforme Análise Temática, de Braun e Clarke (2006), e os dados foram incorporados ao modelo, realizando-se uma reestruturação e criação de um novo modelo (etapa 7).

### Validação do modelo

Submeteu-se o modelo atualizado a um painel de especialistas utilizando a *Técnica Delphi* e de Validação de Conteúdo (etapa 8). A técnica Delphi busca consenso por meio da escuta de especialistas, com rodadas sucessivas até atingir concordância (Shang, 2023). A validação de conteúdo baseia-se na avaliação dos especialistas acerca da clareza, representatividade, relevância e abrangência do constructo (Almanasreh; Moles; Chen, 2019). Assim, o estudo utilizou as recomendações das duas técnicas para alcançar uma avaliação mais apurada do modelo.

A seleção dos especialistas considerou autores com publicações sobre ambiente alimentar, gênero, interseccionalidade, alimentação e nutrição, com formação superior em Nutrição e pós-graduação em nível de doutorado. Foram realizadas três rodadas de avaliação do modelo, via *Google Forms*. O convite, o modelo, o link do formulário e os materiais norteadores foram encaminhados por e-mail. Das 17 pessoas convidadas, 14 aceitaram participar do estudo. Todas as 14 eram mulheres; 28,6% se autodeclararam pretas, 42,9% pardas e 28,6% brancas; 14,3% residiam no Centro-Oeste, 35,7% do Nordeste e 50% do Sudeste.

Os formulários encaminhados nas três rodadas continham questões fechadas em escala *Likert* de quatro pontos, adotada conforme as recomendações de Alexandre e Coluci (2011) e de Almanasreh, Moles e Chen (2019), que ressaltam a sua importância para o cálculo do Índice de Validade de Conteúdo (IVC). As questões avaliavam a clareza, relevância, representatividade, abrangência e a representação gráfica do modelo, conforme os autores. Os dois primeiros formulários incluíram também espaço para comentários das especialistas. As respostas da escala variaram entre ‘não claro’ a ‘bastante claro’ e ‘não relevante’ a ‘bastante

relevante’, incluindo a categoria intermediária “claro com necessidade de ajustes” e ‘relevante com necessidade de ajustes’.

Na primeira rodada, o questionário com 21 questões foi respondido por 14 avaliadoras, com prazo máximo de três semanas para respostas. Com base nos resultados, o modelo foi reestruturado e submetido à segunda rodada junto com a síntese dos resultados da primeira rodada. Nessa fase, um novo formulário — também com 21 questões — foi respondido por 10 especialistas, cujo os dados analisados resultaram em uma nova reestruturação do modelo e elaboração da sua versão final.

Os comentários foram agrupados nas categorias: **sobre uso das terminologias, sobre as relações entre elementos do modelo, sobre a presença das intersecções de raça, gênero e classe; sobre a necessidade maiores reflexões; sobre a inclusão de novos elementos e sobre os ajustes visuais.** Estes foram lidos e analisados qualitativamente, servindo de contribuição para as reestruturações realizadas na primeira e segunda etapa.

Na terceira rodada, foram encaminhados o modelo final, o formulário, o material norteador e uma síntese dos resultados da segunda rodada. O formulário continha 10 questões fechadas e foi respondido por 6 especialistas. Nessa etapa, foram realizadas afirmações sobre o modelo que deveriam ser respondidas com: “1) discordo totalmente, 2) discordo em grande parte, 3) concordo em grande parte, 4) concordo totalmente”.

As respostas das questões fechadas foram tabuladas e analisadas estatisticamente, com cálculos de frequência absoluta, porcentagem e IVC (Shang; 2023; Alexandre; Coluci; 2011; Almanasreh; Moles, Chen; 2019). O IVC foi calculado a partir da soma das respostas positivas (3 e 4), dividido pelo número total de respostas e o valor mínimo de 0,8 foi adotado como grau de concordância (Alexandre; Coluci; 2011; Almanasreh; Moles, Chen; 2019). Os resultados serão apresentados a seguir.

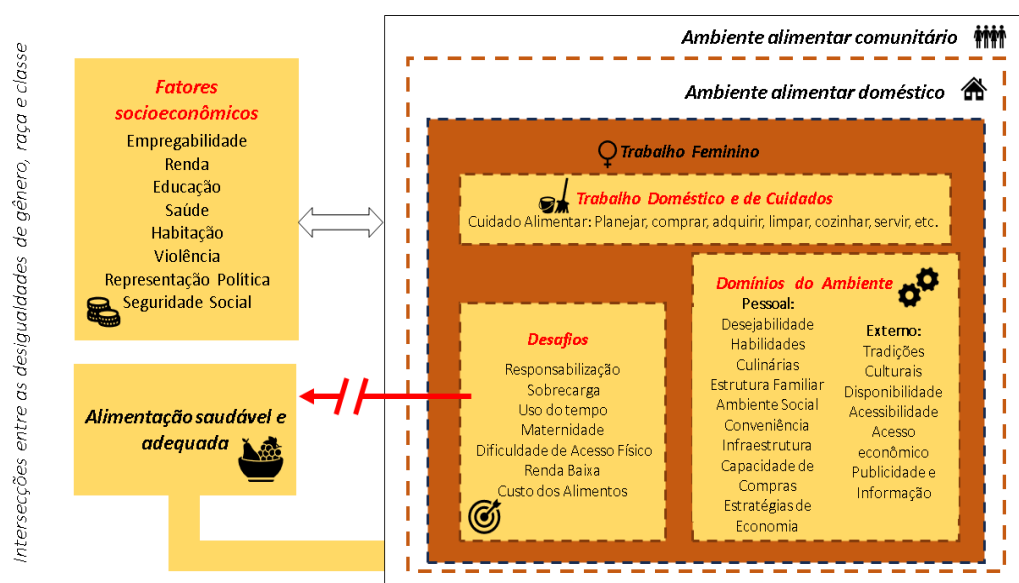
## **Resultados e discussão:**

O modelo desenvolvido passou por três rodadas de análise, passando por duas reestruturações para atender as sugestões das especialistas. Nesta sessão serão apresentados os resultados da validação e as alterações realizadas no modelo. Em seguida, o modelo validado final será apresentado.

## Validação do modelo

O constructo encaminhado na primeira fase contava com as intersecções entre as desigualdades de gênero, raça e classe como plano de fundo para as relações e processos que envolviam as experiências femininas em AAD (figura 1).

Figura 1. Modelo encaminhado na primeira rodada



Elaboração: Autoras (2024)

O modelo era composto por algumas esferas: o AAD, os fatores socioeconômicos, o AAC, o trabalho feminino, o trabalho doméstico e de cuidados, desafios e domínios do ambiente, contando também com um desfecho (alimentação saudável e adequada). Os fatores socioeconômicos, resultantes das desigualdades de gênero, raça e classe, foram considerados influenciadores das relações das mulheres com os ambientes. A linha pontilhada entre AAD e AAC indicava a interdependência e continuidade de ambos. O trabalho feminino, central nesse processo, abrange o trabalho doméstico e de cuidados, além dos desafios presentes nos domínios do ambiente. A seta interrompida representa as barreiras ao alcance de uma alimentação saudável e adequada.

Em uma avaliação geral (tabela 1) os resultados do IVC da primeira rodada, demonstraram que a clareza deste modelo (0,71) e sua representação gráfica (0,85) necessitavam de ajustes para que se alcança-se um nível de concordância e satisfação entre os especialistas. As mudanças, segundo os comentários, giravam em torno dos conceitos, termos

e relações envolvidas. Nesse sentido, os cálculos dos índices relativos à avaliação da clareza de todas as dimensões foram abaixo do valor satisfatório: fatores socioeconômicos (0,78); AAD (0,64); domínios externo e interno do AAD (0,64); desafios (0,78).

Tabela 1. Resultados da primeira e segunda rodada de avaliação geral modelo

Qualidades	Escala Likert	Rodada 1			Rodada 2		
		Porcentagem (%)	Frequência absoluta	IVC	Porcentagem (%)	Frequência absoluta	IVC
Clareza	1. Não claro	7,1	1	0,71	0	0	0,8
	2. Pouco claro	21,4	3		20	2	
	3. Claro	57,1	8		50	5	
	4. Bastante Claro	14,3	2		30	3	
Representação gráfica	1. Não adequada	0		0,85	0	0	0,8
	2. Pouco adequada	14,3	2		20	2	
	3. Adequada, mas necessita de alguns ajustes	64,3	9		40	4	
	4. Bastante adequada	21,4	3		40	4	
Relevância	1. Não relevante	0	0	1	0	0	1
	2. Pouco relevante	0	0		0	0	
	3. Relevante, mas alguns ajustes são necessários	42,9	6		40	4	
	4. Bastante relevante	57,1	8		60	6	
Representatividade	1. Não representativo	0	0	1	0	0	1
	2. Pouco representativo	0	0		0	0	
	3. Representativo, mas alguns ajustes são necessários	64,3	9		50	5	
	4. Bastante representativo	35,7	5		50	5	
Abrangência	1. Não abrangente	0	0	1	0	0	1
	2. Pouco abrangente	0	0		0	0	
	3. Abrangente, mas alguns ajustes são necessários	78,6	11		30	3	
	4. Bastante abrangente	21,4	3		70	7	

Fonte: Elaboração das autoras (2025)

As especialistas destacaram a necessidade de desmembrar os fatores socioeconômicos, diferenciando os coletivos (vivenciados pelas mulheres de modo geral) dos individuais (pertencentes ao núcleo familiar), sugerindo a inclusão de um tópico sobre as “características individuais da mulher e da família”.

Destacou-se a importância de incluir no modelo fatores estruturais como racismo, sexismo e patriarcado, essenciais para compreender as experiências sociais. No Brasil, a formação sociocultural e econômica resulta das interações históricas entre esses fatores (González, 2020). Para Kilomba (2019) raça e gênero são inseparáveis porque ambos influem na experiência de um e de outro. Por isto, ao promover desigualdades a estrutura racista, sexista e patriarcal cria mecanismos que marginalizam as mulheres negras na sociedade (González, 2020).

Uma crítica quase unânime foi sobre a falta de clareza dos itens do AAD e seus domínios interno e externo. As especialistas sugeriram que os elementos do “domínio externo” fossem incorporados ao AAC e apresentados fora do AAD. Nesse sentido, a concepção de “território” foi apontada como crucial para situar o AAD em um contexto comunitário, espacial e social, sendo esta inclusa no modelo. O território manifesta os processos envolvidos nas formas de construir e viver o espaço, reverberando nas condições de vida e no cotidiano dos indivíduos, sendo crucial para as análises em saúde (Monken, 2024).

Ressaltou-se a necessidade de um conceito ampliado de cuidado, que abrangesse demandas além da alimentação. O cuidado envolve trabalho material, técnico e emocional voltado às necessidades das pessoas (Hirata; Kergoat, 2020). Nesse sentido, a noção de “políticas públicas de apoio ao cuidado” também foi abordada como algo imperativo para as experiências das mulheres nos AAD. O Estado é o único agente capaz de instituir políticas públicas para socialização do cuidado, diminuindo a sobrecarga das mulheres (Posthuma, 2021), por isso a presença ou ausência de tais políticas interferem nas relações das mulheres com o cuidado alimentar no AAD.

As especialistas apontaram também a imprecisão de algumas terminologias e destacaram a necessidade de adjetivar os desafios para caracterizá-los como fatores limitantes. Nesse sentido, as noções de “alto” e “baixo” foram consideradas úteis para qualificar certos desafios. A concepção de “maternidade” e o “uso do tempo” também foram citadas como amplos e pouco consistentes, por não explicitarem as dificuldades vividas.

Nesse ponto, a noção de maternidade foi substituída por “maternagem”. A maternagem é considerada o processo de cuidado e criação dos filhos, tendo a mãe como a principal responsável. Ou seja, a maternagem não é uma condição biológica, mas uma construção sociocultural e histórica, associada as vivências do papel materno (Vieira; Ávila, 2018). Já a expressão “uso do tempo” foi substituída por “pobreza de tempo”, já que esta é resultado da distribuição desigual do tempo por homens e mulheres, devido à sobrecarga das tarefas domésticas e de cuidados realizado pelas últimas (Hyde; Greene; Darmstadt, 2020).

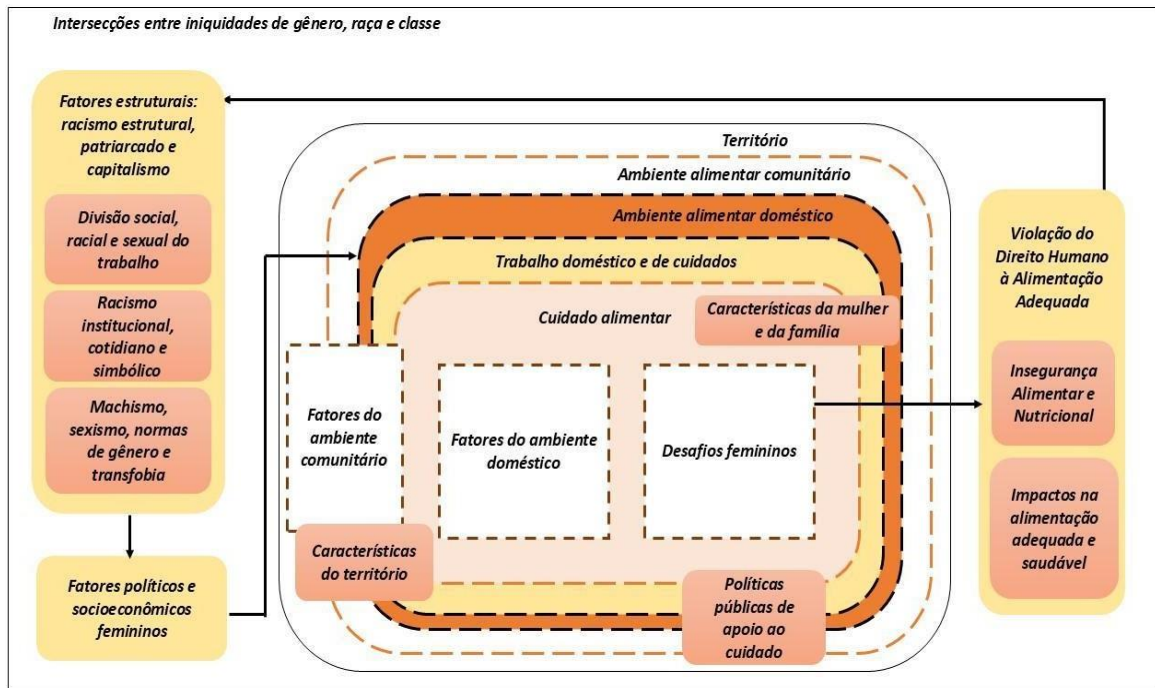
Sugriu-se ampliar a ideia de “alimentação saudável e adequada” de modo a inserir outras noções essenciais, que dialogavam com acesso e a garantia da alimentação no Brasil. Por tanto, foram inclusas as concepções de “violação ou garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada”, “(In)Segurança Alimentar e Nutricional” e “impactos na alimentação adequada e saudável”, como desfechos das relações presentes no modelo.<sup>18</sup> A inclusão desses conceitos buscou ampliar a noção de alimentação como um direito a ser garantido de forma adequada, justa e permanente (Brasil, 2006) entre diferentes mulheres.

Tais observações, somadas a outros apontamentos, demonstraram a necessidade de a reestruturação do constructo para maior coerência com a proposta do estudo, além de modificações gráficas que representassem melhor a interação entre os elementos. O modelo foi reestruturado (figura 2), e encaminhado para nova avaliação, junto com um quadro mais detalhado dos itens.

---

<sup>18</sup> Dependendo da análise realizada o uso dos termos podem variar positiva e negativamente.

Figura 2. Modelo reestruturado após a primeira rodada



Fonte: Elaboração das autoras (2025)

Figura 3. Quadro do modelo criado após a primeira rodada



Fonte: Elaboração das autoras (2025)

Os resultados da segunda rodada do painel, revelaram avanços, sobretudo no quesito clareza, cujo o IVC passou de 0,71 para 0,8. Contudo, pontos do modelo ainda necessitaram de ajustes. O “AAD” e os itens “fatores externos ao ambiente” e “fatores internos ao ambiente”, obtiveram os IVC de 0,7 ambos, o que apontou a carência de melhorias para alcance da concordância. A análise dos comentários, indicaram sugestões conceituais e relacionais para aprimorar a clareza dos itens.

Sobre o componente “fatores externos ao ambiente”, considerou-se que este deveria ser englobado ao AAC e retirado totalmente da esfera do ambiente doméstico. Apesar do território e do AAC estarem interligados, observou-se a necessidade de elucidar as características individuais de cada item. Observou-se também a importância de relacionar o território aos fatores estruturais da sociedade, pois o contexto espacial depende de sua organização social, cultural, política e econômica (Prado; Caetano, 2024).

Apontou-se a necessidade de redefinir e incluir termos para maior coerência, como a substituição de “fatores políticos e socioeconômicos femininos” por “determinantes socioeconômicos das condições de vida da população feminina e negra”. Este último engloba os determinantes que afetam simultaneamente as experiências das mulheres e das pessoas negras.

Para as especialistas, a ideia de “redes de apoio” deve ser um ponto de conexão entre o território, o AAC e o AAD, já que as elas são potenciais soluções para aliviar a sobrecarga de trabalho feminina com os cuidados (Renk; Buzinia; Bordini, 2022). Por isto, tal noção foi incorporada ao tópico “políticas públicas de cuidado”.

Apesar dos níveis de concordância deste modelo, a sua representação gráfica foi um ponto crítico que continuou sendo sinalizado pelos especialistas. Ao contrário do modelo anterior, o IVC relativo à clareza da representação gráfica teve uma queda, saindo de 0,85 para 0,8. Segundo os comentários, o constructo atualizado apresentava muitos itens, o que o tornava menos compreensível. O esforço de alocar todos os conceitos e relações necessárias para análise das experiências femininas em AAD, somado a análise interseccional, trouxe desafios na concepção gráfica do modelo. Deste modo, sugeriu-se retomar o AAD como elemento cêntrico do estudo, como no modelo inicial.

A partir destes pontos, e de outros sinalizados durante essa rodada, o modelo passou por uma última reestruturação que focou nos conceitos e relações essenciais para a análise das experiências. Além disto, o título do modelo foi readequado para se alinhar as experiências observadas nos grupos focais e as sugestões das especialistas, assim tornou-se “*Modelo para Análise de experiências femininas em ambientes alimentares domésticos, sob a ótica interseccional*”. Para seu melhor detalhamento, foi desenvolvido

dois materiais de apoio: um quadro com a lista de itens presentes em cada esfera e um manual de interpretação do modelo. O modelo final (figura 4), o quadro, o manual e o formulário de avaliação final, foram encaminhados para as especialistas. As respostas da avaliação podem ser observadas na tabela 2.

Figura 4. Modelo final

Modelo de Análise de Experiências Femininas em Ambientes Alimentares Domésticos sob a Ótica Interseccional



DETERMINANTES SOCIOECONÔMICOS DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO FEMININA E NEGRA	TERRITÓRIO	AMBIENTE ALIMENTAR COMUNITÁRIO	CARACTERÍSTICAS DAS PESSOAS MORADORAS DO DOMICÍLIO	ELEMENTOS-CHAVE DO AMBIENTE ALIMENTAR DOMÉSTICO	TRABALHO DOMÉSTICO E DE CUIDADOS (CUIDADO ALIMENTAR)	DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS MULHERES	POLÍTICAS PÚBLICAS E REDES DE APOIO AO CUIDADO
Inserção no mercado de trabalho	Acesso à água e saneamento básico	Acesso econômico à alimentos	Perfil da pessoa responsável	Preferências alimentares	Planejar	Responsabilização	Comunidade
Recursos financeiros			Tipo de arranjo familiar	Habilidades culinárias	Comprar	Sobrecarga	Familiares
Acesso à educação	Acesso à Energia Elétrica	Disponibilidade de alimentos	Faixa etária	Conveniência	Armazenar	Tempo	Lavanderias comunitárias
Acesso à serviços de saúde			Estado Civil	Normas de consumo	Preparar	Maternagem	Restaurantes comunitários
Geração			Número de crianças e adolescentes	Compartilhamento das tarefas	Servir	Renda	Salário-maternidade
Habitação	Acesso à sistema de transporte público	Acessibilidade aos alimentos	Escolaridade	Estrutura física do domicílio	Limpar	Acesso físico à alimentos	Licença maternidade
Violência de racial e de gênero			Posição no mercado de trabalho	Estratégias de compra e de economia			Instituições de longa permanência para idosos
Participação social	Garantia de Segurança pública	Ações de marketing e publicidade de alimentos	Condições físicas, psicológicas e biológicas	Acesso à informação	Gerir sobras e resíduos	Custo dos alimentos	Creches e escolas em tempo integral
Seguridade social				Tradições culturais e religiosas			

Fonte: Elaboração das autoras (2025)

Tabela 2. Resultados da terceira rodada do painel de especialistas

Afirmações	Escala Likert	Porcentagem (%)	Frequência absoluta	IVC
Questão 1. O modelo está claro o suficiente.	1. Discordo totalmente	0	0	1
	2. Discordo em grande parte	0	0	
	3. Concordo em Grande Parte	66,7	4	
	4. Concordo totalmente	33,3	2	
Questão 2. Os termos apresentados no modelo estão claros e adequados.	1. Discordo totalmente	0	0	1
	2. Discordo em grande parte	0	0	
	3. Concordo em Grande Parte	66,7	4	
	4. Concordo totalmente	33,3	2	
Questão 3. Os itens do modelo estão dispostos de forma clara e adequada.	1. Discordo totalmente	0	0	1
	2. Discordo em grande parte	0	0	
	3. Concordo em Grande Parte	66,7	4	
	4. Concordo totalmente	33,3	2	
Questão 4. A representação gráfica do modelo está clara e adequada.	1. Discordo totalmente	0	0	1
	2. Discordo em grande parte	0	0	
	3. Concordo em Grande Parte	83,3	5	
	4. Concordo totalmente	16,7	1	
Questão 5. Todos os itens e subitens do modelo são relevantes para a análise de experiências femininas em ambientes alimentares domésticos sob a ótica interseccional.	1. Discordo totalmente	0	0	1
	2. Discordo em grande parte	0	0	
	3. Concordo em Grande Parte	50	3	
	4. Concordo totalmente	50	3	
Questão 6. De modo geral, o modelo contempla os elementos-chaves do ambiente alimentar doméstico.	1. Discordo totalmente	0	0	1
	2. Discordo em grande parte	0	0	
	3. Concordo em Grande Parte	66,7	4	

Questão 7. De modo geral, o modelo contempla os desafios enfrentados pelas mulheres em ambientes alimentares domésticos, considerando as questões de gênero, raça e classe.	4. Concordo totalmente	33,3	2	1
	1. Discordo totalmente	0	0	
	2. Discordo em grande parte	0	0	
	3. Concordo em Grande Parte	50	3	
Questão 8. De modo geral, o modelo contempla os principais aspectos das experiências femininas em ambientes alimentares domésticos.	4. Concordo totalmente	50	3	1
	1. Discordo totalmente	0	0	
	2. Discordo em grande parte	0	0	
	3. Concordo em Grande Parte	50	3	
Questão 9. Os itens e subitens do modelo representam aspectos das dimensões de gênero, raça e classe social.	4. Concordo totalmente	50	3	1
	1. Discordo totalmente	0	0	
	2. Discordo em grande parte	0	0	
	3. Concordo em Grande Parte	66,7	4	
Questão 10. De forma geral, o modelo representa as teorias, os conceitos e relações necessárias para se analisar as experiências femininas em ambientes alimentares domésticos sob a ótica interseccional?	4. Concordo totalmente	33,3	2	1
	1. Discordo totalmente	0	0	
	2. Discordo em grande parte	0	0	
	3. Concordo em Grande Parte	66,7	4	
	4. Concordo totalmente	33,3	2	

Fonte: Elaboração das autoras (2025)

O modelo final foi julgado e obteve o IVC de 1,0 (valor de concordância total) em todas as alternativas da avaliação geral. Tais resultados demonstram que nesta versão, os conceitos e relações presentes são essenciais para análise de experiências femininas em AAD a partir da perspectiva interseccional. Este cenário, possibilita articular múltiplos elementos e resultados que dialogam com a alimentação e nutrição e a vida das mulheres, negras, trabalhadoras e de baixa renda. No próximo tópico esta versão final será apresentada e discutida.

### Detalhando o modelo final

Por serem responsáveis pela alimentação na família e na sociedade, as mulheres enfrentam questões sociais, culturais, econômicas e políticas que influenciam suas experiências nos AAD, agravadas por fatores como raça e classe. O modelo proposto (figura 3) atua como suporte para compreender as diferentes realidades e apoiar a proposição de políticas públicas, englobando conceitos e relações essenciais à análise das experiências femininas, visando promover igualdade de gênero, raça e classe em Alimentação e Nutrição.

As iniquidades de gênero, raça e classe são elementos que estruturam **a sociedade brasileira** e as condições de vida das mulheres, da classe trabalhadora e da população negra (González, 2020; Saffioti, 2013). A formação sociocultural e econômica do país foi concebida por processos históricos de marginalização e o **racismo, o sexismo e o patriarcado enquanto sistemas de opressão**, fomentaram relações ideológicas que se materializam no cotidiano das mulheres negras (González, 2020).

Ao se basear na atribuição de crenças e valores hierárquicos da branquitude em detrimento das pessoas negras, o racismo define dimensões de poder que impactam acesso a recursos e violam os direitos da população negra (Kilomba, 2020). Quando ligado ao sexismo e patriarcado, sistemas de hierarquização e discriminação de gênero e dominação masculina (Kerner, 2012; Saffioti, 2015), as desigualdades geradas por esses sistemas, se entrelaçam e criam dispositivos específicos de subalternização das mulheres negras.

Além disto, **o sistema capitalista**, como modelo econômico hegemônico, utiliza da subjugação das pessoas negras e das mulheres, para se expandir e reproduzir lugares de classe a partir da divisão sexual e racial do trabalho e da exploração do trabalho das mulheres (González, 2020; Saffioti, 2013). Por isso, o fator classe social se entrelaça nesse cenário ao não restringir a análise somente a posse de renda e recursos financeiros,

mas pela posição que mulheres e pessoas negras ocupam no sistema capitalista, compondo a classe trabalhadora no país.

Os fatores socioeconômicos são produtos e reprodutores dos sistemas de opressão, estando diretamente relacionados com a feminização e racialização da pobreza no país (Santos; Diotto, 2024). Ao interferirem nos recursos materiais, eles se relacionam diretamente com o acesso à alimentos saudáveis, a gestão da alimentação no AAD e aos modos de vida. Por isto, fatores como: **inserção no mercado de trabalho; recursos financeiros; acesso à educação; acesso à serviços de saúde; geração; habitação; violência racial e de gênero; participação social e seguridade social** são considerados **determinantes socioeconômicos das condições de vida da população feminina e negra.**

A discriminação racial e de gênero no sistema capitalista afetam a participação das mulheres negras e trabalhadoras no mercado de trabalho, alocando-as geralmente em empregos precários, informais e mal remunerados (RASEAM, 2025; IBGE, 2024). O insuficiente acesso à educação, a serviços de saúde, moradia e infraestrutura digna aumentam a sua vulnerabilidade, por se tratarem de direitos básicos violados (Nascimento; 2018; Brasil, 2025; Ludermir; Rodrigues; Motter, 2025). A violência racial e de gênero impactam a integridade física e mental e a vida social das mulheres negras acentuando sua vulnerabilidade social (Castro; Gomes; Trajano, 2023).

A participação social é fundamental na luta por direitos, todavia as mulheres de modo geral enfrentam dificuldades de inserção na esfera política (IBGE,2024). No campo da seguridade social as mulheres da classe trabalhadora enfrentam barreiras no acesso as ações de proteção social, como a Previdência Social (Barreto, 2020). Portanto, AAD justos e saudáveis dependem do alinhamento entre diferentes políticas públicas que garantam os direitos básicos e melhorem a qualidade de vida das mulheres negras e em situações de vulnerabilidades.

O território e o AAC influenciam diretamente o AAD, determinando a disponibilidade local e os padrões de consumo (Glanz et al., 2005; Cunha et al., 2022). Como reflexo das condições socioeconômicas da população, o território é um determinante das condições de saúde e alimentação (Monken, 2024). A falta de infraestrutura e serviços básicos, tais como **acesso à água e saneamento básico, acesso à energia elétrica, acesso à sistema de transporte público e garantia de segurança pública** impactam as atividades cotidianas e as práticas alimentares (Duarte; Rodrigues; Alves; Oliveira, 2024). Mulheres e pessoas negras compõem as maiores populações em

territórios precarizados como favelas (IBGE, 2025), territórios de infraestrutura insuficiente e com maior risco à Insegurança Alimentar.

Nesse sentido, o AAC mantém uma relação de interdependência com o AAD, expressa pelos fluxos entre o espaço doméstico e o comunitário. Entre os principais fatores que influenciam as decisões alimentares destacam-se a **acessibilidade, a disponibilidade e o acesso econômico aos alimentos** no território (Turner et al., 2018). Além disso, elementos socioculturais do AAC, como **tradições culturais e religiosas** (Rosenkranz; Dzewaltowski, 2008), e **ações de marketing e publicidade de alimentos** (Glanz et al., 2005; Turner et al., 2018), delineiam coletivamente as escolhas alimentares, por estarem vinculados à identidade cultural e à coerção social.

As características do núcleo familiar são variáveis que influenciam nas decisões e consumo alimentar no AAD. Fatores como **perfil da pessoa responsável; tipo de arranjo familiar; faixa etária; estado civil dos moradores; número de crianças e adolescentes; escolaridade dos moradores; posição no mercado de trabalho; condições físicas, psicológicas e biológicas dos moradores**, determinam as dinâmicas domésticas, as normas e as práticas alimentares. Sabe-se por exemplo, que domicílios cujo responsável familiar é uma mulher negra, com baixa escolaridade, com crianças menores de quatro anos de idade, com trabalho informal ou formal sem carteira assinada, vivenciam maiores situações de IA (IBGE, 2025).

Para além disto, no AAD existem elementos-chave relacionados diretamente à alimentação e nutrição e interagem entre si e com os outros componentes do ambiente. Tais como: **preferências alimentares; habilidades culinárias; conveniência; normas de consumo; compartilhamento das tarefas; estrutura física do domicílio; estratégias de compra e economia; disponibilidade domiciliar de alimentos; acesso à informação; conhecimentos sobre alimentação**. Junto com as características do núcleo familiar e com o trabalho doméstico e de cuidados, esses aspectos são essenciais na criação do cenário alimentar no AAD.

As preferências alimentares são resultado de um processo contínuo formado por influências que atuam desde a infância (Rossi; Moreira; Rauen, 2008). As habilidades culinárias, associadas a conhecimentos e técnicas de preparo, somam-se à conveniência e às normas de consumo familiar. Estes últimos refletem atributos, valores e papéis sociais que podem favorecer ou limitar a qualidade da alimentação (Santos et al., 2025; Bogard et al., 2024; Pilla; Dantas, 2016).

O compartilhamento das tarefas domésticas, a estrutura física do domicílio (tais como disponibilidade de equipamentos e utensílios), as estratégias de economia e a disponibilidade de alimentos no domicílio se relacionam diretamente com a organização da alimentação (Rosenkranz; Dzewaltowski, 2008; Grant et al., 2017; Leite et al., 2025). Além disso, o acesso à informação e o conhecimento sobre alimentação orientam escolhas alimentares, direcionando padrões de compra e consumo (Rosenkranz; Dzewaltowski, 2008; Oliver; Diewald; Mckeever; Shnkman, 2023).

**O trabalho doméstico e de cuidados** realizado majoritariamente no Brasil por mulheres negras (Picanço; Araújo; Couvre-Sussai, 2021; Goes; Costa; Ribeiro; Pereira, 2023), é fundamental no AAD. É por meio dele que as necessidades alimentares são atendidas e o **cuidado alimentar** se materializa. **Planejar, comprar, armazenar, preparar, servir, limpar, gerir sobras e resíduos** são atividades domésticas que fazem parte de etapas importantes do trabalho culinário e da alimentação doméstica (Silva; Recine, 2023; Anigstein, 2020).

Por se tratar de uma atividade cotidiana e intensa, o trabalho doméstico e de cuidados envolve alta carga de trabalho, pouco redistribuída, afetando a autonomia, a empregabilidade, a saúde e o tempo das mulheres (Moreira; Moser, 2019; Hyde; Greene; Darmstadt, 2020). Ser mulher trabalhadora significa vender sua força de trabalho para sobreviver no sistema capitalista, enquanto contribui para a reprodução social através do trabalho doméstico e de cuidados. Mulheres de rendas mais altas tem a possibilidade de delegar esse trabalho, contratando sobretudo mulheres negras e de baixa renda para realizar esse serviço (Picanço; Araújo; Covre-Sussai, 2021; Goes; Costa; Ribeiro; Pereira, 2023).

Nesse sentido, as **políticas públicas e redes de apoio ao cuidado** possuem papel importante nas relações entre as mulheres, a família e o ambiente doméstico (Renk; Buzinia; Bordini, 2022). Esses dispositivos são essenciais para a efetivação do cuidado. Políticas públicas e redes de apoio, compostas por pessoas, espaços, serviços e benefícios, podem reduzir a sobrecarga das mulheres. **Creches e escolas em tempo integral; instituições de longa permanência para idosos; lavanderias comunitárias; restaurantes comunitários; salário-maternidade; licença maternidade; familiares e comunidade**, são alguns desses mecanismos.

No Brasil, a maioria das ações públicas de cuidado é simplista, necessitando ampliação e articulação com questões de raça e classe (Posthuma, 2021). A Política Nacional de Cuidados (Brasil, 2024) vem como uma forma de reconhecer o trabalho

doméstico e de cuidados na agenda nacional. Apesar disto, avanços ainda devem ser feitos com o objetivo de não apenas “facilitar” o trabalho feminino, mas ampliar a dimensão do cuidado e a inclusão de outros atores como responsáveis, de maneira a mudar o paradigma do trabalho de cuidado no país.

Por isso, quando há dificuldades de prover o cuidado com alimentação pela falta de condições materiais e assistência coletiva as mulheres negras, de baixa renda e da classe trabalhadora, enfrentam alguns desafios. Obstáculos que comprometem o acesso, a organização, a gestão e o consumo dos alimentos no AAD. A **alta responsabilização; a maternagem, a pobreza de tempo, a sobrecarga física e mental, o baixo acesso físico aos alimentos, a renda baixa** e o **alto custo dos alimentos** interferem não só na qualidade de vida das mulheres negras e da classe trabalhadora, mas também na provisão de uma alimentação adequada e saudável e na SAN.

As mulheres, especialmente negras e de baixa renda, assumem a maior responsabilidade pelo cuidado alimentar e doméstico da família, enfrentando jornadas duplas que sobrecarregam física e emocionalmente, limitando seu tempo para lazer, estudo e descanso (Picanço; Araújo; Covre-Sussai, 2021; Hyde; Greene; Darmstadt, 2020). A maternagem, concentrada no período reprodutivo, acentua essa carga, particularmente para mães solo e chefes de família que dificilmente tem apoio, sendo a maioria destas mulheres negras (Garcia; Marcondes, 2022; Santos; Diotto, 2024).

A indisponibilidade de alimentos próximos do domicílio, sobretudo em regiões periféricas, a dificuldade de mobilidade e o alto custo destes restringem o acesso a alimentos saudáveis. Dentre as consequências estão a criação de estratégias de adaptação para esse cenário e até o consumo de alimentos ultraprocessados ou padrões alimentares mais monótonos (Cunha et al., 2022; Duarte; Rodrigues; Alves; Oliveira, 2024). A combinação de desigualdades de gênero, raça, classe e renda reflete-se tanto na sobrecarga de trabalho quanto nas decisões alimentares das mulheres no AAD.

Por isso, os desafios enfrentados possuem relações interdependentes e dialogam com aspectos econômicos, políticos, culturais e sociais de um sistema racista, sexista, patriarcal e capitalista. Neste cenário, as desigualdades resultantes das opressões de produzem diferentes possibilidades para os processos de escolha, preparo e consumo dos alimentos no AAD (Silva; Recine, 2023). Estas relações assumem papel essencial para a compreensão dos **impactos sobre a Alimentação Adequada e Saudável, a (In)Segurança Alimentar e Nutricional e a violação ou garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada** no cenário alimentar brasileiro.

### **Considerações finais:**

O estudo teve o objetivo de validar um modelo teórico de análise de experiências femininas em AAD, a partir da perspectiva interseccional. A partir de um painel de especialistas, o modelo passou por avaliações e rodadas de aperfeiçoamento, resultado no IVC de 1,0 na versão final. Tal resultado atesta um alto consenso acerca da clareza, relevância, abrangência e representatividade do constructo. Para além dos elementos presentes na versão inicial, na aprovada incorporou-se outras noções considerados essenciais para a análise das experiências femininas pelos especialistas, à exemplo: determinantes socioeconômicos das condições de vida da população feminina e negra, território, características do núcleo familiar, políticas públicas e redes de apoio ao cuidado, (In)SAN e violação ou garantia do DHAA.

O modelo final mostra que as dinâmicas do AAD resultam de questões estruturais marcadas pelas intersecções de gênero, raça e classe. As mulheres negras lidam com a alimentação doméstica conforme sua realidade material e condições impostas por uma sociedade racista, sexista, patriarcal e capitalista. O modelo destaca que análises das experiências femininas em AAD devem considerar determinantes socioeconômicos, território, AAC, elementos-chave do AAD, núcleo familiar, trabalho doméstico e de cuidados e desafios enfrentados pelas mulheres negras.

Considera-se este modelo uma contribuição metodológica por propor um constructo que fornece recursos teóricos e conceituais para analisar as experiências femininas em AAD, dando ênfase as vulnerabilidades vivenciadas pelas mulheres, negras, trabalhadoras e de baixa renda. Deste modo, ele pode ser suporte para políticas públicas de alimentação e nutrição e cuidado no Brasil e seu alinhamento com as políticas de equidade racial e de gênero. O modelo também enfatiza como a falta de reconhecimento do trabalho doméstico e de cuidados, somado as desigualdades raciais, de gênero e de classe repercutem no acesso à alimentação saudável, na SAN e no DHAA.

### **Referências:**

ALEXANDRE, Neusa Maria Costa; COLUCI, Marina Zambon Orpinelli. Validade de conteúdo nos processos de construção e adaptação de instrumentos de medida. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n.1, p. 3061-3068, 2011.

- ALMANASREH, Enas; MOLES, Rebekah; CHEN, Timothy F. Evaluation of methods used for estimating content validity. **Research in Social and Administrative Pharmacy**, v. 15, n. 2, p. 214-221, fev. 2019.
- BARRETO, Laudicena. Direitos e seguridade social em tempos neoliberais: contradições e desafios feministas. **Revista Katálysis**. v. 23, n. 2, p. 309-316, maio/ago. 2020.
- BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. **Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências**. Diário Oficial da União; 18 set 2006.
- BRASIL. Lei nº 15 069, de 23 de dezembro de 2024. **Institui a Política Nacional de Cuidados**. Diário Oficial da União. 24 dez 2024; Seção 1:Art. 1-14.
- BRASIL. Ministério das Mulheres. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher – RASEAM 2025 Ano VIII**. Brasília, 2025.
- BOGARD, Jessica R. et al. Convenience as a dimension of food environments: a systematic scoping review of its definition and measurement. **Appetite**, v. 194, p. 107198, 2024.
- BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.
- BUNGE, M. **Teoria e Realidade**. São Paulo: Editora Perspectiva 1ª Edição, 2020.
- CASTRO, Amanda Motta; GOMES, Naira Mariana Ferraz; TRAJANO, Allana de Azevedo. Violência doméstica e interseccionalidade. **Caderno Espaço Feminino**, v. 36, n. 2, p. 347-361, 2024.
- CAVALCANTE, Livia Teixeira Canuto; OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto de. Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 83-102, abr. 2020.
- CRENSHAW, Kimberlé. 2002 Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v.10, n. 1, p. 171-188, 2022.
- CUNHA, Caroline Marques de Lima et al. Associação entre padrões alimentares com fatores socioeconômicos e ambiente alimentar em uma cidade do Sul do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 385-394, fev. 2022.
- DUARTE, André Luís de Castro Moura; RODRIGUES, Vinicius Picanço; ALVES, Raquel Caroline Freitas; OLIVEIRA, Gustavo Magalhães. Acesso a alimentos frescos em áreas urbanas vulneráveis: um estudo classificatório das favelas e dos estabelecimentos formais de São Paulo. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 1, 2024.
- GALVÃO, Paulo César da Costa; VASCONCELOS, Camila Brito de; AMORIM, Cíntia Raquel Ferreira de; LIMA, Ricardo Oliveira da Cunha; FIORENTINO, Giovanna. Caracterização dos estudos metodológicos em enfermagem: revisão integrativa. **International Journal of Development Research**, v. 12, n. 3, p. 54315–54317, mar. 2022.

- GARCIA, Bruna Carolina; MARCONDES, Glaucia dos Santos. As desigualdades da reprodução: homens e mulheres no trabalho doméstico não remunerado. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, p. e0204, 2022.
- GLANZ, Karen; SALLIS, James F.; SAELENS, Brian E.; FRANK, Lawrence D. Healthy Nutrition Environments: concepts and measures. **American Journal Of Health Promotion**, v. 19, n. 5, p. 330-333, maio 2005.
- GOES, Fernanda Lira, COSTA; Francisco Moraes da; RIBEIRO; Thamires da Silva, PEREIRA, Caroline de Freitas. Equidade racial e a agenda de cuidados no Brasil. In: CAMARANO, Ana Amélia; PINHEIRO, Luana (orgs.). **Cuidar, verbo transitivo: caminhos para a provisão de cuidados no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA; 2023. p. 79-136.
- GONZÁLEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: RIOS, Flávia; Lima, Márcia (orgs.). **Por um feminismo afro-latinoamericano: Lélia González**. 1ª ed. São Paulo: Zahar; 2020. p. 79-94.
- GRANT, Emily et al. Home availability of fruit and vegetables and obesogenic foods as an indicator of nutrient intake in 50 year olds from Canterbury, New Zealand. **Asia Pacific Journal of Clinical Nutrition**, v. 26, n. 3, p. 524–530, 2017.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Atualidade da divisão sexual e centralidade do trabalho das mulheres. **Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais**, n. 53, p. 22–34, jun./dez. 2020.
- HYDE, Elizabeth; GREENE, Margaret E.; DARMSTADT, Gary L. Time poverty: obstacle to women's human rights, health and sustainable development. **Journal of Global Health**, v. 10, n. 2, p. 020313, 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Informativo Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102066>. Acesso em: 10 out. 2025.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022: Favelas e Comunidades Urbanas - Resultados do universo**. Rio de Janeiro, 2ª Ed., 2025. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102170.pdf>. Acesso em: 13 out. 2025.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Informativo Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios: Segurança Alimentar**. 1. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.
- KERNER, Ina. Sobre a relação entre racismo e sexismo: tudo é interseccional? **Novos Estudos**, v. 93, p. 45-58, 2012.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 1ª Ed., 2019.
- LEITE, Amanda Esther et al. Responsabilidade pela compra e/ou preparo dos alimentos no domicílio entre participantes do Programa Academia da Saúde. **Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde**, Rio de Janeiro, v. 20, e84701, 2025.

- LUDERMIR, Raquel; RODRIGUES, Yasmin; MOTTER, Julianna Paz Japiassu. **Sem moradia digna não há justiça de gênero**. Recife: Habitat para a Humanidade Brasil, 2025. Disponível em: <https://habitatbrasil.org.br/wp-content/uploads/2025/04/Sem-Moradia-Digna-Nao-Ha-Justica-de-Genero.pdf>. Acesso em: 10 de outubro de 2025.
- MONKEN, Maurício. Território e saúde: apontamentos conceituais para a proposta de territórios sustentáveis e saudáveis. **Saúde em Debate**, v.48, n. especial 1, ago. 2024.
- NASCIMENTO, Silvana Silva do. Saúde da mulher negra brasileira: a necessária intersecção em raça, gênero e classe. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, n. 243, p. 91-103, jan./abr. 2018.
- OLIVER, Tracy; DIEWALD, Lisa; McKEEVER, Amy; SHENKMAN, Rebecca. Achieving a healthy home food environment: perspectives on parents' nutrition education needs when living with food insecurity. **Nutrire**, v. 48, n. 17, 2023.
- PICANÇO, Felícia; ARAÚO, Clara Maria de Oliveira; COVRE-SUSSAI, Maira. Papéis de gênero e divisão das tarefas domésticas segundo gênero e cor no Brasil: outros olhares sobre as desigualdades. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 38, p. 1-31, nov. 2021.
- PILLA, Loretta; DANTAS, Jaya A. R. Intra-household nutritional dynamics: a cross-sectional study of Maasai communities in Kenya. **Qualitative Health Research**, v. 26, n. 8, p. 1–14, 2016.
- POSTHUMA, Anne Caroline. A economia de cuidado e o vínculo com o trabalho doméstico: o que as tendências e políticas na América Latina podem ensinar ao Brasil. In: PINHEIRO, Luana; TOKARSI, Carolina Pereira; POSTHUMA, Anne Caroline (orgs.). **Entre relações de cuidado e vivências de vulnerabilidades: dilemas e desafios para o trabalho doméstico**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2021, p. 25-46.
- PRADO, Guilherme Augusto Souza; CAETANO, Maria Verônica Almeida. Apontamentos sobre a noção de território no campo da saúde coletiva. **Saúde debate**, v. 48, n. especial 2, out. 2024.
- Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDE PENSSAN). **VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021.
- RENK, Valquiria Elita; BUZQUIA, Sabrina Pontes; BORDINI, Ana Silvia Juliatto. Mulheres cuidadoras em ambiente familiar: a internalização da ética do cuidado. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 30, n. 3, p. 416-423, set. 2022.
- ROSENKRANZ, Richard R.; DZEWALTOWSKI, David A. Model of the home food environment pertaining to childhood obesity. **Nutrition Reviews**, v. 66, n. 3, p. 123-140, 2008.
- ROSSI, Alessandra; MOREIRA, Emília Addison Machado; RAUEN, Michelle Soares. Determinantes do comportamento alimentar: uma revisão com enfoque na família. **Revista de Nutrição**, v. 21, p. 739-748, 2008.
- SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. 2ª edição, São Paulo: Expressão popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Tanise Rosa Klein dos; DIOTTO, Nariel. Feminização e racialização da pobreza: a realidade das mulheres negras no contexto brasileiro. **Revista Jurídica Luso-Brasileira**, ano 10, n. 04, p. 907-932, 2024.

SANTOS, Luara et al. Habilidades culinárias nas políticas públicas brasileiras de alimentação e nutrição: uma análise documental. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, e05342023, fev. 2025.

SHANG, Zhida. Use of Delphi in health sciences research: A narrative review. **Medicine (Baltimore)**, v. 102, n. 7, e32829, fev. 2023.

SILVA, Gabriela Brito de Lima; Recine, Elisabetta. Implicações das relações de gênero em ambientes alimentares domésticos saudáveis. **Demetra: Alimentação, Nutrição e Saúde**, v. 18, e65199, 2023.

SOUZA FILHO, Breno Augusto Bormann de; STRUCHINER, Cláudio José. Uma proposta teórico-metodológica para a construção de modelos teóricos. **Cadernos de Saúde Coletiva**, v. 29, n. Espec. 1, p. 237-248, 2021.

TURNER, Christopher et al. Concepts and critical perspectives for food environment research: a global framework with implications for action in low- and middle-income countries. **Global Food Security**, v. 18, p. 93-101, set. 2018.

VIEIRA, Camilla Araújo Lopes; ÁVILA, Alana Aragão. Um olhar sobre o fenômeno da maternidade naturalista: refletindo sobre o processo de maternagem. **Gênero**, v.18, n.2, p. 026-047, jan/jun, 2018.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo desenvolver um modelo teórico para analisar experiências de mulheres em AAD, sob uma ótica interseccional. Para isso, buscou-se identificar quais os elementos deste ambiente podem ser utilizados para se analisar desigualdades de gênero, raça e classe no contexto alimentar; elaborar o modelo tendo como suporte a realização de grupos focais e validar o constructo por um painel de especialistas. O modelo teórico elaborado e validado possibilitou identificar, organizar e relacionar elementos teóricos que compõem o AAD e seus diálogos com o trabalho feminino no âmbito doméstico, os desafios vivenciados pelas mulheres negras e sobretudo sua relação com o cuidado.

Sabe-se que o AA é um contexto importante na SAN e no DHAA por integrar de modo sistêmico um conjunto de aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos que interferem nas decisões alimentares. Por isto, destaca-se a importância de ampliar os olhares sobre os AA reconhecendo a estrutura da sociedade como cenário principal dos processos de escolha, preparo e consumo dos alimentos. O uso da abordagem interseccional nesse estudo foi crucial para dar visibilidade as mulheres que vivenciam múltiplas opressões simultaneamente e como as desigualdades reverberam na alimentação e no bem-estar feminino.

Foi por meio do aprofundamento na literatura, da escuta de mulheres negras e das trocas com especialistas sobre o tema, que foi possível associar diferentes conhecimentos e percepções sobre o AAD e a relação feminina com a alimentação no espaço doméstico. Importante destacar a participação de mulheres negras nos grupos focais, espaço de escuta e acolhimento de percepções necessárias para tornar o modelo mais próximo da realidade social. Tal perfil foi o mais interessado em contribuir com o estudo e se disponibilizar para participar, frente à realização do convite a uma diversidade de mulheres.

Este percurso proporcionou uma série de informações e conhecimentos que demonstram a ampla complexidade do tema e suas ligações com o cenário social, alimentar e nutricional brasileiro. As fragilidades vivenciadas pelas mulheres negras e trabalhadoras no país são inúmeras, dolorosas e multiformes e dificilmente é possível descrevê-las da forma como exatamente acontecem. Por isto, destaca-se que o eixo norteador do trabalho foi o desenvolvimento do modelo e portanto acreditamos que análises mais profundas sobre as subjetividades, os significados e sentidos requerem mais estudos.

Deste modo, reconhecendo que nenhum estudo consegue abarcar totalmente um tema, optou-se por sintetizar os resultados desta pesquisa em quatro artigos científicos. O primeiro consistiu em um ensaio fundamentado em revisões de literatura iniciais, que sistematizou as informações e as discutiu criticamente. O segundo apresentou a elaboração do modelo inicial, os elementos identificados nos grupos focais e as reestruturações realizadas, resultando em um modelo intermediário. O terceiro aprofundou as análises do grupo focal, relacionando-as ao trabalho feminino de cuidado e as assimetrias presentes no AAD. O quarto e último artigo descreveu o processo de validação e a versão final do modelo, discutindo seus elementos, dimensões e relações.

O artigo I reflete sobre os AA como contextos cruciais na escolha e consumo alimentar, ressaltando o AAD como espaço de criação de práticas alimentares e de promoção de saúde. Neste cenário, destacou-se a indispensabilidade do reconhecimento do papel das mulheres e as disparidades raciais e de classe que atravessam as agências no AAD. Tal discussão possibilitou sistematizar a literatura sobre as relações entre AAD, gênero, raça e classe, ainda que de modo incipiente. A partir disto, foi possível identificar alguns desafios que interferem na criação de AAD saudáveis e justos.

A falta de compartilhamento das atividades domésticas, a dupla jornada, a sobrecarga, a cobrança, a dificuldade de acesso à recursos, a mobilidade e a vulnerabilidade econômica são fatores que resultam de um arranjo social que atribui as mulheres negras, trabalhadoras e de pobres o trabalho do cuidado alimentar e todo o seu contexto material e subjetivo. A partir da identificação dessas barreiras traçou-se um panorama inicial de questões que impactam as vivências femininas, observando a emergência de políticas públicas que reconheçam as agências femininas nos AAD frente à diferentes realidades, sem penalizar as mulheres ou naturalizar relações.

No artigo II realizou-se um exercício inicial de elaboração do modelo teórico<sup>19</sup>, articulando os conceitos e relações observadas no artigo I e resultados dos grupos focais. Conceitos pré-estabelecidos pela revisão de literatura foram adotados e associados com as análises das falas dos grupos focais. Elementos do AAD<sup>20</sup> foram observados nos dados e conceituados, os fatores socioeconômicos enfatizados como produtos do racismo e do sexismo no Brasil e os desafios femininos em AAD associados a promoção do cuidado. Neste momento, o modelo intermediário chamou atenção para as desigualdades que circunscrevem as experiências femininas em AAD frente as interseccionalidades. A partir do artigo III, destacou-se como a situação das mulheres negras no Brasil está entrelaçada socialmente e culturalmente ao papel de cuidadora e como isto dialoga com as

experiências alimentares. Tal papel atinge as mulheres negras e trabalhadoras de maneira mais intensa diante de uma ordem social que não oportunizar melhores recursos para viver, se alimentar e alimentar o outro. Nesse sentido, os fatores socioeconômicos são efeitos de uma estrutura que dificulta o acesso físico e econômico aos alimentos, a dinâmica alimentar no domicílio e o bem-estar feminino e negro.

O terceiro artigo apresenta uma análise dos resultados dos GF. Este artigo possibilitou aprofundar as questões abordadas até então através do levantamento empírico de experiências femininas em AAD, sobretudo de mulheres negras, o que deu maior concretude ao problema. Ao ouvir estas mulheres, ratificou-se como as experiências acontecem frente a uma realidade material associada ao contexto social, cultural e econômico brasileiro. A análise temática dos GF afinou os desafios identificados inicialmente e destacou em quais contextos eles aparecem.

Os desafios observados mostraram-se enraizados no cotidiano do trabalho doméstico e de cuidados e comprometem a alimentação de certo modo. Em uma sociedade racista, sexista e patriarcal, os julgamentos morais individualizam o cuidado alimentar. Por isso, assumir o principal papel, enfrentar sobrecarga, criar estratégias, abrir mão do próprio tempo, lidar com a falta de alimentos saudáveis, com mobilidade limitada, preços elevados e renda insuficiente evidencia os impactos estruturais do racismo, do sexismo e do patriarcado, em um sistema econômico que trata tanto o alimento quanto a força de trabalho feminina e negra como mercadorias.

O último artigo da tese apresentou a proposta de um modelo teórico final e sua validação por especialistas. Durante o processo de validação do modelo, ele passou por reestruturações que consideraram a sua clareza, relevância, abrangência e representatividade. Assim, a contribuição dos especialistas possibilitou o aprofundamento teórico de determinadas questões que articulam gênero, raça e classe no cuidado alimentar no domicílio. Novos elementos foram incluídos, outros excluídos, reflexões ampliadas e termos e conceitos aperfeiçoados, à exemplo dos elementos território, características do núcleo familiar, políticas públicas e redes de apoio ao cuidado, (In)SAN e violação ou garantia do DHAA. O modelo teórico final resultou em uma boa aceitação, obtendo o IVC de 1,0.

---

<sup>19</sup> Foram desenvolvidos o modelo inicial e o intermediário.

<sup>20</sup> Nesse momento, os elementos-chave do AAD eram intitulados “domínios externos e internos”, o que foi aprimorado após a validação do modelo pelos especialistas.

Este estudo evidenciou que como as dinâmicas do AAD derivam de questões estruturais associadas à forma como a sociedade se organiza e organiza o trabalho do cuidado em termos de gênero, raça e classe. A análise das experiências exige, portanto, um olhar interseccional que reconheça a estrutura social como o cenário onde se constroem as relações entre as pessoas e o contexto alimentar, doméstico e comunitário. Assim, a maneira de lidar com a alimentação doméstica é condicionada por realidades materiais e imposições sociais frequentemente adversas às mulheres negras, trabalhadoras e pobres. Essas condições econômicas, sociais, políticas e culturais violam direitos básicos e o DHAA, em um cenário que responsabiliza unilateralmente as mulheres pelo cuidado alimentar.

Nesse sentido, o modelo desenvolvido trás elementos importantes para análise das experiências femininas e negras em AAD, são estes: os determinantes socioeconômicos das condições de vida da população feminina e negra, o território, o AAC, os elementos-chave do AAD, as características do núcleo familiar, o trabalho doméstico e de cuidados e os desafios enfrentados. Tal constructo é considerado um avanço por proporcionar instrumentos teóricos e conceituais que tentam articular os resultados de determinadas opressões e suas repercussões na garantia de uma alimentação saudável e adequada no ambiente doméstico, com foco nas mulheres negras. Portanto, o modelo não só descreve a realidade, mas permite analisa-la criticamente.

O modelo pode subsidiar políticas públicas que integrem alimentação e nutrição com políticas de cuidado e de equidade racial e de gênero, orientando ações de enfrentamento de desigualdades. O cuidado atravessa o cotidiano das pessoas e sustenta a reprodução social, o que o conecta diretamente ao DHAA e evidencia o papel central das mulheres em ambos os contextos. Reconhecer sua atuação na alimentação implica em admitir o ônus da responsabilização e dos julgamentos morais que recaem sobre suas vidas e seu trabalho. Assim, a falta de reconhecimento e de compartilhamento do trabalho doméstico e de cuidados na organização social compromete a promoção de uma alimentação saudável no AAD.

Como limitações do estudo, o modelo contou com especialistas de uma área específica (Alimentação e Nutrição), e por isto, pesquisas futuras podem ampliar a diversidade de avaliadores para uma melhor abrangência acerca de questões ambientais por exemplo. Recomenda-se também o uso prático do modelo em pesquisas empíricas para verificar sua aplicabilidade em diferentes cenários. Embora, o foco recaia nas intersecções entre raça, gênero e classe, acredita-se que o modelo pode ser utilizado e

adaptado para compreender as experiências de outros grupos de mulheres que vivenciam algum tipo de vulnerabilidade social. Mulheres indígenas, com deficiência, LGBTQIAP+, imigrantes, refugiadas, idosas, jovens, dentre outras podem ter suas experiências estudadas e sistematizadas a partir do modelo proposto.

## 8. REFERÊNCIAS

- ABRAMS, Jasmine A. et al. Considerations for employing intersectionality in qualitative health research. **Social Science & Medicine**, v. 258, p. 113138, 2020.
- ALEXANDRE, Neusa Maria Costa; COLUCI, Marina Zambon Orpinelli. Validade de conteúdo nos processos de construção e adaptação de instrumentos de medida. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n.1, p. 3061-3068, 2011.
- ALMANASREH, Enas; MOLES, Rebekah; CHEN, Timothy F. Evaluation of methods used for estimating content validity. **Research in social and administrative pharmacy**, v. 15, n. 2, p. 214-221, 2019.
- GATTI, Bernadete Angelina. Grupo Focal na Pesquisa em Ciências Sociais e Humanas. Editora Liber Livros, 2ª ed, 2012.
- BORGES, Camila Aparecida; CABRAL-MIRANDA, William; JAIME, Patricia Constante. Urban food sources and the challenges of food availability according to the Brazilian dietary guidelines recommendations. **Sustainability**, v. 10, n. 12, p. 4643, 2018.
- BRASIL. Lei nº 15 069, de 23 de dezembro de 2024. Institui a Política Nacional de Cuidados. Diário Oficial da União [Internet]. 24 dez 2024; Seção 1:Art. 1-14.
- BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative research in psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.
- BUNGE, Mário. Teoria e Realidade. São Paulo: Editora Perspectiva 1ª Edição, 2020.
- CARNAHAN, Leslie R.; ZIMMERMANN, Kristine; PEACOCK, Nadine R. What Rural Women Want the Public Health Community to Know About Access to Healthful Food: A Qualitative Study, 2011. **Preventing Chronic Disease**, v. 13, 2016.
- CASPI, Caitlin E. et al. The local food environment and diet: a systematic review. **Health & Place**, v. 18, n. 5, p. 1172-1187, 2012.
- CAVALCANTE, Lívia Teixeira Canuto; OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto de. Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 83-102, abr. 2020.
- CHOO, Hae Yeon; FERREE, Myra Marx. Practicing intersectionality in sociological research: A critical analysis of inclusions, interactions, and institutions in the study of inequalities. **Sociological Theory**, v. 28, n. 2, p. 129-149, 2010.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, p. 171-188, 2002.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. **Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem**, v. 1, n. 1, p. 7-16, 2004.

COLLINS, Patrícia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. **Reflexões e práticas de transformação feminista. São Paulo: SOF**, p. 13-42, 2015.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, v. 5, n. 1, p. 6-17, 2017.

CUNHA, Caroline Marques de Lima et al. Associação entre padrões alimentares com fatores socioeconômicos e ambiente alimentar em uma cidade do Sul do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 687-700, 2022.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 1ª ed, 2016.

DOWNS, Shauna M. et al. Food environment typology: advancing an expanded definition, framework, and methodological approach for improved characterization of wild, cultivated, and built food environments toward sustainable diets. **Foods**, v. 9, n. 4, p. 532, 2020.

ESPINOZA, Patricia Gálvez et al. Propuesta de un modelo conceptual para el estudio de los ambientes alimentarios en Chile. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 41, p. e169, 2018.

EVANS, Alexandra et al. Traditional foods and practices of Spanish-speaking Latina mothers influence the home food environment: implications for future interventions. **Journal of the American Dietetic Association**, v. 111, n. 7, p. 1031-1038, 2011.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Editora Elefante, 1ª ed, 2019.

FIAN COLÔMBIA. Cuaderno de Trabajo °1 Sin derecho al cuidado, no hay processo alimentario, 2024.

GALVÃO, Paulo César da Costa; VASCONCELOS, Camila Brito de; AMORIM, Cíntia Raquel Ferreira de; LIMA, Ricardo Oliveira da Cunha; FIORENTINO, Giovanna. Caracterização dos estudos metodológicos em enfermagem: revisão integrativa. **International Journal of Development Research**, v. 12, n. 3, p. 54315–54317, mar. 2022.

GARCIA, Silas Alberto; FERREIRA, Jacques de Lima. Análise de conceito e análise temática na pesquisa qualitativa em educação. **Debates em Educação**. 2022;14(36):358-378.

GLANZ, Karen. Measuring food environments: a historical perspective. **American Journal of Preventive Medicine**, v. 36, n. 4, p. S93-S98, 2009.

GLANZ, Karen et al. Healthy nutrition environments: concepts and measures. **American Journal of Health Promotion**, v. 19, n. 5, p. 330-333, 2005.

GONZÁLEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Org.). **Por um feminismo afro-latino-americano: Lélia González**. São Paulo: Zahar, 1ª Ed., 2020.

GONZÁLEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Org.). **Por um feminismo afro-latino-americano: Lélia González**. São Paulo: Zahar, 1ª Ed., 2020.

GREEN, Helen Elise. Use of theoretical and conceptual frameworks in qualitative research. **Nurse Researcher**, v. 21, n. 6, 2014.

GOES, Fernanda Lira, COSTA; Francisco Moraes da; RIBEIRO; Thamires da Silva, PEREIRA, Caroline de Freitas. Equidade racial e a agenda de cuidados no Brasil. In: CAMARANO, Ana Amélia; PINHEIRO, Luana (orgs.). **Cuidar, verbo transitivo: caminhos para a provisão de cuidados no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA; 2023. p. 79-136.

HAMMONS, Amber J.; ROBART, Ryan. Family food environment during the COVID-19 pandemic: a qualitative study. **Children**, v. 8, n. 5, p. 354, 2021.

HLPE. High Level Panel of Experts. **Nutrition and food systems: A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition**. Committee on World Food Security. Rome, 2017.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, p. 595-609, 2007.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Atualidade da divisão sexual e centralidade do trabalho das mulheres. **Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais**, n. 53, p. 22-34, jun./dez. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Outras Formas de Trabalho 2019. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. IBGE: Rio de Janeiro, 2020. [citado 2021 setembro 10]. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101722\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101722_informativo.pdf)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, n.38, 2021. [citado 2021 setembro 10]. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de Orçamentos Domiciliares: 2017-2018: Avaliação Nutricional da Disponibilidade Domiciliar de Alimentos no Brasil**. IBGE: Rio de Janeiro, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Informativo Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios: Segurança Alimentar**. 1. ed. Rio de

Janeiro: IBGE, 2025.

JAAM, Myriam et al. Use of the Delphi technique in pharmacy practice research. **Research in Social and Administrative Pharmacy**, v. 18, n. 1, p. 2237-2248, 2022.

JILCOTT, Stephanie B. et al. Perceptions of the community food environment and related influences on food choice among midlife women residing in rural and urban areas: a qualitative analysis. **Women & Health**, v. 49, n. 2-3, p. 164-180, 2009.

JULL, Janet; GILES, Audrey; GRAHAM, Ian D. Community-based participatory research and integrated knowledge translation: advancing the co-creation of knowledge. **Implementation Science**, v. 12, n. 1, p. 1-9, 2017.

KEGLER, Michelle C. et al. A qualitative examination of home and neighborhood environments for obesity prevention in rural adults. **International Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity**, v. 5, n. 1, p. 1-10, 2008.

KOLOPAKING, Risatianti; BARDOSONO, Saptawati; FAHMIDA, Umi. Maternal self-efficacy in the home food environment: a qualitative study among low-income mothers of nutritionally at-risk children in an urban area of Jakarta, Indonesia. **Journal of Nutrition Education and Behavior**, v. 43, n. 3, p. 180-188, 2011.

KÜCHEMANN, Berlindes Astrid; BANDEIRA, Lourdes Maria; ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. A categoria gênero nas ciências sociais e sua interdisciplinaridade. **Revista do CEAM**, v. 3, n. 1, p. 63, 2015.

MCMILLAN, Sara S. et al. Using the nominal group technique: how to analyse across multiple groups. **Health Services and Outcomes Research Methodology**, v. 14, n. 3, p. 92-108, 2014.

MCMILLAN, Sara S.; KING, Michelle; TULLY, Mary P. How to use the nominal group and Delphi techniques. **International Journal of Clinical Pharmacy**, v. 38, n. 3, p. 655-662, 2016.

MICHA, Renata et al. **Global Nutrition Report: Action on Equity to end Malnutrition**. Bristol, UK: Development Initiatives, 2020.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 1ª Ed., 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 5, n. 7, p. 1-12, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 1º Ed., 2016.

MONKEN, Maurício et al. O território na saúde: construindo referências para análises em saúde e ambiente. In: **Território, ambiente e saúde**. MIRANDA, Ary Carvalho et al (org.). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1ª ed, 2008.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação. **PENESB: Rio de Janeiro**, 2003.

NEVE, Kimberley et al. **Understanding lived experience of food environments to inform policy: an overview of research methods**. London: Centre for Food Policy, City, University of London, 2021, 18 p.

OLIVEIRA, Tatiana Coura; CZERESNIA, Dina; VARGAS, Eliane Portes, BARROS, Denise Cavalcante. Concepções sobre práticas alimentares em mulheres de camadas populares no Rio de Janeiro, RJ, Brasil: transformações e ressignificações. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 22, p. 435-446, 2018.

OLIVEIRA, Mariana Fernandes Brito de; CASTRO, Inês Rugani Ribeiro de. Autonomia culinária: um modelo conceitual multinível de culinária doméstica saudável. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, 2022.

PARAJÁRA, Magda do Carmo. Ambiente Alimentar Doméstico. In: MENDES, Larissa Loures; PESSOA, Milene Cristine; COSTA, Bruna Vieira de Lima (Org.). **Ambiente Alimentar: Saúde e Nutrição**. Rio de Janeiro, Editora Rúbio, 1ª Ed., 2022.

PASSOS, Luana; SOUZA, Lorena. Vulnerabilidades cruzadas: as mulheres e suas experiências diversificadas. **Revista Katálysis**, v. 24, p. 198-209, 2021.

PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. Sobre usos e possibilidades da interseccionalidade. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 21, p. 445-454, 2021.

PETRICS, Hajnalka; STAMOULIS, Kostas. Aspectos de gênero na segurança alimentar e nutricional urbana: o papel crítico dos ambientes alimentares nas cidades. **Revista de Agricultura Urbana**, nº 37, p. 20-24, jul. 2020.

PICANÇO, Felícia; ARAÚJO, Clara Maria de Oliveira; COVRE-SUSSAI, Maira. Papéis de gênero e divisão das tarefas domésticas segundo gênero e cor no Brasil: outros olhares sobre as desigualdades. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 38, 2021.

PITT, Erin et al. Exploring the influence of local food environments on food behaviours: a systematic review of qualitative literature. **Public Health Nutrition**, v. 20, n. 13, p. 2393-2405, 2017.

RASKIND, Ilana G. et al. Decision-making processes shaping the home food environments of young adult women with and without children. **Appetite**, v. 113, p. 124-133, 2017.

ROSENKRANZ, Richard R.; DZEWALTOWSKI, David A. Model of the home food environment pertaining to childhood obesity. **Nutrition Reviews**, v. 66, n. 3, p. 123-140, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2ªed, 2013.

- SANTOS, Tanise Rosa Klein dos; DIOTTO, Nariel. Feminização e racialização da pobreza: a realidade das mulheres negras no contexto brasileiro. **Revista Jurídica Luso-Brasileira**, ano 10, n. 04, p. 907-932, 2024.
- SAWAYA, Ana Lydia et al. A família e o direito humano à alimentação adequada e saudável. **Estudos Avançados**, v. 33, p. 361-382, 2019.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org.). **Pensamento Feminista Hoje: Conceitos Fundamentais**. São Paulo: Bazar Boitempo, 1ª Ed. 2019.
- SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualitas Revista Eletrônica**, v. 16, n. 1, 2015.
- SOARES, Ana Luiza Gonçalves; FRANÇA, Giovanny Vinícius Araújo De; GONÇALVES, Helen. Household food availability in Pelotas, Brazil: an approach to assess the obesogenic environment. **Revista de Nutrição**, v. 27, p. 193-203, 2014.
- SORJ, Bila; FONTES, Adriana. O care como um regime estratificado: implicações de gênero e classe social. In: HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araujo (Org.). **Cuidados e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care**. São Paulo: Atlas, 2012.
- SOUZA FILHO, Breno Augusto Bormann de; TRITANY, Érika Fernandes; ARANA, Gustavo Alonso Cabrera; STRUCHINER, Cláudio José. Modelos teóricos: reflexões necessárias. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 26, p. e230038, 2023.
- SOUZA FILHO, Breno Augusto Bormann de; STRUCHINER, Cláudio José. Uma proposta teórico-metodológica para elaboração de modelos teóricos. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 29, p. 86-97, 2021.
- SOUZA, Virginia de; PENTEADO, Camila; NASCIMENTO, Rafaelly do; RAIHER, Augusta Pelinski. A feminização da pobreza no Brasil e seus determinantes. **IGepec, Toledo**, v. 24, n. 1, p. 53-72, jan./jun. 2020.
- STORY, Mary et al. Creating healthy food and eating environments: policy and environmental approaches. **Annu. Rev. Public Health**, v. 29, p. 253-272, 2008.
- SWINBURN, Boyd; EGGER, Garry; RAZA, Fezeela. Dissecting obesogenic environments: the development and application of a framework for identifying and prioritizing environmental interventions for obesity. **Preventive Medicine**, v. 29, n. 6, p. 563-570, 1999.
- SWINBURN, Boyd et al. INFORMAS (International Network for Food and Obesity/non-communicable diseases Research, Monitoring and Action Support): overview and key principles. **Obesity Reviews**, v. 14, p. 1-12, 2013.
- TRAD, Leny A. Bonfim. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. **Physis (RJ)**. 2009;19(3):777-796.

TURNER Christopher et al. Concepts and critical perspectives for food environment research: A global framework with implications for action in low- and middle-income countries. **Global Food Security**, 18: 93–101, 2018.

TURNER, Christopher et al. Food environment research in low-and middle-income countries: a systematic scoping review. **Advances in Nutrition**, v. 11, n. 2, p. 387-397, 2020.

TWYMAN, Jennifer et al. Gender equity considerations in food environments of low and middle income countries: A scoping review. **IFPRI Discussion Paper**, 2020.

VÉLEZ, Luis Guillermo Sañudo. La casa como territorio. Una nueva epistemología sobre el hábitat humano y su lugar doméstico. **Iconofacto**, v. 19, n. 12, jan-jun 2013.

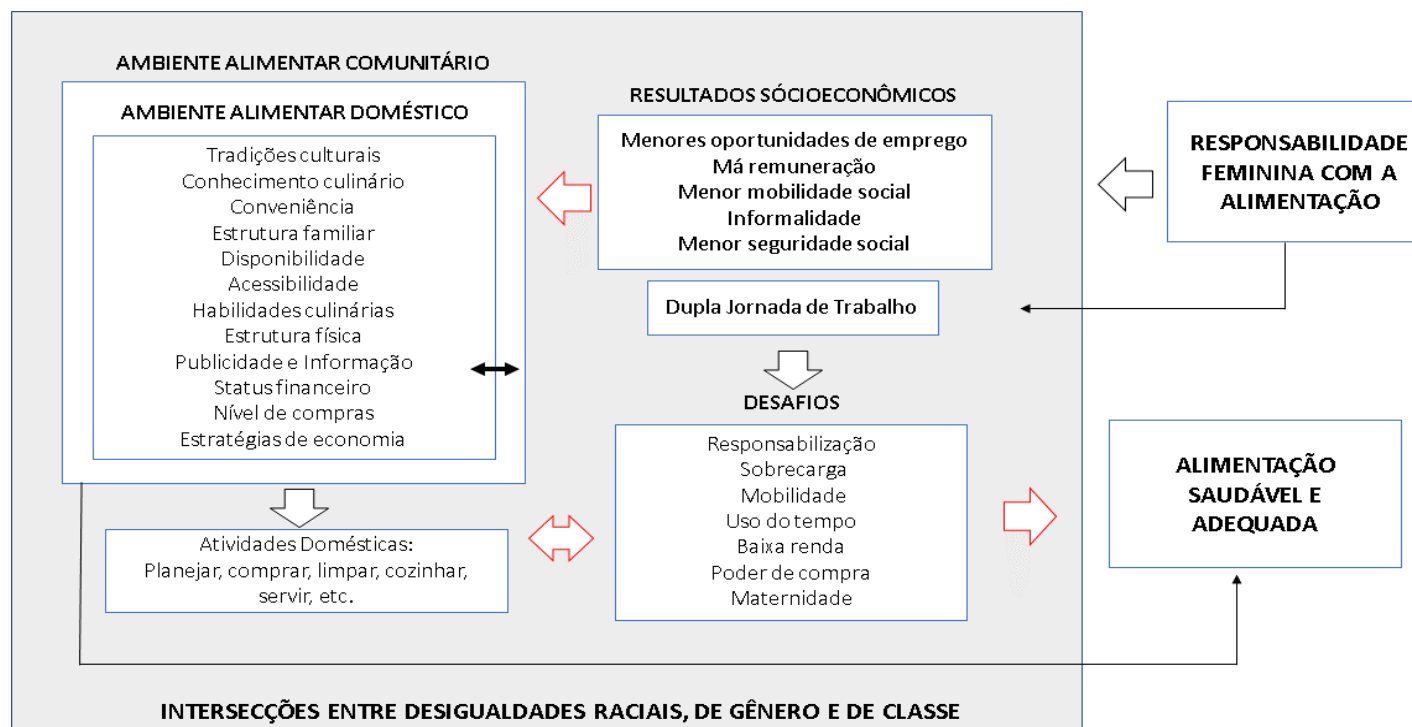
WANG, May C. et al. The role of women in food provision and food choice decision-making in Singapore: a case study. **Ecology of Food and Nutrition**, v. 53, n. 6, p. 658-677, 2014.

WIJAYARATNE, Sanjeewa et al. A qualitative study exploring the dietary gatekeeper's food literacy and barriers to healthy eating in the home environment. **Health Promotion Journal of Australia**, v. 32, p. 292-300, 2021.

WRIGHT, Erik Olin. Análise de classes. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 121-163, 2015.

## 9. APÊNDICES

### 9.1 APÊNDICE 1 - VERSÃO 1 DO MODELO



\*As setas vermelhas representam pontos críticos das relações

## **CARTA CONVITE PARA PARTICIPAÇÃO EM ESTUDO**

Prezadas(os), bom dia.

Vimos convidá-las para participar de uma sessão de rodas de conversa sobre o tema “Mulheres e ambiente alimentar doméstico”. Trata-se de uma pesquisa de doutorado, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Nutrição Humana da UnB, que busca compreender e dar visibilidade à experiências femininas com a alimentação no espaço doméstico, bem como, a influência das interseccionalidades de gênero, raça e classe sob as práticas alimentares neste contexto.

O convite é para participação de três rodas de conversa, onde apresentaremos questões a serem refletidas pelo grupo. As rodas de conversa ocorrerão de forma online nos dias 12/06 (segunda-feira) e 13/06 (terça-feira) no horário 19:00 através da plataforma Zoom Meeting e terão duração de 1h30min. Os temas abordados nas rodas de conversa serão organizados da seguinte maneira: 1º dia) Vivências no Ambiente Alimentar Doméstico; 2º) Acesso Físico e Econômico aos Alimentos.

O ambiente alimentar doméstico é definido como “o conjunto de fatores do espaço domiciliar que influenciam o consumo alimentar”. A partir do estudo espera-se que seus resultados possam contribuir para políticas públicas que reduzam as desigualdades que se expressam no cotidiano das mulheres, especialmente quando se trata sobre alimentação. Ressaltamos que ao final da pesquisa, os resultados serão divulgados para as participantes e organizações envolvidas.

Assim, convidamos uma (ou mais) representantes desta organização/coletivo. A participação nas sessões é de suma importância para darmos continuidade às discussões e temas levantados, por isto caso o grupo tenha interesse em participar, indicando uma ou mais representantes, pedimos que responda ao formulário <https://forms.gle/zrtiEjSYAM31Z2Td8> até o dia **29/05/2023 (quinta-feira)**. É importante ressaltar que todas as informações discutidas serão anônimas, não havendo assim qualquer divulgação de nomes, ou dados que possibilitem identificar as participantes.

Agradecemos muitíssimo pela atenção desde já!!

### 9.3 APÊNDICE 3 – ROTEIRO DOS GRUPOS FOCAIS

#### **ROTEIRO NORTEADOR DO GRUPO FOCAL**

12 de junho - 1º dia de Grupo Focal - 1h e 30min ABERTURA (20 min)

- Apresentação breve do trabalho e da programação
- Acordos e esclarecimentos gerais e éticos:
  - Reforçar a informação de que a reunião será gravada a fim de pesquisa
  - Termo de Consentimento (TCLE).
  - Caso houvesse algum desconforto com a proposta que fosse sinalizado à moderadora.
  - Solicitar as participantes que deixem a câmera habilitada durante toda a atividade.
  - Manter o microfone aberto somente no momento da intervenção
  - Solicitar que as participantes estejam em um local confortável e tenham consigo alguma bebida ou comida, caso necessário.

**Recurso ilustrativo:** Cartaz de bem-vindas com alguma imagem temática

- Dinâmica de apresentação
  - Nome.
  - Ocupação
  - Representação
  - Naturalidade e local de residência.
  - Se você pudesse se definir por um alimento/comida qual seria?

**Recurso ilustrativo:** Cartaz com a pergunta

DESENVOLVIMENTO (60min)

BLOCO I) Vivências no ambiente alimentar doméstico

- Você cozinha?
- Com quem/Como você aprendeu a cozinhar?
- Quem mora com você? Como as tarefas ligadas à comida são compartilhadas entre vocês?
- Como são feitas as decisões sobre as refeições na sua casa?
- A alimentação é um tema conversado na sua casa? As pessoas contribuem com as decisões?
- Você vê conteúdos - na TV, internet, rádio etc. - sobre alimentação e nutrição? De que maneira eles influenciam na escolha dos alimentos em sua casa?

ENCERRAMENTO (10 min)

- Feedbacks sobre a atividade (abertura para fala e uso do chat)
- Agradecimentos;
- Lembrete para a próxima reunião.

13 de junho - 2º dia de Grupo Focal - 1h e 30min ABERTURA - 10 min

- Recepção e boas-vindas.
- Relembrar os temas abordados na reunião anterior (recurso visual)
- Relembrar sobre a gravação da atividade

**Recurso ilustrativo:** Cartaz de bem-vindas

DESENVOLVIMENTO (70 min)

BLOCO II) Acessibilidade, acesso e disponibilidade → Ambiente Alimentar Doméstico Geral

- O que você acha dos alimentos que você encontra no seu armário/geladeira hoje?
- Me conta onde e como são feitas as compras na sua casa.
- Com que frequência você costuma fazer compras?
- Como você chega aos locais que você compra os alimentos?
- Há locais com alimentos frescos próximos de sua casa?
- Você diria que o total de dinheiro que a família tem para a alimentação durante o mês em geral é suficiente?

ENCERRAMENTO (10 min)

- Feedbacks sobre a atividade;
- Agradecimentos;
- Encerramento da pesquisa e informações sobre divulgação dos resultados

## 9.4 APÊNDICE 4 – MATERIAIS NORTEADORES DOS GRUPOS FOCAIS



### Ambiente Alimentar Doméstico: GÊNERO, RAÇA E CLASSE

**Ambiente alimentar doméstico**

É aquele no qual as pessoas habitam e frequentemente realizam a maior parte das atividades relacionadas à alimentação, tais como planejar, armazenar, cozinhar e realizar as refeições. Entretanto, os elementos que o constituem vão muito além da infraestrutura física do domicílio em si, abrangendo também o meio “externo” e questões sociais, culturais, econômicas e políticas.



**Papel feminino**

Mulheres, em grande maioria, são delegadas para os afazeres domésticos, abarcando o planejamento, as decisões de compra e o preparo dos alimentos a todo o seu núcleo familiar. Isso acarreta em uma série de consequências psicossociais, culturais e econômicas.



**Questões de raça e classe**

É importante ressaltar que as mulheres são múltiplas e questões como raça e classe impactam na sua relação com a alimentação e o espaço doméstico. As mulheres negras, além da desigualdade de gênero, são atravessadas pela prevalência do racismo que, por sua vez, reflete nas menores oportunidades e condições socioeconômicas.




**Intenção e objetivos**

O atual trabalho busca investigar as relações de gênero, raça e classe em ambientes alimentares domésticos a partir da visão de mulheres inseridas nesse contexto. Nosso objetivo principal é visibilizar as questões levantadas e possibilitar que a coleta dessas percepções possam servir futuramente na formulação de políticas públicas.



**Quaisquer dúvidas, fale conosco!**  
aadeinterseccionalidade@gmail.com




### Rodas de conversa: EXPERIÊNCIAS FEMININAS EM AMBIENTES ALIMENTARES DOMÉSTICOS

**Programação**

**Vivências do Ambiente Alimentar Doméstico (12/06)**

- Recepção e Boas-vindas
- Abertura
- Dinâmica de apresentação das participantes
- Conversa
- Encerramento

Feedbacks sobre a atividade




**Acesso físico e econômico à alimentos (13/06)**

- Recepção e Boas-Vindas
- Abertura

Retomada dos assuntos abordados na sessão anterior

- Conversa
- Encerramento:

Feedbacks sobre a atividade



9.5 APÊNDICE 5 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DO GRUPO FOCAL

*Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE*

**Protocolo de Pesquisa - CAAE nº 59327622.6.0000.0030**

Convidamos o(a) Senhor(a) a participar voluntariamente do projeto de pesquisa “Intersecções Entre Gênero, Raça E Classe Em Ambientes Alimentares Domésticos: Desenvolvimento de Modelo Analítico”, sob a responsabilidade da doutoranda Gabriela Brito de Lima Silva, sob orientação da Profa. Dra. Elisabetta Recine.

A pesquisa tem como objetivo desenvolver um modelo analítico, na ótica da interseccionalidade, sobre experiências de mulheres em ambientes alimentares domésticos. Tal estudo justifica-se na medida em que as mulheres são as principais responsáveis pela alimentação em casa e que as desigualdades de gênero, raça/etnia e renda influenciam na sua relação e a da sua família com a alimentação saudável e adequada.

O estudo busca conhecer identificar quais elementos do ambiente alimentar doméstico podem ser utilizados para analisar desigualdades de gênero, raça e classe. Assim, serão investigados aspectos como acesso físico e econômico aos alimentos, as escolhas alimentares, a organização da alimentação no espaço doméstico e o papel das mulheres nesse contexto.

Para isso, serão realizados grupos focais com mulheres, representantes de organizações da sociedade civil que tenham como agenda a temática do estudo. Tal atividade se baseará no desenvolvimento de três grupos focais com os respectivos temas de discussão: 1) Vivências no ambiente alimentar doméstico; 2) Acessibilidade, acesso e disponibilidade de alimentos; 3) Desafios enfrentados pelas mulheres nos ambientes alimentares domésticos.

O(a) senhor(a) receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e lhe asseguramos que seu nome não aparecerá, sendo mantido o mais rigoroso sigilo pela omissão total de quaisquer informações que permitam identificá-lo(a). A sua participação se dará por meio de participação nos grupos focais compondo o grupo de mulheres. Esses procedimentos serão realizados de maneira remota, por meio do apoio da plataforma *Zoom*®, durante dia e horário acordado com todas as pessoas participantes. O tempo estimado é de uma hora e meia para cada grupo focal.

Como riscos, acredita-se que poderá haver questões as quais o senhor(a) possa sentir-se atingido(a) emocionalmente. Como forma de sanar tal risco, a equipe estará disposta de forma empática te acolher, escutar e orientá-lo(a) no que for propício, dando suporte emocional e direcionamento.

Sobre os benefícios, esclarece-se que não haverá benefício direto, porém se o(a) senhor(a) aceitar participar, estará contribuindo para a produção de conhecimentos e informações que poderão servir de base para formulação de políticas públicas que promovam a alimentação saudável e adequada, bem como equidade social e de gênero e de raça.

Reforçamos que o(a) senhor(a) pode se recusar a responder (ou participar de qualquer procedimento) qualquer questão que lhe traga constrangimento, podendo desistir de participar da pesquisa em qualquer momento sem nenhum prejuízo para o(a) senhor(a). Sua participação é voluntária, isto é, não há pagamento por sua colaboração.

Todas as despesas que o(a) senhor(a) e seu acompanhante (quando necessário), tiverem relacionadas diretamente ao projeto de pesquisa serão cobertas pelo pesquisador responsável. Caso haja algum dano direto ou indireto decorrente de sua participação na pesquisa, o(a) senhor(a) deverá buscar ser indenizado, obedecendo-se as disposições legais vigentes no Brasil.

Os resultados da pesquisa serão divulgados na Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília, podendo ser publicados posteriormente. Os dados e materiais serão utilizados somente para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do pesquisador por um período de cinco anos, após isso serão destruídos.

Se o(a) Senhor(a) tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, por favor telefone para: Gabriela Brito de Lima Silva (71) 99295-4610 ou para Profa. Elisabetta Recine (61) 981940308, ou também para a Secretaria de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília pelos telefones (61) 3107-1802/1779, disponível inclusive para ligação a cobrar a qualquer horário. É possível entrar em contato também pelo email [gabii.bls20@gmail.com](mailto:gabii.bls20@gmail.com) ou [brito.silva@aluno.unb.br](mailto:brito.silva@aluno.unb.br).

Este projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências da Saúde (CEP/FS) da Universidade de Brasília. O CEP é composto por profissionais de diferentes áreas cuja função é defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. As dúvidas com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do participante da pesquisa podem ser esclarecidos pelo telefone (61) 3107-1947 ou do e-mail [cepfs@unb.br](mailto:cepfs@unb.br) ou [cepfsunb@gmail.com](mailto:cepfsunb@gmail.com), horário de atendimento de 10:00hs às 12:00hs e de 13:30hs às 15:30hs, de segunda a sexta-feira. O CEP/FS se localiza na Faculdade de Ciências da Saúde, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Universidade de Brasília, Asa Norte.

Caso concorde em participar, pedimos que assine este documento que foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável e a outra com o(a) Senhor(a).

---

Nome e assinatura do(a) Participante

CPF:

---

Pesquisador(a) responsável – Gabriela Brito de Lima Silva

CPF: 06054989545

---

Pesquisador(a) responsável e orientadora – Profa. Dra. Elisabetta Recine

CPF: 084627578-35

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

9.6 APÊNDICE 6 – TERMO DE CONSENTIMENTO DE USO DA VOZ E IMAGEM DO GRUPO FOCAL

*Termo De Cessão De Uso De Imagem e Voz Para Fins Científicos E Acadêmicos*

**Protocolo de Pesquisa - CAAE nº 59327622.6.0000.0030**

Por meio deste termo, \_\_\_\_\_ CPF nº \_\_\_\_\_, participante do estudo “Intersecções Entre Gênero, Raça E Classe Em Ambientes Alimentares Domésticos: Desenvolvimento De Modelo Analítico”, de forma livre e esclarecida, cede o direito de uso de vídeos e voz adquiridos durante a realização de grupos focais e autoriza o(s) pesquisador(es), Gabriela Brito de Lima Silva, CPF 06054989545 e matrícula 200094106, Elisabetta Gioconda Iole Giovanna Recine, CPF 08462757835 e matrícula 138959, bem como a Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília, responsável(is) pelo trabalho a:

(a) ) utilizar os vídeos e gravações de voz obtidas durante sua participação em estudo/pesquisa anterior na(o) tese de doutorado, do Programa de Pós-Graduação em Nutrição Humana, para fim de obtenção de grau acadêmico (e/ou divulgação científica), sem qualquer limitação de número de inserções e reproduções, desde que essenciais para os objetivos do estudo, garantida a ocultação de identidade (mantendo-se a confidencialidade e a privacidade das informações), inclusive, mas não restrito a ocultação da face e/ou dos olhos, quando possível;

(b) veicular os vídeos e gravações de voz acima referida na versão final do trabalho acadêmico, que será obrigatoriamente disponibilizado na página web da biblioteca (repositório) da Universidade de Brasília – UnB, ou seja, na internet, assim tornando-as públicas;

(c) utilizar os vídeos e gravações de voz na produção de quaisquer materiais acadêmicos, inclusive aulas e apresentações em congressos e eventos científicos, por meio oral (conferências) ou impresso (pôsteres ou painéis);

(d) utilizar vídeos e gravações de voz para a publicação de artigos científicos em meio impresso e/ou eletrônico para fins de divulgação, sem limitação de número de inserções e reproduções;

(e) no caso de imagens, executar livremente a montagem das fotografias, realizando cortes e correções de brilho e/ou contraste necessários, sem alterar a sua veracidade, utilizando-as exclusivamente para os fins previstos neste termo e responsabilizando-se pela guarda e pela utilização da obra final produzida.

(f) no caso da voz, executar livremente a edição e montagem do trecho, realizando cortes e correções necessárias, assim como de gravações, sem alterar a sua veracidade, utilizando-as exclusivamente para os fins previstos neste termo e responsabilizando-se pela guarda e pela utilização da obra final produzida.

O participante declara que está ciente que não haverá pagamento financeiro de qualquer natureza neste ou em qualquer momento pela cessão das fotografias, dos vídeos e/ou da voz, e que está ciente que pode retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma, salvo os materiais científicos já publicados.

É vedado ao(s) pesquisador(es) utilizar as fotografias, os vídeos e/ou a voz para fins comerciais ou com objetivos diversos da pesquisa proposta, sob pena de responsabilização nos termos da legislação brasileira. O(s) pesquisador(es) declaram que o presente estudo/pesquisa será norteado pelos normativos éticos vigentes no Brasil.

Concordando com o termo, o participante de pesquisa e o(s) pesquisador(es) assinam o presente termo em 2 (duas) vias iguais, devendo permanecer uma em posse do pesquisador responsável e outra com o participante.

---

Nome e assinatura do(a) Participante

CPF:

---

Pesquisador(a) responsável – Gabriela Brito de Lima Silva

CPF: 06054989545

---

Pesquisador(a) responsável e orientadora – Profa. Dra. Elisabetta Recine

CPF: 084627578-35

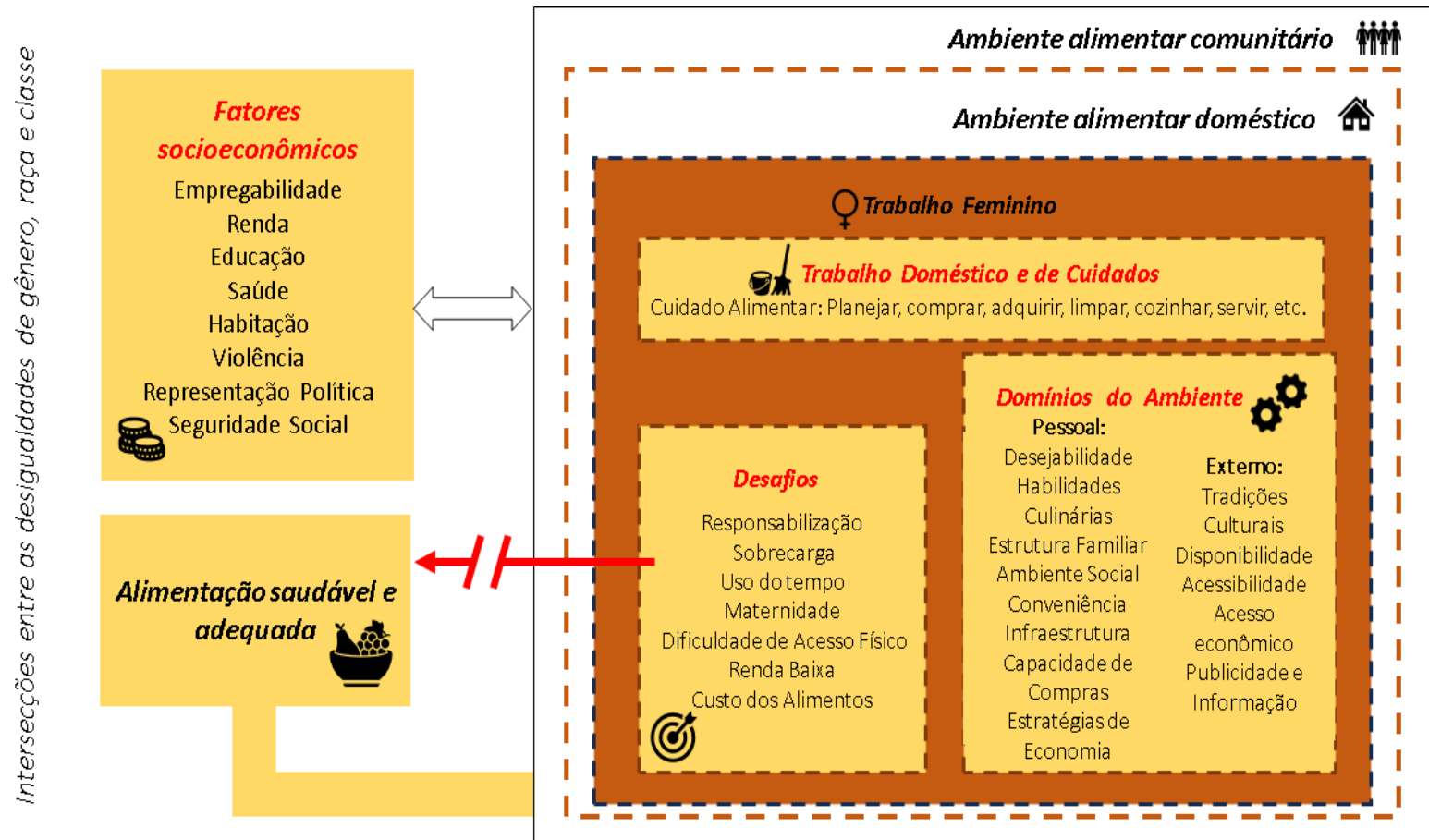
Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

9.7 APÊNDICE 7 –SÍNTESE DOS TEMAS E SUBTEMAS DO GRUPO FOCAL

<i>Síntese dos temas e subtemas</i>	
<i>Tema</i>	<i>Subtemas</i>
<i>Alta responsabilização</i>	Ter que cuidar
	Abdicar de si
	Ser a dona de casa
	Assumir as compras
	Cozinhar para os outros
	Cozinhar por necessidade
	Cozinhar para agradar
<i>Maternidade</i>	Pensar na alimentação após a maternidade
	Crianças estão em primeiro lugar
	Cuidados com os filhos pequenos
	Priorizar comida saudável
	Adaptar a alimentação
	Agradar aos filhos
<i>Sobrecarga</i>	Assumir o papel principal
	Planejar o que fazer
	Cozinhar
	Fazer as compras
	Trabalhar muito
	Rotina puxada
	Carregar tudo sozinha
	Não dá conta
<i>Pobreza de Tempo</i>	Não ter tempo
	Tentar organizar o tempo
	Trabalhar fora de casa
	Trabalho de dona de casa toma tempo
	Ficar o dia todo na cozinha
	Falta de tempo para as compras
	Ser refém do que está disponível
	Falta de alimentos de qualidade

<b><i>Baixo Acesso Físico á Alimentos</i></b>	Falta de alimentos orgânicos
	Falta de frutas e verduras
	Falta de variedades de alimentos regionais
	Falta de alimentos em casa
	Recorrer aos grandes supermercados
	Não ter veículo de transporte próprio
<b><i>Renda Baixa</i></b>	Não ter dinheiro
	Salário baixo
	Necessidade de aumento de salário
	Falta de oportunidade de emprego
	Dinheiro restrito no fim do mês
	Usar o cartão de crédito
	Usar o cheque especial
<b><i>Alto custo dos Alimentos</i></b>	O mercado está caro
	Comida de qualidade é cara
	Comprar produtos de qualidade inferior
	Carnes estão caras
	Frutas e verduras estão caras
	Alimentos orgânicos são caros
	Itens básicos estão caros
	Comprar alimentos mais baratos
	Reduzir itens nas compras

9.8 APÊNDICE 8 – VERSÃO 2 DO MODELO



## 9.9 APÊNDICE 9 – CONVITE PARA OS ESPECIALISTAS

### **CONVITE PARA PARTICIPAÇÃO EM PAINEL DE ESPECIALISTAS**

Prezada/o,

Me chamo Gabriela Silva e sou doutoranda em Nutrição Humana pela Universidade de Brasília, sob orientação da prof. Dra. Elisabetta Recine. Estamos desenvolvendo uma pesquisa intitulada “Intersecções entre gênero, raça e classe em ambientes alimentares domésticos: desenvolvimento de modelo analítico”.

O objetivo geral do estudo é **desenvolver um modelo teórico para analisar experiências de mulheres em ambientes alimentares domésticos, sob a ótica interseccional**. Como objetivos específicos temos: 1) Identificar elementos que se relacionam com as desigualdades de gênero, raça e classe e que podem ser utilizados para analisar experiências femininas em ambientes alimentares domésticos e suas implicações na alimentação adequada e saudável. 2) Propor um modelo teórico, com foco na interseccionalidade, para análise de experiências femininas em ambientes alimentares domésticos 3) Validar o modelo analítico proposto mediante painel de especialistas.

A relevância do estudo reside na abordagem de problemas estruturais que impactam em diversos aspectos da vida das mulheres, especialmente as negras, a classe trabalhadora e em vulnerabilidade socioeconômica. Além disso, **contribui para incentivos às pesquisas com uma abordagem interseccional no campo da Alimentação e Nutrição**, podendo também gerar resultados que contribuam para o **desenvolvimento de políticas públicas**.

No momento, iremos iniciar a fase de avaliação do modelo por um painel de especialistas, por meio da técnica Delphi. Esta técnica consiste na realização de rodadas de avaliação nas quais as/os participantes irão avaliar os domínios do modelo, bem como sua relevância e poderão dar sugestões de aprimoramento. Iremos realizar **três rodadas de avaliação, que acontecerão entre os meses de março, abril e maio de 2025**. Para participar em cada rodada estima-se um tempo médio de 20 minutos, e a tendência é as etapas 2 e 3 serem mais rápidas. O resultado final do estudo será compartilhado com as/os especialistas participantes.

Nesse sentido, gostaríamos de convidá-la/lo para compor o painel de especialistas. Diante da sua experiência nas áreas de Alimentação e Nutrição e/ou Saúde Pública e/ou Relações de Gênero e/ou Relações Raciais, acreditamos que a sua contribuição será valiosa para o desenvolvimento do modelo. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética da Faculdade de Ciências da Saúde, da Universidade de Brasília sob o número do **CAAE 59327622.6.0000.0030**. Contamos com **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido** que será disponibilizado para as/os participantes junto com as demais informações sobre o processo de avaliação, após o aceite deste convite. Ressaltamos que as informações sobre as/os especialistas e informações pessoais ficarão em sigilo.

Solicitamos gentilmente que responda a esse convite, por meio do e-mail encaminhado, até o dia **18 de março**.

Agradecemos desde já.

## 9.10 APÊNDICE 10 – QUESTIONÁRIO 1

### **Modelo Teórico de "Análise de experiências femininas em ambientes alimentares domésticos, sob a ótica interseccional"**

Prezada, agradecemos por aceitar compor o painel de especialistas para avaliação do modelo proposto neste estudo. Com este formulário realizaremos a **primeira rodada de avaliação** que visa julgar os domínios individuais do modelo e seus componentes, bem como o modelo de forma geral.

#### **Algumas informações importantes:**

- Sobre os aspectos éticos: o estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília, sob o número **CAAE 59327622.6.0000.0030**. Todas as informações e dados pessoais das participantes serão mantidos em sigilo pela equipe do estudo.
- O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que deve ser lido e assinado pela participante do painel. Este pode ser acessado e o consentimento registrado no próximo tópico.
- Em caso de qualquer dúvidas por favor entre em contato com a pesquisadora responsável pelo estudo, pelo email [gabii.bls20@gmail.com](mailto:gabii.bls20@gmail.com) ou WhatsApp (71) 99295-4610.

#### **Sobre o preenchimento do questionário:**

- No primeiro bloco, solicitamos uma breve caracterização sua para termos o perfil do painel.
- Por email, encaminhamos um material norteador contendo um breve resumo do estudo, conceitos importantes, o modelo teórico e suas explicações, quadros de domínios e descrições. É possível também acessar esse material norteador [clcando aqui](#).
- Para facilitar a visualização do modelo teórico, é possível acessá-lo também [clcando aqui](#)
- As características que buscamos avaliar são: **CLAREZA, RELEVÂNCIA, REPRESENTATIVIDADE, ABRANGÊNCIA**
- O processo de avaliação conta com 21 questões. Cada questão tem respostas organizadas mediante uma **escala Likert de quatro pontos**, por isso cada questão só poderá ter uma única resposta conforme a opinião da participante.
- Em cada sessão, será possível tecer alguns comentários sobre os itens presentes, bem como realizar sugestões.

*Agradecemos desde já a sua participação.*

#### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Convidamos o(a) Senhor(a) a participar voluntariamente do projeto de pesquisa “Interseções Entre Gênero, Raça E Classe Em Ambientes Alimentares Domésticos: Desenvolvimento de Modelo Analítico”, sob a responsabilidade da doutoranda Gabriela Brito de Lima Silva, sob orientação da Profa. Dra. Elisabetta Recine. A pesquisa tem como objetivo desenvolver um modelo analítico, na ótica da Interseccionalidade, sobre experiências de mulheres em ambientes alimentares domésticos. Para isso, será realizado um Painel de Especialistas, cujos participantes são pessoas que tem como agenda estudos sobre o tema. Tal atividade se baseará na técnica Delphi, técnica na qual o modelo teórico

proposto será encaminhado por e-mail, junto com um material norteador e um questionário para sua avaliação. Este processo de avaliação terá três rodadas e acontecerá entre os meses de março e maio de 2025.

Reforçamos que o(a) senhor(a) pode se recusar a participar de qualquer procedimento que lhe traga constrangimento, podendo desistir de participar da pesquisa em qualquer momento sem nenhum prejuízo para o(a) senhor(a). Os dados e materiais serão utilizados somente para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do pesquisador por um período de cinco anos, após isso serão destruídos.

Para acessar o TCLE completo, com assinatura das pesquisadoras responsáveis, [clique aqui](#).

## CARACTERIZAÇÃO DA PARTICIPANTE

Nome completo:

CPF:

Telefone (opcional):

Concorda com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido? ( ) Sim ( ) Não

Em qual região do país você reside?

( ) Norte ( ) Nordeste ( ) Centro-Oeste ( ) Sudeste ( ) Sul Com

qual etnia/raça você se identifica?

( ) Branco ( ) Preto ( ) Pardo ( ) Indígena ( ) Amarelo Qual

a sua identidade de gênero?

( ) Feminino ( ) Masculino ( ) Outro ( ) Prefiro não dizer

## AVALIAÇÃO DO MODELO TEÓRICO – FATORES SOCIOECONÔMICOS

Questão 1. Os elementos presentes na dimensão “Fatores socioeconômicos” estão claros?

( ) Não claro

( ) Pouco claro

( ) Claro

( ) Bastante claro

Questão 2. Os elementos presentes nesta dimensão são relevantes?

( ) Não relevante

( ) Pouco relevante

( ) Relevante, mas alguns ajustes são necessários

( ) Bastante relevante

Questão 3. Os elementos são representativos para o modelo proposto?

( ) Não representativo

( ) Pouco representativo

( ) Representativo, mas alguns ajustes são necessários

( ) Bastante representativo

Questão 4. A dimensão abrange os elementos relacionados às desigualdades de gênero, raça e classe?

( ) Não abrangente

( ) Pouco abrangente

( ) Abrangente, mas alguns ajustes são necessários

( ) Bastante abrangente

Espaço para comentários e sugestões:

#### AVALIAÇÃO DO MODELO TEÓRICO – AMBIENTE ALIMENTAR DOMÉSTICO

Questão 5. Os elementos desta dimensão estão claros?

- Não claro
- Pouco claro
- Claro
- Bastante claro

Questão 6. Os elementos são relevantes?

- Não relevante
- Pouco relevante
- Relevante, mas alguns ajustes são necessários
- Bastante relevante

Questão 7. Os elementos são representativos?

- Não representativo
- Pouco representativo
- Representativo, mas alguns ajustes são necessários
- Bastante representativo

Questão 8. A dimensão abrange o ambiente alimentar doméstico de forma geral?

- Não abrangente
- Pouco abrangente
- Abrangente, mas alguns ajustes são necessários
- Bastante abrangente

Espaço para comentários e sugestões:

#### AVALIAÇÃO DOS DOMÍNIOS EXTERNO E INTERNO DO AMBIENTE ALIMENTAR DOMÉSTICO

Questão 9. Os elementos estão claros?

- Não claro
- Pouco claro
- Claro
- Bastante claro

Questão 10. Os elementos são relevantes?

- Não relevante
- Pouco relevante
- Relevante, mas alguns ajustes são necessários
- Bastante relevante

Questão 11. Os elementos são representativos?

- Não representativo
- Pouco representativo
- Representativo, mas alguns ajustes são necessários

Bastante representativo

Questão 12. A dimensão é abrangente?

Espaço para comentários e sugestões:

#### AVALIAÇÃO DOS DESAFIOS FEMININOS EM AMBIENTES ALIMENTARES DOMÉSTICOS

Questão 13. Os elementos estão claros?

- Não claro
- Pouco claro
- Claro
- Bastante claro

Questão 14. Os elementos são relevantes?

- Não relevante
- Pouco relevante
- Relevante, mas alguns ajustes são necessários
- Bastante relevante

Questão 15. Os elementos são representativos?

- Não representativo
- Pouco representativo
- Representativo, mas alguns ajustes são necessários
- Bastante representativo

Questão 16. A dimensão é abrangente?

- Não abrangente
- Pouco abrangente
- Abrangente, mas alguns ajustes são necessários
- Bastante abrangente

Espaço para comentários e sugestões:

#### AVALIAÇÃO GERAL DO MODELO TEÓRICO

Questão 17. O modelo está claro?

- Não claro
- Pouco claro
- Claro
- Bastante claro

Questão 18. A representação gráfica do modelo é adequada?

- Não adequada
- Pouco adequada
- Adequada, mas necessita de alguns ajustes
- Bastante adequada

Questão 19. O modelo é relevante?

- Não relevante

- Pouco relevante
- Relevante, mas alguns ajustes são necessários
- Bastante relevante

Questão 20. O modelo é representativo?

- Não representativo
- Pouco representativo
- Representativo, mas alguns ajustes são necessários
- Bastante representativo

Questão 21. O modelo abrange todos os elementos necessários para análise das experiências femininas em ambientes alimentares domésticos sob a ótica interseccional?

- Não abrangente
- Pouco abrangente
- Abrangente, mas alguns ajustes são necessários
- Bastante abrangente

Espaço para comentários e sugestões:

## 9.11 APÊNDICE 11 – MATERIAL NORTEADOR DO PAINEL

# Painel de Especialistas

Avaliação do modelo teórico de “Análise de Experiências Femininas em Ambientes Alimentares Domésticos, sob a ótica interseccional”

Doutoranda: Gabriela Silva  
Orientadora: Elisabetta Recine  
Universidade de Brasília

## Como participar?

A avaliação do modelo teórico será realizada em três rodadas

Será possível registrar alguns comentários sobre o modelo e seus domínios

Cada rodada conta com um questionário que será respondido pelos participantes do painel

Os questionários são compostos por questões fechadas, cujas respostas serão dadas por meio de escala Likert de 4 pontos

## Como participar?

Encaminhamos por email:

- Um material norteador, contendo a explicação do modelo teórico e os principais conceitos utilizados
- O modelo teórico a ser avaliado
- Questionário contendo o TCLE e as questões de avaliação do modelo

## 3º Rodada

Para participação nesta rodada, será necessário:

- Analisar o modelo que será reestruturado após a segunda etapa
- Responder as perguntas de avaliação do modelo reestruturado
- Tempo médio gasto - Julga-se que o tempo gasto pelos participantes nesta etapa será menor que os anteriores

Previsão de início desta rodada: 26/05/2025  
Previsão de término desta rodada: 06/06/2025

## 1º Rodada

Para participação nesta rodada, será necessário:

- Analisar o modelo e material norteador encaminhado
- Registrar o aceite por meio do TCLE, presente no questionário.
- Responder as perguntas de identificação do perfil dos participantes
- Responder as perguntas de avaliação do modelo (total - 21 questões)
- Tempo médio gasto para leitura do material norteador - 20 minutos
- Tempo médio gasto para preenchimento do questionário - 20 minutos

Início desta rodada: 18/03/2025  
Término desta rodada: 02/04/2025

## 2º Rodada

Para participação nesta rodada, será necessário:

- Analisar o modelo que será reestruturado após a primeira etapa
- Responder as perguntas de avaliação do modelo reestruturado
- Tempo médio gasto - Julga-se que o tempo gasto pelos participantes nesta etapa será menor que os anteriores

Previsão de início desta rodada: 22/04/2025  
Previsão de término desta rodada: 07/05/2025

# Agradecemos muito a sua participação!



**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE**

**Protocolo de Pesquisa - CAAE nº 59327622.6.0000.0030**

Convidamos o(a) Senhor(a) a participar voluntariamente do projeto de pesquisa “Intersecções Entre Gênero, Raça E Classe Em Ambientes Alimentares Domésticos: Desenvolvimento de Modelo Analítico”, sob a responsabilidade da doutoranda Gabriela Brito de Lima Silva, sob orientação da Profa. Dra. Elisabetta Recine.

A pesquisa tem como objetivo desenvolver um modelo analítico, na ótica da interseccionalidade, sobre experiências de mulheres em ambientes alimentares domésticos. Tal estudo justifica-se na medida em que as mulheres são as principais responsáveis pela alimentação em casa e que as desigualdades de gênero, raça/etnia e renda influenciam na sua relação e a da sua família com a alimentação saudável e adequada.

Como objetivos específicos temos: 1) Identificar elementos que se relacionam com as desigualdades de gênero, raça e classe e que podem ser utilizados para analisar experiências femininas em ambientes alimentares domésticos e suas implicações na alimentação adequada e saudável. 2) Propor um modelo teórico, com foco na interseccionalidade, para análise de experiências femininas em ambientes alimentares domésticos 3) Validar o modelo analítico proposto mediante painel de especialistas.

Para isso, será realizado um Painel de Especialistas, cujos participantes são pessoas que tenham como agenda estudos sobre o tema. Tal atividade se baseará na técnica Delphi, técnica na qual o modelo teórico proposto será encaminhado por e-mail, junto com um material norteador e um questionário para avaliação do modelo. Este processo de avaliação terá três rodadas e acontecerá entre os meses de março e maio de 2025.

O(a) senhor(a) receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e lhe asseguramos que seu nome não aparecerá, sendo mantido o mais rigoroso sigilo pela omissão total de quaisquer informações que permitam identificá-lo(a). A sua participação se dará como participante do Painel de Especialistas. Esses procedimentos serão realizados de maneira remota, por cujo as comunicações e envio dos materiais acontecerão via e-mail. O tempo estimado de leitura do material norteador e preenchimento dos questionários, é de aproximadamente 30 minutos.

Como riscos, acredita-se que a oficina poderá interferir no uso do seu tempo e choque com suas demais atribuições profissionais. Sendo assim, o processo de avaliação poderá ser realizado em qualquer horário conveniente ao participante, de modo que não comprometa as demais atividades e uma declaração de participação poderá ser disponibilizada caso seja do seu interesse.

Sobre os benefícios, esclarece-se que não haverá benefício direto, porém se o(a) senhor(a) aceitar participar, estará contribuindo para a produção de conhecimentos e informações que poderão servir de base para formulação de políticas públicas que promovam a alimentação saudável e adequada, bem como equidade social e de gênero e de raça.

Reforçamos que o(a) senhor(a) pode se recusar a participar de qualquer procedimento que lhe traga constrangimento, podendo desistir de participar da pesquisa em qualquer momento sem nenhum prejuízo para o(a) senhor(a). Sua participação é voluntária, isto é, não há pagamento por sua colaboração.

Todas as despesas que o(a) senhor(a) e seu acompanhante (quando necessário), tiverem relacionadas diretamente ao projeto de pesquisa serão cobertas pelo pesquisador responsável. Caso haja algum dano direto ou indireto decorrente de sua participação na pesquisa, o(a) senhor(a) deverá buscar ser indenizado, obedecendo-se as disposições legais vigentes no Brasil.

Os resultados da pesquisa serão divulgados na Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília, podendo ser publicados posteriormente. Os dados e materiais serão utilizados somente para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do pesquisador por um período de cinco anos, após isso serão destruídos.

Se o(a) Senhor(a) tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, por favor telefone para: Gabriela Brito de Lima Silva (71) 99295-4610 ou para Profa. Elisabetta Recine (61) 981940308, ou também para a Secretaria de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília pelos telefones (61) 3107-1802/1779, disponível inclusive para ligação a cobrar a qualquer horário. É possível entrar em contato também pelo e-mail gabii.bls20@gmail.com ou brito.silva@aluno.unb.br.

Este projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências da Saúde (CEP/FS) da Universidade de Brasília. O CEP é composto por profissionais de diferentes áreas cuja função é defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. As dúvidas com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do participante da pesquisa podem ser esclarecidos pelo telefone (61) 3107-1947 ou do e-mail cepfs@unb.br ou cepfsunb@gmail.com, horário de atendimento de 10:00hs às 12:00hs e de 13:30hs às 15:30hs, de segunda a sexta-feira. O CEP/FS se localiza na Faculdade de Ciências da Saúde, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Universidade de Brasília, Asa Norte.

Caso concorde em participar, pedimos que assine este documento que foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável e a outra com o(a) Senhor(a).

---

Nome e assinatura do(a) Participante

CPF:

---

Pesquisador(a) responsável – Gabriela Brito de Lima Silva

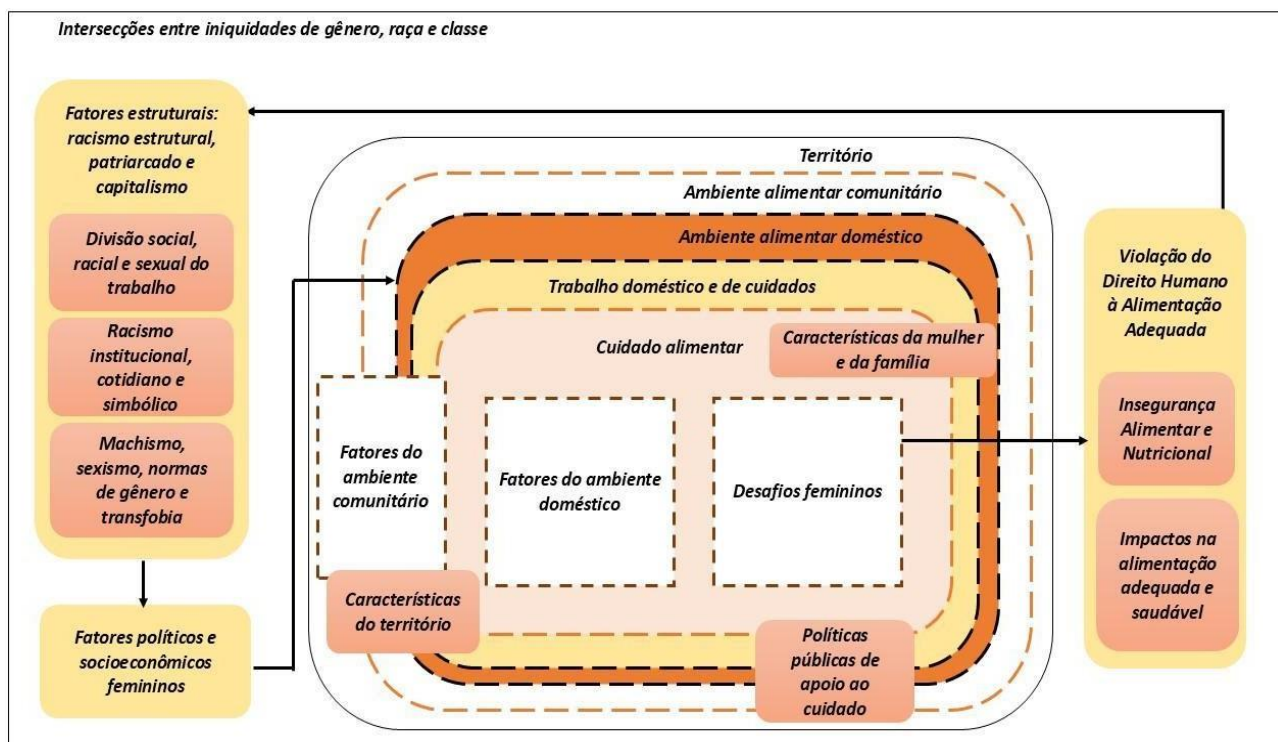
CPF: 06054989545

---

Pesquisador(a) responsável e orientadora – Profa. Dra. Elisabetta Recine  
CPF: 084627578-35

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

## 9.13 APÊNDICE 13 – VERSÃO DO MODELO REESTRUTURADA APÓS PRIMEIRARODADA DO PAINEL DE ESPECIALISTAS



## 9.14 APÊNDICE 14 – QUESTIONÁRIO 2

### **Modelo Teórico de "Análise de experiências femininas em ambientes alimentares domésticos, sob a ótica interseccional"**

Prezada, agradecemos novamente por aceitar compor o painel de especialistas para avaliação do modelo proposto neste estudo. Com este formulário realizaremos a **segunda rodada** de avaliação que visa julgar o modelo e seus componentes após as sugestões recebidas na primeira rodada realizada com a sua participação.

Sobre o preenchimento do questionário:

- Encaminhamos por e-mail o modelo atual, pós primeira rodada, com seus quadros e o modelo anterior, para serem comparados. As alterações realizadas estão marcadas em vermelho no modelo atual. É possível também acessar o modelo anterior [clcando aqui](#) e o modelo atual [clcando aqui](#).
- Optamos por não encaminhar nesse momento, material norteador tendo em vista que este foi encaminhado na rodada anterior e passará por mudanças, sendo apresentado ao fim de todas as rodadas.
- As características que buscamos avaliar são: CLAREZA, RELEVÂNCIA, REPRESENTATIVIDADE, ABRANGÊNCIA
- O processo de avaliação conta com 21 questões. Cada questão tem respostas organizadas mediante uma escala Likert de quatro pontos, por isso cada questão só poderá ter uma única resposta conforme a opinião da participante.
- Em cada sessão, será possível tecer alguns comentários sobre os itens presentes, bem como realizar sugestões.

*Agradecemos desde já a sua participação.*

#### **AValiação do Modelo Teórico Quanto aos Fatores Estruturais e os Fatores Políticos e Socioeconômicos Femininos**

Questão 1. Os elementos presentes nas dimensões "fatores estruturais" e "fatores políticos e socioeconômicos femininos", estão claros o suficiente?

- Não claro
- Pouco claro
- Claro
- Bastante claro

Questão 2. Os elementos presentes nas dimensões "fatores estruturais" e "fatores políticos e socioeconômicos femininos", são relevantes?

- Não relevante
- Pouco relevante
- Relevante, mas alguns ajustes são necessários
- Bastante relevante

Questão 3. Os elementos presentes nas dimensões "fatores estruturais" e "fatores políticos e socioeconômicos femininos", são representativos para o modelo proposto, os conceitos e relações envolvidas?

- Não representativo
- Pouco representativo
- Representativo, mas alguns ajustes são necessários
- Bastante representativo

Questão 4. As dimensões "fatores estruturais" e "fatores políticos e socioeconômicos femininos" se relacionam interseccionalmente com as desigualdades de gênero, raça e classe?

- Não abrangente
- Pouco abrangente
- Abrangente, mas alguns ajustes são necessários
- Bastante abrangente

Espaço para comentários e sugestões:

#### AVALIAÇÃO DO MODELO TEÓRICO QUANTO AO AMBIENTE ALIMENTAR DOMÉSTICO

Questão 5. Os elementos presentes na dimensão "Ambiente Alimentar Doméstico", estão claros o suficiente?

- Não claro
- Pouco claro
- Claro
- Bastante claro

Questão 6. Os elementos presentes na dimensão "Ambiente Alimentar Doméstico", são relevantes?

- Não relevante
- Pouco relevante
- Relevante, mas alguns ajustes são necessários
- Bastante relevante

Questão 7. Os elementos presentes na dimensão "Ambiente Alimentar Doméstico", são representativos para o modelo proposto, os conceitos e relações envolvidas?

- Não representativo
- Pouco representativo
- Representativo, mas alguns ajustes são necessários
- Bastante representativo

Questão 8. A dimensão "Ambiente Alimentar Doméstico" abrange todos os elementos que configuram o ambiente alimentar doméstico de modo geral?

- Não abrangente
- Pouco abrangente
- Abrangente, mas alguns ajustes são necessários
- Bastante abrangente

Espaço para comentários e sugestões:

### AVALIAÇÃO DO MODELO TEÓRICO QUANTO AOS FATORES DO AMBIENTE ALIMENTAR DOMÉSTICO

Questão 9. Os elementos presentes nas dimensões "*fatores do ambiente alimentar doméstico*" e "*fatores do ambiente alimentar comunitário*", estão claros o suficiente?

- Não claro
- Pouco claro
- Claro
- Bastante claro

Questão 10. Os elementos presentes nas dimensões "*fatores do ambiente alimentar doméstico*" e "*fatores do ambiente alimentar comunitário*" são relevantes?

- Não relevante
- Pouco relevante
- Relevante, mas alguns ajustes são necessários
- Bastante relevante

Questão 11. Os elementos presentes nas dimensões "*fatores do ambiente alimentar doméstico*" e "*fatores do ambiente alimentar comunitário*", são representativos para o modelo proposto, os conceitos e relações envolvidas?

- Não representativo
- Pouco representativo
- Representativo, mas alguns ajustes são necessários
- Bastante representativo

Questão 12. As dimensões "*fatores do ambiente alimentar doméstico*" e "*fatores do ambiente alimentar comunitário*" abrangem todos os elementos presentes em ambos os ambientes?

- Não abrangente
- Pouco abrangente
- Abrangente, mas alguns ajustes são necessários
- Bastante abrangente

Espaço para comentários e sugestões:

### AVALIAÇÃO DO MODELO TEÓRICO QUANTO AOS DESAFIOS FEMININOS EM AMBIENTES ALIMENTARES DOMÉSTICOS

Questão 13. Os elementos presentes na dimensão "*Desafios Femininos em Ambientes Alimentares Domésticos*", estão claros o suficiente?

- Não claro
- Pouco claro
- Claro
- Bastante claro

Questão 14. Os elementos presentes na dimensão " *Desafios Femininos em Ambientes Alimentares Domésticos* ", são relevantes?

- Não relevante
- Pouco relevante
- Relevante, mas alguns ajustes são necessários
- Bastante relevante

Questão 15. Os elementos presentes na dimensão " *Desafios Femininos em Ambientes Alimentares Domésticos* ", são representativos para o modelo proposto, os conceitos e relações envolvidas?

- Não representativo
- Pouco representativo
- Representativo, mas alguns ajustes são necessários
- Bastante representativo

Questão 16. A dimensão " *Desafios Femininos em Ambientes Alimentares Domésticos* " abrange todos os desafios vivenciados pelas mulheres em ambientes alimentares domésticos?

- Não abrangente
- Pouco abrangente
- Abrangente, mas alguns ajustes são necessários
- Bastante abrangente

Espaço para comentários e sugestões:

#### AVALIAÇÃO GERAL DO MODELO TEÓRICO

Questão 17. Os elementos presentes no modelo estão claros o suficiente?

- Não claro
- Pouco claro
- Claro
- Bastante claro

Questão 18. A representação gráfica do modelo está adequada?

- Não adequada
- Pouco adequada
- Adequada, mas necessita de alguns ajustes
- Bastante adequada

Questão 19. Os elementos presentes no modelo são relevantes?

- Não relevante
- Pouco relevante
- Relevante, mas alguns ajustes são necessários
- Bastante relevante

Questão 20. Os elementos presentes no modelo são representativos para o fenômeno analisado?

- Não representativo
- Pouco representativo

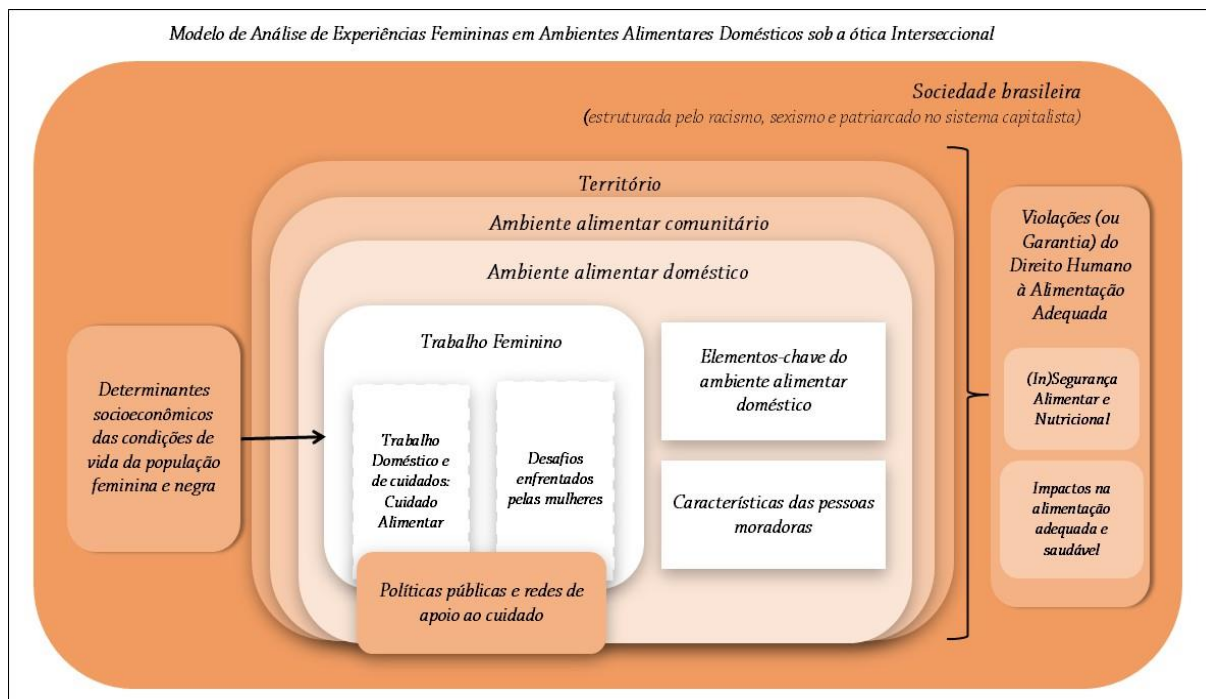
- Representativo, mas alguns ajustes são necessários
- Bastante representativo

Questão 21. O modelo abrange todos os elementos necessários para se analisar as experiências femininas em ambientes alimentares domésticos, sob a ótica interseccional?

- Não abrangente
- Pouco abrangente
- Abrangente, mas alguns ajustes são necessários
- Bastante abrangente

Espaço para comentários e sugestões:

## 9.15 APÊNDICE 15 – VERSÃO 3 DO MODELO



**Determinantes socioeconômicos das condições de vida da população feminina e negra**

Inserção no mercado de trabalho  
Recursos financeiros  
Acesso à educação  
Acesso a serviços de saúde  
Geração  
Habitação  
Violência racial e de gênero  
Participação social  
Seguridade social

**Características das pessoas moradoras**

Perfil da pessoa responsável  
Tipo de arranjo familiar  
Faixa etária  
Estado Civil  
Número de crianças e adolescentes  
Escolaridade  
Posição no mercado de trabalho  
Condições físicas, psicológicas e biológicas

**Trabalho doméstico e de cuidados:**

Cuidado alimentar:  
Planejar, comprar,  
armazenar, preparar, servir,  
limpar, gerir sobras e resíduos

**Políticas públicas e redes de apoio ao cuidado**

Creches e escolas em tempo integral  
Instituições de longa permanência para idosos  
Lavanderias comunitárias  
Restaurantes comunitários  
Salário-maternidade  
Licença maternidade  
Famíliares  
Comunidade

**Território**

Acesso à água e saneamento básico  
Acesso à Energia Elétrica  
Acesso à sistema de transporte público  
Garantia de Segurança pública

**Ambiente Alimentar Comunitário**

Acesso econômico à alimentos  
Disponibilidade de alimentos  
Acessibilidade aos alimentos  
Ações de marketing e publicidade de alimentos  
Tradições culturais e religiosas

**Elementos-chave do ambiente alimentar doméstico**

Preferências alimentares  
Habilidades culinárias  
Conveniência  
Normas de consumo  
Compartilhamento das tarefas  
Estrutura física do domicílio  
Estratégias de compra e de economia  
Disponibilidade domiciliar de alimentos  
Acesso à informação  
Conhecimentos sobre alimentação

**Desafios enfrentados pelas mulheres**

Responsabilização  
Sobrecarga  
Tempo  
Maternagem  
Acesso físico à alimentos  
Renda  
Custo dos alimentos

## 9.16 APÊNDICE 16 – QUESTIONÁRIO 3

Modelo Teórico de "Análise de experiências femininas em ambientes alimentares domésticos, sob a ótica interseccional"

Prezada, agradecemos novamente por aceitar compor o painel de especialistas para avaliação do modelo proposto neste estudo. Com este formulário realizaremos a **terceira (e última rodada de avaliação)** que visa julgar o modelo e seus componentes após as sugestões recebidas na segunda rodada realizada com a sua participação.

### **Sobre o preenchimento do questionário:**

- Encaminhamos por e-mail o modelo atual, pós segunda rodada, com seus quadros, material norteador e os modelos anteriores para serem comparados. É possível também acessar o primeiro modelo [clcando aqui](#), o segundo modelo [clcando aqui](#) e o modelo atual [clcando aqui](#).
- O material norteador também pode ser acessado [clcando aqui](#).
- As características que buscamos avaliar são: **CLAREZA, RELEVÂNCIA, REPRESENTATIVIDADE, ABRANGÊNCIA**
- O processo de avaliação conta com **11 questões**. Cada questão tem respostas organizadas mediante uma **escala Likert de quatro pontos**, por isso cada questão só poderá ter uma única resposta conforme a opinião da participante.

*Agradecemos desde.*

### CLAREZA

Questão 1. O modelo está claro o suficiente.

- Discordo totalmente
- Discordo em grande parte
- Concordo em grande parte
- Concordo totalmente

### RELEVÂNCIA

Questão 2. Os termos apresentados no modelo estão claros e adequados.

- Discordo totalmente
- Discordo em grande parte
- Concordo em grande parte
- Concordo totalmente

Questão 3. Os itens do modelo estão dispostos de forma clara e adequada.

- Discordo totalmente
- Discordo em grande parte
- Concordo em grande parte
- Concordo totalmente

Questão 4. A representação gráfica do modelo está clara e adequada.

- Discordo totalmente
- Discordo em grande parte
- Concordo em grande parte
- Concordo totalmente

#### ABRANGÊNCIA

Questão 5. Todos os itens e subitens do modelo são relevantes para a análise das experiências femininas em ambientes alimentares domésticos sob a ótica interseccional.

- Discordo totalmente
- Discordo em grande parte
- Concordo em grande parte
- Concordo totalmente

Questão 6. De modo geral, o modelo contempla os elementos-chave dos ambientes alimentares domésticos.

- Discordo totalmente
- Discordo em grande parte
- Concordo em grande parte
- Concordo totalmente

Questão 7. De modo geral, o modelo contempla os desafios enfrentados pelas mulheres em ambientes alimentares domésticos, considerando as questões de gênero, raça e classe.

- Discordo totalmente
- Discordo em grande parte
- Concordo em grande parte
- Concordo totalmente

#### REPRESENTATIVIDADE

Questão 8. De modo geral, o modelo contempla os principais aspectos das experiências femininas em ambientes alimentares domésticos.

- Discordo totalmente
- Discordo em grande parte
- Concordo em grande parte
- Concordo totalmente

Questão 9. Os itens e subitens do modelo representam aspectos das dimensões de gênero, raça e classe social.

- Discordo totalmente
- Discordo em grande parte
- Concordo em grande parte
- Concordo totalmente

Questão 10. De forma geral, o modelo representa as teorias, conceitos e relações necessárias para analisar as experiências femininas em ambientes alimentares domésticos sob a ótica interseccional?

- Discordo totalmente

- Discordo em grande parte
- Concordo em grande parte
- Concordo totalmente

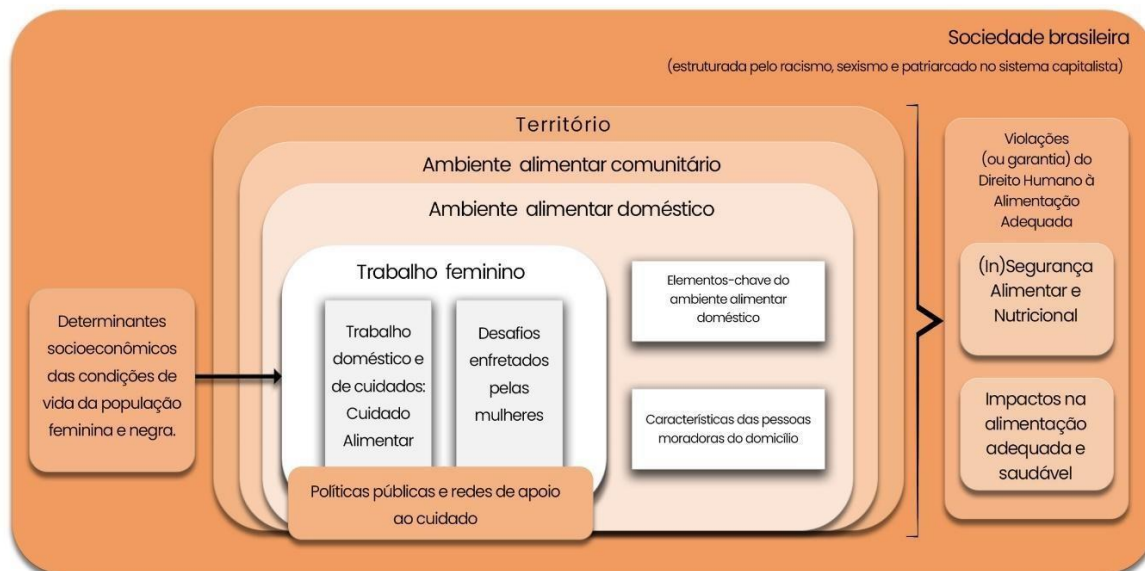
#### NÍVEL DE SATISFAÇÃO

Questão 11. Em uma escala de 1 a 5, em que 1 representa muito insatisfeito(a) e 5 muito satisfeito(a), assinale o seu nível de satisfação com o modelo teórico final.

- 1  2  3  4  5

## 9.17 APÊNDICE 17 – MODELO FINAL

Modelo de Análise de Experiências Femininas em Ambientes Alimentares Domésticos sob a ótica Interseccional



DETERMINANTES SOCIOECONÔMICOS DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO FEMININA E NEGRA	TERRITÓRIO	AMBIENTE ALIMENTAR COMUNITÁRIO	CARACTERÍSTICAS DAS PESSOAS MORADORAS DO DOMICÍLIO	ELEMENTOS-CHAVE DO AMBIENTE ALIMENTAR DOMÉSTICO	TRABALHO DOMÉSTICO E DE CUIDADOS (CUIDADO ALIMENTAR)	DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS MULHERES	POLÍTICAS PÚBLICAS E REDES DE APOIO AO CUIDADO
Inserção no mercado de trabalho	Acesso à água e saneamento básico	Acesso econômico à alimentos	Perfil da pessoa responsável	Preferências alimentares	Planejar	Responsabilização	Comunidade
Recursos financeiros			Tipo de arranjo familiar	Habilidades culinárias	Comprar	Sobrecarga	Familiares
Acesso à educação			Faixa etária	Conveniência	Armazenar	Tempo	Lavanderias comunitárias
Acesso à serviços de saúde	Acesso à Energia Elétrica	Disponibilidade de alimentos	Estado Civil	Normas de consumo	Preparar	Maternagem	Restaurantes comunitários
Geração			Número de crianças e adolescentes	Compartilhamento das tarefas	Servir	Renda	Salário-maternidade
Habitação	Acesso à sistema de transporte público	Acessibilidade aos alimentos	Escolaridade	Estrutura física do domicílio	Limpar	Acesso físico à alimentos	Licença maternidade
Violência de racial e de gênero			Posição no mercado de trabalho	Estratégias de compra e de economia			Instituições de longa permanência para idosos
Participação social	Garantia de Segurança pública	Ações de marketing e publicidade de alimentos	Condições físicas, psicológicas e biológicas	Acesso à informação	Gerir sobras e resíduos	Custo dos alimentos	
Seguridade social				Tradições culturais e religiosas			Conhecimentos sobre alimentação

**MODELO TEÓRICO PARA ANÁLISE DE EXPERIÊNCIAS DE  
MULHERES NEGRAS AMBIENTES ALIMENTARES DOMÉSTICOS SOB  
A ÓTICA INTERSECCIONAL**

**MATERIAL EXPLICATIVO**

**i. APRESENTAÇÃO DO MODELO**

O modelo teórico proposto tem como objetivo analisar as experiências de mulheres negras em ambientes alimentares domésticos (AAD) a partir de uma perspectiva interseccional. Os AAD são espaços centrais na construção de hábitos alimentares, estando relacionados à escolha, ao preparo e ao consumo dos alimentos, e, portanto, profundamente ligados à vida cotidiana e a saúde das pessoas. Nesse contexto, as mulheres, frequentemente responsáveis pela alimentação, enfrentam questões de ordem social, cultural, econômica e política, que podem tanto limitar quanto facilitar suas relações com os AAD, com a Segurança Alimentar e Nutricional e com o Direito Humano a Alimentação Adequada.

É importante ressaltar que as experiências das mulheres nos AAD não são homogêneas. As desigualdades de raça e classe influenciam significativamente a forma como elas organizam a alimentação, acessam e consomem os alimentos no cenário doméstico. Mulheres negras, de baixa renda e pertencentes à classe trabalhadora são particularmente afetadas pelas interseções das desigualdades estruturais produzidas pelo sistema capitalista, vivenciando múltiplas vulnerabilidades.

Dessa forma, o modelo busca atuar como um elemento para a compreensão das categorias, conceitos e relações envolvidas, com o intuito de subsidiar a formulação de políticas públicas que promovam a igualdade de gênero, raça e classe no campo da Alimentação e Nutrição. Embora o foco recaia nas interseções entre gênero, raça e classe, reconhece-se que todas as mulheres estão, em alguma medida, expostas a situações de vulnerabilidade. Por isso, o modelo também pode ser utilizado e adaptado para compreender as experiências de outros grupos, como mulheres indígenas, com deficiência, LGBTQIAP+, trans, imigrantes, refugiadas, idosas, jovens, entre outras.

Figura 1. Modelo teórico para análise de experiências femininas em ambientes alimentares domésticos sob a ótica interseccional

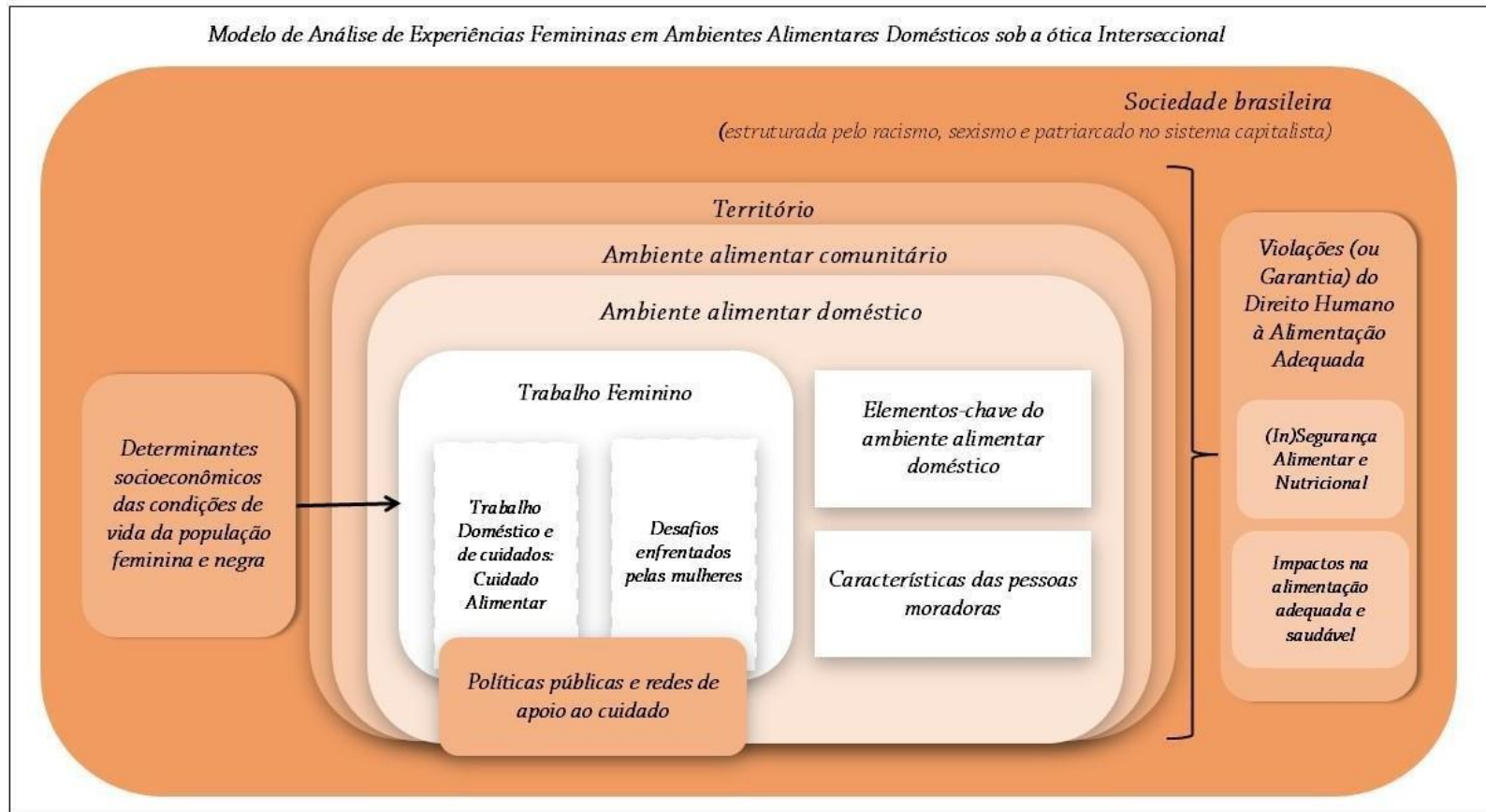


Figura 2. Detalhamento das dimensões do modelo



O modelo foi elaborado em três etapas:

1. Realização de revisões bibliográficas, inserção de conhecimentos prévios das pesquisadoras e construção de um modelo inicial.
2. Realização de grupos focais com mulheres negras, adequações no modelo e construção de um modelo intermediário.
3. Avaliações do modelo por um painel de especialistas, adequações e construção de modelo final.

As dimensões e explicações serão apresentadas a seguir.

## ii. DIMENSÕES DO MODELO

As interseções entre as iniquidades de gênero, raça e classe são aspectos que estruturam a sociedade brasileira e delineiam a multiplicidade de experiências femininas em AAD. A formação sociocultural e econômica no Brasil foi forjada a partir de processos históricos e ideológicos de hierarquização e subalternização da população negra e das mulheres, sobretudo pela divisão sexual e racial do trabalho. Nesse sentido, **o racismo, o sexismo e o patriarcado enquanto sistemas de opressão**, alinhados ao **capitalismo como sistema econômico hegemônico** (quadro 1), estruturam a sociedade do país e os resultados dessas articulações repercutem diretamente nos setores sociais.

Quadro 1. Sistemas de Opressão Estruturantes da Sociedade Brasileira

Sistemas	Conceitos
Racismo	O racismo é um sistema ideológico que se baseia na hierarquização e inferiorização dos indivíduos, sobretudo negros, a partir da atribuição de diferenças e valores. Há três características que atuam simultaneamente no racismo, a construção da diferença a partir do estabelecimento de um referencial (a branquitude), a criação de valores hierárquicos naturalizados e a atribuição de poder histórico, político, social e econômico à supremacia branca. O racismo pode se materializar a partir de três níveis: estrutural, institucional e cotidiano. Ao incluir a dimensão de poder o racismo produz diferenças no compartilhamento e acesso a recursos importantes, como representação política, ações midiáticas, emprego, educação, habitação, saúde, etc., entre a população negra e branca (Kilomba, 2020).
Sexismo	O sexismo é considerado um sistema de poder e discriminação que estabelece hierarquias e estereótipos partir das características corporais e sexuais e de papéis sociais entre homens e mulheres. Ao se criar categorias as diferenças são utilizadas para legitimar formas de estratificação e segregação entre os gêneros, definindo também os espaços de atuação e papéis nas esferas público/privada através do estabelecimento de valores hierárquicos (Kerner, 2012).

Patriarcado	O patriarcado é considerado um regime histórico e simbólico de dominação-exploração masculina sob a figura feminina. Tal regime é um modo de expressão do poder político que tem como características: a configuração de uma relação hierárquica que se expande para todos os espaços sociais, tem uma base material, se corporifica-se e representa uma estrutura de poder que se baseia na ideologia e na violência (Saffioti, 2015).
Sistema Capitalista	O sistema capitalista é um sistema econômico e social. Este se baseia na propriedade privada, no acúmulo de riquezas e divisão da sociedade em classes. O direito de propriedade dos recursos produtivos e a dominação do processo de produção pertencem à classe capitalista e a força de trabalho é vendida pela classe trabalhadora. Em tal sistema, há o acúmulo de riquezas produzidas coletivamente pelo trabalho da classe trabalhadora e direcionada para a classe capitalista, através da exploração do trabalho. Na lógica de divisão de classes no capitalismo, o tipo e a quantidade de recursos que as pessoas têm afeta as oportunidades para se obter renda e o acesso a uma multiplicidade de experiências e recursos necessários para sobrevivência humana (Wright, 2015).

A partir da identidade racial, de gênero e de classe social de um grupo, é possível observar que as experiências humanas se materializam em meio à estas intersecções, cujas desigualdades tendem a violar direitos básicos. As mulheres negras, mulheres da classe trabalhadora e mulheres de baixa renda são diretamente impactadas pelas repercussões dos entrelaçamentos entre racismo, sexismo, patriarcado e exploração capitalista. Por isso, o AAD e os contextos que interagem com ele são peças fundamentais para se compreender os **impactos na Alimentação Adequada e Saudável, a (In)Segurança Alimentar e Nutricional e a violação ou garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada** no cenário social brasileiro.

No campo socioeconômico existem fatores que, ao serem produtos dos sistemas de opressão, condicionam a vida da população feminina e negra (de modo coletivo) e interferem nas oportunidades e recursos necessários para sobrevivência das mulheres negras e de suas famílias, inclusive no acesso e consumo dos alimentos no domicílio. Estes são **determinantes socioeconômicos das condições de vida da população feminina e negra** (quadro 2) e se caracterizam por: **posição no mercado de trabalho; acesso à recursos financeiros; acesso à educação; acesso à saúde; geração; habitação; violência de gênero; participação social e seguridade social.**

As discriminações de gênero e raça, alinhadas a exploração do trabalho no sistema capitalista, faz com que as mulheres negras tenham maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho, alta sobrecarga do trabalho doméstico e de cuidado e menor acesso à recursos para viver. Tais fatores contribuem com o processo de feminização e racialização da pobreza, o que implica no crescimento absoluto da pobreza no universo feminino e negro pela falta de oportunidades e acesso à direitos básicos para este grupo (Souza; Penteadó; Nascimento; Raiher, 2020; Santos; Diotto, 2024

**Quadro 2. Determinantes socioeconômicos da condição de vida da população feminina e negra**

Determinante	Impactos nas condições de vida
Inserção no mercado de trabalho	As mulheres, especialmente as negras, tem a sua inserção no mercado de trabalho prejudicada por questões como responsabilidades domésticas, discriminação de gênero, pobreza e racismo. As mulheres negras são as que tem maiores taxas de informalidade, desocupação e fora da força de trabalho. A garantia de emprego digno é crucial para a qualidade de vida e acesso a produtos e serviços (Brasil, 2025; IBGE, 2024).
Acesso à Recursos Financeiros	As mulheres enfrentam salários mais baixos que os homens, menor acesso à habitação, terra e à crédito, especialmente as mulheres negras devido ao machismo, racismo e a divisão sexual e racial do trabalho (Souza; Penteadó; Nascimento; Raiher, 2020; Brasil, 2025). A renda é um fator que compromete em grande parte o acesso regular e permanente a alimentos, sua aquisição, preparo e consumo. Além disto, limita o acesso à recursos materiais necessários para lidar com os demais aspectos da vida em um sistema capitalista
Acesso à Educação	Apesar de no Brasil, as mulheres serem mais escolarizadas que os homens atualmente, ainda persistem desigualdades no âmbito racial e econômico. No quesito racial, a taxa de mulheres negras sem instrução ainda é maior que homens brancos e mulheres brancas, situação relacionada ao racismo estrutural e institucional. A educação é porta para o mercado de trabalho e implica na oportunidade de adquirir recursos materiais, alimentos saudáveis e o acesso à informação (Brasil, 2025; IBGE, 2024).
Acesso à Serviços de Saúde	As condições de vida afetam a saúde das mulheres e as iniquidades sociais contribuem para que as mulheres negras e pobres sejam as mais afetadas pelo racismo institucional e a vulnerabilidade econômica. Isto limita o acesso à serviços de saúde, especialmente à Nutrição, e a maior qualidade de vida do ponto de vista biopsicossocial (Nascimento; 2018; Brasil, 2025).
Geração	A geração influencia no acesso aos recursos que determinam as condições de vida das mulheres em diferentes idades. Mulheres jovens e negras, por exemplo vivem desafios relacionados a sua geração, como dificuldade de inserção no mercado de trabalho (sobretudo se são mães), sobrecarga doméstica e escolaridade incompleta. Mulheres idosas são as que mais residem em domicílios unipessoais e instituições de longa permanência, tendo maior necessidade de cuidados e acesso a políticas inclusivas. Além disto, estas enfrentam dificuldade em acessar benefícios previdenciários e fornecem suporte físico e financeiros nos cuidados dos filhos e netos (Souza; Penteadó; Nascimento; Raiher, 2020; Brasil, 2025).
Habitação	Para as mulheres a moradia é um espaço de proteção e cuidado. As negras e pobres são as pessoas que mais sofrem com desvantagens acerca da habitação, por terem menor acesso a recursos para habitação diante do racismo no Brasil e da exploração de classe. A infraestrutura da casa e do bairro, influenciam na habitabilidade, na acessibilidade e disponibilidade de alimentos e na organização da alimentação no lar (Helene, 2019; Duarte; Rodrigues; Alves; Oliveira, 2024).
Violência racial e de gênero	Apesar da violência de gênero se expressar em maior grau nas mulheres, as principais vítimas da violência de gênero, são mulheres negras. Um contexto violento torna as mulheres, negras e pobres, mais vulneráveis a Insegurança Alimentar diante das violações causadas pela violência patrimonial, física e psicológica. Questões que envolvem a violência nos espaços públicos, também atingem o cotidiano das mulheres que vivem áreas periféricas e violentas, dificultando o trânsito de comercialização e compra de alimentos (Aguiar, Corrêa, 2022; Castro; Gomes; Trajano, 2023).
Participação social	As desigualdades limitam a participação feminina, especialmente de mulheres negras e da classe trabalhadora, tornando estes grupos subrepresentado no campo político e decisório (IBGE, 2024). No âmbito da saúde, da alimentação e nutrição o contexto político é crucial na construção de estratégias de garantias de direitos básicos e melhores condições de vida, acesso e consumo dos alimentos

Seguridade Social	Para as mulheres, negras, de renda baixa e da classe trabalhadora ter proteção social é um desafio diante das vulnerabilidades enfrentadas. A sobrecarga do trabalho doméstico e decuidados, a discriminação no mercado de trabalho, o trabalho informal, os baixos rendimentos e a falta de apoio social dificultam o alcance de direitos previdenciários e benefícios sociais (Barreto, 2020). Assim há a necessidade de alinhamento entre programas e políticas de seguridade social e alimentares, para garantir justiça social e a efetivação do DHAA
-------------------	--

Dois contextos importantes que dialogam com o AAD são o **território** e o **ambiente alimentar comunitário** (AAC). O território pode ser compreendido como uma construção social do espaço, a partir das formas de utilização, de organização espacial e criação de sentidos. Ao fazer parte das interações cotidianas e em diálogo com o domicílio, ele oportuniza (ou não) os arranjos necessários para a vida das pessoas, determinando diferentes condições de vida e saúde. A existência de infraestrutura e serviços presentes no território influenciam a população, a capacidade de organização do tempo e do espaço, das atividades, da disponibilidade e acessibilidade aos alimentos. São características do território (quadro 3), que dialogam diretamente com o AAD: **acesso à saneamento básico, acesso à energia elétrica, acesso à água, acesso à sistemas de transporte público, garantia de segurança pública**. A falta destes elementos, reflexo de desigualdades estruturais representam o rompimento de direitos fundamentais necessários para a dignidade e bem-estar, sobretudo para as mulheres, negras, trabalhadoras e de baixa renda que vivem em territórios vulneráveis.

Quadro 3. Território

Características	Relações entre os ambientes alimentares doméstico e comunitário
Acesso à água e saneamento básico	O saneamento básico o acesso à água está ligado as condições de habitabilidade das pessoas no território. Assim como a alimentação, a água é um direito fundamental necessário para a sobrevivência e para realização de atividades cotidianas. Situações precárias de saneamento básico e acesso e qualidade da água estão associadas à insegurança alimentar em domicílios localizados em zonas rurais e urbanas. A presença de seres sinantrópicos, escoamento sanitário e descartes de lixo inadequados, proximidade da moradia em encostas e a existência de poços rasos são fatores associados a insegurança alimentar no âmbito urbano por exemplo. Infraestruturas deficitárias causam ambientes insalubres, impactando nos ambientes alimentares (Ribeiro et al., 2024; Duarte; Rodrigues; Alves; Oliveira, 2024).
Acesso à energia elétrica	O acesso á energia elétrica é fundamental para a qualidade de vida das pessoas nos territórios e a ordenação dos ambientes alimentares comunitário e doméstico. A falta de serviços básicos, como este, pode impossibilitar o desenvolvimento econômico da região e restringir o poder de compra das pessoas. A falta de iluminação pública e rede elétrica domiciliar dificulta o abastecimento alimentar da população em regiões como periferias, por exemplo. A falta de energia elétrica impede o armazenamento de alimentos, aumentando a perecibilidade e incentivando a venda e compra de alimentos ultraprocessados (Duarte; Rodrigues; Alves; Oliveira, 2024).
Acesso à sistema de transporte público	A mobilidade é outro fator que limita ou amplia o acesso aos alimentos e em regiões de desertos alimentares a facilidade de locomoção auxilia na aquisição de alimentos saudáveis. A desigualdade de acessibilidade aos alimentos está relacionada a disponibilidade de sistemas de transporte e de apoio social, como transportes públicos e comunitários, caronas, vales transportes, etc. A falta de transporte público e sua inadequação são fatores associados a insegurança alimentar. Rotas limitadas, horários irregulares, poucas opções, ausência de abrigo nos pontos e a dificuldade de transportar as compras, influencia no grau de acessibilidade dos alimentos por exemplo (Coveney; Owyer, 2009).
Garantia de segurança pública	A maior percepção de violência no território está associada ao maior risco de insegurança alimentar dos moradores. Pessoas que vivem em ambientes violentos e estão em situação de vulnerabilidade tem limitações ao procurar moradias melhores e ambientes mais seguros, com recursos físicos e sociais apropriados (Pereira; Canuto; Schuch, 2024). Além disto, em territórios violentos o deslocamento e o trânsito das pessoas para adquirir os alimentos é restringido o que dificulta a mobilidade, a acessibilidade e a disponibilidade dos alimentos (Pitt et al., 2017).

O ambiente alimentar comunitário (quadro 4) ao se relacionar com o território, apresenta uma relação de interdependência entre o domicílio e o espaço comunitário por meio dos fluxos internos e externos. Para que os alimentos estejam presentes no AAD eles devem estar disponíveis no ambiente externo ao domicílio e estejam acessíveis economicamente. A **disponibilidade**, a **acessibilidade** e o **acesso econômico** de alimentos em um território influenciam as escolhas alimentares realizadas no âmbito familiar. Além disto, o AAC é reflexo de **tradições culturais e religiosas** dos grupos presentes no território, além de ser influenciado pelas **ações de marketing e publicidade de alimentos**.

Quadro 4. Ambiente Alimentar Doméstico

<b>Elementos do Ambiente Alimentar Comunitário</b>	<b>Conceituação</b>
Acesso econômico à alimentos	O acesso econômico diz respeito aos preços dos alimentos e percepções de valor em relação ao custo. Estes interagem diretamente com o poder de compra dos indivíduos, estando sensíveis a flutuações na disponibilidade e acessibilidade dos alimentos (Caspi, 2012; Turner et al., 2018).
Disponibilidade de alimentos	A disponibilidade diz respeito a adequação da oferta de alimentos saudáveis em um ambiente. Assim, refere-se a presença ou ausência de um produto ou fornecedor em um determinado contexto. Os desertos e pântanos alimentares são exemplos de contextos que expressam atributos da disponibilidade através da escassez de alimentos em uma localidade (desertos) e a abundância de alimentos pouco saudáveis em outras (pântanos) (Caspi, 2012; HLPE, 2017 Turner et al., 2018).
Acessibilidade aos alimentos	A acessibilidade está relacionada a localização da oferta de alimentos e facilidade de chegada ao local, estando relacionada com a distância física, tempo, espaço, meios de transporte, mobilidade diária, etc. aspectos que interferem nos trânsitos de acesso aos alimentos (Caspi, 2012; Turner et al., 2018).
Ações de marketing e publicidade de alimentos	A publicidade no contexto dos ambientes alimentares diz respeito a ações de comunicação que visam promover determinado alimento do ponto de vista comercial, influenciando as escolhas do consumidor. Já as informações, transitam em diferentes aspectos e contextos que não só de comercial e envolvem contextos como mídia, políticas governamentais, rotulagem, etc. (Glanz et al., 2005; Turner et al., 2018).
Tradições alimentares e religiosas	As tradições culturais e religiosas são costumes e práticas coletivas que se relacionam com a etnia dos grupos, a identidade, a regionalidade, etc. e que influenciam na presença de alimentos tradicionais no ambiente alimentar comunitário e consequentemente no domicílio, no uso de técnicas culinárias e formas de consumo (Rosenkranz; Dziewaltowski, 2008; Evans et al., 2011).

No AAD, as **características do núcleo familiar** interferem em maior ou menor grau no acesso aos alimentos, nas decisões alimentares e nas formas de organização e consumo da alimentação no domicílio. São elementos importantes: o **perfil do responsável familiar**, o **tipo de arranjo familiar**, a **faixa etária dos indivíduos**, o **estado civil dos indivíduos**, a **quantidade de crianças e/ou dependentes**; a **escolaridade dos indivíduos**; a **posição no mercado de trabalho** e as **condições físicas-psicológicas e biológicas dos moradores**.

Quadro 5. Características do núcleo familiar

<b>Categorias</b>	<b>Características</b>
Perfil da pessoa responsável	Identidade de gênero; raça/etnia; idade; escolaridade; posição no mercado de trabalho; ocupação; etc.
Tipo de arranjo domiciliar	Unipessoal; monoparental; nuclear; estendida; composto
Faixa etária	Criança; adolescente; adulto; idoso
Estado civil	Solteiro; casado; viúvo; união estável
Quantidade de crianças e adolescentes	Nº de pessoas menores de 18 anos
Escolaridade dos indivíduos	Ensino fundamental; ensino médio; ensino superior
Posição no mercado de trabalho	Ocupado; desocupado; fora da força de trabalho; abaixo da idade para trabalhar
Condições físicas, psicológicas e biológicas dos moradores	Estado de saúde física e mental; presença de doenças crônicas; deficiências; limitações funcionais; etc.

Considerando o AAD como o contexto em que ocorrem as escolhas, o preparo e o consumo dos alimentos, observa-se a presença de elementos relacionados à alimentação e nutrição que agem internamente no ambiente. Esses **elementos-chave do ambiente alimentar doméstico** (quadro 6) interagem entre si e também com outras esferas do cenário doméstico — como o **trabalho feminino** e as **características do núcleo familiar** — contribuindo para a conformação do AAD. São estes: **preferências alimentares, habilidades culinárias, conveniência, normas de consumo, compartilhamento das tarefas, estrutura física do domicílio, estratégias de compra e economia, disponibilidade domiciliar de alimentos, acesso à informação e conhecimentos sobre alimentação.**

Quadro 6. Elementos-chave do Ambiente Alimentar Doméstico

<b>Elementos-chave do AAD</b>	<b>Conceituação</b>
Preferências alimentares	As preferências alimentares são resultado de um processo contínuo, dinâmico e integrado sendo formadas inicialmente na convivência familiar, na repetição de hábitos e na disponibilidade de determinados alimentos. Embora para as crianças os pais sejam centrais neste processo, ele é atravessado também por fatores sociais, culturais, psicológicos e econômicos e operam no nível consciente e inconsciente, podendo perdurar durante a vida adulta (Rossi; Moreira; Rauen, 2008; Jomori; Proença; Calvo, 2008).
Habilidades Culinárias	Habilidades culinárias são consideradas capacidades técnicas, conceituais, criativas e perceptivas que estão relacionadas à preparação dos alimentos. Sendo assim, considera-se que as habilidades culinárias partem tanto das práticas quanto dos conhecimentos centrados no indivíduo e no contexto as quais estas estão inseridas (doméstico ou profissional) (Short, 2003).
Conveniência	A conveniência é um atributo que diz respeito a otimização e/ou redução dos recursos (tempo, esforço físico e mental e habilidades) necessários para o planejamento, aquisição, preparo, armazenamento, consumo e limpeza dos alimentos (Bogard et al., 2024).
Normas de consumo	As normas de consumo no ambiente doméstico são consideradas como um conjunto de práticas que regulamentam os padrões de consumo de alimentos pelo núcleo familiar. Estas estão associadas as hierarquias e valores tradicionais, condições biológicas e físicas das pessoas da família, papéis de gênero e estruturas familiares multigeracionais e podem limitar ou promover maior diversidade e qualidade no consumo alimentar no espaço doméstico (Pilla; Dantas, 2016).
Compartilhamento de tarefas	O compartilhamento das tarefas domésticas está relacionado a divisão das atividades relacionadas a alimentação (como compra e preparo) entre os membros a família. Tal divisão é essencial para reduzir a sobrecarga dos responsáveis, aumentar a eficácia e autonomia na execução das tarefas, estimular as habilidades culinárias entre as pessoas da família e contribuir com um ambiente alimentar mais justo e equitativo (Leite et. al, 2025).
Estrutura física do domicílio	Elementos físicos do domicílio que influenciam nas escolhas alimentares, desde o preparo ao consumo tais como: presença de móveis e equipamentos de cozinha, aparelhos eletrônicos, design do ambiente e objetos, hortas domésticas, etc (Rosenkranz; Dzewartowski, 2008).
Estratégias de compra e de economia	As estratégias de economia estão relacionadas a estratégias de sobrevivência realizadas à nível comunitário e pessoal, as quais os indivíduos utilizam nos processos de compra e consumo dos alimentos afim de manter um maior controle orçamentário, sobretudo em um contexto de restrições financeiras (Pitt et al., 2017).
Disponibilidade domiciliar de alimentos	Este componente diz respeito a presença concreta e visível de determinados alimentos no espaço doméstico. A disponibilidade domiciliar de alimentos influencia diretamente no consumo alimentar. A maior presença de alimentos saudáveis, como frutas e vegetais, influencia possibilita a maior ingestão de nutrientes e a maior presença de alimentos não saudáveis e ultraprocessados está relacionada a padrões alimentares menos saudáveis e a maior a pré-disposição a doenças crônicas não transmissíveis, como a obesidade (Grant; Gearry; Wilson; Pearson; Skidmore, 2017).
Acesso à informação	O acesso a informação tem influência no ambiente doméstico, pois as informações obtidas pelos meios de comunicação, pelo contato social, por programas educativos, pela publicidade e pelo marketing podem direcionar os padrões de compra e consumo dos alimentos em casa (Rosenkranz; Dzewartowski, 2008).
Conhecimentos sobre alimentação	O conhecimento sobre a alimentação no ambiente doméstico diz respeito a compreensão básica de conteúdos que envolvem a alimentação e nutrição. Isto inclui noções sobre alimentos saudáveis, importância do consumo de frutas e vegetais, equilíbrio alimentar, escolhas alimentares, planejamento alimentar etc. Tal conhecimento deve estar articulado

	a habilidades práticas e cotidianas de preparo e consumo dos alimentos (Oliver; Diewald; Mckeever;Shenkman, 2023).
--	--

O **trabalho feminino** é central no AAD, pois é mediante o **trabalho doméstico e de cuidados** realizado pelas mulheres que o **cuidado alimentar** se materializa. Os processos de **planejar, comprar, preparar, servir, limpar e gerir sobras e resíduos** são atribuições socioculturalmente ligadas ao papel feminino. Tal trabalho também apresenta contornos raciais, de gênero e de classe<sup>22</sup> considerando os contextos materiais as quais diferentes mulheres estão inseridas, a carga de trabalho realizada, os recursos financeiros e a disponibilidade de tempo.

Como o trabalho doméstico e de cuidados no Brasil recai majoritariamente sobre as famílias — e, sobretudo, sobre as mulheres — no contexto doméstico, destaca-se a importância das **políticas públicas e redes de apoio ao cuidado**<sup>23</sup>. Esses dispositivos são fundamentais para promover a efetivação do cuidado das pessoas, ampliar a autonomia e garantir maior liberdade para as mulheres. Compostas por pessoas, espaços, benefícios e serviços, essas redes podem aliviar a sobrecarga feminina associada aos afazeres domésticos, ao cuidado com a alimentação, com crianças e com pessoas idosas, além de favorecer o acesso a uma alimentação adequada e saudável sob múltiplos aspectos. São exemplos presentes no modelo: **creches e escolas em tempo integral, instituições de longa permanência para idosos, lavanderias comunitárias, restaurantes comunitários, salário-maternidade, licença maternidade, familiares e comunidade.**

Na tentativa de prover o cuidado alimentar, por meio do trabalho doméstico e de cuidados, sobretudo quando há limitações de acesso as redes apoio ao cuidado, observa-se a existência de **desafios enfrentados pelas mulheres** (quadro 7) que dificultam o acesso aos alimentos, a organização e gestão da alimentação e consequentemente a efetivação de uma alimentação adequada e saudável no domicílio. Aqui destaca-se os desafios enfrentados especialmente por mulheres negras, de menores rendas e da classe trabalhadora.

---

<sup>22</sup> No Brasil, mulheres negras e mulheres com menores rendimentos são as que mais executam afazeres domésticos, sendo ele remunerado ou não.

<sup>23</sup> As políticas públicas de apoio ao cuidado ainda são escassas, necessitando de atenção pelo Estado e ampliação para que os produtos dessas políticas alcancem a todas as mulheres e famílias do território nacional. Diante da escassez de serviços públicos, as redes de apoio tornam-se uma saída que ocorre mediante a solidariedade entre mulheres da própria comunidade, geralmente familiares, vizinhas e amigas.

Quadro 7. Desafios enfrentados pelas mulheres nos AAD

Desafios	Impactos
Alta responsabilização	A alta responsabilização pela alimentação cotidiana da família, penaliza as mulheres ao conduzi-las a obrigações excessivas, exaustivas, contínuas e naturalizadas cujo frequentemente resulta na abdicação da sua vida pessoal e lazer pelo outro. A logística do cuidado alimentar é considerada um compromisso feminino, legitimado pela ética do cuidado que as mulheres internalizam como parte de seus papéis familiares (Anigstein, 2020; Renk; Bordini, 2022).
Pobreza de tempo	De modo geral, o tempo de trabalho feminino é quase o dobro do tempo masculino e as mulheres negras, dedicam mais tempo aos afazeres domésticos que as brancas. A pobreza de tempo se relaciona a falta de tempo que as mulheres enfrentam durante o uso do tempo, especialmente na limitação de tempo para atividades como lazer, estudo, descanso, etc. Mulheres negras e em situação de vulnerabilidade socioeconômica enfrentam maior às restrições de tempo e maior carga de trabalho, especialmente quando observamos mulheres chefes de família (Hyde; Greene; Darmstadt, 2020; Braga; Costa; 2022).
Sobrecarga física e mental	Na tentativa de conciliar o trabalho dentro e fora do lar as mulheres tendem a ficarem mais sobrecarregadas física e emocionalmente. A dupla jornada de trabalho é atravessada por fatores raciais e de classe diante da falta de recursos materiais e sociais para as mulheres lidarem com esta. A alimentação é considerada mais uma das tarefas domésticas que devem ser realizadas cotidianamente junto ao serviço doméstico e nesse caso é considerada mais uma atividade cansativa e desgastante (Anigstein, 2020; Renk; Bordini, 2022; Silva et al., 2022).
Maternagem	As mulheres são as principais responsáveis pelo cuidado dos filhos, especialmente das crianças. A fase da vida de maior realização das tarefas de cuidado está concentrada no período reprodutivo das mulheres com demandas associadas a alimentação infantil, aos cuidados pessoais e a educação. A maternagem lidada de forma unilateral sobrecarrega as mulheres, especialmente as mulheres chefes de família e mãe solo que no Brasil a maioria são de mulheres negras (Anigstein, 2020; Garcia; Marcondes, 2024; Pletiskaitz; Salva, 2024).
Baixo acesso físico aos alimentos	A falta de disponibilidade e acessibilidade física de alimentos afeta as mulheres, especialmente as mulheres negras, pobres e de menores rendimentos, que vivem em zonas periféricas e que dependem de serviços públicos e de transporte para acessar os alimentos. A escassez de alimentos saudáveis nas proximidades limita o acesso das mulheres e as sobrecarrega por propiciar maiores deslocamentos (Petrics; Stomoulis, 2020; Duarte; Rodrigues; Alves; Oliveira, 2024; IBGE, 2025).
Renda Baixa	A renda baixa influencia diretamente nas escolhas alimentares, pois o rendimento interfere no poder de compra, na mobilidade, na composição da família e na estrutura do AAD. As mulheres em vulnerabilidade socioeconômica vivenciam restrições econômicas que afetam a aquisição preparo e consumo dos alimentos (Petrics; Stomoulis, 2020; Sgambato <i>et al.</i> , 2022).
Alto custo dos Alimentos	O custo dos alimentos determina em grande parte as escolhas alimentares, afetando sobretudo as mulheres de baixa renda. O preço dos alimentos, molda padrões e as mulheres frequentemente precisam criar estratégias para gerir a relação renda – custo de modo a equilibrá-los. O alto custo dos alimentos dificulta a sua aquisição, proporcionando o acesso a alimentos ultraprocessados (mais baratos) e de menor qualidade (Petrics; Stomoulis, 2020; Teixeira, 2022).

Estes desafios são: **alta responsabilização, pobreza de tempo, sobrecarga física e mental, maternagem, baixo acesso físico aos alimentos, renda baixa, alto custo dos alimentos.**

As dinâmicas do AAD são mediadas por diferentes mulheres que, a partir das

condições de vida buscam escolher e gerenciar a alimentação em casa da forma que é possível. O modelo destaca que análises sobre experiências femininas em AAD devem dar ênfase: aos determinantes socioeconômicos das condições de vida da população feminina e negra; ao território; ao ambiente alimentar comunitário; ao trabalho doméstico e de cuidados; as políticas públicas e redes de apoio ao cuidado; as características do núcleo familiar; aos elementos-chave do ambiente alimentar doméstico e aos desafios enfrentados pelas mulheres.

As interações entre esses domínios ocorrem a partir de contextos sociais e materiais marcados por intersecções entre gênero, raça e classe. As iniquidades produzidas por uma sociedade estruturada em sistemas de opressão reverberam nas experiências cotidianas das mulheres, gerando possibilidades e impossibilidades conforme seus perfis sociais e condições de vida. Como já destacado, são as mulheres negras, trabalhadoras e de baixa renda as mais impactadas pelas vulnerabilidades impostas por esse sistema. Os diferentes resultados das interações entre as desigualdades causadas pelo racismo, sexismo e patriarcado frente ao sistema capitalista dão margem para a violação do Direito Humano à Alimentação por meio da violação de outros direitos básicos necessários para a vida e o bem-estar das mulheres e suas famílias.

## **REFERÊNCIAS:**

AGUIAR, Andressa Pedroso; CORRÊA, Rafaela da Silveira. Violência por parceiro íntimo contra a mulher e insegurança alimentar: uma revisão narrativa da literatura. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, [S.L.], v. 26, p. e210488, 2022.

ANIGSTEIN, Maria Sol. Trabajo femenino y doble presencia como condicionante de las estrategias alimentarias familiares y los estilos de vida en hogares de Santiago de Chile. **Cadernos de saúde pública**, v. 36, n. 9, p. e00199819, 2020.

BARRETO, Laudicena. Direitos e seguridade social em tempos neoliberais: contradições e desafios feministas. **Revista Katálysis**. v. 23, n. 2, p. 309-316, maio/ago. 2020.

BRAGA, Cicero Augusto; COSTA, Lorena Vieira. Time use and food insecurity in female-headed households in Brazil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, [S.L.], v. 39, p. 1-23, 6 abr. 2022.

BOGARD, Jessica R. et al. Convenience as a dimension of food environments: a systematic scoping review of its definition and measurement. **Appetite**, v. 194, p. 107198, 2024.

BRASIL. Ministério das Mulheres. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher** –

**RASEAM 2025 Ano VIII.** Brasília, 2025.

CASPI, Caitlin E. et al. The local food environment and diet: a systematic review. **Health & Place**, v. 18, n. 5, p. 1172-1187, 2012.

CASTRO, Amanda Motta; GOMES, Naira Mariana Ferraz; TRAJANO, Allana de Azevedo. Violência doméstica e interseccionalidade. **Caderno Espaço Feminino**, v. 36, n. 2, p. 347-361, 2024.

COVENEY, John; O'DWYER, Lisael A. Effects of mobility and location on food access. **Health & Place**, v. 15, n. 1, p. 45–55, 2009.

DUARTE, André Luís de Castro Moura; RODRIGUES, Vinicius Picanço; ALVES, Raquel Caroline Freitas; OLIVEIRA, Gustavo Magalhães. Acesso a alimentos frescos em áreas urbanas vulneráveis: um estudo classificatório das favelas e dos estabelecimentos formais de São Paulo. **Revista de Administração Pública**, Rio de

Janeiro, v. 58, n. 1, 2024.

EVANS, Alexandra et al. Traditional foods and practices of Spanish-speaking Latina mothers influence the home food environment: implications for future interventions. **Journal of the American Dietetic Association**, v. 111, n. 7, p. 1031-1038, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Informativo**

**Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo**

**Demográfico 2022: Favelas e Comunidades Urbanas - Resultados do universo**. Rio de Janeiro, 2ª Ed., 2025.

JOMORI, Manuela Mika; PROENÇA, Rossana Pacheco da Costa; CALVO, Maria Cristina Marino. Determinantes de escolha alimentar. **Revista de Nutrição**, v. 21, p. 63-73, 2008.

GARCIA, Bruna Carolina; MARCONDES, Glaucia dos Santos. As desigualdades da reprodução: homens e mulheres no trabalho doméstico não remunerado. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, p. e0204, 2022.

GRANT, Emily et al. Home availability of fruit and vegetables and obesogenic foods as an indicator of nutrient intake in 50 year olds from Canterbury, New Zealand. **Asia Pacific Journal of Clinical Nutrition**, [S.l.], v. 26, n. 3, p. 524–530, 2017.

HYDE, Elizabeth; GREENE, Margaret E.; DARMSTADT, Gary L. Time poverty: obstacle to women's human rights, health and sustainable development. **Journal of Global Health**, v. 10, n. 2, p. 020313, 2020.

HELENE, Diana. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. **Cadernos Metrôpole**, [S.L.], v. 21, n. 46, p. 951-974, dez. 2019.

FapUNIFESP (SciELO).

KERNER, Irna. Tudo é Interseccional?: Sobre a relação entre racismo e sexismo. **Novos Estudos Cebrap**, p. 45-58, 2012.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Editora Cobogó, 2020.

LEITE, Amanda Esther et al. Responsabilidade pela compra e/ou preparo dos alimentos no domicílio entre participantes do Programa Academia da Saúde. **Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde**, Rio de Janeiro, v. 20, e84701, 2025.

LUDERMIR, Raquel; RODRIGUES, Yasmin; MOTTER, Julianna Paz Japiassu. **Sem moradia digna não há justiça de gênero**. Recife: Habitat para a Humanidade Brasil, 2025. Disponível em: <https://habitatbrasil.org.br/wp-content/uploads/2025/04/Sem-Moradia-Digna-Nao-Ha-Justica-de-Genero.pdf>.

NASCIMENTO, Silvana Silva do. Saúde da mulher negra brasileira: a necessária intersecção em raça, gênero e classe. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, n. 243, p. 91-103, jan./abr. 2018.

OLIVER, Tracy; DIEWALD, Lisa; McKEEVER, Amy; SHENKMAN, Rebecca. Achieving a healthy home food environment: perspectives on parents' nutrition education needs when living with food insecurity. **Nutrire**, [S.l.], v. 48, n. 17, 2023.

PEREIRA, Francielle Veloso Pinto; CANUTO, Raquel; SCHUCH, Ilaine. Associação entre violência na comunidade e o risco de insegurança alimentar em uma capital do Sul do Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 10, e00034424, 2024.

PETRICS, Hajnalka; STAMOULIS, Kostas. Aspectos de gênero na segurança alimentar e nutricional urbana: o papel crítico dos ambientes alimentares nas cidades. **Revista de Agricultura Urbana**, nº 37, p. 20-24, jul. 2020.

PLETISKAITZ, Katiúcia; SALVA, Sueli. Maternidade e interseccionalidade: as implicações de gênero, raça e classe na sociedade contemporânea. In: SALVA, Sueli; MATTOS, Renan Santos; MARTINEZ, Lucas da Silva (org.). **Memórias, arte e (re)existências: infâncias em tempos de pandemia de Covid-19 e em outros tempos**.

1. ed. Foz do Iguaçu: Claec Editora, 2022. p. 64–76.

PILLA, Loretta; DANTAS, Jaya AR. Intra-household nutritional dynamics: a cross-sectional study of Maasai communities in Kenya. **Qualitative Health Research**, [S.l.], v. 26, n. 8, p. 1– 14, 2016.

RENK, Valquiria Elita; BUZQUIA, Sabrina Pontes; BORDINI, Ana Silvia Juliatto.

Mulheres cuidadoras em ambiente familiar: a internalização da ética do cuidado. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 30, n. 3, p. 416-423, set. 2022.

RIBEIRO, Eleoah Costa de Sant Anna S et al. Insegurança alimentar, meio ambiente e habitabilidade em domicílios situados nas áreas urbana e rural no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 12, e00089424, 2024.

ROSENKRANZ, Richard R; DZEWALTOWSKI, David A. Model of the home food

environment pertaining to childhood obesity. **Nutrition Reviews**, v. 66, n. 3, p. 123-140, 2008.

ROSSI, Alessandra; MOREIRA, Emília Addsion Machado; RAUEN, Michele Soares. Determinantes do comportamento alimentar: uma revisão com enfoque na família. **Revista de Nutrição**, v. 21, p. 739-748, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth **Gênero, patriarcado, violência**. Editora Expressão Popular, 2ª Ed., 2024.

SANTOS, Tanise Rosa Klein dos.; DIOTTO, Nariel. Feminização e racialização da pobreza: a realidade das mulheres negras no contexto brasileiro. **RJLB – Revista Jurídico Luso- Brasileira**, v. 10, n. 4, p. 907-932, 2024.

SGAMBATO, Michele Ribeiro et al. Inequalities in food acquisition according to the social profiles of the head of households in Brazil. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 27, n. 11, p. 4303-4314, nov. 2022.

SILVA, Marcela Samara Lira da et al. Um olhar além da beleza da maternidade: burnout materno. **Saúde Coletiva (Barueri)**, Barueri, v. 12, n. 83, p. 12116–12127, 2022.

SHORT, Frances. Domestic cooking skills: What are they? **J Home Econ Inst Aust.** 2003;10(3):13-22.

SOUZA, Virginia de; PENTEADO, Camila; NASCIMENTO, Rafaelly do; RAIHER, Augusta Pelinski. A feminização da pobreza no Brasil e seus determinantes. **IGepec, Toledo**, v. 24, n. 1, p. 53-72, jan./jun. 2020.

TEIXEIRA, Leile Silvia Candido. A fome na reprodução do capital: uma análise do alimento-mercadoria. **Katálysis**, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 449–462, 2022.

TURNER, Christopher et al. Concepts and critical perspectives for food environment research: A global framework with implications for action in low- and middle-income countries.

**Global Food Security**, 18: 93–101, 2018.

WRIGHT, Eriki Olin. Análise de classes. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 121- 163, 2015.